

mÍD^{ia}
^e
viOLÊn^{ci}A

REALIZAÇÃO

CESeC

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

Rua da Assembléia, 10 sala 810

Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20011-901

CONVÊNIO

IUPERJ

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, 82 - Botafogo

Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22260-100

SEDH

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Presidência da República

Esplanada dos Ministérios, Bloco T

edifício sede, 4º andar

Brasília, DF - CEP: 70064-900

APOIO

União Européia

mÍDIA e viOLÊNCIA

Silvia Ramos e Anabela Paiva

NOVAS
TENDÊNCIAS NA
COBERTURA
DE CRIMINALIDADE
E SEGURANÇA
NO BRASIL

textos e entrevistas Jaime Gonçalves Filho pesquisa Angélica Faria colaboração Tetê Oliveira

Copyright © 2007 Sílvia Ramos e Anabela Paiva.

Tiragem desta edição: 20.000 exemplares impressos.

Disponível eletronicamente nos sites
www.sedh.gov.br e www.ucamcesec.com.br

Direitos reservados à Secretaria Especial
dos Direitos Humanos da Presidência da República

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
para fins não comerciais, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

PROJETO GRÁFICO

Anna Amendola

REVISÃO

Maria Lúcia Resende

R175m

Ramos, Sílvia

Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e
segurança no Brasil / Sílvia Ramos, Anabela Paiva. - Rio de Janeiro,
IUPERJ, 2007.

192 p.

ISBN: 978-85-98272-10-8

1. Mídia. 2. Violência Urbana – Brasil. 3. Criminalidade –
Brasil. I. Paiva, Anabela.

CDU – 343.9(81)

Índice

Apresentação	·	7
Agradecimentos	·	9
Apostamos na mudança	·	11
1. “Esqueçam o cadáver”: mudanças na cobertura de polícia e segurança pública	·	15
2. Dependentes de BO: o desafio de ir além das fontes policiais	·	37
3. Fama de mau: os bandidos na imprensa	·	57
4. Cenários da violência: estereótipos na cobertura de favelas e periferias	·	77
5. “Avalia aí”: a segurança do profissional de imprensa	·	99
6. Seqüestros e suicídios: notícias que muitos jornais preferem não publicar	·	119
7. Na gaveta: os temas que não aparecem na cobertura	·	133
8. Estatísticas de segurança: para que servem e como usá-las	·	151
Guia de fontes	·	177
Lista de entrevistados	·	189

Apresentação

Produzido pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, este livro tem como primeiro mérito abordar conjuntamente os dois desafios mais centrais colocados na presente conjuntura para quem trabalha no sentido de proteger e consolidar os Direitos Humanos em nosso país.

Um deles é assumir segurança pública como item essencial na afirmação desses direitos, rompendo o bloqueio imposto pelo passado. O outro é apontar o papel decisivo que os meios de comunicação de massa podem desempenhar na construção de uma nova consciência social sobre o que sejam os Direitos Humanos, oposta à que predomina hoje, rebaixada, preconceituosa e, muitas vezes, fruto de manipulações grosseiras por parte de profissionais da própria mídia.

Ao estudar a evolução da cobertura da imprensa brasileira sobre segurança pública, o livro realiza uma análise acurada do trabalho desempenhado pelos jornais impressos nos últimos anos, abordando sua contribuição para o debate do tema. O trabalho registra avanços já alcançados por muitos jornais, como o fim das editorias específicas de polícia e a integração de seu conteúdo com outras áreas de cobertura. Mas também aponta importantes desafios a serem superados.

As matérias analisadas na pesquisa que embasou o livro revelam uma cobertura muito focada em episódios factuais e com baixo percentual de iniciativa da própria imprensa. Soma-se a isso a constatação de que os textos analíticos, com abordagem mais abrangente sobre a situação da segurança pública no Brasil, ainda são minoria nos veículos impressos.

Considerando que a mídia exerce um relevante papel no debate e na implementação de todas as políticas públicas em curso no país, e levando em conta que o tema da segurança está hoje entre os que mais despertam interesse, preocupação e medo na população brasileira, o que se espera dos jornais – e dos veículos de comunicação em geral – é que não se limitem a denunciar os fatos. E, sim, que assumam a dianteira na promoção de um consistente debate público sobre a questão.

Num país onde cinqüenta mil pessoas são assassinadas por ano, investir na qualificação da cobertura dos veículos, formando, por exemplo, profissionais de imprensa que sejam verdadeiros especialistas no assunto, significa contribuir para a construção das condições adequadas ao enfrentamento da violência com eficácia. Por isso, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, por meio do Programa de Apoio Institucional para Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário, financiado pela União Européia, se sente muito honrada em ser parceira neste trabalho, que aposta, com sensibilidade e inteligência, na elevação da qualidade da cobertura da mídia sobre segurança pública, direito humano de primeira grandeza.

Paulo Vannuchi

*Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
da Presidência da República*

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Apoio Institucional para Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que por meio de recursos da União Européia apoiou a realização da pesquisa e deste livro. Em especial, agradecemos ao ministro Paulo Vannuchi pelos diálogos atentos e pelas reflexões mantidos sobre os temas tratados aqui.

Elizabeth Leeds e Ana Toni, da Fundação Ford, foram estimuladoras permanentes do envolvimento do CESeC com o tema da mídia; recursos da Fundação vêm permitindo que o Centro desenvolva iniciativas nesta área desde 2003.

A Universidade Candido Mendes, em especial a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, abriga o CESeC desde 2000 e sem seu apoio não teria sido possível desenvolver este projeto ou qualquer outro nos últimos anos.

Marcelo Beraba, Jorge Antonio Barros, Fernando Molica e Mauro Ventura, juntamente com Anabela Paiva, estiveram na origem deste empreendimento, quando definimos a pesquisa que o iniciou. João Marcelo Erthal participou de discussões. Também estiveram presentes nesses encontros Julita Lemgruber, Leonarda Musumeci, Barbara Soares e Elizabeth Leeds. Julita, Barbara e Leonarda, juntamente com Plínio Bortolotti, foram fundamentais na leitura crítica dos originais e fizeram sugestões sem as quais teria sido difícil concluir este livro. Marcelo Moreira, Henrique Freitas e Bruno Thys foram permanentes fontes de consultas.

A Abraj e o Claves, da Fundação Oswaldo Cruz, instituições

parceiras durante todo o processo de pesquisa, contribuíram com reflexões e uma capacidade de questionamento surpreendente.

Guilherme Canela, da ANDI, tem sido consultor de metodologia de pesquisa e um parceiro incansável. Devemos à ANDI a inspiração de uma relação crítica, mas construtiva, com os profissionais de imprensa.

Além de Jaime Gonçalves Filho e Angélica Faria, que participaram integralmente da elaboração deste livro, agradecemos a Tetê Oliveira pelas entrevistas no estado do Pará. Gabriel Fonseca, estatístico do CESeC, foi responsável pelo banco de dados, tabulação dos resultados, elaboração de tabelas e gráficos. Agradecemos a toda a equipe do CESeC e, em especial, a Dolores Rodrigues e a Dorival Raposo Júnior pelo suporte gerencial. O Iuperj e o Iuperj-Tec e toda a sua equipe permitiram que esse projeto se tornasse viável. Elisa Andrade, Elaine Jayme Ramos, Leonardo Bento, Guilherme Barbosa Reis da Silva, Flávia da Silva Freire e Marina de Carvalho Fernandes Filha participaram das equipes de clipping, classificação e digitação das matérias analisadas.

Finalmente, queremos agradecer aos jornalistas e aos especialistas que nos concederam entrevistas, algumas vezes em longas conversas com nossa equipe. Editores, chefes de reportagem, ouvidores e repórteres participaram do workshop Mídia e Violência, na Universidade Candido Mendes, em outubro de 2006. Doze profissionais de mídia e especialistas colaboraram com artigos e depoimentos assinados. Os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Povo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Dia* permitiram gentilmente a reprodução de páginas de edições anteriores; a Rede Globo enviou imagens de divulgação. Somos gratos não apenas pela disposição e generosidade, mas pela demonstração de que é possível manter abertos os canais de diálogo entre pesquisadores, profissionais de imprensa e gestores de segurança pública.

Apostamos na mudança

Este livro é o resultado de três anos de pesquisas sobre a produção diária de jornais e de entrevistas com 90 jornalistas e especialistas em segurança pública. A todos eles fizemos duas perguntas centrais: como os jornais cobrem violência, segurança pública, crime e polícia? Como é possível melhorar essa cobertura?

Em 2004, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes convidou cinco jornalistas para discutir estratégias de abertura do diálogo entre os que produzem as notícias e os que as analisam. Resolvemos que o primeiro passo seria a realização de um diagnóstico sobre como os jornais cobrem a violência no Brasil. A pesquisa foi realizada ao longo de 2004, inspirada na metodologia usada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) há vários anos. Fizemos em 2005 um seminário com profissionais de imprensa do Rio e de São Paulo para apresentar o relatório com os resultados da análise dos textos de nove jornais de três estados e para discutir os dados obtidos. (O relatório completo encontra-se em www.ucamcese.com.br). Continuamos a produzir pesquisas ao longo de 2005 e 2006, com jornais do Rio de Janeiro, e em 2007, com jornais de dez estados do Brasil.

Em 2006 fomos convidados pela coordenação do Programa de Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário, desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e apoiado por recursos da União Européia, a apresentar uma proposta para a área de mídia. Decidimos, com o apoio da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), manter a premissa que temos seguido desde o início da

linha de pesquisa Mídia e Violência do CESeC: não produziríamos uma cartilha, ou seja, não faríamos críticas e recomendações acadêmicas, típicas de quem está fora do universo de produção diária de notícias, mas trabalharíamos com profissionais da área, ouvindo jornalistas e especialistas em segurança.

Como método, decidimos combinar ferramentas da investigação jornalística (pesquisa de textos e entrevistas com fontes-chave) a ferramentas das ciências sociais (pesquisas quantitativas com metodologia científica sobre a produção dos jornais e encontros e debates para a produção de análises). Avaliamos 5.165 textos em dois levantamentos principais e, entre maio e dezembro de 2006, entrevistamos 64 profissionais de imprensa e 26 pesquisadores, policiais e observadores (veja a lista de profissionais entrevistados e consultados no final da publicação). Em outubro de 2006, um encontro na Universidade Candido Mendes reuniu durante dois dias 16 editores, secretários de redação e jornalistas de alguns dos principais jornais do país, juntamente com dez especialistas, incluindo policiais. Nas entrevistas, assim como naquele encontro, procuramos identificar os temas polêmicos, as principais deficiências, os erros recorrentes e, sobretudo, as boas experiências praticadas hoje no Brasil. Também buscamos pontos de convergência, o que nem sempre foi possível, principalmente em relação a um diagnóstico geral sobre a área de crime e polícia nos diários. Muitos jornalistas experientes são pessimistas, até mais do que analistas e especialistas em segurança pública. Um possível consenso entre todos os envolvidos nesse amplo processo de consulta é que os jornais melhoraram significativamente sua cobertura nos últimos anos, e podem melhorar muito mais.

Cinqüenta mil pessoas são assassinadas a cada ano no Brasil. A taxa de homicídios do país aumentou 77% em

vinte anos, passando de 15,2 homicídios por 100 mil habitantes em 1984 para 26,9 homicídios em 2004 – índice que nos situa entre os países mais violentos do mundo. Durante muito tempo, a sociedade, as universidades e as instituições brasileiras assistiram a esta matança praticamente em silêncio. Afinal, as mortes atingem majoritariamente grupos desfavorecidos: jovens do sexo masculino (especialmente na faixa de 15 a 24 anos), na maioria pobres, quase sempre negros e moradores de periferias ou favelas dos grandes centros urbanos.

A partir dos anos 90, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade do quadro e se articularam não só para denunciar esta situação, mas também para desenvolver pesquisas e realizar experiências inovadoras de gestão de políticas públicas.

Os jornais também responderam a esta nova percepção e iniciaram um processo de qualificação da cobertura, ainda em andamento. Pouco a pouco, as velhas práticas das reportagens de polícia, como a troca de favores com fontes policiais, estão sendo reduzidas; matérias sensacionalistas perdem espaço, enquanto assuntos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos entram na pauta. Os jornalistas que cobrem a área, geralmente ligados às editorias de reportagem local, hoje são mais qualificados e encontram maior reconhecimento de seus colegas, num processo que pode ser mais lento ou mais rápido, dependendo do local e do veículo, mas que parece consolidado como tendência.

A mudança é fundamental, já que a mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre o tema. Os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políticas de Estado. Formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre

de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para a evolução do Brasil no setor.

É surpreendente, portanto, que o diálogo entre especialistas em segurança e profissionais de imprensa seja ainda incipiente, quase sempre limitado a entrevistas eventuais. Este livro é a continuação do trabalho, iniciado em 2004 com aquela reunião de cinco jornalistas no CEsSeC, para estabelecer canais de comunicação entre a Academia e os profissionais de imprensa. É destinado aos jornalistas, especialmente a jovens profissionais e estudantes de comunicação, e aos cientistas sociais interessados nas relações entre mídia e violência. Embora este trabalho represente um esforço até agora inédito no Brasil, ele não se esgota aqui. Pelo contrário, esperamos contribuir para a consolidação do intercâmbio entre profissionais de mídia e pesquisadores de várias partes do país (inclusive os que não foram ouvidos aqui). A partir deste contato, acreditamos, a Academia poderá identificar novos temas e produzir análises localizadas e específicas. Já a imprensa poderá ganhar uma visão mais ampla dos temas que aborda no cotidiano.

Quanto a nós, apostamos na mudança.

Silvia Ramos e Anabela Paiva

Rio de Janeiro, maio de 2007

1

“Esqueçam o cadáver”: mudanças na cobertura de polícia e segurança pública

Uma brincadeira, feita no encontro com jornalistas que deu início a esta pesquisa, em 2004, indica o quanto a cobertura da segurança pública e da criminalidade avançou no Brasil. Um dos profissionais convidados pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) para discutir os primeiros passos do programa Mídia e Violência lembrou como o perfil do chamado repórter de polícia havia mudado em anos recentes. “Eu peguei o tempo em que o policial batia no preso e o repórter não falava nada”, comentou. Um outro jornalista, um pouco mais velho, replicou em tom de blague: “E eu peguei o tempo em que o repórter batia no preso!”.

Esta é a primeira constatação do presente livro: apesar dos problemas, a imprensa tem modificado, para melhor, o tratamento que dá aos temas associados à violência, à criminalidade e à segurança pública. Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1980, o fenômeno da violência urbana se multiplicou e se tornou mais complexo. Os jornais também evoluíram em muitos aspectos e continuam evoluindo. Um dos objetivos deste trabalho é indagar se as mudanças verificadas até agora são suficientes e se acompanham a velocidade daquelas registradas na sociedade.

Historicamente, a reportagem policial tem sido um dos setores menos valorizados nos jornais, e costumava ser delegada a profissionais menos experientes ou menos preparados do que os de setores considerados “sérios”, como o da cobertura política. Este quadro já se modificou bastante. Mas até onde os esforços feitos pela imprensa têm conseguido melhorar a cobertura de segurança e criminalidade? O que ainda precisa ser feito para conseguirmos tratar destes temas nos jornais com a profundidade necessária? Que padrões éticos e jornalísticos têm sido adotados nas redações – ou poderiam vir a ser – para enfrentar as difíceis questões que surgem no cotidiano da imprensa? Eis algumas das perguntas feitas por esta pesquisa e que serão respondidas ao longo do livro.

O momento atual

A primeira mudança que chama a atenção dos que analisam a cobertura de violência e criminalidade é a diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo das emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas. Os principais jornais deixaram de utilizar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite

“ERA PROIBIDO VOLTAR PRA REDAÇÃO SEM O BONECO”

Luarlindo Ernesto

Luarlindo Ernesto Silva é jornalista do *Dia*, atualmente com a função de pauteiro. Com 63 anos, tendo começado no jornal *Última Hora* aos 15, tem 48 anos de experiência nas redações de diversos jornais cariocas, sempre cobrindo “polícia”. É uma referência para vários jornalistas investigativos jovens e tem muitas histórias para contar. Abaixo, trechos da entrevista com o jornalista.

“A abordagem dos assuntos mudou muito. Hoje a ordem é ‘esqueçam o cadáver’... Mostrem o que está em volta do cadáver, isso é que é importante atualmente. Essa é uma mudança violenta. Nos anos 50, e isso foi assim durante muito tempo, era proibido voltar para a redação sem o ‘boneco’. O boneco da vítima, a foto. Se voltasse sem o boneco, era melhor não voltar. Se não tivesse a foto do rosto do morto, tinha que ter imaginação para pegar a foto com a família, do álbum de casamento, da parede da casa, de onde fosse. E às vezes tinha que mentir, dizer para a família que isso ia ajudar na investigação.”

*“As histórias inventadas eram muitas. Não tinha esse negócio de ética na imprensa. Desde o monstro da praia de Ramos, inventado por um repórter do *Última Hora*, até o caso mais famoso, do Mão Branca [...], um matador de bandidos que nunca existiu. Os repórteres encontravam um cadáver e colocavam uma cartolina com a frase: ‘Esse não mata mais’. E depois davam a notícia. Isso era nos anos 70. Depois do Mão Branca, teve o China, o Kung Fu, todo mundo foi nessa onda.”*

“Dos anos 60 aos 80, até quase a década de 90, havia muita cumplicidade entre polícia e repórter. Durante a ditadura tinha muito isso. Tinha um detetive, que depois virou delegado, Lincoln Monteiro, que era famoso por colocar arma na mão de repórter durante as operações: ‘Segura aí, eu vou por ali e você fica atrás desse poste’. Depois ele colocava fogo nos barracos. A gente ainda falava: ‘Tira o bujão de gás!’ Havia muita tortura, pau de arara [...] Esses policiais ensinaram aos militares a interrogar e a subir o morro. Depois, alguns desses policiais ligavam para a redação e diziam: ‘Vai até o lugar tal que tem tantos cadáveres’. Era o Rosa Vermelha, o porta-voz de um desses esquadrões. Tinha muita cumplicidade com a polícia. Isso hoje mudou muito. Tem que ter fontes na polícia, mas tem que checar. Tem bons jornalistas investigativos hoje, mas não pode entrar nessa em que alguns jovens entram, de fazedor de release, de nota oficial.”

“Mudança tem que ter, não tem jeito. Tem a televisão, o rádio, as revistas. Os jornais têm mudado. E os concorrentes estão aí, se modernizando. Formato, linguagem, tudo. Os jornalistas mais antigos são os mais resistentes, mas o leitor gosta de mudança.”

direitos para combater o crime. Fatos emblemáticos dessa tendência foram o fechamento de um ícone do jornalismo apelativo, o *Notícias Populares*, de São Paulo, em 2001, e a reformulação editorial de *O Povo*, do Rio de Janeiro, em agosto de 2006.

Transformado em *O Povo do Rio*, o jornal diminuiu as fotos de cadáveres e adotou um tom mais sóbrio no noticiário: “Os leitores estão saturados daquele tipo de cobertura”, diz Rogério Sant’Anna, seu editor.¹

Mas as mudanças não se restringiram apenas aos periódicos do tipo “espreme que sai sangue”. O *Dia*, um importante representante dos jornais de venda em banca, que há anos já havia rompido com o sensacionalismo rasgado do *Notícias Populares*, mas continuava enfatizando a reportagem de crime, também passou por uma reforma em 2006. O diário modernizou não só a linguagem, mas também a sua abordagem sobre os temas da cidade. Nas televisões, o fim do programa *Cidade Alerta*, que saiu do ar em junho de 2005, bem como mudanças em programas regionais vespertinos, baseados na combinação de jornalismo e histeria, parecem indicar uma tendência que marcará os próximos anos: seja por conta do desinteresse dos anunciantes, seja pelo fastio do público, estão cada vez mais reduzidos os espaços para a apelação e as bravatas do tipo “bandido bom é bandido morto”. Tudo indica que a máxima “violência vende”, tantas vezes usada para justificar o mau jornalismo e embasar um discurso pessimista e genérico contra a mídia, inclusive no ambiente acadêmico, já não dá conta da realidade da cobertura de violência e criminalidade.

Uma alteração significativa foi o ingresso nas páginas dos jornais, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, de pautas sobre segurança pública. A escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre as classes média e alta e a chegada de especialistas a cargos de gestão em secretarias de segurança fizeram com que a imprensa passasse a incorporar esta temática. Hoje, a mídia é reconhecida como fundamental na implantação e no sucesso de políticas públicas, como aponta Luiz Eduardo Soares. Antropólogo que ocupou os cargos de coordenador de Segurança Pública no Rio de Janeiro, em 1999, e de secretário nacional de Segurança Pública, em 2003, ele descreveu suas gestões como parcerias com a imprensa: “Nós não pensamos a política de segurança pública, e depois a política de comunicação, como um suplemento ou um instrumento complementar. Nós pensamos essa problemática de forma articulada, como níveis distintos de um mesmo desafio”.

1. Em 31 de março de 2007, entretanto, o jornal ilustrou uma reportagem sobre o assassinato de uma mulher, no Rio de Janeiro, com fotos explícitas do corpo torturado e decapitado. Questionados pela equipe desta pesquisa, os editores garantiram que a volta aos antigos padrões sensacionalistas era um fato isolado.

Denis Mizne, fundador e coordenador do Instituto Sou da Paz, desde 1999 um importante centro de discussão e mobilização por direitos humanos e segurança pública em São Paulo, também ressalta o papel central da imprensa no trabalho da ONG. “As relações entre o Sou da Paz e a mídia datam do nosso nascimento. Sempre compreendemos que a mídia poderia ser o canal fundamental de comunicação com a sociedade, já que o nosso primeiro objetivo, naquele momento, era chamar a atenção para uma questão que estava fora do debate público, o desarmamento, e também para novas abordagens da segurança pública, tema que raramente ocupava o imaginário da sociedade na segunda metade da década de 90”.

Os jornalistas também reconhecem as mudanças à sua volta – mas percebem que elas ainda não são suficientes. No *workshop* Mídia e Violência, realizado pelo CESeC na Universidade Candido Mendes, em outubro de 2006, o *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, Marcelo Beraba, sintetizou esta avaliação: “Eu comecei em 71, no *Globo*, e a prioridade era polícia; a gente fazia polícia o tempo todo. É nítida a evolução de lá para cá. Agora, se você comparar com as atenções que recebem, nas redações, áreas como economia, ciência e meio ambiente, essa evolução fica aquém do que aconteceu ou vem acontecendo nestas áreas. A área policial continua sendo um primo pobre, não só dentro da imprensa, mas também na sociedade e na Academia”, disse Beraba, também diretor da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Um dos aspectos citados pelo *ombudsman* para as limitações da cobertura policial é o fato de que as páginas dedicadas a este noticiário atraem menos anunciantes do que, por exemplo, as de economia – e, portanto, não oferecem o mesmo retorno às empresas jornalísticas.

Para realizar um diagnóstico objetivo da cobertura sobre violência e criminalidade, o CESeC desenvolveu duas pesquisas. A primeira, em 2004, analisou a produção de nove jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A segunda, a produção dos oito jornais do Rio de Janeiro em circulação em 2006.² Nos levantamentos, a impressão de que os jornais vêm abandonando os recursos mais ostensivos de apelação e sensacionalismo se confirmou: na pesquisa nacional, em apenas 0,4% dos textos analisados, a matéria sugeria que a restrição de direitos de criminosos seria uma saída para o problema da violência. Este percentual não foi maior em jornais de perfil popular, como *O Dia* ou *Agora São Paulo*. E apenas 0,3% dos textos sugeriu a possibilidade de que se fizesse justiça com as próprias mãos, sem criticar essa postura. Em relação à fotografia, na

2. A pesquisa Brasil analisou 2.514 textos dos seguintes jornais: *O Globo*, *O Dia* e *JB*; *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Agora São Paulo Agora*; *O Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *Diário da Tarde*. A pesquisa Rio analisou 2.651 textos, ao longo do ano de 2006, dos seguintes jornais: *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *O Povo*, *Tribuna da Imprensa*, *Meia Hora*, *O Fluminense*, *Extra*. Ambas as pesquisas utilizaram técnica de amostragem consagrada para análise de mídia, chamada “mês composto”. Os resultados completos da pesquisa Brasil podem ser consultados em www.ucamcesec.com.br.

pesquisa com os oito jornais do Rio, 2,9% das matérias que traziam fotos apresentavam imagens de pessoas mortas e 1,4% exibiam ferimentos e deformações resultantes de violência. Mas é bom ressaltar: na maioria dos jornais, o percentual de fotos de cadáveres era quase zero – a média foi influenciada pelo fato de que estas imagens compunham 10,2% das fotos publicadas em *O Povo*, especialmente antes da sua reformulação. Fotografias de pessoas feridas e deformadas foram impressas principalmente por *O Povo* (4,2%) e *Meia Hora* (2,9%).

Os resultados confirmaram parcialmente a impressão de que o assunto segurança pública tornou-se freqüente nas páginas dos diários. Quando analisado o foco principal das matérias, políticas de segurança foram notícia em apenas 3,6% dos casos na pesquisa Brasil e em 4,2% no levantamento dos jornais do Rio. Naturalmente, em muitas matérias em que as polícias,³ o Exército ou o sistema penitenciário eram o ponto principal, havia debates sobre políticas públicas, ainda que esta não fosse a questão primordial da notícia analisada. Outro indicativo da fraca presença do tema nos diários foi apontado pela coluna do *ombudsman* da *Folha de S. Paulo* de 21 de janeiro de 2007: segundo a coluna, dos 728 artigos publicados em 2006 pelo diário na seção Tendências/Debates, apenas 41 foram sobre este assunto, equivalentes a 5,6% do total. O número pode ser considerado baixo, se lembrarmos que 2006 foi o ano dos ataques do PCC, quando a segurança pública supostamente teria se tornado pauta prioritária para os grandes jornais. As demais áreas obtiveram os seguintes números: política nacional, 215; Judiciário, 57; política internacional, 47; economia, 46; área social, 45; educação, 42; meio ambiente, 40; discussões sobre gênero e etnia, 29; saúde, 27; religião, 24 e cultura, 20.

Os mesmos levantamentos também classificaram os textos pela abordagem do assunto. A pesquisa mostrou que a grande maioria das matérias apenas relata o factual (77,7% no caso do Rio e 63,8% na pesquisa Brasil). Isto significa que matérias com abordagem contextual, ou seja, que oferecem análise, são a minoria. Da mesma forma, 82,5% dos textos analisados na pesquisa Rio eram matérias motivadas pelo que chamamos histórias individuais, isto é, os fatos cotidianos – assaltos, homicídios, acidentes, anúncios oficiais (83,7% no caso da pesquisa Brasil). Em contraste, o reduzido percentual de matérias de iniciativa da própria imprensa – entrevistas, editoriais, investigações, reportagens especiais, equivalentes a 14,5% no caso do Rio, e a 6,1% no caso do Brasil – é um indicador de que os jornais têm ainda reduzida iniciativa no setor e se deixam dominar pela avalanche de acontecimentos do dia-a-dia, dando espaço limitado para a análise e a crítica.

3. Cerca de 40,5% das reportagens dos jornais brasileiros focalizaram forças de segurança; na pesquisa Rio, 51,2%. O sistema penitenciário foi assunto de 6,6% dos textos na pesquisa Brasil e 4,4% na pesquisa Rio.

Plínio Fraga, chefe de reportagem da sucursal da *Folha de S. Paulo*, foi um dos entrevistados que apontaram a necessidade de mudar o domínio das matérias factuais: “Jornal que só pensa na edição do dia seguinte está fadado a morrer. É preciso pensar sempre a longo prazo, com matérias que fujam do fato, do que aconteceu ontem, e em seu lugar apontar tendências. Este é o papel do jornal. Estar mais perto da reflexão, mostrar um direcionamento e cobrar de governos. E é isso que os jornais ainda fazem pouco na área da segurança pública”.

Outro debate relacionado à qualidade da cobertura, que espontaneamente surgiu em entrevistas e no *workshop*, diz respeito ao status do repórter de crime e segurança nas redações. Um aspecto positivo é o fim da editoria de Polícia em grande parte dos diários – os jornalistas que cobrem criminalidade e violência são repórteres do geral e, portanto, dedicam-se também a cobrir outras questões urbanas. Esta mudança é importante por favorecer nos textos a integração do fenômeno da criminalidade a temas como educação, habitação, saúde, trânsito etc. Outro ponto positivo citado pelos profissionais é a diversidade de temas, que exige mais informação e preparação dos jornalistas, evitando que eles incorporem o estereótipo do repórter de polícia, que pouco se diferencia dos policiais e não consegue transitar além da delegacia.

Na origem das mudanças verificadas estão fatos que transcendem as decisões dos jornais. César Camasão, editor do *Agora São Paulo*, avalia: “Os repórteres também mudaram. É uma geração tão antiga essa do rato de delegacia, que buscava a pior história, a do cara que estuprou a menina de três anos... A nova geração tem mais cuidado com isso, até porque é uma geração de classe média. São pessoas mais novas, que fizeram faculdade”. André Luiz Azevedo, da TV Globo, acredita que a evolução da realidade de direitos humanos, segurança pública e criminalidade no país exigiu a qualificação dos jornalistas: “Quando eu comecei profissionalmente, a editoria de Polícia era discriminada e desqualificada. Era o lugar das pessoas mais despreparadas. Hoje em dia, estamos chegando a um ponto onde, em alguns veículos, o noticiário de polícia se tornou o assunto principal. Não estou falando dos veículos mais populares, os que já eram considerados policiais. A questão é que em muitas cidades a violência se transformou seguramente no tema de maior interesse da população. E também nos principais prêmios de imprensa, nos últimos anos, as reportagens e as investigações ligadas à violência estão entre as mais premiadas”.

Adriana Cruz, de *O Dia*, considera que “o repórter de polícia ainda é um cidadão menor dentro das editorias”, mas ressalta que houve grandes avanços em relação à ética e à independência jornalísticas. “Acho até que já tivemos algumas conquistas. Hoje em dia, você não vê mais repórter envolvido com polícia. Às vezes eu vejo, no Esporte, as pessoas com medo de falar mal do clube, porque senão depois não vão poder entrar lá. Na área de polícia isso não acontece mais”.

Se é fácil reconhecer o caminho já percorrido pela imprensa brasileira, também está claro que a cobertura de segurança pública e criminalidade ainda precisa dar um salto de qualidade para se equiparar aos temas economia e internacional, por exemplo. Isto só será atingido quando os veículos de mídia decidirem planejar e investir no aprofundamento da questão, hoje um dos temas centrais que mobilizam profundamente os leitores do país. “A situação de segurança se agrava há 15 anos, e por que nesses 15 anos não qualificamos as pessoas? Quantos repórteres nós mandamos para fora, para fazer MBA? Para economia, nós mandamos 200, mas para fazer algo parecido na

Saiba mais

Violência no Brasil: a mídia exagera?

Segundo os dados do sistema de saúde, entre 1980 e 2004, 797 mil brasileiros foram assassinados. Por ano, aproximadamente 50 mil pessoas são vítimas de homicídio. Nossa taxa de violência letal é uma das mais altas do mundo, atingindo 27 homicídios por 100 mil habitantes. Países da Europa Ocidental têm taxas de dois ou três homicídios por 100 mil.

As mortes provocadas pela polícia também têm poucos precedentes internacionais. Em 2005, a polícia do Rio de Janeiro matou, em ação, legalmente, 1.098 pessoas. A de São Paulo matou 300 pessoas. Essas mortes são nomeadas “autos de resistência” e os números não entram nas estatísticas de homicídios das polícias. Para se ter uma idéia da aberração que estas estatísticas representam, é útil compará-las com as de outros países. A soma das mortes causadas por todas as polícias dos Estados Unidos em 2003 foi de 370 pessoas. As polícias da África do Sul mataram 681, as da Argentina, 288, as da Alemanha, 5 e as de Portugal mataram uma pessoa. A maioria das vítimas de autos de resistência no Brasil é de moradores de favelas e periferias.

Pelo menos no caso brasileiro, não se pode dizer, portanto, que a mídia exagera: exagerados são nossos índices de violência. A presença de um grande número de notícias sobre violência e segurança não significa que a qualidade da cobertura seja satisfatória, mas tem que ser valorizado o fato de que os grandes jornais dão importância ao tema em suas pautas e cobram de governantes respostas efetivas.

área de segurança pública, nós não mandamos. Por quê? Em relação à violência e à segurança pública, há uma sensação de que a situação é difícil, mas não é uma preocupação que está centrada na imprensa, na Academia e na sociedade”, avalia o ombudsman Marcelo Beraba.

O papel da imprensa no agendamento de políticas públicas

Apesar das deficiências que ainda persistem, pesquisadores e especialistas são enfáticos em apontar o papel decisivo dos meios de comunicação, e o da imprensa em especial, nas respostas de governos e da sociedade aos problemas da violência. Alguns jornalistas refletiram sobre essa

atribuição e sobre a sua importância num país como o Brasil: “A imprensa sempre teve esse papel de deflagrar processos e descobrir informações, mas eu acho que no Brasil ele é muito mais valorizado justamente pela falha dos outros sistemas. Como a polícia não funciona e só investiga o que realmente tem repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia às vezes. Há muitos casos em que se a imprensa não investigar, a polícia, por incompetência ou por desleixo, acaba não investigando”, disse André Luiz Azevedo.

O deputado estadual Alessandro Molon (PT/RJ), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, participou do *workshop* organizado pelo CEsEC e deu um depoimento a respeito: “Para quem tem contato com os jornalistas, do ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, por exemplo, tantas vezes precisando da parceria da imprensa, tem sido muito importante o apoio ao enfrentar temas de direitos. Isso tem ajudado a mudar a consciência da população. Muitas vezes os jornais até vão contra o senso comum da maioria dos seus leitores e denunciam violências e desrespeito a presos, num processo que é muito importante na luta pelos direitos humanos”.

Se, por um lado, é verdade que a imprensa freqüentemente leva governantes e gestores a priorizarem as áreas mais ricas das cidades ao dar preferência a crimes que envolvem a classe média, por outro lado, a mídia tem desempenhado, em momentos históricos, um papel decisivo para definir como autoridades públicas respondem a acontecimentos emblemáticos de violência contra os setores mais despossuídos. Um exemplo recente foi a cobertura dos ataques do PCC em São Paulo, em 2006, em que as denúncias dos jornais praticamente interromperam as mortes provocadas pela polícia em reação aos atentados (ver artigo de Fernando Molica). Algumas coberturas ficarão para a história – não só do jornalismo de crime e de polícia, como para a história do país – por terem sido capazes de mobilizar respostas de governos, da Justiça e da sociedade civil. Eis algumas que tiveram repercussão:

Carandiru: Em 2 de outubro de 1992, uma briga de presos no Pavilhão 9 da Casa de Detenção, no complexo do Carandiru, zona norte de São Paulo, resultou numa intervenção policial violenta que provocou 111 mortes. O episódio ficou conhecido como Massacre do Carandiru. A chacina teve repercussão internacional pela quantidade de mortos e pela brutalidade policial. Reportagens e fotos das dezenas de corpos foram publicadas nos jornais do Brasil e do mundo. O coronel da reserva Ubiratan Guimarães, que comandou a PM na invasão à Casa de Detenção, foi condenado, em junho de 2001, a 632 anos de prisão pela morte de 102 pessoas e cinco tentativas de homicídio. Por ser réu primário, recorreu da sentença em liberdade (em 2006, o coronel foi assassinado em sua residência, com sua própria arma, num crime de características passionais). A chacina

levou o governo paulista a fechar o gigantesco complexo do Carandiru. A Casa de Detenção, construída em 1956 para abrigar 3.250 homens e que chegou a ter 8 mil em 2001, foi definitivamente desativada em setembro de 2002. Em dezembro daquele ano, três pavilhões foram implodidos. O massacre virou tema de livros e filmes.

Candelária: Em 23 de julho de 1993, um grupo de policiais militares e civis, integrantes de grupos de extermínio, abriu fogo contra mais de 50 crianças e adolescentes que dormiam sob as marquises nas imediações da Igreja da Candelária, no Centro do Rio. Oito morreram e dois ficaram gravemente feridos. O acompanhamento do caso pela mídia, inclusive internacional, impulsionou a investigação até a condenação de alguns policiais (embora o processo tenha denúncias de irregularidade) e tornou o caso um marco na história da cidade. Seis policiais militares foram julgados pelas mortes. Três foram condenados e três, absolvidos. Várias organizações foram criadas no Rio de Janeiro para trabalhar com crianças de rua e responder à violência, inclusive o Viva Rio. O jornalista Marcelo Auler ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo do ano de 1993 por melhor contribuição à imprensa, com a reportagem “Sangue dos inocentes”, publicada na revista *Veja*.

Vigário Geral: No dia 29 de agosto de 1993, 21 pessoas foram brutalmente assassinadas no episódio que ficou conhecido como a chacina de Vigário Geral, favela do subúrbio do Rio. As investigações indicaram que os assassinos eram cerca de 50 policiais militares e civis, encapuzados, que mataram em represália à morte de quatro PMs, atribuída a traficantes locais. Vários acusados foram julgados e condenados. O grupo de extermínio, que se abrigava no 9º. Batalhão de Polícia Militar e era conhecido como “Cavalos Corredores”, foi desarticulado. Após a chacina, foi criado o grupo Cultural AfroReggae, que se dedica a “promover a inclusão e a justiça social, utilizando a arte, a cultura afro-brasileira e a educação como ferramentas para a criação de pontes que unam as diferenças e sirvam como alicerces para o exercício da cidadania”. O AfroReggae tem exercido, juntamente com outras organizações de jovens de periferias no Brasil, um papel decisivo para agendar políticas para as favelas. Uma foto dos 21 corpos dentro de caixões, alinhados numa rua da favela, continua a ser exibida como símbolo do que os moradores daquela comunidade não querem que seja esquecido.

Morte de cozinheiro na PF: O auxiliar de cozinha Antônio Gonçalves de Abreu foi preso no dia 7 de setembro de 2002, na carceragem da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Dois dias depois, foi encontrado morto, vítima de traumatismo craniano. Reportagem de Sergio Ramalho revelou que ele teria sido torturado por agentes da PF. Em novembro de 2006, o juiz Flávio Oliveira Lucas condenou 12 policiais federais a penas entre 4 e 11 anos de detenção, por crime de tortura. Todos eles, por decisão da Justiça, também perderam seus cargos. Sérgio Ramalho ganhou o Prêmio Esso de Reportagem em 2002 com o trabalho “Morto sob Custódia”, publicado no jornal *O Dia*.

Borel: No final da tarde do dia 16 de abril de 2003, 16 policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar realizaram uma operação no morro do Borel, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Impedidos de se identificarem, quatro rapazes foram assassinados durante a operação: Carlos Alberto da Silva Ferreira, pintor e pedreiro (21 anos); Carlos Magno de Oliveira Nascimento, estudante (18 anos); Everson Gonçalves Silote, taxista (26 anos) e Thiago da Costa Correia da Silva, mecânico (19 anos). Carlos Magno vivia com sua mãe e seu padrasto na Suíça, onde estudava. Veio ao Brasil para se alistar no serviço militar e morava provisoriamente na casa da sua avó materna, no morro do Borel. Os policiais da PM alegaram tratar-se de traficantes que haviam reagido à prisão. Reportagens desmentiram esta versão, baseadas em informações de moradores. Organizações de direitos humanos passaram a acompanhar a investigação. As famílias receberam a visita do secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e da presidente da Anistia Internacional, Irene Khan. Em 2003, nasceu o movimento "Posso me Identificar?", para denunciar as abordagens policiais violentas de jovens. Cinco policiais identificados como participantes da chacina foram condenados e estão presos.

Morro da Providência: No dia 28 de setembro de 2004, dois jornalistas estavam a bordo de um helicóptero da Polícia Civil para acompanhar uma operação no Complexo da Maré. Ao sobrevoar o morro da Providência, no centro da cidade, a aeronave foi atacada por traficantes. Um dos policiais revidou os tiros, e o delegado que acompanhava a equipe pediu reforços. Policiais invadiram o morro, prenderam vários moradores e mataram dois supostos traficantes – Charles Machado da Silva, de 16 anos, e Luciano Custódio Sales, de 24. O repórter-fotográfico Carlos Moraes fez fotos às cegas, apenas com o braço e a câmera para fora do helicóptero. Sem se dar conta imediatamente, Carlos Moraes fotografou policiais da CORE apontando fuzis para os dois jovens, desarmados e já rendidos. Minutos depois, os policiais desceram carregando os corpos, com a versão de que haviam reagido à prisão. Os editores do jornal resolveram publicar as fotos na primeira página, com o título “Ataque a helicóptero, reação, fuga e execução”. A matéria abriu não só uma crise interna na polícia do Rio, como outra entre setores da polícia e o jornal. No dia 29 de setembro, o secretário interino de Segurança Pública, Marcelo Itagiba, exonerou o delegado Gláucio Santos, diretor da CORE, e determinou o afastamento dos cinco agentes que participaram da operação no Morro da Providência. O Ministério Público e a Secretaria de Direitos Humanos indicaram representantes para acompanhar as investigações. O flagrante da prisão das duas vítimas foi o registro do fotógrafo do jornal *O Dia*. A reportagem acabou servindo de base para uma acusação formal contra os policiais.

Dentista morto pela PM em São Paulo: No dia 3 de fevereiro de 2004, o dentista Flávio Sant’Ana, de 28 anos, foi parado pela polícia quando voltava do aeroporto. Os policiais militares,

do 5º Batalhão da Polícia Militar (Jaçanã), o acusaram de assalto a um comerciante. Antes de poder se explicar, o dentista foi alvejado com dois tiros. Em seu bolso, os policiais colocaram os documentos do comerciante e uma arma com registro raspado, para simular resistência. No dia seguinte, a farsa montada veio à tona quando o comerciante declarou que Flávio não era o assaltante, e seu pai, um ex-policial, alegou que Flávio teria sido morto por ser negro. Além da cobertura da imprensa, o movimento negro e as autoridades federais da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos mantiveram as denúncias e a mobilização. Um ano e meio depois, em agosto de 2004, os PMs envolvidos no assassinato foram condenados a 17 anos por homicídio duplamente qualificado e fraude processual. “O movimento negro se organizou pra lutar contra a impunidade em cima deste caso porque ele era exemplar. Sabemos que esses esquemas de resistência seguida de morte, com montagem de farsas, são comuns na prática de policiais violentos. Este é o primeiro caso que a gente consegue desmontar. Essa condenação é importante porque significa dizer não à impunidade, o que pode significar uma diminuição dos casos de violência contra a população negra e pobre”, disse Regina Lúcia dos Santos, coordenadora municipal do Movimento Negro Unificado.

Chacina da Baixada Fluminense: Na noite de 31 de março de 2005, criminosos mataram a tiros 29 pessoas e feriram outras duas em diferentes pontos dos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. Imediatamente, a Secretaria da Segurança declarou trabalhar com “a forte hipótese de que a chacina poderia ter sido uma represália à operação Navalha na Carne, que resultou na prisão de oito policiais militares do 15º. BPM”. Vários jornais fizeram coberturas especiais, com séries de matérias e alguns lançaram cadernos inteiramente dedicados ao caso. Em agosto de 2006, um deles, o soldado Carlos Jorge Carvalho, foi condenado a 543 anos de prisão. Em dezembro de 2006, o Comando da PM havia excluído e afastado de seus quadros cinco dos dez PMs acusados de envolvimento na chacina. Os demais aguardavam júri.

Conclusões e sugestões

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor.

A despeito dos avanços evidentes ocorridos nos últimos anos, predomina no dia-a-dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar

o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes.

Jornalistas e especialistas entrevistados, pensando em soluções estruturais para melhorar a qualidade da cobertura na área, consideraram que para alterar significativamente o quadro atual é necessário investir na especialização de profissionais, em processo similar ao que ocorreu e ocorre nas editorias Economia, Política, Internacional e Ciência e Tecnologia. A diferença reside no fato de a pressão para a qualificação e a especialização não ser espontânea (ver artigo de Cláudio Beato), por não serem qualificadas as próprias fontes principais (policiais civis e militares com os quais os jornalistas que cobrem a área convivem cotidianamente). Portanto, programas de especialização para jornalistas sobre criminalidade e segurança pública deveriam ser estimulados tanto por redações e centros de estudos e pesquisas, como pelas próprias polícias.

Entre os pontos mais mencionados por jornalistas e especialistas como principais fragilidades, estão as seguintes áreas de conhecimento: funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil (papéis, atribuições e limites das polícias, do Ministério Público, da Justiça e do sistema penitenciário) e em outros países; informações sobre as principais bases de dados da área (bases da saúde e das polícias; a SENASP; bases dos sistemas de justiça nos estados, das varas de execução penal) e como ter acesso a elas. Há dúvidas sobre conceitos básicos, como violência e criminalidade, além do desconhecimento sobre a legislação. Também faz falta o conhecimento sobre parâmetros quantitativos clássicos: taxas de crimes contra a vida, taxas de crimes contra o patrimônio; taxas comparativas entre cidades, entre estados e com outros países; análise de séries estatísticas, atualização de estatísticas. Este livro espera dar uma contribuição para diminuir essas dúvidas. Informações sobre dados estão no *Capítulo 8 – Estatísticas de segurança: para que servem e como usá-las*; no *Guia de fontes*, listamos endereços de sites para pesquisas.

ENTRE NOMES E NÚMEROS uma análise do jornalismo policial

Fernando Molica*

Nos anos 50/60 do século passado, o crime estava geralmente associado a nomes ou, pelo menos, a apelidos: "Cara-de-Cavalo", "Mineirinho", "Sete Dedos". Em casos mais nobres, os crimes também tinham sobrenomes – Aida Cury, Dana de Teffé, Leopoldo Heitor – e mesmo patentes, como a do tenente Bandeira. A leitura de jornais e revistas da época revela uma sociedade que se supunha mais normal, equilibrada e, vá lá, justa. O crime era algo que destoava, uma nota mal tocada, que ameaçava comprometer a sinfonia do progresso e da harmonia social. Os criminosos mais comuns eram aqueles inadaptados, homens que se escondiam em favelas, que assaltavam padarias, que andavam armados, que fumavam maconha, que invadiam casas alheias. Nos jornais, o crime não era visto como um processo, mas como algo localizado, personificado. Essa lógica permitia certo revezamento no sempre útil papel de inimigo público número um. Não bastava revelar os nomes desses inimigos, era preciso adjetivá-los, frisar o quanto eram perigosos.

No início dos anos 1960, o assaltante José Miranda Rosa, o "Mineirinho", não era apenas um bandido, mas um "perigoso marginal", um "facínora". A caçada ao bandido transformou-se em um folhetim, uma sucessão de capítulos que catalisava a atenção da população do Rio de Janeiro. O jornal Última Hora o classificava de "Rei do Gatilho" e chegou a estampar no alto de uma de suas páginas detalhes de sua vida pessoal: "'Mineirinho' zomba da polícia e ameaça invadir o SAM para libertar bela

* Jornalista, diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI.

amante". A namorada do bandido tinha que ser bela, atraente – para ele e para os leitores. Naquela mesma página, o jornal publicava o que chamou de "placard sangrento": um resumo das ações dos lados em confronto. Aqui, os feitos de "Mineirinho"; ali, os avanços da polícia. Em outubro de 1961, UH falava em "caçada monstro" ao "pistoleiro louco". As nuances eram poucas: de um lado estava o bandido, o inimigo; de outro, a polícia. Esta, de um modo geral, era exaltada: as declarações e as atitudes de delegados e de outros policiais costumavam ser destacadas e, com frequência, ganhavam conotação positiva, por mais questionáveis que pudessem ser.

A mesma UH, por exemplo, no dia 4 de outubro de 1961, publicou declaração do delegado Werther Losso em que ele, um dos chefes da caçada a "Mineirinho", dizia que iria "fuzilar sumariamente o malfeitor e seu bando", "tendo dado a seus homens instruções nesse sentido". A ordem, registrava o jornal, era uma só: "atirar para matar". No dia 30 de abril do ano seguinte, o corpo de "Mineirinho" apareceria, perfurado por vários tiros, em um terreno da estrada Grajaú-Jacarepaguá. Os jornais comemorariam: "A cidade está em paz" (Correio da Manhã), "Facínora levou uma carga de chumbo" (O Dia); "'Mineirinho' sem sete vidas", ironizou o Jornal do Brasil. Comemorações semelhantes seriam impressas na morte de outro bandido celebrizado pela imprensa, Manuel Moreira, o "Cara-de-Cavalo" que, em agosto de 1964, fora acusado pela morte do detetive Milton de Oliveira Le Coq. No dia 31 daquele mesmo mês, O Globo dizia que, para a polícia, a prisão do bandido era considerada um "ponto de honra". No início de outubro, "Cara-de-Cavalo" seria morto com dezenas de tiros em Cabo Frio, no litoral fluminense. A revista Manchete registrou o fato: "'Cara-de-Cavalo': os bandidos morrem assim". UH destacou em manchete que acompanhara o que classificou de "execução do bandido". Mesmo assim, frisou: "Ele morreu insultando os policiais". Revelou que, acuado, "Cara-de-Cavalo" teve a oportunidade de se entregar à polícia, mas preferiu resistir, "decisão a que foi levado por certo pela maconha que tinha na cabeça".

Os jornais, porém, não estavam cegos aos abusos da polícia: em 1954, o espancamento do repórter Nestor Moreira, ocorrido em uma delegacia, revoltou os jornalistas. A UH classificou o fato de "bestial agressão". O principal acusado era um policial conhecido como "Coice de Mula". Como consequência das agressões, que causariam a morte do repórter, o mesmo jornal publicaria uma reportagem sobre as más condições das cadeias do então Distrito Federal, "cenas que lembram monstruosidades típicas dos campos de concentração", dizia a reportagem assinada por Edmar Morel e Jader Neves. O filho de Edmar, Mário Morel, publicaria em 1959, na revista Mundo Ilustrado, uma série de reportagens sobre corrupção na polícia do Rio que lhe valeria uma menção honrosa do Prêmio Esso.

Mas a grande atração das páginas policiais eram os crimes que envolviam pessoas que

freqüentavam os salões da então capital federal. A década de 50 seria marcada por alguns de características espetaculares, que renderiam páginas e páginas de jornais, como o assassinato do bancário Afrânio Arsênio de Lemos, em abril de 1952. O principal acusado era um oficial da Aeronáutica, o tenente Alberto Jorge Franco Bandeira, que teria praticado o crime por motivos passionais: queria apagar a presença do bancário da vida de sua namorada. Condenado pelo crime, o tenente Bandeira seria beneficiado, em 1972, pela anulação do processo. Em 1958, a estudante Aida Cury seria jogada do alto de um prédio de Copacabana depois de escapar de uma tentativa de estupro – um crime carregado de significados para uma sociedade fascinada e assustada pela chegada dos tempos modernos. Os acusados eram jovens ricos, representantes do que já então se chamava de “juventude transviada”.

O jornalista David Nasser transformaria o martírio da estudante em fonte de sucessivos artigos e reportagens em que empregaria boa parte dos adjetivos e das ofensas disponíveis na língua portuguesa. O principal acusado, Ronaldo Guilherme de Souza Castro, preenchia todos os requisitos que lhe permitiam qualificá-lo de playboy: rico, bonito, elegante, sedutor. Aida vinha de uma família humilde, estudava em colégio de freiras e era virgem – detalhe que Nasser fazia questão de ressaltar. De um lado, o “crapulazinha de família rica”, de outro, a jovem que morreu “para não ser conspurcada por mãos tão sujas”. O jornalista não pouparia o juiz do caso – “padroeiro de tarados” – e do advogado de um dos réus, “caluniador ordinário”, “ladrão de galinhas em matéria de processos”, “maior palavrão vivo que conheci em toda a minha vida”.

Em 1961, outro advogado, Leopoldo Heitor, foi acusado pelo desaparecimento da milionária Dana de Teffé, cujo corpo jamais seria encontrado. Logo passaria a ser chamado nas páginas de “advogado do diabo”. Em São Paulo, João Acácio Pereira da Costa, o “Bandido da Luz Vermelha”, e Francisco da Costa Rocha, o “Chico Picadinho”, se transformavam em protagonistas dos pesadelos da população da capital industrial do Brasil. Mas, apesar do terror que despertavam, criminosos como eles, como “Mineirinho” e mesmo acusados como o tenente Bandeira eram exemplos desviantes que poderiam ser mortos ou presos – e tudo voltaria à paz anterior. O crime, pareciam acreditar a sociedade e os jornais, poderia ser isolado.

O choque causado pela urbanização e a tomada do poder pelos militares colaborariam, a partir do fim dos anos 60, para uma mudança no tratamento do crime e dos criminosos. As cidades se tornavam maiores e impessoais, aumentava o número de migrantes, multiplicavam-se as favelas; parte da esquerda abraçaria o projeto da luta revolucionária, as Forças Armadas adotariam e ampliariam métodos de repressão policiais baseados na violência e na tortura. Nos jornais populares, o crime continuaria a ser visto como um fato

isolado, uma manifestação extemporânea causada pela ação de elementos anti-sociais. Mas outras publicações tateavam em diferente direção, aquela apontada pelas ciências sociais, pelo cinema em filmes como “O Bandido da Luz Vermelha” e “O assalto ao trem pagador”, e em obras-manifesto como a do artista plástico Hélio Oiticica – em homenagem a “Cara-de-Cavalo”, ele proclamava “Seja marginal, seja herói”. O crime não era mais aquele, bandidos e mocinhos poderiam trocar de papéis; a razão, quem sabe, poderia estar com os que assaltavam bancos, não com aqueles que os protegiam.

O crime passou então a ser visto de maneira mais contextualizada, suas raízes sociais ganhariam destaque. Policiais começaram a ser acusados pelas ações dos esquadrões da morte, grupos de pistoleiros responsáveis por assassinatos de supostos criminosos. A imprensa se dividia: de um lado, vibração pela morte de marginais; de outro, sinais de alerta para o crescimento do poder dos grupos de homicidas, cujas ações, na maioria das vezes, estavam relacionadas a acertos de contas entre quadrilhas. Das acusações não escapavam nem mesmo alguns dos “homens de ouro” da polícia carioca – o mais célebre deles, Mariel Mariscott, seria assassinado em 1981. Morreria acusado de homicídios e de tentativa de associação com o jogo do bicho. A confusão de papéis entre bandidos e policiais ficava mais evidente nas páginas, a ponto de o assaltante Lúcio Flávio Villar Lirio chegar a dizer: “Bandido é bandido, polícia é polícia”, uma desesperada e mesmo patética tentativa de colocar ordem naquele caos.

Em 1981, um tiroteio entre policiais e bandidos em um conjunto habitacional da Ilha do Governador, zona norte do Rio, alertava para o surgimento de um outro fenômeno: a organização dos criminosos, que então se reuniam em torno de algo chamado de Falange Vermelha. O fato serviu de senha para a proliferação de reportagens sobre os chamados “comandos”. Ao longo dos últimos 25 anos, a imprensa – particularmente a carioca – tem se dedicado a registrar o avanço do poder dessas organizações geralmente baseadas em favelas. Tráfico de drogas, posse de armamento pesado, domínio territorial, cumplicidade com setores policiais, engajamento cada vez maior de menores de idade com o crime: os jornais passaram a ser pautados também pelo lado de lá da cidade, que se convencionou chamar de partida.

Era preciso tentar entender o que ocorria. O aumento da abrangência e da frequência das ações criminosas foi percebido por setores acadêmicos, que passaram a tentar mensurar e compreender a guerra que os jornais alardeavam. Esse fenômeno introduziu um novo ator no noticiário policial, o especialista em segurança pública, aquele que chegava ao tiroteio munido de estatísticas e de alternativas para tentar solucionar o impasse. Essa entrada em cena foi bem-recebida pela imprensa, que passou a recorrer aos números acadêmicos para

mostrar o que havia por trás de cada manchete. Os dados foram fundamentais para revelar obviedades chocantes. Algumas delas: 1. A polícia apura muito pouco. Em 1992, uma pesquisa do Iser, Instituto de Estudos da Religião, mostrou que 92% das investigações de homicídios cometidos no Rio de Janeiro não chegavam a conclusões consistentes sobre a autoria dos crimes; os promotores não tinham a quem acusar; 2. Ao contrário do que se dizia nas ruas, a polícia não poderia ser acusada de excesso de respeito aos direitos humanos. Uma gratificação por bravura instituída pela Secretaria de Segurança – conhecida como “gratificação faroeste” – multiplicara o número de vítimas entre supostos bandidos.

A busca de indicadores objetivos para um melhor entendimento do fenômeno da violência urbana ainda é recente. Não se tem nesta área a mesma tradição cultivada, por exemplo, nas páginas dedicadas à economia. O desespero com a violência e o crescimento das ações criminosas impede, muitas vezes, uma discussão mais equilibrada do tema. Volta e meia, os jornais acabam contaminados pela lógica do inimigo público número 1 – é quando, por exemplo, a morte do chefe do comércio de drogas de uma favela é tratada como um ponto-final nos problemas daquela área e não como uma simples passagem de poder. Mas a busca de dados mais precisos para o fenômeno da violência tende a prevalecer. Foi essa cultura que permitiu aos jornais paulistas revelarem o destempero da reação de setores policiais aos ataques cometidos pelo PCC no início de 2006. Ao contarem os cadáveres produzidos por supostos agentes do Estado, os jornalistas ajudaram a abreviar o processo de vingança que colaborava para ameaçar ainda mais a credibilidade das instituições.

Graças à preocupação em produzir seus próprios números, repórteres de O Globo mergulharam, em 2004, na análise de 50 mil atestados de óbito para mostrar a tragédia dos que perdem os pais na guerra urbana e se transformam em órfãos da violência. Os números que saem desses levantamentos não merecem ser adjetivados de “frios”, não brigam com as chamadas matérias “humanas”, aquelas que, nas páginas policiais, contam histórias dos que tiveram suas vidas marcadas por uma tragédia. Ao contrário, os números valorizam estas histórias, dão dimensão ainda maior aos seus personagens. Não têm nada de frios: são indicadores quentes, necessários, urgentes. Neles podem estar os caminhos que levem a uma sociedade melhor e para um jornalismo cada vez mais preciso, atuante e responsável.

A MÍDIA DEFINE AS PRIORIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Claudio Beato*

Ambigüidade, conflitos e sentimentos controversos marcam as relações entre a mídia e o setor da segurança pública. A imprensa tem nos problemas de violência e criminalidade um dos maiores interesses de seus leitores, ouvintes e telespectadores. Para as organizações de segurança, a mídia é um dos palcos no qual atuam alguns de seus mais importantes agentes, e por meio do qual se comunicam com o público e adquirem notoriedade. A matéria-prima deste relacionamento é um bem público de interesse crucial para os cidadãos, que aspiram a condições de segurança como um dos componentes de qualidade mais centrais de suas vidas.

Não são muitos os setores da vida pública, como o da segurança, que mantêm uma relação tão tensa, mas curiosamente marcada por laços intensos de dependência mútua com a imprensa. Para operadores e alguns estudiosos do tema, a mídia é parte do problema de criminalidade e violência no nosso país. Governantes, policiais e policy makers destacam freqüentemente o papel negativo da cobertura jornalística da segurança pública, bem como o descrédito decorrente lançado sobre as instituições de justiça. Contudo, a medida com que ela efetivamente é capaz de influenciar e moldar comportamentos ainda é um vasto e inexplorado tema de pesquisa em nosso país.

Na perspectiva de muitos profissionais de imprensa, deve-se acrescentar ao cenário de miséria e degradação do cotidiano da criminalidade e da violência as deprimentes mazelas e espetáculos desempenhados por muitas

* Sociólogo, diretor do CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

organizações de justiça e, em especial, das nossas polícias. Corrupção e brutalidade somam-se à irracionalidade do funcionamento da justiça, compondo um quadro desolador no qual o desalento e o ceticismo passam a constituir um traço marcante dos profissionais da área.

Tanta nebulosidade termina obscurecendo o fato de que essa relação não é claramente conhecida, dando origem a muitos mal-entendidos na cobertura sobre segurança pública no Brasil. Existem diversas formas através das quais se traduz esta influência mútua.

(a) A mídia pauta agendas na segurança pública

É quadro recorrente governantes, gestores e policy makers não disporem na área da segurança de instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação das atividades empreendidas. Bases de dados e sistemas de informação são precários e a cultura prevalecente nas organizações não incorpora ainda as utilidades executivas da gestão do conhecimento. Conseqüentemente, não se define uma agenda de problemas prioritários, terminando por gerar estratégias e atividades de cunho puramente reativo e sem resultados.

Neste contexto, fatos de grande repercussão explorados pela mídia terminam por fornecer esta agenda aos gestores. O que gera a notícia pauta a agenda de prioridades de nossos governantes. São inúmeros os exemplos de reações das autoridades a eventos, como o do ônibus 174, o da Favela Naval ou os ataques do PCC, que confirmam a tese da ausência de uma orientação política mais sólida na área da segurança. Medidas, leis, projetos, planos e políticas são orientados por tais eventos extraordinários.

O aspecto perverso disto é que, ao tratar daquilo que se traduz nas grandes notícias, termina-se olvidando a rotina perversa e sem apelo midiático que vitima centenas de jovens na periferia das grandes cidades. Já os incidentes envolvendo pessoas da classe média para cima, capazes de mobilizar a atenção da imprensa, passam a ocupar uma posição central para os governantes, reforçando o quadro de desigualdade na provisão da segurança pública.

(b) Ausência de massa crítica

Ao contrário de temas como política, economia, educação, cultura ou ciência, esta é uma área em que as redações não contam com muitos jornalistas especializados. Mesmo quando existem, raramente são qualificados para compreender o fenômeno da segurança e da violência em todas as suas nuances. Lugares comuns e chavões passam a servir como base de interpretação de fenômenos complexos e heterogêneos, reforçando ainda mais os inúmeros estereótipos existentes.

Curiosamente, esta ausência de formação especializada repete-se entre os operadores do sistema e profissionais. Policiais, juízes e promotores raramente são formados em criminologia ou em áreas afins à pesquisa e à organização de informações que possam

subsidiar suas decisões. Terminam repetindo os mesmos preconceitos e idéias prontas de senso comum, de pouca valia para quem pretende uma compreensão mais profunda que possibilite uma intervenção de fato eficaz. Parcela deste débito deve ser creditada às nossas universidades, que tão pouco fazem para suprir tal deficiência. É como se dispuséssemos apenas de curandeiros e benzedeiros para curar uma epidemia de AIDS.

(c) Jornalistas e suas fontes

Aspectos de natureza organizacional relacionados às redações dos órgãos da imprensa levaram à quase extinção da figura do jornalista investigativo. Profissionais que possam despender largos períodos de tempo tentando compreender algum fenômeno em maior profundidade foram substituídos por jornalistas que têm que fechar matérias ao final do dia. Para tal, contam com um grande número de informantes para ajudá-los a estruturar as matérias e auxiliá-los na interpretação dos materiais obtidos. Muitos desses informantes estão no interior das organizações policiais, e alguns deles envolvidos em atividades de ponta.

Salvo exceções – elas existem e são importantes – a regra é uma deficiência reforçando outra. Pessoas que entendem pouco do que estão falando orientam-se por profissionais que entendem menos ainda do que estão tratando. O resultado é desinformação e ausência de uma perspectiva mais analítica que leve à compreensão da violência a partir de um quadro de referência mais amplo.

(d) O encanto dos operadores pela mídia

A relação de policiais com a mídia é marcada pela ambigüidade. Se de um lado há uma condenação quase unânime, de outro, muitas carreiras e cargos eletivos constroem-se e ampliam-se pela utilização da mídia. Não são poucos os profissionais de segurança que terminaram por conseguir sólidas posições na política nacional devido à superexposição de seus cargos. A visibilidade é alcançada dizendo-se justamente aquilo que muitos diretores de redação querem ouvir para organizar suas edições.

Além da autopromoção, a imprensa freqüentemente é utilizada para a manipulação de conflitos corporativos. Interesses contrariados e defesa de posições políticas internas raramente são expostos à discussão pública, preferindo-se muitas vezes a denúncia e a criação de “fatos” como arma para os inúmeros conflitos desse tipo nas organizações.

Finalmente, mas não menos importante, policiais, promotores e juízes vêem na atuação da imprensa um poderoso combustível a alimentar a enorme fogueira de vaidades dos diversos atores envolvidos com segurança pública. Profissionais de imprensa, por sua vez, percebem sua atuação na cobertura do tema como uma contingência transitória, a ser abandonada na medida em que se ascende na carreira.



Dependentes de BO: o desafio de ir além das fontes policiais

A cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa brasileira sofre de dependência em alto grau das informações policiais. A polícia é a fonte principal – se não a única – na maioria esmagadora das reportagens. Esta predominância das forças de segurança no noticiário foi comprovada pelas pesquisas realizadas pelo CEsSeC em 2004 e 2006. Em 2004, uma análise de 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados⁴ demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. Quando eram desconsiderados os textos que não indicavam fontes – notas e colunões, rápidos registros de encontros de cadáveres, roubos e outras ocorrências, que compunham 24,8% da amostra – o percentual subia para 43,2%. Em outro levantamento, realizado pelo CEsSeC em 2006 sobre oito jornais do Rio,⁵ 26,9% dos 2.651 textos baseavam-se em informações policiais. Além destes, um grande número dos colunões e notas, que compunham 34,6% da amostra, tinha como fontes os boletins de ocorrência.

Os jornalistas ouvidos pela pesquisa argumentam que não há como evitar esta situação. Responsáveis pela repressão, registro e investigação de crimes e outros atos violentos, as polícias Civil, Militar e Federal são, naturalmente, a principal fonte de informações sobre a criminalidade. Nada haveria a criticar nesta prevalência não fosse o fato de que as forças de segurança são a única fonte das matérias em um expressivo número de casos. Um grande percentual de reportagens (mais de 50%) apresenta apenas uma pessoa ou instituição como a origem dos dados ou informações. Na maior parte das vezes, esta fonte está ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil. Tal predominância tem como contraponto a ausência de outros importantes atores sociais, raramente nas páginas.

A conseqüência mais grave da dependência das informações policiais é que ela diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança. Apesar das freqüentes reclamações das autoridades do setor sobre críticas da imprensa, a verdade é que o noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto de registros de ações policiais: prisões, apreensões, apresentações de criminosos etc. A imprensa tem exercido um papel fundamental na fiscalização da

4. No Rio de Janeiro: *O Globo, Jornal do Brasil e O Dia*; em São Paulo: *Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Agora S. Paulo*; em Minas Gerais: *Estado de Minas, Diário da Tarde e Hoje em Dia*.

5. *Extra, Jornal do Brasil, Meia Hora, O Dia, O Fluminense, O Globo, O Povo e Tribuna da Imprensa*.

atuação das forças de segurança. No entanto, em grande parte dos textos, ela divulga sem questionar os atos cometidos por elas. E são inúmeros os exemplos de ações policiais equivocadas – muitas vezes feitas na pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública – que encontram destaque nas páginas de jornais.

Nas análises realizadas pelo CESeC, o segundo lugar como fonte principal é a vítima (9,7% no levantamento nacional, 10,4% na pesquisa sobre jornais do Rio de Janeiro). Em terceiro lugar, surgem o Poder Executivo Federal, o Estadual e o Municipal (8,5%), indicando a forte presença das secretarias de segurança neste cotidiano.

Especialistas aparecem em pequeno número – 4,6% na pesquisa nacional e apenas 1,4% no estudo sobre jornais fluminenses. A chamada sociedade civil organizada corresponde a menos de 1% das principais fontes ouvidas. Representantes do Ministério Público, envolvidos diretamente no processo legal, também não aparecem em proporção semelhante à sua importância: na pesquisa regional, eles são fontes principais em apenas 1,7% das matérias.

Os textos sobre segurança raramente expõem vários pontos de vista sobre o mesmo assunto. Na análise de textos de jornais de Rio, São Paulo e Minas, realizada em 2004, o CESeC identificou que mais de 60% das matérias citavam apenas uma fonte (ou nenhuma, caso das notas e colônias). A análise de jornais fluminenses encontrou um percentual de 63,5% – mais baixo em jornais formadores de opinião, como *O Globo* (47%) e *Jornal do Brasil* (46,5%) e bem mais alto no *Meia Hora* (81,7%), caracterizado por textos curtos, e *O Povo* (72,3%). Além disso, mesmo quando trazem várias fontes, as reportagens raramente comparam pontos de vista diferentes. Na avaliação nacional, apenas 10,5% dos textos examinados traziam opiniões divergentes, contra 8,4% nos jornais do Rio. Na cobertura de segurança, a imprensa abre mão, com maior frequência, do compromisso de promover o debate entre os vários segmentos da sociedade.

Dificuldades da cobertura

Uma das razões alegadas para a pequena diversidade de fontes é a dificuldade de encontrar informantes qualificados e independentes em relação ao sistema de segurança. As associações de moradores de favelas são um canal importante para o jornalista, já que exercem o papel de mediadores em comunidades em que há grupos armados. Os jornalistas negociam com elas a entrada nas comunidades, sabendo que, muitas vezes, estas entidades por sua vez farão contato com representantes dos traficantes ou milícias do lugar. No entanto, justamente por exercerem este papel, algumas destas associações passaram a ser vistas como porta-vozes de poderes estabeleci-

dos à margem do Estado. E, por isso, deixaram de ser consideradas fontes de qualidade, capazes de produzirem informação independente e crítica sobre as suas comunidades.

Apesar do seu status de fonte principal, as polícias também oferecem dificuldades aos repórteres. Por inúmeras razões, elas costumam adotar posições defensivas e corporativas quando se trata de responder a questionamentos críticos (veja o depoimento *Uma relação de amor e ódio*). Na maioria dos estados brasileiros, as forças de segurança ainda não adotam políticas claras e padronizadas de informação. “Tem pessoas na polícia que preferem um tiroteio a uma entrevista”, avalia o coronel Ubiratan Ângelo, comandante-geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Os jornalistas queixam-se da dificuldade de obter dados oficiais. Editores de São Paulo, por exemplo, contaram que a Secretaria de Segurança do estado divulgava estatísticas em horários tão tardios que pareciam escolhidos para dificultar a cobertura. Outro problema é a concentração das informações na figura do porta-voz. A saída é buscar informações em *off*, nem sempre exatas.

José Luiz Alcântara, chefe de redação de *O Estado de S. Paulo* no Rio, desabafou no *workshop* organizado pelo CEsEC em outubro de 2006: “Você não pode falar com a polícia, porque a polícia não é confiável; a comunidade também depende de ou é coagida pelo tráfico; o advogado de bandido também não é confiável; e muito menos o bandido. Se depender das informações da comunidade, nunca houve um bandido morto que não fosse trabalhador; também nunca se viu a polícia admitir que a bala que atingiu um inocente partiu dela; a responsabilidade é sempre do bandido”.

E as demais fontes? Os especialistas em segurança pública, segundo os profissionais ouvidos nesta pesquisa, são em pequeno número e repetem suas análises, trazendo poucas contribuições novas ao debate. A crítica sinaliza a dificuldade da Academia de dialogar com a sociedade, já que certamente o círculo de pesquisadores em criminalidade e segurança vem se renovando nos últimos anos.

A ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada, na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco frequentes. O resultado é um conjunto de matérias em que predomina a pouca contextualização e a pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais de Polícia Militar.

Desafios no relacionamento com a polícia

A relação dos jornalistas com as fontes policiais envolve dilemas e desafios que perturbam mesmo os profissionais mais experientes. Sentir-se usado pela polícia ou por autoridades do setor, utilizar

o espaço editorial como moeda de troca para obter outras informações e ponderar os benefícios futuros de proteger uma fonte acusada ou suspeita de irregularidade são situações que os repórteres enfrentam cotidianamente.

Como toda a relação entre jornalista e fonte, a troca constante de informações entre polícia e repórteres envolve interesses mútuos. Por um lado, os jornalistas precisam ser abastecidos de novidades. Por outro, as autoridades de segurança contam com a imprensa para manter os casos que investigam em destaque, assegurando recursos e valorizando o seu trabalho perante os superiores. A longo prazo, a exposição constante na mídia tem facilitado muitas candidaturas a cargos públicos de chefes do aparelho policial. Em alguns estados, chefes de polícia, secretários de segurança e outros titulares de posições de destaque na repressão à criminalidade estiveram entre os candidatos de maior expressão nas últimas eleições.

Policiais hábeis chegam a conseguir a colaboração dos jornalistas em investigações. “Muitas vezes, eles têm informações sobre acusados que preferem passar em off, pois ainda não têm provas suficientes para indiciá-los. O repórter pode investigar e trazer de volta mais informações”, diz o editor-adjunto do *Globo*, no Rio, Jorge Antonio Barros.

A troca entre imprensa e fontes pode resultar na subordinação de notícias a interesses não-jornalísticos. Dilson Pimentel, repórter do jornal *O Liberal*, do Pará, dá um exemplo: “Muitos policiais usam a imprensa para mandar recados para bandidos e outros grupos de policiais com os quais eles possam ter desavenças. A gente tem de ter cuidado para não ser usado”. Por parte dos repórteres e dos editores, o aspecto mais comum dessa troca é a divulgação de notícias de pequeno valor jornalístico, favoráveis às fontes, com o objetivo de consolidar a relação e garantir informações mais interessantes no futuro.

A convivência cotidiana de jornalistas e policiais também promove relações afetivas que colocam novos dilemas. Nas faculdades de comunicação, aprende-se que o repórter deve deixar claro o caráter profissional do seu relacionamento com as fontes e a sua intenção de publicar tudo o que considerar importante, inclusive o que desagradar aos seus informantes. No entanto, a teoria nem sempre é facilmente aplicada à realidade. Como acontece também no jornalismo político, os telefonemas e os encontros constantes podem resultar numa intimidade que torna difícil manter a independência. Como diz um repórter de um jornal paulista: “Muitos jornalistas acabam criando laços de amizade com policiais. Isso cria um círculo vicioso, porque o jornalista usa a amizade para ter informações. Aí fica sabendo um monte de coisas sobre o outro e não pode falar”.

No Brasil, onde a imprensa vem exercendo o controle social sobre as forças de segurança, ocupando o papel que seria das ouvidorias e das corregedorias, a troca entre fonte policial e repórter ganha complexidade ainda maior. Até onde confiar no policial que passa costumeiramente informações? E se este mesmo agente for acusado de corrupção ou violações dos direitos humanos? Dilson Pimentel, do jornal paraense *O Liberal*, identifica o problema: “Eu recomendo que a amizade com os policiais seja estritamente profissional. Eu não vou à churrascada nem à festa de aniversário. Hoje você faz matéria com um policial que acaba de prender uma quadrilha; duas ou três semanas depois, esse policial é preso ou investigado por fazer parte de uma outra quadrilha. É preciso manter certo distanciamento para ter condições de fazer a matéria, seja ele o mocinho ou o vilão na história”.

A relação de dependência da fonte policial também dificulta a realização de reportagens sobre as corporações. Vários jornalistas entrevistados relataram casos de ameaças de policiais para impedir a publicação ou a continuidade de reportagens sobre corrupção ou violência de agentes. A tentativa de intimidação se torna mais intensa quando o autor da reportagem é percebido como um “parceiro” pelos atingidos. “De repente, você começa a fazer todas as matérias que os caras querem. Se for fazer depois uma matéria contra a polícia, está ferrado”, adverte um fotógrafo carioca.

Bastidores

Piratas da Caravela

Em setembro de 2005, R\$ 2,1 milhões apreendidos em uma operação contra uma grande quadrilha de traficantes – a Operação Caravelas – foram roubados da sede da Polícia Federal, no Rio de Janeiro. O caso foi intensamente coberto pela imprensa, inclusive pelo repórter da TV Globo Eduardo Tchao, que acabou por influir na investigação do crime. “Não conseguiam encontrar o dinheiro. Uma noite, recebi o telefonema de uma fonte que me contou que um policial envolvido no roubo teria deixado um carro com o dinheiro na casa da

namorada. Procurei os policiais encarregados da investigação e apresentei essas fontes, que confirmaram as acusações. O dinheiro acabou sendo descoberto”, lembra.

Em troca da sua colaboração na investigação, Tchao recebeu informações e imagens exclusivas, como o vídeo da recuperação do dinheiro e uma fita que mostrava os policiais acusados do roubo cometendo um assassinato. Primeiro a anunciar as novidades no caso, passou a ser procurado como fonte pelos colegas da imprensa ■

Uma prática que pode dar margem a distorções na relação entre fonte e repórter é o uso de instalações e veículos das polícias para realizar matérias. Jornalistas que utilizam postos de observação de agentes para fazer fotos ou viajam em helicópteros e blindados da PM podem colocar em risco a própria segurança e a independência em relação aos “anfitriões”. “A gente aqui acompanha perseguições policiais. Vamos supor que em um determinado momento você queira entrar na viatura da PM. Isso está errado. Pode haver uma troca de tiros e você não está preparado para isso. O fato de trabalharmos diariamente na área policial não nos torna policiais”, analisa o paraense Pimentel. Em 2004, o fotógrafo Carlos Moraes, de *O Dia*, fazia uma reportagem sobre a CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais) quando, ao sobrevoar a favela da Providência, no Rio de Janeiro, a aeronave foi atacada a tiros. Policiais invadiram o morro e mataram dois supostos traficantes. Durante o conflito, Moraes fotografou às cegas, apenas com o braço para fora do helicóptero. Ao serem reveladas, as fotos mostraram que os rapazes haviam sido mortos depois de rendidos pelos policiais. *O Dia* enfrentou pressões dos oficiais que haviam franqueado acesso ao helicóptero quando decidiu publicar a reportagem, que ganhou o Prêmio Esso de fotografia de 2004.

Cautela no uso do off

O uso de informações em que a fonte é mantida em sigilo – ou *off the record* – é um recurso largamente utilizado pela imprensa e, muitas vezes, é a única maneira de realizar matérias investigativas ou divulgar denúncias. O emprego de informações sem atribuição obedece a regras bastante conhecidas da maior parte dos jornalistas, já consagradas em vários manuais de redação. Javier Darío Restrepo, responsável por consultas éticas na Fundación para un Nuevo Periodismo Iberoamericano (www.fnpi.org/consultorio), orienta: “O uso mais ético e inteligente do *off the record* é como um indício que permite iniciar ou continuar uma investigação com outras fontes. Os dados que se obtêm no curso destas conversas adquirem grande importância se o jornalista os confirma, amplia ou verifica a sua falsidade com outras fontes”.

Até onde estas recomendações são seguidas no dia-a-dia na cobertura de segurança pública? Aparentemente, com frequência. Muitos jornalistas entrevistados dizem obedecer a orientações semelhantes e contaram que editores evitam colocar informações *off the record* em títulos. Um dos maiores estímulos para este uso cauteloso é um histórico de ações legais contra a imprensa. “Hoje existe a indústria do processo. Por isso, *off* sem papel pra mim não é matéria. Não basta saber, o meu desafio é comprovar. O *off* tem de estar sustentado em outras bases, não apenas na minha crença de que aquilo seria a verdade”, diz a repórter Adriana Cruz, de *O Dia*. Mauro Neto, ex-editor de Polícia de *O Liberal*, impunha condições aos seus comandados: “Só publico *off* se o

repórter me disser quem é a fonte. O *off* é perigoso, uma praga do jornalismo. O jornalista pode decidir publicar um boato como *off*. Isso é muito comum”.

O cuidado se estende, de forma ainda mais intensa, ao conteúdo de grampos não autorizados pela Justiça, bem mais comuns nas editorias de política. Os grampos clandestinos são menos presentes nas reportagens policiais. Segundo os jornalistas e os policiais ouvidos na reportagem, a própria polícia evita divulgar esses grampos clandestinos, por temor de ações legais e

FLAGRANTE DO 'DIA' EM OPERAÇÃO NO MORRO
FAZ GOVERNO AFASTAR DELEGADO E EQUIPE

Providência: execução derruba seis policiais

Violência da ação choca ministro da Justiça
Luto do tráfico fecha o comércio na região



SECRETÁRIO de Segurança em exercício, Marcelo Itagiba afastou seis policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil. Os agentes participaram segunda-feira de operação no Morro da Providência, que acabou com dois suspeitos mortos, depois que helicóptero da polícia foi atacado a tiros por traficantes. Em Brasília, ao tomar conhecimento da reportagem do **DIA**, publicada ontem, que mostrava os flagrantes da ação policial, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ligou imediatamente para Itagiba e quis saber quais providências estavam sendo tomadas. **PÁGINAS 16 E 17**

Reportagem de *O Dia* de 18/05/2003: fotos de execução renderam prêmios e ameaças ao jornal

corporativas. O conteúdo de dossiês e gravações é assunto de interesse jornalístico quando os documentos podem ser atribuídos a uma fonte qualificada – por exemplo, o Ministério Público. Na impossibilidade de citar as fontes, a informação será reproduzida se comprovada por documentos ou fontes consideradas de confiança.

Quebrar o *off* e proteger a fonte

Um tema polêmico relativo ao uso de informações *off the record* é a manutenção do contrato de sigilo em todas as circunstâncias. Nos casos em que a informação é de interesse público, o jornalista pode decidir desrespeitar o *off*. Um dos exemplos lembrados é a entrevista que o traficante Marcinho VP, da favela carioca Dona Marta, deu a vários repórteres do Rio, em 1996. Três jornalistas que participaram não cumpriram a promessa de manter segredo sobre a sua identidade e o lugar da conversa, por considerar que isso seria proteger um bandido procurado pela polícia. O episódio é contado no livro *Abusado*, de Caco Barcellos. André Luiz Azevedo, da Rede Globo, analisa a decisão: “O *off* é um contrato que pode ser quebrado, se você julgar importante para a sociedade. É como se a fonte apresentasse uma fatura por aquela informação. Se vale a pena, você paga; se ela for exagerada pelo peso da informação, você não paga”.

No entanto, deve-se lembrar que a relação entre fonte e jornalista é baseada na confiança de que a manutenção do sigilo é um princípio respeitado pela imprensa. Quebrar com frequência o contrato do *off* pode abalar esta confiança, dificultando o acesso às informações.

Manter sigilo sobre a identidade do entrevistado também é uma séria questão ética para os profissionais de imprensa do Brasil por outras razões. Os jornalistas estão cada vez mais conscientes das conseqüências do seu trabalho para a vida privada e a segurança dos seus informantes. Personalidades, políticos e outras fontes, constantemente procurados pela imprensa, sempre souberam negociar condições para o uso de seus nomes e das informações dadas. O mesmo não acontece, no entanto, com cidadãos comuns, como as testemunhas de um crime. Antes, poucos eram os repórteres que se preocupavam com a preservação do anonimato desses indivíduos: se os entrevistados não faziam questão em pedir o sigilo, geralmente publicavam-se nomes e fotografias.

Esta atitude tem se modificado. Na já mencionada cobertura da execução dos dois jovens no morro da Providência, no Rio de Janeiro, em 2004, o então repórter do *Jornal do Brasil*, Gustavo de Almeida, preocupava-se com os parentes das vítimas: “Eu dizia para a mãe de um dos mortos: 'olha, a senhora tenta não se expor, tenta não ser fotografada'. É até um antijornalismo, mas a gente muitas vezes atua como se aqueles seres existissem só durante a nossa reportagem e depois

fossem para outro mundo, protegido. Mas não é isso que acontece. Nós entrevistamos, depois vamos embora. E as pessoas ficam e às vezes morrem".

Câmeras escondidas e falsas identidades

O uso de câmeras escondidas e a adoção de identidades falsas também é outro tema polêmico nas redações. Em princípio, jornalistas deveriam se apresentar como tal. No entanto, nem sempre a recomendação é seguida. Até onde é permitido obter informações sem advertir a fonte sobre o uso que se fará delas?

O jornalista Ricardo Noblat, colunista de política de vários jornais, instituiu um veto à prática quando era editor-chefe do *Correio Braziliense*: "Um dos artigos do Código do Correio proíbe ao jornalista publicar informações obtidas por meios considerados fraudulentos. Um deles é ter acesso a informações fazendo-se passar por outra pessoa. Ou negando ser jornalista. É prática corriqueira na imprensa brasileira. (...) Com o pretexto de que o interesse do público está acima de tudo e de que a imprensa existe para informá-lo, jornalistas roubam documentos, se apresentam sob falsa identidade e gravam conversas às escondidas. Jornalistas que agem assim se consideram acima da lei. (...) Costumamos dizer que enquanto médico pensa que é Deus, jornalista tem certeza. Jornalista não é Deus. Não está dispensado de respeitar a Constituição e as leis do país. (...) A denúncia de um ato criminoso não justifica a prática criminosa".⁶

Já Francisco José Karam, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e especialista em ética jornalística, deu entrevista ao Observatório da Imprensa defendendo a prática: "Em muitos casos, acho legítima a utilização de câmeras escondidas e/ ou gravadores. Há códigos jornalísticos que condenam, outros defendem. O uso deve ser em casos em que a informação de interesse público não pode ser obtida a não ser com tais procedimentos. Foi o uso de gravadores e câmeras que fez autoridades e público tomarem conhecimento de torturas, de desvio de verbas públicas, de subornos, de chantagens de todo tipo". O professor adverte, no entanto, que a prática é "condenável em casos em que se buscam apenas a audiência, a espetacularização, a divulgação da privacidade".

Contribuições e sugestões

Qualificar o noticiário sobre segurança pública, violência e criminalidade exige esforços em duas mãos. Repórteres e editores podem fazer, individualmente, ações no sentido de aumentar a diver-

6. Ricardo Noblat. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p.27-28.

sidade de vozes nas páginas, manter a independência e criar padrões de apuração que assegurem a qualidade da informação. Mas suas ações seriam muito mais eficientes se tivessem o apoio institucional das empresas jornalísticas. Os jornais poderiam avançar muito se estabelecessem novos canais de diálogo com a sociedade e exigissem de forma institucionalizada mais transparência das autoridades.

Agenda reforçada: Para oferecer uma cobertura mais plural, a imprensa precisa colocar como prioridade o estabelecimento sistemático de relações com pesquisadores, ONGs e lideranças comunitárias. Uma aproximação institucional deve ser feita com estes segmentos, visando ampliar e apoiar o esforço já realizado pelos repórteres no cotidiano. Encontros periódicos, seminários e parcerias com representantes destes segmentos seriam um caminho neste sentido. Como uma contribuição, este livro traz um *Guia de fontes* que lista os principais centros de pesquisa e instituições especializadas em segurança pública.

Cobrança das autoridades: Também é importante que a mídia exija, se possível de forma coordenada, a divulgação de dados referentes a ocorrências, processos disciplinares e gastos públicos na área de segurança. A divulgação regular dessas informações é necessária para que a sociedade possa exercer o controle sobre o uso das verbas e a eficácia das políticas desenvolvidas pelo Estado. O direito a tais informações está previsto na Constituição, como escreve Fernando Rodrigues em artigo ao fim deste capítulo, e pode ser pleiteado na Justiça.

Cuidados na apuração: O uso de câmeras escondidas e a omissão da identidade jornalística são recursos que, no mínimo, devem ser usados com extremo cuidado. Antes de utilizá-los, cabe ao jornalista perguntar:

- A reportagem resultará em uma importante denúncia de interesse público?
- É possível fazer a reportagem por meios convencionais, ainda que de forma mais lenta ou menos espetacular?
- O uso de imagens ou gravações não autorizadas é essencial para obter a comprovação dos dados, ou apenas serve para “ilustrar” de forma mais atraente a reportagem?

A resposta franca a estas questões pode diminuir excessos hoje cometidos pela imprensa brasileira, que não raro resultam em críticas e processos.

UMA RELAÇÃO DE AMOR E ÓDIO

Augusto Severo*

Para compreender o relacionamento da Polícia Militar com a imprensa, é preciso conhecer um pouco a cultura de uma força policial militar. Trata-se de uma instituição na qual, até o ano de 1998, era transgressão disciplinar falar outra língua no interior do quartel. Cabos e soldados só foram considerados cidadãos brasileiros a partir de 1988; até então, não podiam votar. É um passado extremamente recente, que até hoje impõe severas restrições culturais à Polícia.

Ao longo dos anos, nós nos acostumamos a gerenciar a imprensa de três maneiras. Primeiro, obstruindo a ação do jornalista, tentando impedi-lo de ver e relatar o que fazíamos. Segundo, permitindo a atuação da imprensa, mas apresentando uma realidade maquiada: inventávamos as famosas histórias de cobertura e mostrávamos uma realidade que não existia. Por último, ignorávamos a imprensa e evitávamos o diálogo.

Hoje, para ser eficaz, a polícia tem de atuar de forma legal, dentro das normas do estado de direito, e ainda conquistar legitimidade. Legitimidade é dada pela opinião pública, e quem nos ajuda a formar a opinião pública é a imprensa. Por isso, é importante que sejamos capazes de estabelecer relações de compreensão entre repórteres e editores e policiais.

A imprensa precisa compreender que não vamos, de uma hora pra outra, com uma varinha de condão, mudar o histórico da nossa organização, que por muito tempo foi parte do aparelho repressor do Estado. A relação entre a Polícia Militar e a mídia ainda é de amor e ódio. Quando temos sucesso, queremos que a imprensa cubra as nossas

* Coronel da Polícia Militar, é presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e foi comandante da PM de Minas Gerais.

atividades; quando não sabemos dar a resposta adequada a um problema, gostaríamos que ela ficasse afastada.

Em Minas Gerais, temos escolhido um caminho de aproximação, também adotado em outros estados. Buscamos estabelecer a interação fora do que chamamos de "teatros de operações". Em geral, nossos encontros só se dão no calor da estruturação de uma ação de resposta a um delito de grande envergadura. E, naquele momento, a ansiedade e o risco provocam nervosismo e atritos.

Hoje, existem jornalistas que são especialistas em cobrir esportes, economia e artes. Cada um desses profissionais tem uma formação específica. E os especialistas em polícia? Eles também precisam passar por uma formação. É muito importante que os jornalistas possam freqüentar as nossas academias e sejam formados não só para compreender a organização policial, mas para compreender o fenômeno da violência e da criminalidade, e o papel da polícia nesse fenômeno.

“Junto com a imprensa, eu regulo a rua”

Marina Maggessi

Antes de ingressar na academia da Polícia Civil, a carioca Marina Maggessi formou-se em jornalismo. Por conta desta afinidade com o ramo da comunicação e por seu estilo direto, sem papas na língua, a inspetora tornou-se a principal fonte na polícia para os jornalistas do Rio de Janeiro. Marina conquistou este *status* também por seu trabalho – suas investigações, sempre baseadas em escutas telefônicas, foram responsáveis pela prisão de muitos dos chefes do tráfico fluminense de drogas, como Uê e Marcinho VP. Também foi a responsável por encontrar e prender Elias Maluco, julgado o mandante da morte do jornalista Tim Lopes. Marina era a fonte das fitas gravadas por dona Vitória, senhora que durante dois anos filmou as atividades do tráfico em Copacabana, reportagem que deu o Prêmio Esso a Fábio Gusmão, de *O Extra*. Foi também ela a origem de uma das maiores “barrigas” da imprensa carioca, a prisão de uma jovem acusada de queimar um ônibus cheio de passageiros, libertada dias depois. Na entrevista, realizada em julho de 2006, antes de sua eleição para o cargo de deputada federal pelo PPS, quando era a titular da Delegacia de Repressão aos Entorpecentes (DRE), a inspetora conta sobre os bastidores das reportagens de que participou e explica: “Eu regulo a rua com a imprensa”.

Como você se tornou uma fonte tão privilegiada para a imprensa do Rio?

A relação com a mídia, para mim, sempre foi diferente, porque eu sempre me comuniquei com os bandidos através do jornal. Se eu quero falar com a favela e o presídio, eu falo em [jornais populares, como] *O Dia*, *O Povo* e *Extra*. Quando eu quero falar com os formadores de opinião, falo no *Globo* e no *Jornal do Brasil*.

Um exemplo.

Quando o [traficante] Dudu da Rocinha saiu pra visitar a mãe, a gente sabia que ele ia invadir a Rocinha. A gente conhece os bandidos. Eu escuto. O grampo parece um divã de analista; você fica conhecendo a pessoa: as fraquezas, o caráter. E aí você

consegue também se antecipar. Eu já tinha prendido o Dudu duas vezes antes. A gente sabe que a vida toda ele é solto, vai pra Rocinha e barbariza; as pessoas têm pavor dele. Ele estava preso em Bangu I com o Márcio Nepomuceno, o Marcinho VP, chefe do Comando Vermelho. Ele vendeu pra eles: a Rocinha bombando, com a melhor cocaína do Rio, tinha voltado a ser aquela área de lazer que a classe média alta tanto gosta. Ele vendeu a seguinte idéia para o Marcinho VP e para os policiais militares do Marcinho, que estavam no 23º Batalhão, na época: “Eu vou tomar toda a Rocinha e vou dar um ponto pra cada um”. Então, o Marcinho VP mandou o Comando Vermelho ir. Todo mundo tinha que mandar gente ou arma. O Lulu estava na Rocinha, nessa altura, e era

Comando Vermelho. Mas o Lulu não gostava das ordens do Comando Vermelho.

O que você fez em relação à imprensa?

Chamei o Fábio Gusmão, porque tem que ser o *Extra*, nesse caso. “Bota no jornal que o Dudu saiu hoje pra beijar a mãe e não vai voltar. Vai invadir a Rocinha em menos de uma semana”. No dia seguinte, estava todo mundo atrás de mim: “É verdade?”.

Você falou em on?

Eu nunca falo em *off*. Já respondi a 500 sindicâncias, mas se for *off*, não fui eu. Com o *off*, o policial diz o que quer, inventa e manipula a imprensa ao seu bel prazer.

Qual era a sua intenção?

Alertar o Comando Vermelho. O *Globo* fez

uma reportagem enorme, dizendo: “Vai ter banho de sangue na Zona Sul”. Aí, foi a segunda jogada. Eu falei: “O pior é que o Comando Vermelho acha que o Dudu vai poder ficar na Rocinha, e não vai. O povo odeia ele”. Foi o bastante para que Mangueira e Providência desistissem. O Comando Vermelho deu pra trás e a Rocinha se protegeu. Eu acho que isso é fazer polícia, sim. Você pode usar a informação para provocar determinados efeitos. Quando começaram os ataques do PCC, vieram me perguntar se eu achava que o Comando Vermelho poderia se aliar à facção e fazer o mesmo no Rio. Respondi: “O Comando Vermelho nunca vai ser massa de manobra do PCC”. Com uma declaração dessas, você já desestimula qualquer intenção... Os caras já começam a dizer uns para os outros: “É... Qual é a desse Marcola que vai mandar na gente?”

Vitória da paciência

Em maio de 2004, o jornalista Fábio Gusmão, do jornal *Extra*, recebeu da inspetora Marina Maggesi, da Coordenadoria de Inteligência da Polícia Civil, um pacote com várias fitas VHS. O conteúdo das fitas revelava a rotina de traficantes e viciados que comercializavam e se drogavam à luz do dia na Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro.

Mais que a prova do crime, as 22 fitas e as 33 horas de gravação mostravam a indignação de dona Vitória (nome fictício pelo qual ficou

conhecida), uma ex-empregada doméstica de 80 anos. Moradora de um prédio vizinho à favela, ela registrara por dois anos, de sua janela, imagens do consumo de cocaína nas escadarias que levam ao morro, além da convivência de policiais. Gravava e fazia comentários carregados de revolta sobre o que via – a decadência física dos viciados, o uso da droga por crianças pequenas. “Vi que a história não eram as imagens, mas aquela pessoa, aquela mulher”, conta Gusmão.

Os bastidores da reportagem são uma história

Não vai mandar, não!" (risos). "Aqui é o CV, é nós. Nós somos fortes pra caralho; não vai mandar, não!" (risos). É assim que eu seguro a rua junto com a imprensa. É isso que a imprensa me dá. Isso aí é sensacional. Agora, eu nunca usei isso sem avisar para o jornalista: "Olha só, eu preciso desse resultado aqui".

E a história de que a imprensa só fala mal da polícia? Os melhores policiais repetem isso, mas você quebrou este paradigma.

Ah, falam o tempo todo no meu ouvido: "Você vai ver, eles vão te derrubar, eles vão fazer isso com você, vão fazer aquilo". Isso tem mais de cinco anos, desde que eu peguei essa chefia pela primeira vez. Eu falo: "É mentira de vocês. Quem derruba vocês são vocês mesmos". O que acontece é que na polícia tem um monte de guerrinha de facção, e a imprensa fica do lado

de fora com a boquinha aberta esperando. A imprensa também se dá bem nisso, porque ela quer vender jornal. Escândalo dá um ibope danado. É uma relação de simbiose.

Você já levou uma rasteira da imprensa?

Não foi da imprensa. Em 2005, depois de ter anunciado a invasão da Rocinha no *Globo*, vários inimigos no governo achavam que eu estava jogando contra. O que fizeram? Eu era chefe da Polinter e eles pegaram o relatório do Marcelo Freixo [da ONG Justiça Global], que denunciava atrocidades, e passaram para o *Globo* a parte do carimbo [usado há décadas na polícia, o carimbo era uma declaração de que o preso se responsabilizava pela sua segurança no xadrez]. Quando li aquilo, falei: "Caí". O que é que eu fiz? Pedi para falar no *Globo*. Sentei a porrada em todo mundo. Nós estávamos há

de coragem, paciência e cuidado do repórter com sua fonte. "Ela queria que fosse feita uma reportagem, mas com ela lá era impossível", lembra Fábio. A negociação para que dona Vitória aceitasse deixar seu apartamento durou meses. Ela não concordava em abandonar sua casa como fugitiva. "Não tenho medo deles, não. Eu sei o que estou fazendo. Quero que eles saiam daí", dizia. A matéria só foi publicada em agosto de 2005, depois que, por fim, ela concordou em se mudar – mais de um ano após o início da apuração. A operação deflagrada pela polícia, quase que simultaneamente,

resultou na prisão de 32 envolvidos, nove deles policiais. Gusmão lembra que foi imprescindível a participação e a compreensão dos editores, que em nenhum momento pressionaram para dar a notícia antes do tempo.

Em 2005, o repórter levou para casa os mais importantes prêmios de jornalismo do país pela série de matérias "Janela indiscreta": Esso de Jornalismo, Embratel de Jornalismo, Tim Lopes de Jornalismo Investigativo (do movimento Rio de Combate ao Crime), Vladimir Herzog (menção honrosa) e Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, do Rio ▶

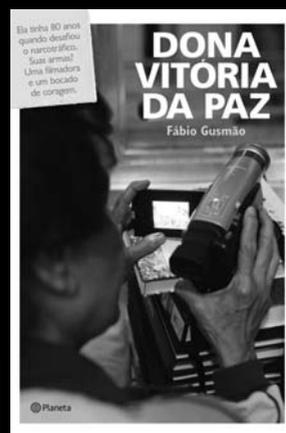
cinco meses em primeiro lugar no *ranking* das delegacias especializadas em investigações, prisões e inquéritos relatados. E os caras vêm me capotar por causa de um carimbo? Pô! Falei pra caramba, joguei merda no ventilador. Fiquei mais ou menos um mês afastada, mas a imprensa continuou me procurando e eu continuei falando... A partir do momento em que eu dei aquela entrevista, muita gente indignada começou a pressionar a chefia e o próprio Garotinho. Aí, o [secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro,

Marcelo] Itagiba me chama: "Olha, eu vou te dar a DRE". Era o meu sonho, é o que eu mais gosto. Só que o tempo passou e não acontecia nada. Sabe o que é que eu fiz? Liguei para o [colunista do *Globo*] Ancelmo Góis: "Dá uma nota dizendo que eu estou assumindo a DRE?". Caralho! Botou na primeira página. Meu irmão, os chefes de polícia ficaram malucos; o subchefe dizia: "Essa mulher é louca! E não sei o quê! Ela se precipitou!". No dia seguinte, eu estava na DRE, cantando. A gente briga com as armas que a gente tem.

Grande do Sul. Em 2006, publicou toda a história no livro *Dona Vitória da Paz* (Ed. Planeta).

Em agosto do mesmo ano, os desembargadores da 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio indeferiram, por unanimidade, o pedido ao estado de R\$ 150 mil de indenização feito por dona Vitória. Argumentaram que o pagamento de indenização estimularia outras vítimas da violência a entrarem na Justiça com pedidos semelhantes. Dona Vitória vive hoje com a aposentadoria de R\$ 500, em local ignorado, sob a guarda do Programa de Proteção à Testemunha ■

Premiada, a série de Fábio Gusmão sobre Dona Vitória foi editada em livro



ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL: uma história de desrespeito à Constituição

Fernando Rodrigues*

O direito de os cidadãos brasileiros terem acesso a informações produzidas pelo governo está consignado na Constituição de 1988. Mas esse direito nunca foi regulamentado. Não há no país um caminho institucional e facilitado para um cidadão receber documentos do Estado.

É sempre útil rever o trecho da Constituição que continua sem regulamentação:

Artigo 5º, inciso 33: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade (...)”.

Como não existe lei, o morador de uma cidade do interior que tenha interesse em saber como foi a licitação para a coleta de lixo encontrará dificuldade para obter esse dado. Um médico que busque saber quais foram as quantidades de um determinado remédio distribuído gratuitamente pelo governo também ficará sem opção. Os dados sobre o patrimônio pessoal que um político entrega à Justiça Eleitoral só são divulgados de acordo com o entendimento pessoal dos juízes responsáveis por guardar essas informações. Os dados de um processo criminal muitas vezes são inacessíveis, embora a Justiça não tenha determinado que tal processo fique em sigilo.

Como os jornalistas trabalham diariamente com uma matéria-prima chamada informação, há dezenas de histórias sobre tentativas frustradas de acesso a informações públicas.

Eis um exemplo. Em 24 de fevereiro de 2005, o repórter da Folha de S.Paulo Rubens Valente dirigiu-se ao

* Fernando Rodrigues é jornalista e trabalha na *Folha de S. Paulo* e no UOL. É diretor-executivo da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo).

Tribunal Regional da 1ª Região, em Brasília. Pediu acesso ao processo 2005.01.00.002031, que tinha entre os acusados o deputado federal Jader Barbalho (PMDB-PA). Em seu pedido, Valente ressaltou que o processo era de “interesse público” e que não pesava sobre a documentação nenhum impedimento legal para que fosse aberto para consulta.

No dia 28 de fevereiro, veio a resposta do juiz federal Olindo Menezes, relator do processo 2005.01.00.002031. Eis um trecho da resposta do magistrado: “O princípio da publicidade do processo tem um formato legal que não se confunde com publicidade popular”. Escreveu também que o fato de o processo ser público “não quer dizer que qualquer pessoa, por curiosidade, por questão profissional, ou outro interesse pessoal não-jurídico, ainda que legítimo, possa, sem ser parte – ou advogado – consultar livremente os autos do processo”. O pedido do repórter foi indeferido.

No Brasil, é sempre um fato a ser comemorado quando alguém consegue, por meio de medida judicial, obter alguma informação sob a tutela do Estado. As vitórias nesse campo costumam ser parciais. Ex-integrantes de partidos políticos proscritos nos anos 60 e 70 tinham até recentemente o acesso negado a qualquer documento guardado pelas Forças Armadas. Em dezembro de 2005, houve uma liberação parcial desses documentos. A vitória parcial exclui também historiadores e pesquisadores do período – apenas pessoas mencionadas nos documentos, ou seus representantes legais, podem obter as informações mantidas pelo Estado e enviadas para o Arquivo Nacional.

Diferentemente do Brasil, vários países já têm leis de acesso a informações públicas. África do Sul, Lituânia e Reino Unido são exemplos recentes. O caso mais conhecido é o dos Estados Unidos, com o FoIA (“Freedom of Information Act”), lei de 1966.

A demanda por informações públicas nesses países aumenta a cada ano. Em 2003, os EUA registraram 3.266.394 pedidos de informação com base no FoIA, um aumento de mais de um milhão de solicitações em relação a 2001. Os requerimentos de jornalistas representam apenas uma fração mínima desse número. O acesso a informações públicas é uma demanda da sociedade, e não apenas da corporação jornalística. Essa transparência tem um custo para o Estado. Embora os interessados tenham de pagar pelas fotocópias, o governo norte-americano tem de se organizar, colocar funcionários à disposição para fazer pesquisas. Em 2003, os requerimentos de informação custaram US\$ 323 milhões – pouco mais de US\$ 1 por habitante e cerca de um milésimo do orçamento destinado pelo país à Defesa.

Na América Latina, países vizinhos do Brasil já têm lei de acesso à informação ou estão em processo acelerado de implantação. É o caso de México, Peru e Colômbia. Não são leis perfeitas, mas colocam os cidadãos desses países em situação mais confortável que os brasileiros.

Com o sugestivo nome de “Ley de Transparencia”, a experiência entrou em prática em 2003 no México. O Congresso mexicano aprovou a lei e teve a prudência de dar mais um ano de prazo para que os órgãos públicos se adaptassem às novas regras.

Em um ensaio escrito para a *Transparência Brasil*, Klaus Frey, Macro Cepik, José Carlos Vaz, José Eisenberg, Marcos Bittencourt Fowler e Rodrigo Ortiz Assumpção fazem uma descrição precisa da necessidade de uma lei de acesso à informação no Brasil:

“Um dos principais fundamentos da transparência dos atos governamentais é a garantia de acesso dos cidadãos às informações coletadas, produzidas e armazenadas pelas diversas agências estatais. Na relação com o poder público, o acesso livre e transparente protege o cidadão de intromissões indevidas e atos arbitrários por parte dos governos e, por outro lado, é pré-condição para a participação do cidadão e dos grupos organizados da sociedade nos processos políticos e na gestão da coisa pública e, portanto, para uma democracia mais efetiva”.

O livre acesso das pessoas aos atos do governo – nos níveis municipal, estadual e federal – é um dos princípios republicanos básicos na construção de uma nação. O documento e a informação produzidos pelo agente público, pelo governante ou pelo político não pertence a ele nem ao Estado, mas sim ao cidadão.

Como não há disciplina legal sobre esse direito, o brasileiro tem de recorrer a leis que possam abrir caminho para o acesso a informações públicas. Encaixam-se nessa categoria a ação civil pública (cuja disciplina consta da Lei 7.347/85), a ação popular (Lei 4.717/65) e o mandado de segurança (Lei 1.533/51). São caminhos possíveis, embora demorados e quase inacessíveis para um cidadão comum.

A Lei 8.159/91 estabeleceu as diretrizes da política nacional de arquivos públicos e privados. Assegurou a todos o direito de acesso pleno a quaisquer documentos públicos, mas não disse como se daria tal acesso. Muito menos estabeleceu prazos para que os agentes do Estado forneçam informações quando solicitados.

A rigor, a lei de arquivos serviu sobretudo para fazer uma ressalva a respeito do acesso a documentos públicos. Ficou estabelecido que o direito de acesso será pleno com exceção de papéis de caráter sigiloso, “cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado” ou exponha indevidamente a intimidade, a vida privada ou a imagem das pessoas. Na prática, portanto, essa lei apenas pavimentou o caminho para uma seqüência de decretos presidenciais estipularem as regras de sigilo de documentos públicos.

Embora não exista no país uma lei sobre o acesso a informações, o Estado brasileiro foi pródigo em produzir decretos e legislações sobre o sigilo de documentos públicos.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo defende a aprovação pelo Congresso Nacional de uma lei que regulamente de maneira adequada o inciso 33 do artigo

5º da Constituição. Com o objetivo de colaborar com o debate a respeito desse tema, a associação organizou o Seminário Internacional de Direito de Acesso a Informações Públicas, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro de 2003.

A partir desse seminário, articulou-se a adesão de 18 entidades da sociedade civil em torno de um Fórum do Direito de Acesso a Informações Públicas, que se reuniu pela primeira vez em 25 de novembro de 2004, também em Brasília. O objetivo desse fórum é unir forças dos mais variados setores da sociedade civil em torno de um projeto que garanta a todos os brasileiros o direito de acesso, já consagrado na Constituição.

Este é um debate que interessa a toda a sociedade. Mas enquanto a regulamentação desejada não vem, os jornalistas têm o caminho da insistência para tentar forçar os agentes públicos a cederem. O mais apropriado é sempre documentar os requerimentos. Nunca desistir quando a negativa vem numa ligação telefônica. Enviar uma carta e exigir uma resposta por escrito muitas vezes tem forte poder de convencimento. Alguns órgãos públicos adeptos do segredo ficam assim instados a refletir sobre suas atitudes. Alguns até desistem de negar o acesso aos dados.

MODELO DE CARTA DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Ilmo. Sr. (ou Exmo. Sr.) Presidente da (nome do órgão)

Fulano de tal, RG nº tal, brasileiro, casado, jornalista, repórter do jornal tal, editado pela Empresa tal, com endereço profissional na rua tal, vem perante V. Sa. (ou V. Exa.), requerer com fundamento no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que seja franqueado o acesso a (por exemplo, todos os contratos relativos à concorrência nº tal, promovida por esse órgão em tanto do tanto), por se tratar de informação de interesse público e jornalístico.

Pede deferimento,

Local e data

Nome e assinatura

3

Fama de mau: os bandidos na imprensa

Se os altos índices de assassinatos levaram muitos jornais a classificar a situação de violência urbana no Brasil de “guerra” – para desgosto de alguns especialistas⁷ – os autores ou os suspeitos de crimes também ganharam *status* de tropa inimiga. O aumento do número de ocorrências e a repetição diária de atos brutais ou gratuitos acabaram com os resquícios de curiosidade e até fascínio da imprensa sobre a criminalidade.

Nos anos 80 e 90, era relativamente freqüente que jornalistas tivessem contato com criminosos, fazendo deles suas fontes. Os arquivos dos diários brasileiros registram muitas entrevistas com traficantes de drogas – algumas delas dadas a vários repórteres simultaneamente, como numa coletiva. O escritor Marçal Aquino, que entre 1986 e 1990 foi repórter do *Jornal da Tarde*, lembra ter feito reportagens a partir de informações de integrantes de grupos de extermínio e de um traficante de armas. “Eu trabalhava com alguns dos maiores repórteres de polícia do país. Eles já tinham conquistado todas as fontes importantes. Só me restava me aproximar da bandidagem”, conta o autor.

Hoje, a maioria dos jornalistas afirma que não procura criminosos como fonte. Uma frase costuma ser repetida: “Não vamos dar voz ao bandido”.

Uma determinação que, no entanto, não deve ser considerada como verdade absoluta. A imprensa não deixou de publicar entrevistas com criminosos. O autor de um crime de grande repercussão – pela sua crueldade, audácia ou por atingir personalidades ou pessoas indefesas, como crianças e idosos – continua a ser procurado por jornalistas, interessados em “ouvir o outro lado”, obter informações que possam esclarecer o crime ou compreender as motivações do ato criminoso.

7. No workshop Mídia e Violência, realizado pelo CESeC em 2006, no Rio de Janeiro, João Paulo Charleuau, assessor de comunicação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, criticou a imprensa por caracterizar freqüentemente conflitos urbanos como “guerras”: “Quando você diz que existe uma guerra – e esse é um termo muito usado aqui – há algumas implicações. A primeira delas é que você está contribuindo para criar uma sensação generalizada de permissividade a certos métodos e meios usados pela força armada. Cria-se a noção de território inimigo, de que o espaço onde o outro está não faz parte do seu território, e deve ser atacado ou ocupado. O outro passa a ser visto como inimigo, alguém que deve ser eliminado. Sim, pois no conflito armado, não é crime um combatente matar outro, desde que dentro do conflito. O direito à vida é relativo num conflito armado. No caso de uma situação de violência urbana já não é assim. Para a polícia, matar não é uma estratégia de ação, mas um último recurso, ao qual se recorre em situações específicas”.

O bandido quase sempre ignorado pelos jornais é aquele associado a organizações criminosas, como os integrantes do tráfico de drogas. Por trás dessa decisão, está a preocupação de não atribuir a eles uma posição de liderança, permitindo, por exemplo, que expressem opiniões políticas. Recentemente, *O Dia* conseguiu uma entrevista com Erismar Rodrigues Moreira, o traficante Bem-te-vi, da favela da Rocinha, morto em 2005 pela polícia. Preferiu não publicar.

Há anos os profissionais das redações debatem o seu papel na construção e na consolidação da liderança de criminosos e as conseqüências da sua exposição na mídia. Nos anos 90, o jornalista Zuenir Ventura, na época no *Jornal do Brasil*, fez uma longa entrevista com Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, do Morro Dona Marta. O traficante, morto em 2003 numa prisão carioca, alcançara alguma notoriedade por suas entrevistas, nas quais falava em insurgência política. Mesmo assim, Zuenir decidiu guardar a reportagem: “Como a entrevista era um desafio, uma provocação à polícia e ao governo, eu temia que no dia seguinte as tropas subissem o morro e causassem um banho de sangue”, lembra.

Ao escrever seu livro *Cidade partida* (Companhia das Letras, 2000), o mesmo Zuenir dedicou um longo capítulo a uma entrevista com o líder do tráfico da favela Vigário Geral. “Com Flávio Negão era diferente, porque a entrevista seria publicada em livro, não teria o impacto de uma manchete de jornal, no calor da hora”, explica Zuenir. A idéia, continua o jornalista, era “saber o que se passava na cabeça de um traficante criminoso. Acho que pela primeira vez se soube o que um traficante pensava, como matava, como agia”.

Tentar compreender os valores e os objetivos de um criminoso é uma meta válida para a imprensa. Não faz sentido estabelecer zonas proibidas na realidade. Autores de crimes são protagonistas de fatos que interessam à sociedade e, portanto, podem ser ouvidos – desde que de forma cuidadosa, sem ingenuidade ou impulsividade. Como diz Zuenir: “Acho que se pode dar a palavra a um bandido, desde que se tome cuidado para não transformá-lo em ‘vítima da sociedade’, celebridade, herói ou bandido social”.

Em abril de 2007, o repórter Sérgio Ramalho, de *O Globo*, mostrou os dois lados da disputa territorial entre o tráfico e as milícias formadas por policiais e outros agentes de segurança no Rio de Janeiro através de entrevistas com um traficante e um policial. Ambos falaram sob a condição de se manter o anonimato. A reportagem representou uma rara chance de conhecer a visão de grupos que protagonizam hoje uma sangrenta disputa na metrópole. Deixar de publicá-la seria privar o leitor carioca de compreender melhor um conflito cada vez mais dramático em sua cidade.

Ao realizar reportagens desse tipo, o jornalista deve estar ciente de que o contato com um criminoso procurado pela polícia pode resultar em questionamentos legais e éticos. A pauta precisa ser analisada com cuidado. Ouvir a opinião de advogados ou outros consultores pode ser recomendável.

Nomes de facções

Desde o fim do ano de 2005, os veículos que pertencem às Organizações Globo deixaram de publicar os nomes de facções criminosas, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

“Entendemos que a omissão desses nomes não prejudica o entendimento da informação, enquanto que a adoção deles daria às quadrilhas um *status* institucional que elas não têm. E provocaria situações inusitadas. Suponha que se atribua um crime ao chamado Comando Vermelho e que assim noticiemos. Suponha que alguém, não se sabe quem, porque bandido não se identifica, diga que o crime foi cometido pelo Terceiro Comando. O que faríamos? Desmentiríamos a informação? Como? Dizendo que, diferente do que informamos, a chacina na área tal foi cometida pelo Terceiro Comando e não pelo Comando Vermelho? Mas como ter certeza disso? Impossível. Dessa forma, a melhor política é chamar todos de quadrilhas, que é o que são, sem erro”, explica o diretor de Jornalismo da Rede Globo, Carlos Schroeder.

Luiz Antônio Novaes, editor executivo de *O Globo*, completa: “Se esses bandidos forem reconhecidos pelos órgãos de imprensa como entidades capazes de dialogar com a sociedade – pois é este o papel do jornalismo – estaremos jogando contra. Eles não podem ser considerados interlocutores válidos no debate brasileiro”.

Ao decidirem silenciar sobre as facções criminosas, os jornais que endossam esse ponto de vista tentam reverter um processo de construção da imagem pública dessas organizações que teve grande participação da imprensa. “O objetivo é tentar corrigir a propaganda conquistada pelos bandidos por mais de três décadas”, escreveu no seu *blog* Jorge Antonio Barros, editor-adjunto do Globo. José Luiz Alcântara, chefe de redação de *O Estado de S. Paulo*, lembra que proibiu a menção ao Comando Vermelho quando era editor de *Cidade*, do *Jornal do Brasil*, em 1998: “Todo mundo era Comando Vermelho, qualquer vagabundozinho pé-de-chinelo assaltava e dizia: ‘Olha, sou do CV’. Virou folclore”, diz ele. Arnaldo Vianna, editor de *O Estado de Minas*, apóia. “O grande erro foi quando se começou a dar importância a essas siglas como se fossem de partidos políticos, como se fossem de uma organização social. Foi o grande erro da imprensa”.

Um exemplo desta atuação foi lembrado pelo repórter Marcelo Ahmed, da TV Globo. No enterro de Irapuan David Lopes, o Gangan, um dos líderes da facção Amigos dos Amigos (ADA), morto pela polícia em outubro de 2004, Ahmed ficou distante da multidão que acompanhava o caixão e advertiu os colegas. “Eu não vou lá na beira do túmulo, não tem o que fazer lá”. Mesmo assim, vários repórteres, inclusive de emissoras de televisão, aproximaram-se do caixão. Assistiram a uma exibição de mobilização. “Eu ouvia de longe o pessoal gritando: ‘É o Ganga, o São Carlos é nosso. Nós tomamos o morro’.” O jornalista aposta: “As coisas acontecem porque tem a mídia. Os caras sabem que vão encontrar eco”. De fato, no dia seguinte, alguns jornais reproduziram em manchete o grito de guerra dos amigos do morto. “Uma bobagem. Você está apenas dando voz ao bandido”, completa Ahmed.

Mesmo reconhecendo a importância de não valorizar o papel das facções, outros jornais endossam ponto de vista contrário ao das Organizações Globo. Numa coluna do *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, Marcelo Beraba, em agosto de 2006, a secretária de redação do diário, Suzana Singer, defendeu a publicação dos nomes: “Omitir a sigla seria distorcer a realidade, brigar com a notícia”. Beraba, em debate organizado pelo CESeC, completou o raciocínio: “O que está em jogo não é o diálogo com a sociedade. Eles não dialogavam institucionalmente e continuam não dialogando. Deixar de nomeá-los não mudou nada, não os tornou mais fracos”.

Seu colega no cearense *O Povo*, Plínio Bortolotti, tem a mesma opinião: “A notícia deve ser sempre contextualizada. Pode-se mitigar uma suposta divulgação indevida tomando o devido cuidado com os títulos e os destaques nos jornais impressos, em manchetes e ‘escaladas’ nas TVs. Mas considero equivocado o que faz a Rede Globo, por exemplo, ao não dizer o nome do PCC, como se isso pudesse afastar o mal”. De fato, durante os atentados do PCC em São Paulo, quando a sigla era repetida não só pela imprensa, mas por toda a população da capital paulista, evitar nomear o grupo no jornal parecia inútil.

Por fim, um último argumento contra a política das Organizações Globo é a dificuldade de apresentar as informações ao leitor de forma clara e concisa sem dar nome aos bois.

Na pesquisa realizada pelo CESeC em oito jornais do Rio, as palavras facção e comando estão na lista das mais usadas, ficando em quarto lugar, com aparecimento em 8,6% dos textos (as mais usadas são: favela/morro: 24,95; traficante/tráfico: 23,8%; suspeito: 12,4%; medo/horror/pânico: 11%). Nomes de facções são citados em 6,9% dos textos. Alguns jornais, como *Extra* e *O Globo*, registram uso próximo de zero (0,7% no *Globo* e 0,2% no *Extra*), enquanto em outros os nomes dos grupos criminosos aparecem muitas vezes: 24,5% na *Tribuna da Imprensa*; 16,3% no *JB* e 9,8% no *Dia*.

Não pretendemos aqui endossar nenhuma das duas posições. Ambas reúnem argumentos fortes. Certo é que, nas cidades onde facções têm uma presença significativa na sociedade, é importante que a imprensa local avalie os prós e os contras de nomeá-las. A decisão deve ser explicada aos profissionais que estarão realizando as reportagens. E a chefia das redações precisa, periodicamente, reavaliar a sua decisão.

Celebridades do crime

“A imprensa precisa individualizar os casos. A mídia sempre viveu de personagens e exemplos”, constata o repórter André Luiz Azevedo, da Rede Globo. Escolher uma pessoa como símbolo é parte da cartilha básica do jornalismo. Produz empatia, torna mais fácil a compreensão de contextos complexos e traz para o cotidiano conceitos abstratos. “Existe realmente a tendência a valorizar o indivíduo que se destaca, que sai da curva”, reconhece o editor do *Extra*, Bruno Thys.

A escolha de um único infrator como símbolo da criminalidade é um fator tão poderoso para a atração do público que, no passado, chegou a justificar a invenção de assassinos fictícios. O personagem Mão Branca, um exterminador de ladrões que assustou o Rio de Janeiro na década de 1970, teria sido criado por um repórter (veja capítulo 1). Durante a onda de ataques do PCC, em 2006, a prática de valorizar o indivíduo resultou em uma coleção de matérias sobre o líder da organização, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola.

Não há dúvida de que a decisão de apresentar o suposto chefe da organização responsável por uma série de atentados em São Paulo atende ao interesse do público por informação. Mas a valorização das ações de um único homem, em detrimento da análise do fenômeno, pode contrariar este mesmo interesse.

Saiba mais

Nomes de guerra

Beira-mar, Sussuquinha, Geleião, Lorde... Os apelidos de criminosos são criativos, pitorescos e até divertidos. Por isso mesmo, alguns jornais pensam duas vezes antes de dar destaque a eles. No *Globo*, além de não publicarem nomes de facções criminosas, os jornalistas são instruídos a evitar alcunhas. A postura seria necessária porque estes nomes indicam intimidade e atribuem características positivas ao criminoso. “O apelido humaniza o bandido. Muitas vezes, o repórter acaba chamando um matador de nomes carinhosos”, explica o editor-adjunto do diário, Jorge Antonio Barros.

Mais uma vez, no entanto, nem sempre é possível brigar com a realidade. No próprio *Globo*, estabeleceu-se a prática de em cada matéria citar ao menos uma vez o apelido do criminoso, para facilitar a recuperação de reportagens no arquivo. Assim, o texto é classificado pela alcunha – ainda que a maior parte da notícia utilize o nome registrado na certidão de nascimento.

“O problema é que fazemos apenas o perfil. O que estava em jogo ali era o fenômeno do PCC. Entender as suas origens e organização. Mas é mais fácil correr para fazer um perfil, individualizar, do que se debruçar sobre um contexto complexo”, diz Marcelo Beraba.

O foco em um criminoso também provoca questões de ordem ética. Os jornais devem valorizar um indivíduo, tornando-o uma verdadeira celebridade do crime? Parece indiscutível que este destaque favorece ao menos em parte os bandidos, reforçando a sua liderança, mesmo que a reportagem acuse o criminoso dos piores atos. “Fazer uma capa, com o bandido com cara de capeta, e botar ‘Esse é o pior bandido do mundo, o mais carniceiro’ é para eles um puto de um ibope. Só serve para reforçar a auto-estima deles”, diz a inspetora Marina Maggessi, da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Para a inspetora, a imprensa ajuda a consolidar a liderança do criminoso em sua comunidade. “Para essa garotada que está lá na favela, o topo da pirâmide social é o vagabundo. O menino pega a capa do jornal com o Fernandinho Beira-Mar sorrindo e bota na porta do quarto dele, como se fosse o Homem-Aranha”. A inspetora sugere que os jornais evitem publicar fotos de bandidos na primeira página. Uma recomendação difícil de ser aceita, já que em muitos momentos segui-la seria brigar com a notícia.

Também se pode questionar, do ponto de vista ético, a ênfase atribuída em reportagens ao poder dos criminosos. Apreendidas pela polícia, as armas folheadas a ouro do traficante Erismar Rodrigues Moreira, o Bem-te-vi, morto em 2005 no Rio de Janeiro, foram destaque em vários veículos. As namoradas dos chefes do tráfico também são alvo da curiosidade da imprensa. Nas favelas, é freqüente que o poder dos bandidos se traduza em um pequeno harém – e o assunto nunca deixa de interessar aos jornais. Será que assim a imprensa não contribui para construir uma aura mítica em torno de certos criminosos?

Não se trata de defender que o público não seja informado sobre as aquisições de luxo e a vida amorosa de bandidos. Por revelar costumes e valores dos grupos associados ao crime, estes são assuntos de interesse jornalístico. Assim como os leitores querem saber se o empresário que desviou milhões dos cofres públicos toma vinhos raríssimos ou compra um jatinho, também interessa compreender como assaltantes, seqüestradores e traficantes vivem. Mas os gostos e as manias são, afinal, detalhes pitorescos, que não deveriam ganhar status de assunto principal e nem ocupar o lugar de reportagens investigativas, denúncias e análises.

Outra questão é a qualidade das informações utilizadas nesses perfis. As reportagens sobre Marcola o caracterizavam como um bandido culto e inteligente – um intelectual, em comparação

O inimigo público número 1

A criação de um mito do crime atende também aos fins da polícia, como diz a inspetora Marina Maggesi, que chefiou a Delegacia de Repressão aos Entorpecentes da Polícia Civil fluminense. “Quando a autoridade chama o jornalista e fala ‘Esse bandido aqui é o número 1’, já está pensando: ‘Ele está quase na mão; se eu prendo, viro estrela, chefe de polícia, ganho uma delegacia muito boa. É assim que funciona”.

Dilson Pimentel, repórter do jornal paraense *O Liberal*, já conhece a prática: “Muitas vezes o policial, ao fazer uma determinada prisão, já começa a construir a imagem. Quanto mais importante for o bandido que ele prendeu, mais importante é o trabalho que ele fez. É muito comum a gente fazer a matéria e ouvir o policial dizer ‘acabamos de prender o terror do bairro’. Se essa lógica fosse verdadeira, todo mundo seria terror da sua área’. Não raro, crimes sem solução são atribuídos ao terror da vez”, como lembra Mauro Neto, editor de Mercado do mesmo *Liberal*.

“Fui uma vez à toca de um bandido chamado Gatinho. O cara era tão famoso que naquela tarde houve uma morte e a polícia disse que foi ele. Só que não poderia ter sido, porque eu estava com ele na hora do crime”.

Para o leitor, a prática tem duas desvantagens. Primeiro, a divulgação de informações no mínimo inexatas. Ao apregoar que este ou aquele criminoso é “mais perigoso”, o jornalista compra uma versão policial que, como vimos, muitas vezes é motivada por interesses políticos ou corporativos. Além disso, trata-se de uma simplificação da realidade, já que concentra a problemática da segurança pública em uma personalidade. Como disse uma repórter mineira: “É como se dissessem: se você prender o Beira-Mar, acaba com o tráfico no Rio. Ele está preso, e aí?”.

Obras de Leonilson
em exposição no
Dragão do Mar

Vida & Arte 1

O POVO

FORTALEZA-CE, QUINTA-FEIRA, 29 de março de 2007 ANO LXXXV Nº 26.253 R\$ 2,00

EDIÇÃO COM 134 PÁGINAS

MORTO BANDIDO MAIS CAÇADO PELA POLÍCIA

MEL] Terminou ontem a trajetória do bandido mais procurado do Ceará. O assaltante e latrocinador Edinaldo Evangelista da Cunha, o “Mel”, 22, foi morto após tiroteio

com policiais no município de Canindé, a 113 quilômetros de Fortaleza. Segundo a Polícia, Mel teria reagido a uma ordem de prisão. O corpo foi removido para o IML de Sobral. 3

BUCHMIO | 108-11
**JOVENS
TALENTOS
EM BUSCA
DO SONHO**

Giovana Bezerra, 17,
luta para realizar o
sonho de ser atriz.

O Povo (CE),
29.03.2007

Imagens explícitas de violência

Cadáveres, ferimentos e mutilações hoje são pouco retratados em fotos explícitas na imprensa. Pesquisa realizada pelo CESeC em 2006, que analisou oito jornais do Rio de Janeiro, constatou que 32,6% dos textos foram ilustrados por fotos. No entanto, apenas em 3,8% dos casos as imagens apresentam pessoas mortas (o percentual foi maior no *Povo*, com 8,6%, e no *Meia Hora*, com 7,1%). Ferimentos e deformações aparecem em frequência ainda menor: apenas 1,6% das imagens analisadas.

Mesmo as fotos de cadáveres que continuam a ser exibidas têm sido suavizadas em relação aos padrões do passado. A razão, segundo explicaram os entrevistados por esta pesquisa, é a rejeição do próprio público. Anos de exposição a imagens violentas e o aumento dos índices de criminalidade parecem ter feito com que parte significativa dos leitores passasse a rejeitar a apresentação de imagens sangrentas nos jornais.

A hipótese é reforçada quando se compara o teor das fotos das editoriais de Cidade, por exemplo, com as das notícias internacionais. Nas páginas sobre o mundo é fácil encontrar imagens com cadáveres em destaque, sangue em abundância e mutilações. Nestes casos, a distância parece suavizar o impacto das fotografias. No entanto, quando a imagem se refere a um ato violento ocorrido na própria cidade do veículo, mesmo enquadramentos cuidadosos provocam rejeição. Em setembro de 2006, a morte de cinco jovens em um acidente de trânsito no Rio de Janeiro provocou comoção e cartas sobre a publicação, no *Globo*, de fotos mostrando os corpos, ainda que cobertos por plástico.

“A população não agüenta mais tanta violência. As pessoas não querem comprar o jornal para ver a situação a que estamos submetidos. Elas querem informação e entretenimento”, conta Rogério Sant’Anna, editor de *O Povo do Rio*, veículo que já foi conhecido pelas fotografias atrozess e que mudou a sua linha editorial em 2006. “Eu sempre tenho preocupação de não editar nada muito pesado, com sangue, miolos. Já houve época de leitores ligarem escandalizados com algumas imagens”, diz Nilton Claudino, editor de fotografia do *Dia*.

Jardel Torezani, editor do capixaba *Notícia agora*, comprovou esta rejeição do público por acaso: “Tento dar sempre a que menos choca. Tanto que uma vez a máquina estava em manutenção e não pude ver a foto impressa antes de publicar. Tinha um morto numa escada e não percebi que o sangue estava descendo os degraus. No dia seguinte os leitores ligaram, achando aquilo estranho. O erro serviu para comprovar que estão gostando da nossa edição, não querem mais ver aquilo”.

Para contornar o problema, os departamentos de fotografia se esmeram em composições que traduzam o ato violento sem ferir sensibilidades. “A gente tem de colocar alguma coisa em primeiro plano e o cadáver em segundo, ou só mostrar uma parte dele. Ou então usar um contraluz”, explica Claudino.

Como em outros aspectos da imprensa, esta mudança de padrões está sujeita a recuos e a desvios. Em 31 de março de 2007, o mesmo jornal *O Povo*, que vinha produzindo um conteúdo pouco sensacionalista de forma consistente, publicou fotografias de uma mulher mutilada, torturada e decapitada. As imagens eram de uma violência raramente exibida na imprensa e tinham sido fornecidas por policiais, de acordo com a equipe do jornal. Os responsáveis pelo *Povo* garantiram que a edição não representou um retorno ao velho padrão “espreme que sai sangue”. Teria sido um episódio isolado, resultado do esforço para atender ao pedido de divulgação de uma fonte. De fato, nos dias subseqüentes, o jornal voltou ao padrão anterior, não-explicito.

Outro aspecto em revisão na fotografia, no que diz respeito ao modo de se apresentarem suspeitos e criminosos, é a decisão de evitar imagens enaltecedoras. Domingos Peixoto, experiente fotógrafo do *Globo*, explica: “Nas décadas de 80, 90, você via muito traficante criando sua identidade através da imagem. Era o cara armado, posado, aquelas coisas. Isso era a maior furada. Endeusava mesmo. Uma coisa é flagrar o cara em ação, dando tiro em confronto, aí é legal, a foto mostra aquilo que realmente acontece. Mas não concordo em endeusar, e jurei pra mim mesmo, desde a morte do Tim [Lopes, jornalista morto por traficantes], que nunca mais faria isso. Não fotografo mais bandido posado”.

Ainda assim, as fotos de bandidos continuam a ser largamente usadas na cobertura: na pesquisa do CESeC, o suspeito é o principal sujeito da foto em 25,6% das imagens; em seguida, vêm as cenas dos locais do crime ou da notícia (15,6%), seguidas das vítimas (15,5%).

Imagens da violência

A rejeição do público a fotos explícitas é uma questão importante para os jornais. No *Manual de Ética, Redação e Estilo* do jornal gaúcho *Zero Hora*, o tópico Fotografia adverte: “A publicação de fotografias com imagens desagradáveis ou que possam chocar os leitores deve se limitar aos casos em que acrescentem informação à notícia, com o nítido sentido de ajudar a sociedade a conhecer-se melhor.”.

Suspeitos e acusados

Manuais de redação concordam em um ponto: até o julgamento, o acusado de um crime deve ser apresentado apenas assim – como acusado. Ou suspeito, incriminado, réu e investigado, entre outras palavras que indicam culpa não comprovada. Alguns jornais, como a Folha de S. Paulo, admitem que o repórter pode deixar de seguir a regra se o criminoso foi preso em flagrante, confessou o crime ou se existem provas tão conclusivas que não há dúvida sobre a culpa.

Na pesquisa realizada pelo CESeC sobre jornais brasileiros, a palavra “suspeito” apareceu em 12,7% das matérias; os jornais cariocas apresentaram quase a mesma proporção (12,6%).

No entanto, ainda é freqüente ler nos jornais notícias que classificam de “traficantes” pessoas mortas por policiais, baseadas obviamente em informações da própria polícia. Como já foi discutido no capítulo *Dependentes de BO*, os riscos desta prática são evidentes. Hoje, tanto editores quanto repórteres destacam a importância de evitar caracterizar o acusado como criminoso.

A experiência tem ensinado aos jornais a medir as palavras ao atribuir culpa. “Hoje existe a indústria do dano moral. Recentemente, fomos processados por um advogado apenas porque ele foi fotografado ao lado de um preso, que não era seu cliente, na porta do presídio. A legenda da foto não o identificava, mas ainda assim ele nos processou”, diz Bruno Thys, editor-chefe de *O Extra*. “A regra geral tem de ser a seguinte: primeiro, profundo bom senso; segundo, profundo sentimento de justiça; terceiro, muito cuidado para não provocar uma situação que depois possa ser irreversível”, diz André Luiz Azevedo, do *Globo*.

Um ponto destacado pelos entrevistados é a disparidade entre o tratamento recebido por pobres e ricos. Segundo os repórteres, suspeitos de classe baixa encontram menos oportunidades de defesa nos jornais e chegam a ser obrigados a mostrar o rosto para os fotógrafos – constrangimento que raramente merece alguma observação dos jornalistas. “Quando você chega numa delegacia, o preso acusado de roubo, assalto, furto fica exposto. Você pode chegar, fazer foto, conversar com ele. Como ele não tem ninguém para sair em sua defesa, está totalmente desprevenido, desprotegido. O preso que tem poder econômico é diferente, porque ele pode acionar algum dirigente de jornal, algum diretor. Ele já começa a ameaçar: ‘Olha, vou te processar! Não quero que a minha imagem saia no jornal’. E você sabe que ele tem uma série de instrumentos para fazer isso”, compara Dilson Pimentel, de *O Liberal*.

Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mozahir Salomão fez uma autocrítica sobre sua participação em incontáveis sessões de apresentação de criminosos à imprensa em um artigo para o *Observatório da Imprensa*. No texto, ele lembra como dava plantão no Comando de Operações da Polícia Militar de Minas (Copom) para fazer matérias para a Rádio Globo: “A sala de imprensa do Copom foi, por anos, palco de “apresentação” de criminosos presos nas ações da Polícia Militar. Acusados de terem cometido os mais diferentes tipos de crime, presos em flagrante eram diretamente levados para a Sala de Imprensa. Eram encostados em uma parede (que tinha um enorme logotipo da PM mineira) para serem entrevistados pelos repórteres. E ali narravam suas aventuras e desventuras. Certamente os autores da prisão também ficavam à disposição para entrevistas.

Enfim, o paraíso para o jornalismo que se diz objetivo, mas é essencialmente preguiçoso: os dois lados do caso na mesma hora, no mesmo lugar, e a história já mastigada. Foi assim por muito tempo. Até que alguém dentro da PM se deu conta de que a prática era absurdamente ilegal. Os criminosos, por maior que fosse a certeza da culpa, estavam ainda apenas detidos. Contra eles sequer havia sido aberto um inquérito policial, o que deveria acontecer em uma delegacia – para onde não tinham sido levados. Não podiam, portanto, ser ‘apresentados’ à imprensa”.

Hoje, em geral, as apresentações acontecem em delegacias, no ato de abertura de um inquérito contra o suspeito. Mas nem por isso deixam de provocar dúvidas sobre a sua justiça, do ponto de vista legal e humano.

Crianças e adolescentes sob suspeita

Em 26 de novembro de 2006, o *Jornal do Brasil* publicou na capa da sua edição dominical: “A lei que protege jovens assassinos”. A manchete anunciava um ataque do JB ao Estatuto da Criança e do Adolescente, redigido ainda sob o impacto da morte da *socialite* Ana Cristina Johannpeter, em 23 de novembro, em tentativa de assalto no Rio de Janeiro. “Adotado para proteger menores de idade escravizados no trabalho e submetidos à exploração sexual, o que em parte conseguiu, o Estatuto da Criança e do Adolescente criou um efeito colateral: protege bandidos e assassinos que, apenas porque têm alguns meses menos que 18 anos, roubam, agridem e matam com a certeza da impunidade assegurada por lei. Hoje, no Rio, 40% dos traficantes são menores”, dizia o texto.

A chamada era complementada pela foto, sem tarja ou outro recurso de proteção da identidade, do adolescente de 16 anos que teria matado a *socialite*.

Dentro, o editorial justificou a violação do Estatuto da Criança e do Adolescente, relacionando o

aumento do número de crianças e adolescentes acusados de latrocínios à leniência do ECA: o estatuto, dizia o texto, “oferece a sua contribuição para fazer do Brasil um país em que o crime quase nunca é punido – apenas regulamentado por lei”.

O desrespeito do *Jornal do Brasil* ao ECA não foi imitado por outros grandes jornais. Na verdade, o conjunto de recomendações éticas do Estatuto da Criança e do Adolescente é observado com bastante assiduidade pelos jornalistas. A observância aos princípios certamente está vinculada ao trabalho de décadas realizado por grupos de defesa dos direitos destes segmentos, como a Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), que desde 1992 se dedica a sensibilizar a mídia.

Circunstâncias trágicas provocaram uma retomada do debate sobre o ECA e propostas de redução da maioria penal na imprensa. Em fevereiro de 2007, o assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieites, de 6 anos, arrastado até a morte por um grupo que havia roubado o carro de sua família, provocou enorme comoção nacional e motivou a votação, a toque de caixa, de leis que há muito aguardavam o exame pelo Congresso Nacional.

Entre os cinco ladrões responsáveis pela morte de João havia um jovem de 16 anos. Embora fosse o único menor de idade no grupo de cinco rapazes, o adolescente tornou-se o protagonista do crime para parte da imprensa. Sua atuação no caso motivou inúmeras reportagens em jornais de várias capitais sobre a viabilidade da ressocialização de adolescentes infratores e a necessidade de leis que permitam ações contra criminosos menores de idade.

A discussão sobre a legislação para adolescentes infratores é necessária e precisa ser levada a fundo, assim como o debate sobre a viabilidade das instituições corretivas no Brasil. No entanto, no caso do menino João Hélio, os jornais reagiram à notícia com edições que apenas refletiam a indignação popular, com uma sucessão de reportagens falando em “impunidade”. A maioria das matérias produzidas na época reunia opiniões inflamadas sobre o ECA. Pouquíssimas trouxeram dados sobre o sistema de reeducação para menores infratores, como os índices de reincidência entre adolescentes internados em instituições socioeducativas ou os tipos de crimes cometidos por menores de idade. Estes dados teriam sido importantes para colocar em perspectiva as opiniões citadas nas matérias – mas só foram reproduzidos, na maioria dos jornais, em artigos posteriores.

O caso João Hélio ilustra um problema crônico dos jornais: em momentos de emoção, jornalistas muitas vezes preferem espelhar o sentimento da população a aprofundar o debate. Na escolha entre o que pagnar em um espaço limitado, a opinião costuma ser mais valorizada do que a análise. O resultado, muitas vezes, contribui mais para reforçar noções preconcebidas do que para esclarecer o leitor.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Manuais de redação dos maiores jornais do país, como *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, expressam seu compromisso com o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ambos proíbem a identificação da criança ou do adolescente a que se atribuam infrações, seja através do nome ou de fotos. O mesmo cuidado também faz com que recomendem que dados sobre pais, familiares, locais de estudo não sejam revelados.

Em 2003, foi incluído no ECA um parágrafo deixando claro o que deve ser evitado: "Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou o adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome".

Para estarem de acordo com o estatuto, portanto, os jornais também não devem citar os apelidos dos jovens – geralmente muito mais conhecidos do que seus nomes – e nem colocar as suas iniciais.

Além destas, a Agência Nacional dos Direitos da Infância faz algumas recomendações gerais para o uso de imagens de crianças e adolescentes, adaptadas de orientações do UNICEF e da Federação Internacional dos Jornalistas:

- Em entrevistas ou matérias sobre crianças, devem ser levados em consideração seu direito à privacidade, ao sigilo, à participação em decisões que a afetam e à proteção de injúria e represália;
- Não devem ser publicados imagens ou relatos que possam colocar a criança, irmãos ou pessoas próximas em situação de risco (mesmo quando as identidades são trocadas ou omitidas);
- Da mesma forma, a imagem não pode ofender a criança ou colocá-la em situação de humilhação ou que reavive experiências traumáticas;
- Certifique-se de que o responsável pela criança esteja ciente de que a imagem da criança será usada e qual a finalidade do seu uso;
- Preste atenção em como e onde a criança/o adolescente é fotografado. Assegure-se de que ela/ele está confortável e em segurança;
- Em alguns casos, a identificação da criança é de seu interesse, como: quando ela entra em contato com o repórter para exercer o seu direito de ter a sua opinião ouvida, ou quando é protagonista de programas de ativismo ou de mobilização social e deseja identificar-se. Neste caso, a menção de seu nome é parte de seu desenvolvimento.

Sistema penitenciário: tema começa a sair da solitária

Apesar da sua centralidade para a compreensão da criminalidade e a importância para a eficiência das políticas de segurança pública, o sistema penitenciário brasileiro ainda é um tema de presença reduzida nos jornais. No ano de 2004, a análise de 2.514 notícias publicadas na imprensa de três estados pelo CESeC mostrou que só 6,6% dos textos tinham prisões e presos como principal assunto. Entre essas, a grande maioria (47,6%) tratava de rebeliões e fugas. Por outro lado, já se registrava uma discussão nascente sobre o sistema (condições, construção, superlotação, bloqueio de celulares) retratada em 24,1% dos textos. Nessas matérias, os profissionais da imprensa conseguiram avançar para uma investigação mais ampla do sistema penitenciário: ainda que 51,2% falassem de eventos isolados, 46,4% falavam de políticas públicas.

Para especialistas como Julita Lemgruber, diretora do CESeC, a cobertura limitada corresponde à atitude da sociedade. “Em geral, o interesse por estas instituições é muito reduzido. A maior parte das pessoas gostaria de esquecer que elas existem”.

Os fatos têm se encarregado de rasgar a cortina de indiferença. Os ataques comandados pelo grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, em maio e julho de 2006, acenderam uma luz de alerta na imprensa. De uma hora para a outra, os veículos se viram obrigados a entender e a explicar a seus leitores o que era e o que pretendia o PCC. Após a crise desencadeada em São Paulo, a percepção de que existe uma conexão entre as cadeias e as organizações criminais atuantes nas ruas – fato mais que conhecido e objeto de reportagens há anos – ganhou novo interesse para a imprensa. A partir daí, reportagens sobre trabalho na prisão, regimes penais, progressão de pena e equipamentos de controle tornaram-se pautas mais “quentes”.

Um desenvolvimento positivo foi a experiência, iniciada pelo *Jornal do Brasil* logo após os ataques do PCC, de uma editoria de *Segurança Pública*, a primeira especializada no tema no país. Com a novidade, o diário passou a ter equipe e espaço dedicados ao tema. A cobertura dos crimes cotidianos ficou a cargo do Caderno de Cidade. Infelizmente a iniciativa durou só sete meses. Em 2006, no diário riograndense *Zero Hora*, o jornalista Humberto Trezzi assumiu uma coluna especializada em segurança pública.

A criação de um banco de dados com informações sobre a população carcerária de todo o país, anunciada em março de 2007, promete ajudar a melhorar a qualidade do noticiário sobre o sistema penitenciário. O banco, desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais da área, será uma importante fonte de dados, com informações sobre faixa etária, sexo, cor, estado civil, naturalidade, tempo de pena, situação e regime de pena e data de liberdade dos condenados.

Mesmo com o novo interesse despertado pelos ataques do PCC no ano de 2006, no Rio de Janeiro, o número de reportagens permaneceu pequeno. Apenas 4,4% de um total de 2.651 matérias publicadas em oito jornais do estado tiveram o sistema como foco central. O índice abaixo do registrado na aferição nacional talvez possa ser explicado pelo fato de o sistema penitenciário fluminense ter atravessado nesse ano uma fase de notável calma, no que diz respeito a rebeliões.

Boas coberturas

Apesar da presença reduzida nas páginas, o sistema penitenciário tem sido alvo de reportagens de fôlego feitas pela imprensa. A pequena presença cotidiana é compensada por grandes séries de matérias, como a realizada pelo carioca *O Dia*, em janeiro de 2006, intitulada *Cemitérios de Mulheres Vivas*. Para fazer a reportagem, a jornalista Adriana Cruz passou 21 dias “presa”, das 8h às 19h, em três presídios femininos do Rio de Janeiro. “Foi uma das minhas melhores experiências, mas psicologicamente foi um desgaste muito grande”, lembra.

Adriana destaca o apoio dado pelo veículo. “Achei que foi muito corajoso do jornal. Eu já tinha mostrado a corrupção dentro da cadeia, já tinha comprado uma carteira de mulher de bandido, e entrei pra mostrar como era o dia-a-dia daquelas mulheres. Nove capítulos, uma página por dia e o jornal bancou”. Entre os colegas de redação, no entanto, a matéria foi classificada de condescendente ao mostrar os dramas cotidianos das presas – questões como a separação dos filhos nascidos no cárcere, por exemplo. “O que eu re-

8. Dados do Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, Relatório Anual, 2006.

9. Levantamento do International Center for Prison Studies (www.prison-studies.org).

Números do sistema

O Brasil tem a quarta maior população do mundo de encarcerados, com 401.236 detentos, distribuídos em 1.076 estabelecimentos penais.⁸ No entanto, quando se compara a taxa de encarceramento do Brasil (isto é, o número de presos dividido pelo número de habitantes), que em 2006 era da 213,8 presos por 100.000 habitantes, o Brasil ocupa o 53º lugar do mundo.⁹ Entre os presos brasileiros, 84,6% encontram-se nos sistemas penitenciários (339.580) e 15,5% estão nas secretarias de Segurança Pública (61.656). Entre os presos que se encontram nos sistemas penitenciários, 94,9% são homens e 5,1% são mulheres. Segundo levantamento coordenado por Julita Lemgruber para o Ministério da Justiça, em 2003, 41,5% dos presos nos sistemas penitenciários tinham até 30 anos, 69,5% haviam cursado o primeiro grau incompleto e 10,4% eram analfabetos. A maior causa de condenação no país é o roubo (24%), seguido de tráfico de drogas (10,5%), furto (9,1%) e homicídios (8,9%).

cebi de críticas foi um absurdo. Disseram que a questão da corrupção saiu diluída. Ela saiu, mas não como o foco principal. As maiores críticas eram: ‘Mas elas são bandidas!’”.

A censura dirigida a Adriana ecoa no tom das cartas aos jornais. São quase diárias as mensagens que questionam o direito de condenados de viverem em condições dignas, com respeito à sua individualidade e integridade psicológica. Para uma parte dos leitores, dar condições humanas aos presos equivale a recompensar os bandidos ou ser conivente com os que continuam a atuar criminosamente atrás das grades. Ao noticiar cotidianamente os casos de privilégios gozados por alguns presos, sem registrar com o mesmo destaque e frequência as más condições oferecidas à massa dos detidos, a imprensa reforça estas noções equivocadas.

Uma suposta liberalidade excessiva do sistema judiciário, como a concessão de liberdade condicional e indultos, tem sido discutida na mídia. Crimes cometidos por egressos do sistema penitenciário costumam motivar reportagens que questionam a propriedade deste benefício. No entanto, estes textos deixam em geral de discutir em profundidade políticas mais eficientes, como o uso de penas alternativas. Preferem a denúncia, em tom emocional, de que muitos detentos beneficiados com a progressão da pena cometem novos crimes.

“Se você pegar os milhares de presos que têm liberdade condicional a cada ano, verá que os índices de reincidência são altos, sim, mas no mundo inteiro é assim. A liberdade condicional tem sido questionada, mas a única coisa que segura o preso lá dentro é a perspectiva do benefício”, diz Julita. Segundo ela, uma das razões para o número alto de rebeliões em São Paulo é justamente a parcimônia nas permissões para progressão de pena. Ex-diretora do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, Julita diz que gostaria de ler na imprensa mais reportagens sobre o “esforço miserável que fazem os que saem da cadeia para não se ligarem novamente ao mundo do crime”.

Saiba mais

Penas alternativas

A instituição de penas alternativas no Direito Penal brasileiro é resultado de uma discussão iniciada em 1984, quando foi promulgada a Lei de Execuções Penais. A Lei prevê que sejam oferecidos “meios pelos quais os apenados e os submetidos às medidas de segurança venham a ter participação construtiva na comunhão social”. As sanções alternativas seriam meios para que o condenado pudesse gradualmente retomar a participação social. Além disso, a aplicação mais ampla das penas alternativas poderia reduzir consideravelmente os gastos do Estado com os sistemas penitenciários – calcula-se que cada presidiário represente um custo médio mensal de R\$ 750. “Uma análise dos resultados dos últimos censos penitenciários permite dizer que ao menos um terço dos apenados cometeu crimes sem gravidade e poderia estar sendo punido com penas diferentes da prisão”, diz Julita Lemgruber.

À época da liberdade condicional concedida à Paula Thomaz, condenada pelo assassinato da atriz Daniela Perez, Julita escreveu um artigo para *O Globo*, sobre a ‘crucificação’ do juiz que assinou a libertação da presa. “Os benefícios estão na lei, e ela tem de ser cumprida. Se não gostam, que mudem a lei do país. O juiz cumpriu a lei”. O mesmo ponto é levantado pelo historiador Marcelo Freixo, coordenador da ONG Justiça Global e eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro (ver a entrevista com Marcelo Freixo, O discurso é de ampliação da repressão).

A cobertura sobre o sistema penitenciário também carece de uma diversificação das pautas que vá além de fugas, rebeliões e corrupção. As dificuldades estruturais do sistema – como o fato de que muitos estados não conseguem sequer oferecer ensino de primeiro grau aos apenados, como manda a lei – não são assunto freqüente nos jornais. Promotores de ações positivas, como programas educacionais, têm dificuldade de encontrar espaço nas páginas de periódicos. A jornalista Adriana Cruz, do jornal *O Dia*, é uma profissional que busca reportagens positivas. “Eu vivo entrando no sistema penitenciário para fazer matérias de coisas que eu acho bacana. Fiz uma matéria na Lemos de Brito, onde os presos sustentam a família trabalhando dentro da cadeia. Pra mim, isso é cobertura de segurança pública, embora seja a ponta final da linha. Mas qualquer matéria que não seja sobre corrupção enfrenta muita resistência”.

“O discurso é de ampliação da repressão”

Marcelo Freixo*

Como você avalia a cobertura do sistema prisional brasileiro feita pelos jornais?

A cobertura do sistema prisional feita pela imprensa é muito ruim; mais do que ruim, comprometida. Primeiro, porque é muito raro o sistema penitenciário ser assunto na pauta da imprensa. Geralmente isso acontece quando tem fuga ou rebelião. Ou seja, são os elementos externos que fazem com que ele seja pautado; não os internos. A tortura, as relações de direitos, o desrespeito às leis, o fato dos presos estarem além do tempo devido nas prisões, a falta de assistência jurídica, a comida estragada e essas coisas cotidianas que marcam a barbárie dentro do sistema penitenciário brasileiro dificilmente provocam uma pauta ou um debate.

Por quê?

Porque em parte isso não interessa à sociedade e nem à imprensa. Em alguns veículos, há uma campanha clara no sentido de endurecimento das penas. O discurso é de ampliação da repressão. Quando acontece alguma cena de violência na cidade, que ganha uma visibilidade maior, se o autor for um egresso do sistema penitenciário, principalmente se estiver em liberdade condicional ou em regime semi-aberto, imediatamente se dá um destaque grande sobre o tempo em que ele ficou na prisão. Normalmente, o sentido da construção desse discurso é que se ele tivesse ficado mais tempo na prisão, isso poderia não estar acontecendo.

A que você credita as falhas dessa cobertura?

Primeiro, eu acho que não são falhas. Os meios de comunicação têm um posicionamento ideológico, que é conservador no que diz respeito à questão da segurança pública. O pensamento das pessoas que estão à frente dos meios de comunicação é elitista; é um olhar marcado pela invisibilidade, pela insensibilidade e pela inconseqüência do discurso. Por outro lado, acho que uma parte dos jornalistas é muito despreparada. Você tem jornalistas excelentes, e as boas matérias que nós conseguimos cavar são sempre com os mesmos jornalistas. Mas isso não é o que prevalece. Recentemente saiu uma matéria no *Globo* com a seguinte chamada: "Madrugada em claro ao som de tiros e explosões". O subtítulo era "Vizinhos dos morros não conseguem dormir e ao amanhecer ficam com medo de sair às ruas". Pode até ser que a chamada não tenha sido feita pelo jornalista, mas quando você via o corpo da matéria, todas as pessoas ouvidas eram do asfalto. Não tinha uma pessoa daquela favela sendo ouvida. E morreram pessoas na favela.

Há desinteresse pelo tema "sistema penitenciário"?

Eu acho. Primeiro, porque o sistema penitenciário não está na mesma perspectiva da segurança pública. Parte da imprensa tem a visão de que o problema acaba quando o cara é preso. O problema é o assalto, a rua. A partir do momen

to em que o cara foi preso, o problema acaba. Aí, sim, é uma falha, porque ele não consegue ter a visão de quanto os problemas começam quando o cara é preso. Muitas vezes, o cara que furta na rua vai, inevitavelmente, entrar para uma facção criminosa quando é preso, classificado assim pelo próprio Estado. Não há alternativa.

Ele não seria, então, um problema secundário?

O sistema penitenciário é visto como um capítulo menos importante, porque afinal de contas o criminoso já está preso. O que vai acontecer dentro da penitenciária, vai acontecer com "o outro", com aquele com quem eu não tenho muita identidade – "eu não sou um deles". Isso está muito forte na sociedade e está muito forte na imprensa. É claramente uma outra categoria que está ali dentro. Na verdade, o que se nega não é o direito, é a humanidade. Esse discurso, que está cada vez mais forte, é o discurso da guerra. É a guerra contra o tráfico, a guerra contra o crime.

É muito complicado vender pautas sobre o sistema penitenciário para a imprensa?

É difícil. Vou dar um exemplo que é muito

marcante para mim: o caso do comerciante chinês Chan Kim Chang, torturado e morto no Ari Franco. Eu tinha feito uma visita, pelo Conselho da Comunidade, ao Ari Franco algumas semanas antes desse caso. E nós fizemos um relatório denunciando práticas de extorsão e tortura em cima de vários presos – casos muito semelhantes a este que aconteceu com o Chan. Entregamos o relatório ao secretário de Administração Penitenciária, ao presidente do Tribunal de Justiça e fomos dar visibilidade a isso na mídia, porque o relatório era muito contundente. Mostrava práticas sistemáticas de tortura. E o que eu ouvi? "Marcelo, falar que nas prisões do Rio tem tortura não tem novidade nenhuma. Isso não é notícia". Uma semana depois aconteceu o caso do Chan. Aí o nosso relatório virou capa do *Globo*. O mesmo relatório que eu tinha sugerido uma semana antes. Qual foi a chamada de capa do *Globo*? "Governo já sabia da tortura e poderia ter tomado providências". Pois é, mas a mídia também já sabia, não é?

* Deputado estadual, do Rio de Janeiro (PSOL) e pesquisador da ONG Justiça Global

4

Cenários da violência: estereótipos na cobertura de favelas e periferias

O mea culpa da imprensa pela cobertura estigmatizante que realiza sobre favelas e periferias é um dos poucos consensos encontrados na pesquisa do CESeC. A maioria dos profissionais ouvidos reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência. Ao mesmo tempo, admite que a população dessas comunidades raramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade. A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores desses locais aparecem muito pouco em jornais e revistas, especialmente quando se considera o imenso número de reportagens e notas sobre operações policiais, tiroteios, invasões, execuções etc.

Os repórteres admitem as deficiências da cobertura e afirmam que é necessário estabelecer novos canais de diálogo com as comunidades pobres. No entanto, citam várias dificuldades para justificar essa ausência – desde a falta de fontes legítimas e independentes até a recepção negativa que encontram por parte dos moradores. Vários jornalistas, na maioria do Rio de Janeiro, descreveram reações de hostilidade por parte dos habitantes das favelas. Em geral, os xingamentos e as ameaças recaem sobre a imprensa quando ela acompanha operações policiais. “Eles acham que nós é que estamos levando a polícia lá”, acredita Alexandre Arruda, repórter de *O Dia*. A jornalista Mônica Puga, do SBT, lembra que a imprensa tinha no passado um relacionamento predominantemente amistoso com as comunidades, fácil acesso e, em alguns casos, era considerada a voz da população. “Hoje, os jornalistas são recebidos como alcagüetes”.

Cabe perguntar: será que os repórteres estão limitando a sua presença nas favelas ao acompanhamento de ações policiais por causa da hostilidade da população ou passaram a encontrar uma recepção hostil por só acompanharem as ações policiais?

Fora do Rio de Janeiro, a relação entre imprensa e comunidades populares parece ser menos tensa. Mauro Neto, editor de Mercado de *O Liberal*, diz que no Pará os jornalistas não precisam pedir autorização para entrar em favelas. Em Minas, os projetos sociais desenvolvidos pelo município, pelo governo estadual e por ONGs são pauta constante dos jornais. Segundo Arnaldo Viana, editor de Cidade de *O Estado de Minas*, até em favelas apelidadas de “ninhos do crack” a imprensa não encontra dificuldades de fazer o seu trabalho.

Mas, mesmo nos estados em que há empecilhos menores para a imprensa atuar, verificam-se tanto uma constante ligação entre os moradores de favelas e o crime, quanto a dificuldade de enxergar essas comunidades na sua variedade e complexidade. Como diz um repórter do *Estado de Minas*: “O jornal mostra trabalhos legais, grupos de dança, de rap e teatro. Mas se no dia seguinte tem um tiroteio, pronto: a favela é que é o problema”.

Saiba mais

Por todo o país

Favelas, mocambos e palafitas estão hoje em um grande número de municípios brasileiros. De 1.269 prefeituras consultadas pelo IBGE para a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2001), 23% confirmaram a existência de ocupações do tipo em seu território. O Instituto identifica 16.433 favelas cadastradas no país, com um total de 2.362.708 domicílios. Um número subdimensionado, já que só 13% das administrações municipais que forneceram dados tinham cadastros deste tipo de moradia. É nas cidades grandes que as chamadas “comunidades” proliferam: 70% dos domicílios em favelas estão nas 32 maiores cidades do país. Entre as regiões, a que possui mais domicílios cadastrados é a Sudeste, com 1,405 milhão de domicílios distribuídos em 6.106 favelas.

Cidades com maior número de favelas (IBGE/2000)

São Paulo: 612

Rio: 513 ¹⁰

Fortaleza: 157

Guarulhos: 136

Curitiba: 122

Campinas: 117

Belo Horizonte: 101

Osasco: 101

Salvador: 99

Belém: 93

Redações elitizadas

Desde os anos 70, quando foi regulamentada a lei que exigia o diploma universitário para os jornalistas, as redações brasileiras sofreram uma transformação. Pouco a pouco, os jornalistas “da antiga”, muitas vezes de origem humilde, que driblavam os salários reduzidos com bicos e tinham baixa escolaridade, saíram de cena. Os novos jornalistas são pessoas que conseguiram concluir o curso superior e, portanto, pertencem na maioria à classe média. Iniciam-se na vida profissional tecnicamente mais bem preparados. Por outro lado, trazem pouca ou nenhuma experiência relacionada ao cotidiano dos moradores de favelas e periferias. Editor-adjunto no Rio de *O Globo*,

10. Os números podem diferir de estatísticas locais. Em 2002, reportagem da Revista Urbana (Editora Verso Brasil) citava estatística do Instituto Pereira Passos, segundo a qual haveria 680 favelas no Rio de Janeiro, onde viveriam cerca de 1 milhão de pessoas. A pesquisa também cadastrou 769 loteamentos irregulares.

Jorge Antonio Barros diz que a maior parte dos repórteres sob seu comando vive em bairros considerados de classe média. “Não tenho conhecimento de nenhum repórter que more em favela. Negros, são pouquíssimos”. O mesmo se repete em outros veículos. Uma pesquisa da revista *Imprensa*, de 2001, sobre a presença de negros nas redações, teve a participação de 230 veículos. Destes, apenas 85 contavam com um jornalista negro.

É provável que o número de negros jornalistas fosse ainda menor no passado. E nem se pretende argumentar aqui que os jornais antigos, que tinham nos seus quadros muitos moradores de subúrbio, desempenhassem melhor a tarefa de cobrir favelas e periferias. Mas, possivelmente, uma presença maior de indivíduos ligados a essas comunidades poderia estimular, nos dias de hoje, uma cobertura mais plural e menos estigmatizante dos espaços populares. A repórter Roberta Pennafort, do jornal *Estado de São Paulo*, observa nos colegas uma dificuldade de se sensibilizarem com o sofrimento dos moradores de favelas. Na cobertura de um deslizamento de terra, lembra ela, uma colega parecia alheia à dor de uma família que tinha perdido três crianças na tragédia. “Depois de todos fazerem várias perguntas para os pais, a colega de outro veículo ainda perguntava: ‘Quantos morreram mesmo? Qual o nome? Com um ‘ele’ só ou com dois ‘eles’?’ Não havia a menor sensibilidade. Depois, querem ser bem tratados na favela. É por isso que as pessoas não querem falar com a gente, com toda a razão”, resume. Segundo Roberta, ao cobrirem situações dramáticas vividas por pessoas da classe alta e média, os jornalistas são mais respeitosos.

Josmar Jozino, do paulistano *Jornal da Tarde*, diz que são raros os repórteres que se interessam por pautas na periferia. “Pobre não é notícia, infelizmente. Se tem um caso de latrocínio em Itaquera e outro em Moema, os repórteres vão querer fazer o de Moema”, analisa o jornalista citando, respectivamente, um bairro da periferia e outro da região nobre de São Paulo. No entanto, parece injusto atribuir aos repórteres a responsabilidade por uma prática que está longe de ser apenas o resultado da vontade individual.

A escolha das pautas se baseia na linha editorial dos veículos que, na maioria dos casos, privilegia a cobertura de bairros nobres das cidades onde estão concentrados seus leitores. É o que destaca o diretor da sucursal Rio de um grande jornal. “O pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha [localizada em zona nobre do Rio], o jornal dá a maior importância do mundo. É alto de página em todos os jornais; isso é ponto pacífico”, explica.

Jozino cita como exemplo o parricídio. Segundo ele, a tragédia de uma jovem pobre que matou os pais será considerada *mundo cão* e renderá, no máximo, uma nota; mas se a criminosa pertence a

classe alta, como a jovem paulistana Suzana Richthofen, o crime é objeto de extensa cobertura. “Não adianta brigar com a notícia, a notícia é o rico. Tem até briga para cobrir o caso da Suzana. A vida tem mais valor de acordo com as posses. A imprensa é isso”, constata. Mesmo o jornalismo televisivo, que atinge virtualmente toda a população, inclusive os setores de baixa renda, segue critérios semelhantes. “Pobre não se interessa pela história de outro pobre. Ele mesmo acha que a violência na classe baixa está banalizada”, diz um repórter de televisão.

A repórter Maria Clara Prates, do jornal *Estado de Minas*, vê no público leitor a origem de um olhar preconceituoso contra as comunidades. “Quem compra o jornal a R\$ 2 é a elite e ela não gosta muito da favela. Quando se faz uma matéria um pouco mais trabalhada, acham que você está passando a mão na cabeça”, analisa ela.

Plínio Fraga, da *Folha de S. Paulo*, cita como modelo a política de contratação do tradicional *New York Times*, que inclui jornalistas hispanos e afro-americanos como forma de privilegiar a convivência desses profissionais com uma realidade específica. O grupo americano considera a diversidade como ponto fundamental da sua estratégia empresarial e mantém programas de estágio e

Favelas, os novos bairros

Que favelas são essas? As favelas brasileiras já não cabem na definição do dicionário. O Houaiss, por exemplo, define a palavra como “conjunto de habitações populares que utilizam materiais improvisados em sua construção tosca, e onde residem pessoas de baixa renda”. A carioca Rocinha, com prédios de até sete andares e filiais de grandes redes de lojas, não cabe neste retrato. A definição do IBGE, que consta no Censo 2000, também não retrata perfeitamente a situação. Segundo ela, o “aglomerado subnormal” é o conjunto de 51 ou mais residências que, além de ocupar propriedade alheia, dispostos de forma desordenada e densa, é “carente em sua maioria de serviços públicos essenciais”. O morro do Vidigal, na zona sul do Rio, onde 94,8% dos moradores dispõem de esgoto – contra 78% de toda a cidade – desmente o quadro.

A verdade é que entre o Vidigal e a favela que surge embaixo de um viaduto existe uma infinita variedade de condições de vida, que exigem ações diferentes do poder público. O denominador comum entre as favelas não é o aspecto visual, a localização nos morros ou a renda, mas o fato de que elas surgem em terrenos invadidos. A socióloga Licia Valladares, que desde os anos 70 pesquisa o assunto, reclama contra a persistência da favela como símbolo de miséria. Favelas, acredita ela, hoje representam grandes mercados consumidores e estão inteiramente integradas à economia urbana. Em 2003, a pesquisa *Favela, Opinião e Mercado*, do Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), mostrou que 24% dos moradores de comunidades pobres se enquadram na classe B. O levantamento cobriu 37 favelas cariocas, e descobriu que 96% dos moradores tinha TV colorida e 57% lavadora de roupas. A progressiva percepção do potencial deste mercado consumidor tem atraído empresas e concessionárias de serviços públicos para as comunidades.

contratação junto a associações de jornalistas negros, hispânicos e asiáticos. “Como eu vou dizer que o meu jornal não é um jornal da zona sul, se a minha equipe é quase toda fincada na zona sul?”, indaga Plínio, referindo-se à região do Rio de Janeiro que concentra os moradores de maior poder aquisitivo. “Eu posso querer contratar um repórter de zona norte ou um negro de classe baixa, mas tenho que ter estruturas internas, corporativas, jornalísticas que estimulem isso”, explica.

Contato restrito com fontes

A sensação de insegurança dos jornalistas ao entrarem em favelas foi intensificada pela morte do jornalista da TV Globo, Tim Lopes (ver capítulo *Avalia aí*). Este receio tem contribuído bastante para que a cobertura dos espaços populares seja hoje dominada pelas ocorrências policiais. Muitos jornalistas só se sentem seguros nessas comunidades quando acompanhados pela polícia.

A maior parte dos entrevistados cita as dificuldades para entrar e circular nas favelas como o grande empecilho para a cobertura. Com a ocupação desses espaços por grupos armados, ligados ao tráfico de drogas ou a outras atividades criminosas, é necessário anunciar a presença da imprensa e pedir autorização a algum representante do poder local para fazer a reportagem. A negociação pode acontecer através da associação de moradores ou mesmo de contato direto com “soldados” dos traficantes.

No passado, era comum que jornalistas entrevistassem os chefes do tráfico. Hoje, muitos veículos se recusam a fazer esse contato – e, por extensão, a negociar a entrada em favelas onde não se identifique um interlocutor independente. “A gente não pode mais entrar em algumas comunidades, não pode mais mostrar o dia-a-dia, porque para fazer isso temos que pedir permissão ao tráfico e a gente jurou que não ia fazer mais isso”, diz o repórter André Luiz Azevedo, da TV Globo.

Para o chefe de reportagem da *Folha de S. Paulo*, Plínio Fraga, o acesso restrito não justifica a ausência de uma cobertura mais completa dos espaços populares. “Há vinte outras maneiras de apurar informações sobre esses lugares. Não ocorre hoje com frequência acho que em parte por falta de tempo, parte por preguiça, parte por incompetência. Basicamente é desmazelo técnico”, opina.

O papel da imprensa

Recentemente, o mercado brasileiro viu surgir uma leva de diários destinados às classes C, D e E. Chamados de populares compactos, são tablóides de custo baixo, e que poderiam oferecer aos moradores de comunidades pobres a chance de se verem retratados de forma mais completa na imprensa. No entanto, esses novos jornais estão sempre associados a um veículo robusto, que lhes

fornece o conteúdo. Talvez por essa dependência, eles não conseguiram mudar o tom do noticiário sobre favelas e periferias, pelo contrário, tendem a intensificar os estereótipos e a investir ainda mais no monotema da violência.

Não se pode negar, entretanto, algumas funções da crônica policial. O noticiário sobre crimes é um dos poucos espaços nos jornais que registram o cotidiano das áreas pobres, onde os índices de homicídio são muito mais altos que os de bairros nobres.¹¹ A cientista social Paula Lacerda, autora da dissertação de mestrado *O drama encenado: assassinato de gays e travestis na imprensa carioca*, diz que é preciso reconhecer que os jornais populares denunciam assassinatos que de outra maneira poderiam permanecer impunes e até ignorados pela Justiça. Paula passou algumas semanas na redação do jornal *O Povo*, diário carioca tradicionalmente associado ao noticiário policial, até que em 2006, após uma reformulação e a mudança do nome para *O Povo do Rio*, passou a dar mais ênfase a outros temas. “Presenciei pelo menos duas situações em que parentes de vítimas de mortes violentas foram até a sede do jornal pedir uma cópia da notícia. O objetivo era ‘comprovar’ o envolvimento da polícia no assassinato. Essas experiências me fizeram perceber as notícias publicadas pelos jornais ‘populares’ como uma forma de ‘fazer a dor das pessoas constar nos jornais’”.

Assim, não se pode negar que a abordagem da mídia sobre favelas e periferias precisa, sim, contar com o registro de crimes e assassinatos. Mas seria mais completa e de melhor qualidade se refletisse a pluralidade de experiências vividas pelos moradores dessas comunidades.

Em busca de uma cobertura plural

Mesmo os veículos de imprensa de orientação liberal, advogados da restrição da ação governamental sobre a sociedade, reconhecem que a diminuição da violência depende da implantação de políticas de redução da desigualdade, criação de empregos e educação. Mas os jornais, ao enfatizarem quase exclusivamente os conflitos armados e as ocorrências policiais na cobertura dos espaços populares, valorizam as soluções bélicas para o problema da segurança. Muitas reportagens discutem implícita ou explicitamente soluções para isolar e neutralizar as favelas, e não para integrá-las de forma mais harmônica às grandes cidades.

Sabe-se que esse pode ser o sentimento de grande parte dos leitores dos jornais. No entanto, a imprensa tem sido uma renovadora da cultura e do comportamento da sociedade brasileira, dis-

11. Segundo o estudo “Geografia da Violência na Região Metropolitana do Rio”, de Leonarda Musumeci, Gabriel Fonseca da Silva e Greice Maria S. da Conceição, enquanto nos bairros da zona sul ocorreu 1,3% dos homicídios registrados entre 2000 e 2005, na zona oeste ocorreram 14,2% e, na Baixada, 29,9%.

cutindo temas potencialmente polêmicos, como a sexualidade. No caso da segurança, os jornais não podem abrir mão de qualificar o debate público. “O jornalismo tem que mostrar a realidade e essa realidade nem sempre interessa ao leitor do jornal”, diz o repórter Aziz Filho, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro.

Se as favelas são assunto de destaque nos jornais – a ponto de serem citadas em 27% das matérias sobre segurança e criminalidade¹² – deve ser prioridade para os jornais encontrar maneiras de driblar os obstáculos impostos pela violência para o exercício do bom jornalismo. Acompanhar a produção cultural e o esporte nas comunidades é um caminho para estabelecer canais de diálogo e encontrar novas fontes. “A imprensa poderia estimular a Prefeitura a organizar uma competição olímpica entre as comunidades, por exemplo”, diz Aziz. “Temos de criar mecanismos para burlar os obstáculos impostos pelo tráfico. Talvez o carnaval, que está no morro, seja um caminho”, diz Jorge Antonio Barros.

Fora da grande imprensa, a experiência de jornalismo comunitário desenvolvida pelo *Portal Viva Favela* (www.vivafavela.com.br), da ONG Viva Rio, entre 2000 e 2005, pode inspirar soluções criativas. Além de uma equipe de jornalistas, o *Viva Favela* também contava com correspondentes em favelas. Os aprendizes de repórteres e fotógrafos produziam matérias e sugeriam pautas de suas próprias comunidades ou favelas vizinhas, além de auxiliarem o trabalho dos jornalistas. Inicialmente, o site apresentava apenas matérias positivas sobre aquelas localidades. Com o tempo, as relações de confiança estabelecidas pelo veículo com os moradores resultaram também em reportagens sobre o tema da violência, que se tornaram fontes de pesquisa para jornais como *O Dia* e *Extra*.

O chefe de reportagem do *Extra*, Eduardo Auler, reconhece a importância do trabalho do site. “Quando o *Viva Favela* estava a pleno vapor, era muito comum ver aquelas matérias reproduzidas em vários jornais. Eles faziam e nós não conseguíamos fazer”, conta Auler, atribuindo a deficiência à falta de interlocutores nas favelas. A jornalista Cristiane Ramalho, que editava o site, diz que uma das missões do projeto era justamente ajudar a ampliar a cobertura da mídia tradicional sobre as favelas e diz que o nome da ONG Viva Rio ajudou muito a entrada em algumas comunidades (ver entrevista neste capítulo). Infelizmente, a equipe teve de ser reduzida drasticamente por falta de recursos, o que impediu a continuidade do trabalho.

A proposta sobreviveu, de certa forma, nos projetos desenvolvidos por Regina Casé na TV Globo. No *Fantástico*, Regina apresenta o quadro *Minha Periferia*, de reportagens sobre a vida nas fave-

12. Dados da pesquisa realizada pelo CEsC sobre oito jornais cariocas durante o ano de 2006.

las, que aborda temas como ecologia, gravidez precoce, violência, trabalho, crianças. A partir dele, surgiu o *Central da Periferia*, projeto desenhado com o antropólogo Hermano Vianna e dirigido por Estevão Ciavatta para mostrar a produção cultural da população pobre dos grandes centros urbanos. Regina atribui o bom trânsito nas comunidades à sua história na televisão. “É com 35 anos de trabalho nas costas que entro nas favelas. Já tínhamos a confiança dessas populações, com as quais convivemos desde o *Brasil Total*. Em 1991, no primeiro *Programa Legal*, mostrei um baile funk em Coelho da Rocha, subúrbio do Rio. Não estou querendo ir na periferia agora. Estou lá, ó, tem anos. Demorei de 91 a 2006 para conquistar essa confiança, que é recíproca”, disse Regina ao site *O Fuxico*. Carioca que nasceu na elite, Regina tem sido criticada por mostrar uma periferia “cor-de-rosa”. Mas ela, ao contrário, diz que o programa pretende olhar de frente os problemas. A diferença é a atitude: “A nossa equipe é afirmativa até nos nomes dos programas: *Programa*

Depoimento

QUEM CONSTRUIU ESTE MURO?

Caco Barcellos*

Quando comecei a trabalhar, a cobertura de segurança era feita por profissionais quase sempre mal remunerados. Era um povo já maduro, próximo da aposentadoria. Um dos repórteres que eu admirava levava um par de algemas na camisa. Esses repórteres passavam nas zonas das prostitutas para recolher grana junto com a polícia. Eram quase tiras e faziam parte do segundo ou terceiro time das redações. Era uma cobertura muito precária e discriminatória. As notícias que saíam nestas editorias quase sempre eram sobre operários, pessoas pobres que cometiam algum deslize ou crime.

Hoje, a violência passou a atingir também a classe média e os ricos e o crime desperta maior interesse nas redações. Mas a cobertura ainda é feita, de um modo geral, de forma precária. Os profissionais desta área ainda parecem ser menos preparados do que os de outras editorias. Em geral, não são especialistas e carregam um ranço complicado, uma postura de delegado de polícia, de juiz. O jornalista parece achar que tem de julgar, condenar e, sobretudo, atacar os criminosos. Especialmente os de baixa renda.

É claro que os jornais conseguem fazer coberturas maravilhosas quando consideram o assunto importante. Mas mantêm uma postura arrogante em relação aos fracos. Os poderosos costumam receber um tratamento correto. A imprensa ouve o seu advogado; dá as suas explicações sobre o crime – dá-lhe, enfim, chance de defesa. Mas não segue a mesma rotina quando os criminosos são de baixa renda. Esses, de cara, viram bandido. Não são descritos como um operário acusado de ter cometido um crime ou um eletricista acusado de ter matado a mulher – são imediatamente taxados de ladrão ou assassino. Também não se protege a imagem dos acusados, como muitas vezes se faz com os ricos.

Legal, Brasil Total... Mas não somos ingênuos nem alienados, nem queremos passar uma imagem distorcida da realidade. Apenas mostrar que há uma outra imagem”.

Apesar das dificuldades, alguns veículos têm se empenhado mais na cobertura das tais "notícias positivas". O jornal *O Povo do Rio* publica uma coluna semanal destacando problemas nas comunidades. O diretor de redação Rogério Sant’Anna acredita que o apoio dos jornais pode incentivar novas iniciativas nas favelas. O mesmo argumento é utilizado pelo jornal capixaba *Notícia Agora*, na seção "Fala Comunidade". “Nós falamos dos problemas, mas também sobre tudo de bom que aquele bairro tem, como pode crescer, os trabalhos voluntários”, explica a repórter Ana Paula Mill. Uma iniciativa com a mesma proposta vem beneficiando a Baixada Fluminense, região com cerca de 2 milhões de habitantes e uma cobertura ainda deficiente na grande mídia. Numa tentativa de se comunicar melhor com os moradores dessas localidades, o informativo local RJ-TV, da Rede

Depoimento

Não estamos cobrindo bem o universo da criminalidade. Os jornalistas acreditam cegamente, na maior parte das vezes, nas informações da polícia, que nem sempre têm qualidade, apuração criteriosa. Em São Paulo os jornalistas ainda circulam nas áreas pobres. Acho que no Rio isso acontece menos. Não se vêem coberturas grandes sobre os morros. Esquecimento é a palavra correta para o que a imprensa vem dedicando a esses locais. E a omissão é pior do que a crítica para estas comunidades. Crítica eles recebem bem. O terrível é nunca subir o morro. Pior do que a crítica é o silêncio. Isso faz com que a gente também ganhe uma imagem de inimigo. Porque é evidente que somos inimigos, se a gente só sobe quando o inimigo – a polícia – sobe. A polícia tem com os moradores de morros uma atitude de muita brutalidade. E a imprensa em geral só aparece ao lado da polícia. Então, nós ficamos com a mesma imagem de inimigo. E inimigo tem que ser maltratado. Não é de causar estranheza que a gente receba tiro.

Mesmo que seja complicado, é necessário driblar as regras ou as limitações dessa cobertura. Os moradores dos morros adoram receber jornalistas. Se a imprensa do Rio freqüentasse as comunidades com a mesma naturalidade como freqüenta Ipanema, Leblon e Copacabana, os bairros nobres do Rio, deixaria de existir essa coisa de cidade partida que muita gente fala. Mas as pessoas têm medo de ir até as favelas.

Temos de refletir sobre esse medo. O que nasceu primeiro? Esse muro virtual existe porque eles construíram ou fomos nós que o construímos? Acho que fomos nós. Tenho certeza de que não estou exagerando. Nós temos uma imprensa maravilhosa, capaz de produzir textos de alta qualidade, brilhantes, mas que na cobertura do universo da minoria não tem a mesma eficácia, o mesmo brilho. É impossível cobrir direito um universo se você não o freqüenta. É preciso estar perto das pessoas. Não bastam a internet, as fontes de pesquisa. Estas são fundamentais, mas são acessórios. O jornalista tem de estar perto das pessoas.

* Jornalista da TV Globo.

Globo, criou em abril de 2005 o quadro fixo "RJ na Baixada". O quadro foi ao ar menos de um mês após a chacina em que foram mortas 29 pessoas naquela região, mas já vinha sendo planejado antes da tragédia. Com a criação de uma base na Baixada, explica o chefe de reportagem Marcelo Moreira, a emissora pretende enfatizar o jornalismo comunitário, cobrando soluções do poder público. "Nós começamos a cobrir coisas sobre as quais antes não tínhamos noção, como o caso de um bairro em Xerém (região metropolitana do Rio de Janeiro) que não tinha uma linha de ônibus sequer. Como isso não saía em lugar nenhum, a Prefeitura não se via pressionada a tomar uma atitude".

A Globo não é a primeira a apostar neste segmento populacional. O jornal *O Dia* mantém desde 1988 uma sucursal na Baixada Fluminense. Graças a ela, diz o editor-executivo Henrique Freitas, o diário consegue realizar cotidianamente reportagens sobre assuntos variados da região. "Recentemente fizemos um levantamento dos pontos da Baixada onde a população não tem água da Ceda. Esta reportagem foi usada pelo Governo do Estado para sensibilizar o Governo Federal a investir R\$150 milhões neste setor em toda a Baixada", lembra Freitas.

Propostas e soluções

As experiências e os exemplos mostram que o melhor caminho para aprimorar a cobertura dos espaços populares é, justamente, a aproximação de suas comunidades. Para oferecer um painel completo da nossa sociedade, a imprensa precisa apresentar também a voz dos moradores de favelas e periferias. Para isso, será preciso estimular a criação de novos canais de diálogo, promovendo encontros sistemáticos com suas lideranças, a exemplo do que vêm fazendo até instituições mais fechadas, como a Polícia Militar¹³. É também importante intensificar o diálogo com organizações não-governamentais, centros de estudo e entidades de defesa dos direitos humanos, que atuam cotidianamente nessas localidades. Dessa forma, a imprensa poderá ampliar o seu papel de promover o debate social, vigiar e exigir a execução de políticas públicas e retratar a sociedade como um todo – e não apenas parte dela.

13. Exemplos disso são os Conselhos Comunitários de Segurança e os diversos programas de integração entre polícia e comunidades que se desenvolvem hoje no Brasil.

A PERIFERIA HOJE É CENTRAL *

Hermano Vianna

Não tenho dúvida nenhuma: a novidade mais importante da cultura brasileira na última década foi o aparecimento da voz direta da periferia falando alto em todos os lugares do país. A periferia se cansou de esperar a oportunidade que nunca chegava, e que viria de fora, do centro. A periferia não precisa mais de intermediários (aqueles que sempre falavam em seu nome) para estabelecer conexões com o resto do Brasil e com o resto do mundo. Antes, os políticos diziam: "Vamos levar cultura para a favela". Agora é diferente: a favela responde: "Qualé, mané! O que não falta aqui é cultura! Olha só o que o mundo tem a aprender com a gente!"

O pano de fundo para essa grande transformação das periferias não é apenas brasileiro, mas reflete uma tendência global. A população urbana do mundo é hoje maior que toda a população do planeta em 1960. O número de habitantes das grandes cidades cresceu vertiginosamente num período em que a economia da maioria desses centros urbanos estava (e continua a estar) estagnada, sem gerar novos empregos. Mesmo assim a migração para as cidades não parou, e hoje – pela primeira vez na história da humanidade – há mais gente vivendo em cidades do que no campo. Calcula-se que mais de 1 bilhão de pessoas vivam atualmente em favelas de todos os países (os "chawls" da Índia, os "iskwaters" das Filipinas, os "baladis" do Cairo, as "colonias populares" do México, as "vilas" de Porto Alegre, os "aglomerados" de Belo Horizonte, e assim – quase infinitamente – por diante). Cerca de metade dessa população favelada tem menos de 20 anos. Quase todo mundo com trabalho informal.

* Trechos do texto "Central da Periferia", de Hermano Vianna, um dos criadores do programa de mesmo nome da Rede Globo.

É muita gente jovem. Governos e grande mídia não sabem o que fazer diante dessa situação. Muitas vezes não sabem nem se comunicar com essa "outra" população, que passa a ser invisível para as estatísticas oficiais, a não ser para anunciar catástrofes. Essa gente, com toda a sua energia juvenil, vai fazer o quê? Produzir a catástrofe anunciada? É só isso que lhe resta fazer? Sumir do mapa para não causar mais problemas para os ricos? Em lugar de sumir, as periferias resistem – e falam cada vez mais alto, produzindo mundos culturais paralelos (para o espanto daqueles que esperavam que dali só surgisse mais miséria sem futuro), nos quais passa a viver a maioria da população dos vários países, inclusive do Brasil.

(...) A própria idéia de inclusão cultural tem que ser repensada – ou descartada – diante dessa situação. Quando falamos de inclusão, partimos geralmente da suposição de que o centro (incluído) tem aquilo que falta à periferia (que precisa ser incluída). É – repito – como se a periferia não tivesse cultura. (...) A periferia não esperou que o centro apresentasse as novidades. Sem que o centro notasse, inventou novas culturas (muitas vezes, usando tecnologia de ponta) que podem muito bem vir a indicar caminhos para o futuro do centro, cada vez mais em pânico diante do crescimento incontrolável da periferia”.



Regina Casé, em cena de "Central da Periferia": cultura das favelas na TV

Abrir espaços para revelar histórias

Cristiane Ramalho

Criado em meados de 2001, o portal *Viva Favela* conseguiu, com a ajuda da ONG Viva Rio, atender a um antigo pedido de lideranças comunitárias, que solicitavam ajuda na luta por uma cobertura mais ampla e menos preconceituosa das favelas. "A idéia era ir além da imagem superficial e muito ligada à violência, oferecida, de modo geral, pela mídia tradicional", diz Cristiane Ramalho, que editou o portal entre 2002 e 2005. A iniciativa influenciou um olhar mais atento e menos monotemático sobre as comunidades por parte de veículos da mídia tradicional, como explica a jornalista.

O *Viva Favela* explorava temas curiosos, como na matéria "Meu adorável barraco", com moradores que decoravam suas casas de maneira peculiar, ou "Mapa na cabeça", sobre o trabalho dos carteiros no labirinto das favelas. Os temas mais "realistas" não ficavam de fora da cobertura do portal. Matérias como "Na boca do lobo", em que uma mãe entra na boca de fumo para resgatar o filho que estava trabalhando para o tráfico; "Dureza da Dura", que mostrava moradores da Cidade de Deus desenvolvendo códigos para driblar as "duras" da polícia; e ainda "A maldição do endereço", sobre pessoas que perdem vagas em entrevistas para um emprego quando revelam que moram na Cidade de Deus.

Um ano após desfazer a equipe de jornalistas e praticamente desestruturar a equipe de correspondentes, o *Viva Favela* voltou a publicar matérias diariamente. Coordenador do projeto em 2006, Tião Santos tem planos para sua ampliação, com a inclusão de blogs e de uma cobertura de abrangência nacional que será chamada de "Favelas do Brasil".

A experiência do portal foi transformada por Cristiane Ramalho no livro *Notícias da Favela*.

Qual era o foco inicial do *Viva Favela*?

O foco do *Viva Favela* era fazer uma cobertura mais aprofundada e menos estigmatizante das favelas. Era também produzir um conteúdo de qualidade com o qual o leitor de baixa renda pudesse se identificar, que pudesse estimular sua entrada na web. A partir de 2004, a questão da violência começou a ganhar mais espaço.

Como o *Viva Favela* driblava as dificuldades na cobertura das favelas?

O segredo estava nos correspondentes comunitários, moradores de favelas que integravam a equipe do portal, no qual trabalhavam sob a supervisão de jornalistas profissionais. Muitos se mostraram belos repórteres e fotógrafos. Por seu acesso direto a

essas áreas, eles conseguiam descobrir pautas incríveis nas favelas. Ao mesmo tempo, os jornalistas do *Viva Favela* abriam caminho nas favelas com a ajuda dos próprios correspondentes, dos parceiros do Viva Rio, ou na cara e na coragem, simplesmente ligando para associações de moradores locais, por exemplo, e pedindo dicas e ajuda. Mas claro que sempre se cercando de todos os cuidados, procurando saber antes de chegar onde estavam pisando. Acho que o nome do Viva Rio, ao contrário do que ocorre com alguns veículos tradicionais, ajudava a abrir portas e a neutralizar o medo que por vezes ronda a figura do jornalista que circula por algumas dessas comunidades no Rio.

Como esses correspondentes eram selecionados?

A partir da rede de projetos e parceiros do Viva Rio nas favelas, com a ajuda, por exemplo, de rádios comunitárias e associações de moradores. Os candidatos interessados passaram por uma seleção que incluía fazer uma redação e, numa segunda fase, entrevista. Mais do que escrever bem, eles precisavam saber descobrir e contar boas histórias.

O *Viva Favela* poderia ser descrito como um veículo de "notícias positivas"?

Desde o início, o portal tentou abrir espaço para revelar histórias que dessem conta do quanto as favelas sofriam com a violência no Rio. Chegou a se criar uma seção, batizada de *Vidas Perdidas*, para estimular os correspondentes a buscarem histórias de perdas em suas comunidades. Mas sempre houve grande

resistência por parte deles de abordar o tema, salvo memoráveis exceções. No início de 2004, percebemos que o *Viva Favela* precisava descobrir caminhos para cobrir a violência – sob pena de se transformar num veículo alienado da realidade. Aos poucos, esse caminho foi sendo encontrado, com apoio, sobretudo, dos jornalistas profissionais. Alguns correspondentes, porém, entenderam que a intenção não era "falar mal" da favela, mas produzir um retrato mais próximo da realidade e que pudesse mostrar que os moradores são as maiores vítimas da violência que atinge o Rio de Janeiro.

Em que a abordagem era diferente dos demais veículos?

A violência era abordada sempre a partir da perspectiva dos moradores da favela. Como a equipe (tanto correspondentes quanto jornalistas) tinha acesso a fontes dentro das comunidades, era possível, por exemplo, reconstituir episódios para além da versão unilateral da polícia. Nem que para isso fosse preciso garantir o anonimato dessas fontes. Assim, o *Viva Favela* conseguiu produzir reportagens em que mostrava como a polícia viola com frequência os mais básicos direitos civis. Também enfocava os abusos cometidos pelos traficantes. Em uma de suas matérias, por exemplo, o portal mostrou como eles invadem as casas dos moradores para fugir da polícia, e como diversificam seus "negócios" cobrando taxas de segurança e de água.

Isso não colocava em risco os profissionais?

O *Viva Favela* não tinha interesse em cobrir o

factual, o tiroteio puro e simples, por exemplo. Se risco havia para os jornalistas profissionais, era o de estarem na comunidade numa hora de confronto. Claro que ninguém pode prever um tiroteio entre traficantes, ou mesmo adivinhar uma investida policial. Mas há uma série de medidas que podem ser tomadas para reduzir os riscos – e elas eram seguidas por todos os repórteres, como ligar com antecedência para marcar a visita da equipe e sempre entrar na favela com alguém conhecido no local – um correspondente, alguém da associação, alguém da rede do Viva Rio, ou o próprio entrevistado. Também procuravam saber, antes de sair da redação, se tudo estava tranqüilo. Eram regras não escritas, mas seguidas pelos profissionais.



Página do Viva Favela: correspondentes das comunidades

A VIOLÊNCIA DA MÍDIA

Jailson Souza e Silva*

As deficiências na cobertura de segurança e violência na mídia começam pelos pressupostos. Se não conseguirmos mudar os valores que orientam o olhar da mídia sobre os setores populares, dificilmente conseguiremos avançar em direção a uma cobertura mais equilibrada.

O primeiro dado que precisa ser compreendido pelos jornalistas é que, no plano concreto, não existe apenas a favela, e sim as favelas. Favela é um conceito que tenta designar um conjunto de paisagens, territórios e grupos sociais heterogêneos, embora com algumas características comuns. Uma favela plana não é igual a uma favela no morro; favelas pequenas apresentam dinâmicas diferentes das favelas grandes. No Rio de Janeiro, há favelas com população marcadamente negra e carioca, enquanto outras têm maior presença de moradores oriundos do Nordeste. Não se pode comparar a Rocinha, uma favela alojada em um bairro da zona sul, onde vive a elite do Rio, com comunidades de periferia, como a Vila Kennedy.

Outras particularidades diferenciam uma favela da outra. Hoje, por exemplo, há grandes diferenças entre comunidades onde há a presença de traficantes de drogas e aquelas que estão sob o controle das milícias. No Rio, por sinal, a paz silenciosa e fascista das milícias ganha cada vez mais peso. Entendidas estas distinções, é preciso também perceber a diversidade da população e das práticas sociais presentes nas favelas. Os jornalistas, em geral, não registram a variedade de situações sociais, culturais e econômicas contidas nestes grupamentos. Eles, em geral, trabalham com o estereótipo do morador da

* Jailson Souza e Silva é professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e coordenador-geral do Observatório de Favelas, no Rio de Janeiro.

favela, percebido como negro, analfabeto e miserável, nos termos dos moradores dos anos 50. Esta generalização não contempla a realidade. Moram nas favelas desde famílias muito pobres até outras com um padrão financeiro e cultural típicos dos setores médios.

Esta percepção homogeneizadora não permite, também, que se percebam as mudanças que têm ocorrido no perfil educacional dos moradores. Com a ajuda de programas como o pré-vestibular comunitário e do aumento de vagas em cursos universitários, o número de universitários moradores de favelas tem crescido muito. No início de 1990, apenas 0,57% da população da Maré tinha concluído o Ensino Superior. Em 2000, este percentual aumentou para 1,64%, e certamente hoje é ainda maior, com a criação de políticas, como o acesso diferenciado – as cotas – e o Programa Universidade para Todos (Prouni), de concessão de bolsas de estudo. Assim, a população de universitários da Maré é muito maior do que a dos traficantes de drogas, por exemplo. Mas 87% das reportagens sobre esta comunidade e as outras só enfatizam a violência e a criminalidade. Imagine se isso fosse feito a respeito do Leblon?!

Realizar as mudanças necessárias na cobertura exige que o jornalista decida se quer construir um mundo de cidadãos ou apenas de consumidores. Se ele opta pela segunda alternativa, o jornalismo resultante será organizado a partir de hierarquias estabelecidas entre os diferentes grupos sociais. Neste caso, uma pauta sobre o indivíduo branco, com cerca de 30 anos, com nível superior, morador de um bairro nobre, com um carro importado e funcionário de uma multinacional, valerá muito mais do que a de um trabalhador manual, desempregado, negro, morador da periferia e que mal completou o Ensino Fundamental.

Quando se estabelecem hierarquias deste tipo, tudo o que é vinculado ao pobre é considerado menor. O discurso da carência é um dos reflexos desta visão. Ora, o grande produto do capitalismo é a carência. Somos todos levados, pela propaganda, a estabelecer uma série de necessidades fictícias, seja o novo I-pod, a TV de plasma ou o jeans importado. Somos todos, portanto, carentes de alguma coisa – o que ajuda a explicar, por exemplo, o aumento da criminalidade entre os setores médios. No entanto, tradicionalmente, trata-se a carência entre os setores populares como algo substantivo, como se este fosse o atributo fundamental de suas vidas. Óbvio que existem demandas estruturais nos bairros nos quais se concentram os mais pobres: vagas nas escolas, postos de saúde, problemas de transporte e saneamento, além de limites concretos de renda e emprego. Os moradores da favela vivem em uma comunidade com necessidades específicas. Ao substantivar a carência, esses moradores deixam de ser reconhecidos em sua condição cidadã, subjetividade, autonomia e capacidade de criar a própria estrutura de vida com dignidade.

Outra expressão depreciativa é o termo exclusão social. Existe a exclusão adjetiva:

do mercado de trabalho formal, dos cursos mais procurados das universidades, do acesso ao computador. Mas, quando se fala em exclusão social, mais uma vez transforma-se em substantivo o que é adjetivo. Como se o cidadão pobre estivesse, na sua totalidade, excluído da ordem social e dos seus direitos. Esta denominação retira do pobre a sua condição de cidadania, desvaloriza as suas estratégias cotidianas para se inserir e viver na cidade. Não partilho desta visão. Concebo a cidadania como ponto de partida e não como ponto de chegada. Todos somos cidadãos, a partir de nosso ingresso no mundo, na realidade social, ainda que o Estado não seja capaz de atender às necessidades do conjunto social, em função de sua estrutura socioeconômica e da forma com que se organizou historicamente.

A mídia contribui, mais do que qualquer outra instituição, para a consolidação e a difusão de conceitos estereotipados. Ela o faz, por exemplo, nas fotografias, quando apresenta os pobres sempre nas piores condições. Para dar entrevista, o intelectual se arruma e tira a foto ao lado da biblioteca. Não se tira fotografia do professor sem camisa, de barriga à mostra. Mas, ao retratar os pobres, prefere-se mostrá-los malvestidos, despenteados, cercados por crianças sujas, com aspecto de malcuidadas. A mídia não tem pudor de apresentar o pobre na sua pior condição, mas o teria com um indivíduo de classe média. Pode-se dizer que o fotógrafo não deve interferir na realidade. Mas se essa realidade é plural, por que enfatizar apenas o elemento da carência?

Seja na França, em Londres, em Rondônia, as distinções entre espaços nobres e espaços populares estão colocadas. As hierarquias que nascem da constituição do sujeito definido a partir do consumo de bens distintivos estão definidas em todo o mundo globalizado. O que muda são as formas diferentes de soberania do Estado. No Brasil, o Estado perdeu, ou nunca teve, a soberania sobre os espaços populares. Desde a década de 20, no Rio de Janeiro, entregou a ordenação do espaço popular e a resolução de eventuais conflitos a grupos particulares. Inicialmente, eram pessoas com autoridade na comunidade, lideranças religiosas ou malandros; depois, as polícias mineiras e os grupos de extermínio assumiram o controle e, mais tarde, os grupos de traficantes, que sofrem hoje o ataque das milícias.

Nesse quadro, o grande desafio em nosso país é garantir o exercício da soberania do Estado em todos os lugares. Por isso, também, o discurso da carência deve ser superado, pois ele não permite reconhecer os espaços populares como espaços de cidadãos dignos, mas os qualificam como o lugar de potenciais criminosos, em especial os jovens. As favelas e as periferias são designadas como espaços à margem da sociedade; são territórios considerados inimigos, dominados pelo conflito e alvos de intervenção bélica das polícias.

Essa visão criminalizante se apresenta de variadas formas: quando um criminoso de classe média é apanhado, é costume da imprensa publicar reportagens questionando que

circunstâncias o levaram ao crime. Em relação a um criminoso pobre, isso nunca é feito, embora, percentualmente, o número de criminosos nesse setor da população seja tão pequeno como nos outros. Quem já viu uma matéria lembrando a família honesta de algum famoso traficante? Eu, nunca. No entanto, conheço muitos casos assim.

Uma vez, uma jornalista me disse que achava um preconceito afirmar que a maior parte da população da favela era envolvida com o crime. Seriam no máximo 30%. Eu disse para ela: vamos fazer um exercício: na Maré vivem 132 mil pessoas. Trinta por cento seriam mais de 40 mil pessoas empregadas no tráfico de drogas e outras atividades criminosas. Quarenta mil pessoas todos os dias dedicadas a roubar, a assaltar, a seqüestrar, a traficar etc. Imagine se expandirmos isso para a população de favelas do Rio de Janeiro, hoje situada em 1,3 milhão de pessoas. Daria mais ou menos 400 mil pessoas todos os dias saindo para praticar crimes. Já teriam levado até o Cristo Redentor. Outra repórter falou em 10%; usei o mesmo raciocínio. Os números continuam absurdos. A irracionalidade dos jornalistas, nesse caso, não tem limites.

A maior expressão da hierarquização, que culmina na definição de valores diferenciados para a vida, é o destaque concedido pela mídia à morte de pessoas dos setores médios ou dominantes, ao lado da naturalização do massacre cotidiano de moradores da periferia, em particular o que atinge os jovens negros e com baixa escolaridade. Gaspa, jovem rapper do Rio de Janeiro, comentando o fato de uma adolescente morta por bala perdida no metrô ter virado nome de rua, considerou que, se isso fosse feito com todos os jovens pobres que sofrem a mesma desdita, não sobraria rua no Rio para homenagear os personagens históricos, muito menos os políticos.

Curiosamente, mesmo os jornais e as rádios populares, cujo público é formado pelos moradores dessas comunidades, seguem as mesmas linhas de difusão. A periferia é sempre apresentada a partir da violência. Naturalmente, as notícias sobre mortes em suas localidades realmente geram grande interesse nos moradores de comunidades. Afinal, o noticiário policial é um dos poucos espaços em que este cidadão pode ver os seus iguais e o que acontece na sua vizinhança. Se morre um traficante da Maré, terei curiosidade de ler a nota, pois provavelmente eu o conheço ou a sua morte pode provocar mudanças no poder local, o que terá impacto na minha vida.

Ao fazer um projeto com o Canal Futura, visitei várias comunidades populares para discutir a visão de alguns de seus moradores sobre a mídia. Em todos os lugares, eles reclamam da maneira com que a imprensa apresenta as suas localidades. Gostariam que difundisse outros assuntos: história das comunidades, comportamento, valores e práticas locais, opções culturais. Mas isso não é notícia, pelo menos dentro da definição hegemônica de notícia.

A maioria dos grandes meios de comunicação, com seus pressupostos hierarquizantes, contribui, ou pelo menos não ajuda, para a superação da progressiva perda do sentido da vida coletiva, cujo corolário é o aumento da intolerância, da sensação de insegurança e a dificuldade de os sujeitos sociais incorporarem uma ética de responsabilidade em relação ao espaço público. Essas posturas se tornam o alimento de múltiplas formas de violência na cidade: educacionais, culturais, sexuais, econômicas, físicas etc. Violências produzidas/produtoras do esgarçamento do tecido social, fenômeno que amplia a precariedade da qualidade de vida nas grandes cidades.

A disseminação das práticas violentas gera, por sua vez, um sentimento crescente de insegurança que invade toda a cidade, inclusive os bairros nobres. O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro revelou, em uma pesquisa feita em 2005, que 50% da população carioca, de diversos grupos sociais, defendem o aumento da presença de policiais nas ruas como forma de lidar com a criminalidade e a violência. No caso da utilização de políticas sociais, dentre as quais a distribuição de renda, apenas 2% avaliam que ela teria eficácia. Para nós, ao contrário, é evidente que a violência não pode ser superada com mais violência, mas com ações integradas, abrangentes e regulares, que envolvam o conjunto do Estado e da sociedade.

O enfrentamento das violências presentes no Rio de Janeiro exige a criação de mecanismos que permitam o reconhecimento da cidade como o espaço do encontro das diferenças. Exige também meios de comunicação que tenham como pressuposto que só pode haver uma cidade, plural, mas uma; e apenas um cidadão, diferente, mas igual. É uma bela luta, que envolve todos nós, crentes em uma humanidade justa e fraterna.

5.

“Avalia aí”: a segurança do profissional de imprensa

Os jornalistas encarregados da cobertura de segurança e violência trabalham com medo de virar notícia. Mencionado por quase todos os profissionais ouvidos nesta pesquisa, o tema segurança do profissional de imprensa mobiliza redações e sindicatos, especialmente no Rio e em São Paulo. Nestas capitais, há entre os jornalistas uma percepção mais aguçada das situações de risco enfrentadas pelos repórteres no dia-a-dia: de tiroteios a ameaças de organizações criminosas. Por conta desta conscientização, muitos profissionais estão repensando suas práticas e buscando métodos de trabalho mais seguros. Padrões de apuração – como o costume de acompanhar ações policiais – estão mudando, muitas vezes sem uma discussão aprofundada.

O problema da segurança do jornalista ganhou urgência desde o traumático assassinato do jornalista Tim Lopes, da TV Globo, em 2002. A partir dessa crise, algumas empresas criaram normas de segurança e investiram em equipamentos como coletes, veículos blindados e treinamento especializado. Outro desdobramento foi a decisão de muitos veículos de evitar a cobertura de locais considerados violentos ou adotar procedimentos especiais para fazê-la. “Como chefe da sucursal da *Isto É*, no Rio, passei um tempo sem querer nem ouvir falar de pautas em favelas, por temer pela vida dos repórteres. Mas isso não pode acontecer. O jornalismo precisa estar em todos os lugares, e mais ainda nos que sofrem com a violência”, lembra o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, Aziz Filho.

O episódio Tim Lopes não foi um fato isolado. Ao menos no Rio de Janeiro, os jornalistas há alguns anos vinham encontrando situações de hostilidade em comunidades populares, em contraste com a receptividade com que eram recebidos nos anos 80 e 90 (veja o capítulo *Cenários da violência*). Depois da morte de Tim, ameaças se tornaram mais comuns. “Você entra no morro e logo alguém diz: ‘Olha o Tim Lopes, hein!’”, diz Alexandre Arruda, repórter de *O Dia*.

A reação da imprensa

A violência contra Tim Lopes serviu de alerta para os jornalistas. “Isso mostrou a falta de limites desses criminosos. A morte do Tim foi um divisor de águas. Afinal, ele era um dos nossos”, explica a repórter Adriana Cruz, também de *O Dia*. Para muitos profissionais da imprensa, o episódio foi o golpe de misericórdia contra a suposta neutralidade do repórter. Como resume André Luiz Azevedo,

colega de Tim na TV Globo: “Você não é mais um elemento neutro. O bandido está sempre do lado errado. O jornalista não está do lado da polícia, está do lado da sociedade”.

“A morte de Tim Lopes é um marco não na história da Globo, mas do jornalismo no Brasil. Ele é um mártir do jornalismo na própria acepção da palavra”, define o diretor de Jornalismo da emissora, Carlos Schroder. Ele considera a resposta da imprensa ao crime exemplar: “Cobrimos o caso até que os seus culpados estivessem presos, julgados e condenados. No nosso caso, antes da prisão, foram mais de 17 horas de reportagens. Acompanhamos o julgamento de cada um dos criminosos com grande destaque. E a luta contra o tráfico, que já era prioritária, passou a ser ainda mais”.

A reação não foi motivada somente pela indignação pela morte de um profissional competente e querido como Tim. A análise feita no Globo e em outras redações era de que seria perigoso permitir que o atentado caísse no esquecimento. O silêncio dos jornais seria um convite a novas agressões. Um dos defensores desta tese foi o professor brasileiro Rosental Calmon Alves, diretor do Knight Center for Journalism in the Americas, da Universidade do Texas (EUA). “O Brasil tem sido muito tímido em reagir à morte de outros jornalistas nos últimos anos. A situação chega a ser embaraçosa, porque às vezes parece haver mais reações no exterior (onde há organizações muito ativas dedicadas a denúncias de abusos contra a imprensa) do que no país”, escreveu Alves, na época.

O professor lembrou como a imprensa americana respondeu à morte do jornalista americano Don Bolles, assassinado com uma bomba no Arizona, em 1976. “A reação foi forte e imediata, num orquestrado esforço para que não se permitisse passar à bandidagem o sinal de que um crime contra jornalista era apenas mais um crime. A reação incluiu

O Caso Tim Lopes

Em junho de 2002, o jornalista Tim Lopes foi capturado por um grupo de traficantes quando produzia uma matéria para o programa *Fantástico*, da TV Globo, sobre exploração sexual de menores em bailes funk.

Durante a realização da matéria, Tim teria sido descoberto com uma câmera escondida, tentando fazer imagens do baile da Vila Cruzeiro, no complexo de favelas do Morro do Alemão, na Zona Norte do Rio. Depois de torturado pelos bandidos – do qual Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, seria o chefe –, o corpo do jornalista foi esquartejado, queimado e enterrado na favela.

Os restos mortais do jornalista foram encontrados em um cemitério clandestino, no alto do morro, com outras dezenas de ossadas – supostas vítimas anteriores do mesmo grupo.

Após mais de três meses de buscas intensas, Elias Maluco foi preso. Levado a julgamento, o traficante foi condenado a 28 anos e seis meses de prisão.

“O Complexo do Alemão ficou estigmatizado depois da morte do Tim Lopes. Hoje, é uma favela praticamente intocável. A imprensa quase não vai mais lá”, garante o repórter Mário Hugo Monken, da *Folha de S. Paulo*.

a mobilização de uma equipe de 40 repórteres, cedidos por vários jornais. Eles foram para Phoenix e durante três meses levaram a cabo o Projeto Arizona, com o objetivo de continuar com as investigações de crime e corrupção que estavam sendo feitas por Don Bolles, e que motivaram os bandidos a assassiná-lo. As 23 matérias que resultaram desse esforço foram publicadas em todo o país e mostraram aos criminosos que, em vez de intimidar ou silenciar a imprensa, como eles devem ter pensado que ocorreria, o assassinio de Bolles teve um efeito oposto”, comparou Alves no site *Observatório da Imprensa*.

Bastidores

O seqüestro de Portanova

Quase cinco anos após a morte de Tim Lopes, o seqüestro do jornalista Guilherme Portanova e do auxiliar técnico Alexandre Calado, da mesma Rede Globo, em São Paulo, por integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), mostrou que os repórteres não precisam estar em territórios controlados por grupos armados para se tornarem alvo.

Os dois foram levados na manhã do dia 12 de agosto de 2006, enquanto tomavam café na padaria em frente à emissora, no bairro do Brooklin.

No mesmo dia, Calado foi libertado com a incumbência de entregar à TV Globo um vídeo feito pelos integrantes do Primeiro Comando da Capital, o PCC, com reivindicações e queixas sobre o sistema penitenciário no estado, em especial quanto à aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

Os seqüestradores exigiam que o vídeo fosse exibido até o final da noite daquele mesmo

sábado, 12, para que o repórter fosse liberado. A emissora consultou diversas entidades – entre elas, a ABI, ABRAJI, ANJ e INSI – e, por fim, decidiu cumprir as exigências.

A decisão da emissora foi aplaudida pelas entidades ouvidas e por outros veículos. Uma das poucas exceções foi o *Jornal do Brasil*, que publicou editorial condenando o fato de a maior emissora do país ceder às “exigências de marginais”.

Portanova, contudo, não seria liberado ainda. Somente após a emissora exibir uma edição do mesmo vídeo no *Fantástico*, no domingo, 13, os seqüestradores decidiram libertar o repórter.

O jornalista foi deixado, sem ferimentos, no bairro do Morumbi, por volta da 0h30 da segunda-feira, 14. Cerca de 30 minutos depois ele chegava à sede da emissora, de carona com o segurança de uma empresa privada que o socorreu ■

Seqüestrados repórter e técnico da Globo

COTIDIANO Guilherme de Azevedo Portanova e um auxiliar técnico foram levados após saírem de uma padaria na zona sul de SP

Na alça de mira

Em agosto de 2005, a repórter da TV Bandeirantes Nadja Haddad foi atingida por uma bala disparada de uma submetralhadora 9mm, quando chegava para fazer a cobertura de um tiroteio no morro Dona Marta, em Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro. A bala feriu a jornalista dentro do carro de reportagem, que não era blindado. Nadja estava sem colete protetor. Recuperada, ela foi transferida para São Paulo e hoje acredita que o acidente foi uma fatalidade. “Não acho que os traficantes [o tiro partiu do alto do morro] tinham em mente um ataque contra a imprensa. Qualquer pessoa poderia ter sido atingida ali, até uma criança”.

Outras situações-limite, em que jornalistas ficaram próximos à linha de tiro e correram perigo, têm sido registradas nos últimos anos. Incidentes que fizeram com que veículos como *O Globo*, *TV Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Dia* e *O Extra* adquirissem coletes à prova de bala. Os carros blindados ainda são raros, mas também começam a ser usados por jornais e TVs, especialmente em reportagens feitas de madrugada.

Mas a aquisição de equipamentos não resolve todos os problemas. Enquanto os blindados são aprovados pela maioria, os coletes não encontraram a adesão de todos os jornalistas. Para muitos, eles são pesados e quentes. Alguns repórteres acreditam que a veste pode fazer com que sejam

Bastidores

Telefone, uma arma

Além dos riscos de balas perdidas e seqüestros, jornalistas estão sujeitos a outro tipo de ataques: as ameaças. Quase sempre motivadas por denúncias contra máfias e grupos de policiais, elas chegam através de ligações telefônicas, recados e cartas. Geralmente, pegam repórter e veículo desprevenidos e provocam danos psicológicos ao profissional ameaçado e aos seus colegas.

Um caso recente foi o da repórter Maria Mazzei, do jornal carioca *O Dia*, ameaçada de morte em 2006 após realizar uma série de

matérias sobre a “máfia de corpos” do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro (ver *Bastidores – Vou te enterrar como indigente*). Maria teve de se afastar de casa e do trabalho por causa dos telefonemas que prometiam matar a repórter e sua família.

Os policiais envolvidos em atividades criminosas são considerados os mais perigosos. “Eles são organizados e têm o respaldo institucional. Eles mesmos dizem que grampeiam nossos telefones. Sabemos que escutam o que falamos”, diz um repórter. “Um

confundidos com policiais e torná-los alvos fáceis. Outros afirmam que os moradores de bairros de periferia e favelas consideram o uso do colete nas suas localidades um acinte. Segundo esta argumentação, o colete denuncia o temor do profissional de atuar naquela comunidade e estabelece uma diferenciação do jornalista dos demais cidadãos. Por fim, vários jornalistas lembram que carros blindados e coletes só são eficazes contra armamentos de baixo calibre, e não contra os fuzis usados em muitos confrontos (segundo especialistas, o colete protege ao menos contra estilhaços de fuzil).

Todas estas razões têm reduzido o uso do colete pelos repórteres. “Não me lembro de ter visto ninguém da empresa de colete”, diz um jornalista de *O Globo*. Raphael Gomide, repórter da *Folha de S. Paulo*, é um dos usuários, e defende o equipamento. “As pessoas dizem: ‘Ah, não vai salvar nada’. Vai ajudar mais do que a camiseta, não é?”. Gomide também descarta a possibilidade de confusão com a polícia. “O nosso é azul, tem a palavra ‘Imprensa’ escrita, não tem como confundir”.

"Se o coleguinha for, você vai"

Os riscos enfrentados pelos jornalistas são aumentados pela improvisação. Na maioria dos veículos, não existem procedimentos claros sobre o que fazer em situações de conflito, como buscar proteção, que recursos estão disponíveis e como agir em caso de ameaças.

traficante raramente sai da sua comunidade. Já o policial liga pessoalmente para a sua casa. Essa é a diferença”, explica Elenilce Bottari, de *O Globo*.

Em alguns casos, a ameaça atinge toda a empresa. Entre o fim de 2005 e os primeiros meses de 2006, vários profissionais do jornal *O Dia* receberam ameaças por conta de uma série de matérias sobre o tráfico. Em uma delas, realizada em setembro, um repórter flagrou a movimentação de uma boca-de-fumo de um posto de observação da Polícia Civil. O jornal recebeu ameaças de bomba e por alguns dias foi guardado por equipes da Polícia Militar. Durante

algum tempo, os motoristas do jornal evitaram passar perto dos morros da Mangueira e da Providência (respectivamente, nas zonas norte e portuária do Rio), alvos das reportagens.

São poucos os veículos que disponibilizam seguranças e apoio psicológico a seus profissionais numa situação desse tipo. A praxe é deixá-los em licença remunerada e oferecer hospedagem em hotel até que as ameaças cessem. Gisele Sant’Anna, do jornal *O Povo*, do Rio de Janeiro, contou ao Projeto Calandra que sofreu ameaças da máfia que controla as máquinas de caça-níqueis espalhadas em bares do Rio. “Passaram um ▶

O assunto foi extensamente tratado no relatório de 2005 do Projeto Calandra, um programa de aperfeiçoamento da redação do Globo. O texto mostrou que os jornalistas, tão habituados a transmitir informações, enfrentam dificuldades de diálogo quando o tema é a segurança profissional. “Embora sejam de empresas de comunicação, editores citam regras que seus repórteres desconhecem”, constata o texto. O trabalho propõe uma discussão ampla, tendo por base as recomendações da organização *Repórteres sem fronteiras*, e o treinamento para atuação em áreas de risco.

Desde o diagnóstico feito pelo Calandra, um avanço significativo foi registrado: a realização, em 2006, de dois cursos de treinamento de jornalismo em áreas de conflito, cada um para 50 jornalistas, no Rio de Janeiro e em São Paulo (ver texto *Escola de segurança*). Ainda assim, na maior parte dos veículos brasileiros, a segurança do jornalista continua a ser tratada como preocupação secundária.

O critério básico dos veículos de imprensa para a cobertura de conflitos ou áreas de tensão é atribuir ao repórter, que está no local, a decisão sobre como realizar a apuração. “Avalia aí”, dizem os chefes, quando o subordinado telefona em busca de orientação. “Em locais perigosos a empresa nos pede que tenhamos o máximo cuidado. Se você sentir que a situação está perigosa, não entra”, afirma o repórter Nuno Morais, do jornal capixaba *Notícia Agora*. “Ninguém mais é obrigado a entrar numa favela, se achar que não tem condições de segurança para isso”, atesta Jorge

rádio para mim, dizendo que estavam me olhando e me seguindo. Fiquei uma semana fora, em Angra dos Reis, escondida. E as chamadas continuavam, perguntando por que eu tinha sumido, se estava com medo. Sabiam que eu não estava no jornal. Estavam me acompanhando mesmo. Fiquei 15 dias voltando para casa com segurança”, diz ela.

O acompanhamento psicológico aos repórteres ameaçados raramente é oferecido. Em geral, os jornais limitam-se a disponibilizar advogados e a pedir a investigação do caso, além de solicitarem proteção da PM ou empregarem seguranças

privados. No entanto, muitas vezes são policiais os autores dos ataques contra os repórteres, como no caso de Vera Araújo, de *O Globo*. A repórter passou um ano afastada do jornal depois de assinar, em março de 2005, uma reportagem sobre as milícias armadas, formadas principalmente por policiais que hoje dominam, segundo estimativas, pelo menos 92 favelas no Rio de Janeiro. Vera teve os telefones monitorados e contou com proteção policial, além do apoio de psicólogos oferecido pelo jornal.

Muitos jornalistas, entretanto, por vezes preferem ignorar as mensagens e não pedem ajuda aos chefes.

Antonio Barros, editor-adjunto no Rio de *O Globo*. “Antigamente a reação da chefia era insistir, dizer que o jornalista estava fazendo corpo mole, com medo. Hoje, se o repórter disser que não há condições de fazer a matéria, a gente acredita plenamente. A palavra do profissional ganhou muita força, pois ninguém quer ter na sua conta um jornalista ferido à bala”, continua.

O respeito à avaliação do profissional que está nas ruas é positivo. No entanto, a prática transfere para o repórter o peso de decidir se uma situação é ou não de risco. “Se acontecer alguma coisa, é porque o jornalista ‘avaliou mal’. Não existem normas”, resume um fotógrafo. “O repórter vai pra favela, mas tem que ser cauteloso. Se não for cauteloso, ele é precipitado, é um deslumbrado; se ele não se arriscar, é frouxo, é covarde. É uma contradição atrás da outra”, queixa-se uma carioca.

O comportamento do concorrente é um dos fatores que influenciam as decisões dos repórteres. A competição entre veículos pode levar a atitudes temerárias. “Se o coleguinha for, você vai. É assim: *O Extra* está aí? *O Globo* está aí? Se a TV Globo estiver, pirou a cabeça de todo mundo. O cara não tem coragem de chegar e dizer: ‘eu não vou’”, diz um experiente fotógrafo carioca. “Se o concorrente estiver lá, tem que ir. Se ele saltar do carro, você tem que saltar do carro”, afirma a capixaba Marcelle Secchim, do *Notícia Agora*. O contraste com a cautelosa declaração do colega Nuno, do mesmo diário, citada acima, mostra como os padrões de comportamento podem variar numa mesma empresa.

Um repórter capixaba conta que com o tempo deixou de avisar à empresa das ameaças sofridas. “Há um tempo atrás eu até avisava. Mas recebia risos em troca, gargalhadas. Aí deixei pra lá”. “Isso pra mim é tão comum, que eu brinco no telefone. Os caras ligam e dizem: ‘Eu vou te pegar, te matar’. Respondo: ‘Meu irmão, pega a senha’”, diz o jornalista capixaba Nuno Moraes ■

Assim, a audácia pode conviver com a cautela e o sentimento de intimidação. Muitos repórteres hoje preferem ficar distantes da cobertura de operações policiais e outros conflitos. “No jornal, nós contamos nos dedos os que aceitam ir a favelas. São raros”, diz a repórter Elenilce Bottari, de *O Globo*. Um episódio ocorrido em Vitória (ES) mostra o temor dos jornalistas. Ana Paula Mill, do popular *Notícia Agora*, apurava uma pauta em João Goulart, bairro da periferia da capital. “Um cara bateu no capô do carro e disse: ‘Se eu fosse vocês, ia embora’. Eu respondi: ‘Estou indo agora’. Falei para o motorista: ‘Daniel, não precisa falar duas vezes’”, conta. Mill lembra que nem lhe passou pela cabeça questionar o “aviso” ou perguntar quem era o sujeito. Nuno Morais também se reconhece mais cuidadoso do que há alguns anos, quando acompanhava ações policiais sob tiroteios e até participava de prisões. “Hoje eu penso duas vezes. A empresa não me paga pra correr riscos, ela me paga pra apurar matéria. Se eu cair morto, não tem matéria”, constata.

Dilson Pimentel, do paraense *O Liberal*, conta que já houve casos de equipes do jornal serem assaltadas durante o processo de apuração, em plena tarde. A entrada em locais considerados de risco também é uma preocupação dos profissionais paraenses, que na maioria não dispõem de coletes à prova de balas. “Quando a gente vai fazer matérias em determinados locais que consideramos críticos, a própria equipe já começa a se censurar. Os jornalistas avaliam a possibilidade de acontecer algum problema e não vão”. Para solucionar o problema, um capitão da PM sugeriu que as equipes de reportagem trabalhassem com escolta policial. Uma oferta rejeitada pelo editor: “Quando você chega com uma viatura da Polícia Militar, você altera a realidade. O repórter seria privilegiado, já que não há policiais suficientes para acompanhar todos os cidadãos”.

Na redação de *O Liberal*, também funciona o método “avalia aí”. O paraense Pimentel foi um dos entrevistados nesta pesquisa que lamentaram a ausência de padrões de atuação nesses casos. “A gente deveria ter clareza sobre que procedimentos adotar. O jornal deveria deixar claro que, entre fazer uma matéria importante e colocar em risco a vida, o certo é deixar de fazer a matéria. Mas isso não é dito com todas as palavras. Então, cabe a nós, que estamos nas ruas, ter esse cuidado”.

Contribuições e sugestões

A escalada dos índices de roubos e homicídios e a complexidade do fenômeno da violência no Brasil exigem que a imprensa qualifique e intensifique a cobertura destes temas. Muitos veículos brasileiros estão fazendo tal esforço, como mostram os demais capítulos deste livro. Mas a realização de uma cobertura de qualidade impõe novos e difíceis desafios para os jornalistas e os executivos do setor. À medida que o repórter policial se distancia do personagem folclórico que levava algemas e ajudava a polícia nos interrogatórios, nos anos 50 e 60, ele também exige novos

Motorista de reportagem

Integrante fundamental das equipes de jornalismo escaladas para apuração nas ruas, o motorista de reportagem se tornou pivô de uma briga interna em boa parte das redações do país. A decisão de muitos veículos de terceirizar este serviço, com intenção de cortar custos, desagradou jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Os profissionais garantem que a decisão compromete – e muito – a qualidade do trabalho. Para os jornalistas, os motoristas terceirizados não compreendem os objetivos e a cultura de jornais e emissoras, não são preparados para agir em situações de emergência e são menos eficientes nos deslocamentos, desconhecendo os atalhos e os

macetes necessários para chegar a lugares pouco acessíveis – pecado grave para a cobertura diária da cidade. “Estão subestimando uma figura importantíssima para os jornais”, lamenta o repórter-fotográfico Domingos Peixoto.

Em alguns diários, são os próprios fotógrafos, cinegrafistas e jornalistas os responsáveis pela direção. “Como é que você vai filmar e dirigir ao mesmo tempo? É um absurdo”, diz um jornalista. Em um jornal capixaba, além de guiar, os fotógrafos também são responsáveis pelo pagamento dos possíveis danos ou multas. “Você tem que chegar rápido na redação, apesar dos radares espalhados por aí”, diz um repórter. “Se bater ou for multado, o problema é seu” ■

recursos, e padrões de trabalho. A necessidade de apoio psicológico permanente para esses profissionais que lidam com situações de intenso estresse emocional, está patente. Mas o jornalista não está hoje sujeito apenas a danos psicológicos. A rotina dos repórteres desta área também envolve risco físico. A consciência deste risco torna-se cada vez mais aguda e, atualmente, tem impacto na própria qualidade do jornalismo.

Equipamentos adequados à situação de cada cidade – coletes, carros blindados, rádios – representam uma importante medida para diminuir a chance de se tornarem vítimas. O emprego de profissionais de apoio, como motoristas experientes, também é outra medida recomendada. Mas o passo fundamental, já identificado pelos próprios jornalistas, é o estabelecimento de padrões claros de comportamento, que sejam conhecidos por todos os profissionais da empresa. Esses padrões devem ser construídos através do diálogo permanente e franco entre repórteres, editores e executivos de mídia. É preciso avançar além do reconhecimento da segurança do profissional de imprensa como um problema a ser resolvido.

A TV Globo, que sofreu o trauma da morte de Tim Lopes, é um dos poucos veículos que seguem regras claras, conhecidas por todos os seus profissionais. “Em nenhuma hipótese entramos em favelas durante conflitos armados ou situações de alto risco”, diz o diretor de Jornalismo da emissora, Carlos Schroeder. “Antes de nos decidirmos a fazer uma pauta em lugar que consideramos de risco, checamos com consultores de segurança da empresa se existe alguma circunstância que possa desaconselhar a ida, como um tiroteio recente, e comparamos esta avaliação com a importância da pauta”, diz o chefe de reportagem Marcelo Moreira.

Em alguns casos, o entrevistado pode ser levado para um local próximo à comunidade, como quadras de esportes ou escolas de samba. “No caso de uma reportagem em que não seja importante mostrar o ambiente da comunidade, podemos recorrer a este recurso para evitar expor a equipe a passar ao lado de uma boca-de-fumo, por exemplo”. Uma regra é considerada de forma inflexível pela direção da emissora: “A Globo jamais negocia com traficantes a entrada em favelas”, assegura Marcelo.

Em síntese, a busca do exercício seguro da profissão de jornalista passa pela revisão dos critérios tradicionalmente associados à profissão. Em situações de tensão, a colaboração entre profissionais de vários veículos deve substituir a competição. A reportagem investigativa ou analítica se torna

Bastidores

“Vou te enterrar como indigente”

Duas semanas após ser contratada pelo jornal *O Dia*, em 2006, a repórter Maria Mazzei recebeu um telefonema contando sobre um caso mirabolante: em busca do irmão desaparecido, a fonte havia percorrido delegacias, hospitais e, por fim, chegado ao Instituto Médico Legal. Não havia sinal do corpo do parente, mas no IML lhe ofereceram um “kit-enterro” com certidão de óbito, registro em cartório, sepultura e lápide por R\$ 3 mil. “Esse golpe serve para estelionatários que querem receber seguros e famílias interessadas em acelerar heranças ou

pensões do INSS”, explica a repórter.

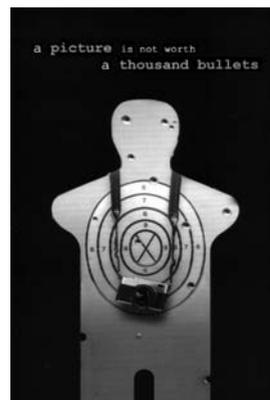
Por orientação de seus editores, Maria entrou em contato com a Corregedoria da Polícia Civil, que prendeu os responsáveis em flagrante. Logo depois, saiu a primeira reportagem da série *Máfia dos Corpos*, publicada entre os dias 13 e 16 de maio. As ameaças chegaram na mesma semana pelo telefone do jornal e pelo celular da repórter. “Eles diziam: ‘Vou te enterrar como indigente. Pára de mexer com isso’”, lembra Mazzei.

Outras fraudes foram descobertas e as ameaças se seguiram, sem maiores conseqüências. Pouco

mais importante quando é impossível obter, com segurança, o relato de um fato em primeira mão. Neste contexto, a capacidade do profissional de formar fontes torna-se fundamental para obter informações exclusivas, que serão o diferencial entre veículos. A seguir, procedimentos adotados por outros veículos, ou recomendados por especialistas, que podem diminuir os riscos para os jornalistas (mais conselhos em *O que diz o manual – Guia de sobrevivência*).

1. A avaliação dos riscos envolvidos na apuração de uma reportagem deve preceder a busca do melhor ângulo para a fotografia e do furo. É, na verdade, a primeira tarefa a ser cumprida pelo repórter, em discussão com seus editores, ainda na redação. “É importante que tanto os chefes como os repórteres sigam as mesmas regras e falem a mesma linguagem. É preciso que avaliem cada situação usando o mesmo ‘check list’”, diz Luisa Rangel, representante do International News Safety Institute (Insi).

2. O jornalista não deve lidar sozinho com situações perigosas e ameaças. Sua primeira preocupação deve ser dividir o problema com a chefia e, se necessário, com representantes das forças de



Folheto de divulgação do Insi

segurança. Mário Hugo Monken, da sucursal Rio da *Folha de São Paulo*, recomenda que qualquer tipo de ameaça seja comunicada ao jornal. “Afiml, você está no exercício da sua profissão, você está nesta situação porque fez uma matéria para o jornal. Ele tem a obrigação de te proteger”, encerra.

3. Deixar de assinar reportagens potencialmente explosivas. A medida é pouco popular – a maioria dos jornalistas não quer abrir mão da autoria de uma denúncia importante – mas deve ser considerada quando há risco de ameaças. Outra hipótese é dividir a autoria entre vários profissionais. Aluizio Freire, responsável por muitas matérias de alto risco para o jornal *O Dia*, deixou de assinar uma reportagem sobre como a família de um traficante era protegida por uma espécie de guarda privada contra possíveis inimigos de outra favela. “Recebi um recado dizendo: ‘Olha, a única coisa que ele não permite é que falem da mãe dele. Ele vai ficar atrás de você até te matar’. Não assinei a matéria, por sugestão da chefia. Acharam que não valia a pena pagar para ver naquele momento. Concordei, mas depois me arrependi”, lembra.

4. Trabalhar em *pool*. Em grupo, os jornalistas podem ajudar uns aos outros e reduzir os riscos de agressões. Repórteres escalados para os plantões da madrugada, por exemplo, costumam combinar com colegas de outras redações a decisão de apurar notícias na rua. O

para um hotel, ainda de madrugada.

Dois dias depois, *O Dia* publicou uma matéria em que relatava as ameaças à repórter. Em nota ao secretário estadual de Segurança, o jornal avisava que “todas as providências ao alcance da empresa estão sendo tomadas, mas questões de segurança são próprias e, definitivamente, do Estado, ao qual cabe, nesta solicitação, prover Maria Mazzei e sua família de proteção ininterrupta até que os delinqüentes envolvidos neste episódio sejam presos e entregues à Justiça”.

Depois de algum tempo, a família voltou para casa e ela permaneceu no hotel. Mas as ligações

continuaram. A repórter admite que os abalos foram profundos, mas tentou não se mostrar intimidada. “Os bandidos fizeram terror psicológico, ligando de dez em dez minutos, sem falarem nada. Depois disseram que iam me matar e que nunca encontrariam o meu corpo”, lembra.

Para ela, foi importante o apoio recebido da família e também da chefe, Elaine Gaglianone. “Minha família foi ótima, minha mãe não desgrudou de mim. E a Eliana foi muito humana. Ela dizia: ‘Você liga pra mim. Quero falar com você hoje, amanhã, depois, no final de semana, duas, três, quatro vezes por dia. Isso

mesmo tem sido adotado na cobertura de operações policiais: em geral, jornalistas só acompanham a polícia em grupo.

5. Deixar de enfatizar o papel do jornalista como testemunha ocular dos fatos e passar a valorizar a capacidade do repórter de contar uma história a partir de relatos de terceiros. “O repórter sabe que não precisa se expor em áreas e situações de risco, pois pode trazer a matéria por outros meios”, disse ao Projeto Calandra o chefe de redação do jornal *Estado de São Paulo*, José Luiz Alcântara.

6. A experiência dos repórteres mais velhos é um recurso precioso, que deve ser aproveitado por todos os envolvidos em uma pauta perigosa. Anos de cobertura em favelas e conflitos permitem ao fotógrafo Domingos Peixoto, de *O Globo*, pressentir uma situação de risco potencial. “A gente sente no olhar das pessoas. Se você percebe que as ruas vão ficando muito vazias, é que não está legal. Alguém passa por você e fala, dá um toque. Tem que estar atento”. O editor de fotografia de *O Dia*, Nilton Claudino, faz outra recomendação. “Não entro em favela com minha máquina na mão nem que a vaca tussa. Eu só tiro na hora da foto. Pode passar quem for. Sei que nós temos o olho e o dedo nervosos. Se passar bandido na sua frente, você quer fotografar, não tem jeito”, conta.

foi importante”, diz Mazzei. Na volta ao Rio, depois de ficar cerca de 40 dias no Nordeste, a repórter passou a contar novamente com escolta 24h por dia. Logo depois, novo recado: o pessoal do IML sabia de sua volta. Apenas no início de novembro de 2006 voltou a fazer matérias na rua. De casa para o trabalho e do trabalho para casa, a rotina de Mazzei até o início de 2007 seguia com muitas limitações. “Não posso ir ao cinema, ir a um curso, porque o jornal não deixa eu tirar a segurança. Não tem como viver assim”, angustiava-se ■

Guia de sobrevivência

Criada em 1926, a Federación Internacional de Periodistas (www.ifj.org) representa mais de 500 mil jornalistas e monitora ataques à liberdade de imprensa e à segurança dos profissionais de comunicação em todo o mundo. Em 2005, a organização divulgou o relatório *Noticias en vivo – Manual de proteção para jornalistas*, um guia prático que pretende diminuir as vítimas no setor. Segundo o documento, nos últimos 12 anos, mais de 1.100 profissionais foram assassinados no exercício da profissão. Abaixo, algumas das suas recomendações, que também abrangem a cobertura de situações de guerra:

- Esteja preparado: assegure-se de que está fisicamente capacitado para realizar a tarefa; melhore os seus conhecimentos sobre a situação da área em que irá atuar: conheça a legislação, o sistema de saúde e social do local; leve equipamento adequado e vista-se com roupas confortáveis ou, se necessário, coletes à prova de balas.
- Ao acompanhar ações militares, não use roupas semelhantes às dos soldados; lembre-se de que a câmera pode ser confundida com uma arma e o flash, com o clarão de um disparo; use carros de quatro portas, para sair com mais facilidade.
- Ao passar por uma barreira, seja sempre amável; aproxime-se apenas com os documentos nas mãos, não grave ou faça fotos sem autorização.
- Para esconder-se, não procure um lugar de onde alguém tenha disparado previamente. Este lugar será um alvo. Se tiver um veículo blindado, esconda-se atrás dele; se o carro for comum, procure ficar atrás do motor, mas evite o tanque de gasolina. Se estiver em um edifício, coloque colchões contra portas e paredes para diminuir o impacto das balas.
- Não seja confiante demais. Conheça seus limites. Tome suas próprias decisões. Não se deixe atrair por colegas para situações que contradigam seus instintos. Estar perto nem sempre é melhor; posições mais altas e distantes podem permitir imagens mais explícitas.
- Uma entrevista com uma fonte desconhecida pode se converter em um seqüestro quando, por exemplo, exigem que você entre num carro do grupo do líder que deseja entrevistar. Antes de decidir, pergunte-se se a pessoa que você iria entrevistar já deu outras entrevistas e cumpriu seus acordos; avalie o quanto você conhece aquele contato (há anos ou desde a semana passada?); estabeleça planos para o caso de não retornar. Acima de tudo, não decida sozinho: sua capacidade de julgamento pode ser prejudicada pelo interesse de conseguir a entrevista.
- Se seqüestrado, dificulte a seus seqüestradores tratá-lo de forma desumana. Fale de sua família. Faça o que lhe dizem e não contradiga os seus seqüestradores. Sempre que conversar com eles, enfatize o fato de que não é um inimigo e que o trabalho dos jornalistas é fundamental para garantir o cumprimento das leis e o tratamento justo para os vários grupos sociais.

ESCOLA DE SEGURANÇA

Aziz Filho*

Uma iniciativa inédita no histórico de conflitos entre o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e os dois sindicatos patronais – o de Rádio e TV e o de Jornais e Revistas – ocorreu em novembro de 2006. Durante quatro dias, 50 jornalistas, divididos em dois grupos de 25, receberam o primeiro treinamento para cobertura de episódios violentos ministrado pelo INSI (International News Safety Institute), criado pela FIJ (Federação Internacional dos Jornalistas), com sede em Bruxelas. Foi o primeiro passo concreto dos dois sindicatos patronais, que pagaram o curso, depois de dois anos de apelos por medidas que traduzissem a preocupação com os perigos e os medos que rondam a imprensa desde junho de 2002, com a tragédia Tim Lopes. O curso foi ministrado por Heather Allen, uma ex-oficial das Forças Especiais do Exército Britânico que se especializou em treinar jornalistas de áreas conflagradas em diversos países, da Colômbia ao Iraque. Na semana seguinte, em parceria com a Associação de Jornalistas Investigativos (Abraji), os sindicatos patronais de São Paulo repetiram o treinamento, com mais 50 profissionais.

Tim Lopes foi capturado, torturado e assassinado por traficantes da favela Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, zona norte do Rio, em junho de 2002. Com uma câmera oculta, ele denunciaria a exploração sexual de adolescentes em um baile funk da comunidade. Não era o primeiro mergulho de Tim no submundo de suas reportagens. Como muitos outros jornalistas, agia sem dar satisfação a ninguém, confiante em sua incrível capacidade camaleônica de se misturar a todos os povos e tribos sem despertar suspeita. A reação forte da Globo,



Momentos do treinamento de jornalistas para cobertura de conflitos urbanos, em 2006, no Rio de Janeiro

* Aziz Filho é presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro

dos jornalistas e do governo na caça aos bandidos, que acabaram presos, gerou uma onda de hostilidades e ameaças contra a imprensa nas favelas. Estávamos acostumados ao perigo, pois desde o início dos anos 1980 o tráfico e suas armas pesadas já dominavam as comunidades carentes da cidade. Entre os jornalistas, no entanto, havia uma sensação ilusória de salvo-conduto. Como se fôssemos inatingíveis, entrávamos nos tiroteios loucos pela melhor imagem ou história. Os traficantes torturaram Tim Lopes no cativo, serraram suas pernas e atearam fogo ao seu corpo em um monte de pneus, o chamado “microondas”.

O trauma dividiu águas nas redações. Repórteres e chefes trombaram com um dilema que nunca haviam encarado de frente. Continuar cobrindo o cotidiano de sofrimento que a tirania do tráfico impõe às favelas, cumprindo a missão sagrada do jornalismo de estar sempre junto ao fato, seria expor os profissionais a um risco que passou a tirar o sono de todos. Por outro lado, evitar as favelas seria rasgar o juramento de estar a serviço da sociedade inteira e não apenas das classes consumidoras. A maioria optou por se afastar, distanciando as favelas do olhar público. Hoje, com mais discussão acumulada, estamos voltando aos poucos, lado a lado com o medo e cercados por cuidados que, na avaliação do Sindicato, deveriam ser redobrados. Nada será como antes.

Os jornalistas formaram na época do crime a Comissão Tim Lopes, com apoio do Sindicato, para cobrar do governo agilidade policial e intervenções sociais nas comunidades tiranizadas pelo tráfico, especialmente a Vila Cruzeiro. Dois anos depois, a Comissão organizou, na sede do Sindicato, um encontro de dezenas de profissionais, num sábado calorento, para discutir medidas de proteção na cobertura da violência. Começamos a amadurecer a idéia de criar as Comissões de Segurança nas Redações, formadas por jornalistas eleitos pelos colegas para tomar decisões e cobrar precauções em coberturas arriscadas. As ponderações de que isso poderia tirar dos patrões a responsabilidade moral pela segurança dos trabalhadores, dando-lhes carta branca para mandar os jornalistas à guerra, suscitaram discussões até que, na Convenção Coletiva de 2005, entregamos aos sindicatos patronais a seguinte proposta de cláusula para o acordo:

“A empresa que se dedica à cobertura de assuntos policiais, locais ou de alguma forma relacionados com a temática da violência formará uma Comissão de Segurança na Redação, composta por três jornalistas contratados eleitos pelos seus pares com a atribuição de aprimorar a segurança dos profissionais envolvidos na cobertura em áreas de risco, estabelecendo normas de conduta e fiscalizando sua aplicação. Os eleitos terão mandato de 2 (dois) anos e estabilidade até 12 meses após o encerramento do mandato, somente podendo ser reeleitos uma única vez.

Parágrafo Primeiro: Nenhum jornalista será obrigado a se expor a risco de vida.

Parágrafo Segundo: Nenhum jornalista fará deslocamento para áreas de risco sem carro blindado.

Parágrafo Terceiro: Todo jornalista que se dispuser a fazer reportagens em áreas de risco de vida deve ter um seguro de vida pago pela empresa, com prêmio equivalente a, pelo menos, 200 salários integrais.

Parágrafo Quarto: Todo jornalista tem direito a colete à prova de balas – compatível com situações de guerra – em caso de deslocamento para áreas de risco.

Parágrafo Quinto: Nenhum jornalista fará cobertura em áreas de risco sem um treinamento específico, inclusive psicológico, em instituição indicada ou aprovada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Parágrafo Sexto: A empresa é responsável pela integridade física do jornalista.”

A novidade sequer foi discutida em 2005. No ano seguinte, pressionamos novamente e a polêmica incendiou as negociações. A idéia de gastar em equipamentos de proteção, seguros de vida, treinamento e blindagem de carro, a exigência humanista do direito de recusa e a imunidade sindical dos integrantes das Comissões foi rechaçada com veemência. O único avanço, importante, foi a concordância das empresas em pagar o primeiro treinamento do INSI, organização que assessorou a TV Globo durante o seqüestro do repórter Guilherme Portanova, em agosto de 2006, por integrantes da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). A preocupação com a segurança deixava os discursos para começar a se transformar em ação. Individualmente, sem muito alarde, as empresas com mais recursos e consciência começaram a adotar algumas das medidas de proteção cobradas pelo sindicato: coletes à prova de bala, carros blindados, moderação dos pauteiros e chefes na exposição de jornalistas aos riscos.

Sem paralelo em outros estados, apesar de a violência ser um fenômeno nacional e afetar drasticamente o cotidiano das metrópoles, os esforços do sindicato carioca na exigência de mais proteção aos jornalistas não se resumem a pressionar as empresas. Os próprios profissionais relutam em adotar medidas de proteção, especialmente o uso de coletes. Alegam que a indumentária muitas vezes agride a psicologia dos moradores da

favela e que os assemelha aos policiais durante os tiroteios – o que levou o Sindicato a começar uma nova discussão com os patrões, sobre a aparência e o material usado nos coletes.

No treinamento do Rio, jornalistas aprenderam técnicas de socorro e tiveram noções valiosas sobre como os grupos de TV ou as duplas de repórteres de texto e fotografia devem se comportar e buscar proteção em ambientes hostis. Deu trabalho, nas simulações, fazer com que os profissionais seguissem a orientação para atuarem unidos. Diante de multidões hostis, ensinou a treinadora, o melhor que os integrantes de uma equipe de TV têm a fazer é engatar os braços uns aos outros, formando um grupo compacto com olhos voltados para todos os lados e protegendo a câmera. O procedimento aumenta a segurança individual e amplia as chances de uma boa negociação com os revoltosos. “E quando o repórter avalia que chegou o momento de bater em retirada e o repórter cinematográfico quer mais tempo para gravar imagens melhores do que as do concorrente?” A pergunta, presente em vários momentos do treinamento, é um dos maiores desafios para quem tenta criar regras mínimas de redução de riscos. Não há receita para todos os momentos. O ideal, segundo a treinadora, é ter tempo, antes de sair às ruas, para prever os cenários mais prováveis e traçar estratégias de segurança. Mesmo nos piores cenários, inclusive sob fogo cerrado, é recomendável manter a capacidade de diálogo na equipe, com ou sem a figura de um líder natural para bater o martelo em caso de impasse.

Heather enumerou algumas perguntas básicas a serem feitas pelos jornalistas na ocasião do que ela chama de “plano de contingência”. As mais frequentes são: “quem sabe que você estará lá?”, “o que pode correr mal?”, “se as coisas correrem mal, alguém sabe o que fazer na redação?”, “onde é o hospital mais próximo?”, “se o motorista for alvejado, quem vai dirigir?”, “há áreas seguras nas quais se pode buscar ajuda?”, “onde vai ficar o carro?”. Quem conhece o dia-a-dia das grandes redações já pode imaginar a saraivada de perguntas críticas diante das dicas da treinadora, como em relação à falta de tempo para a pauta e o planejamento. São as mesmas críticas que o Sindicato tem feito às práticas que inviabilizam um bom material jornalístico, como o enxugamento excessivo do quadro de pessoal das redações, a falta de discussões e debates nos veículos e o não-pagamento de hora extra, o que estimula as chefias a sobrecarregarem os jornalistas de trabalho.

Outra irregularidade trabalhista que contribui para a superexposição ao risco de vida é a terceirização dos motoristas, que elimina a figura do motorista de redação experiente, acostumado às intempéries e ao jogo de cintura diante do perigo. “A falta de entrosamento pode ser fatal”, opinou um profissional. A treinadora concordou e estranhou o descuido das empresas com o assunto. “O papel do motorista é muito mais do que dirigir. Um motorista experiente sabe, por exemplo, que não pode sair para tomar um cafezinho

sem dizer onde está. São pequenas atitudes que podem salvar vidas”, emendou a treinadora. Para ela, “o motorista deve ser responsabilizado e estar em contato permanente com o rádio”. Mais uma pergunta previsível: “É melhor o motorista ficar ao volante, com o carro parado, ou acompanhar a equipe?” Novamente, a importância do planejamento prévio – e não feito apenas em cima da hora. “Depende das circunstâncias, é preciso discutir antes de sair para o trabalho, mapear ao máximo a área e montar a estratégia mais adequada”, responde a treinadora.

Os repórteres cinematográficos também reagiram quando a treinadora sugeriu que optem, sempre que possível, por câmeras compactas, que facilitem o deslocamento em situações hostis. “As câmeras menores não têm a mesma definição”, protestou um técnico, ao que um experiente repórter de TV ponderou: “A televisão brasileira está madura para optar pelo conteúdo em detrimento da qualidade de imagem”. Na tréplica, o técnico lembrou que a câmera maior pode dar mais segurança porque permite a filmagem à distância, sem a necessidade de aproximação excessiva do conflito. Tudo depende, portanto, do local e da natureza do fato a ser registrado. “É preciso ter certeza de que terão as mãos o mais livres possível. Reflitam sobre o equipamento que vão levar. Isso faz parte do planejamento”, recomenda a britânica.

O uso de coletes à prova de bala e de carros blindados mergulhou as turmas na polêmica. Desde que começou a cobrar o fornecimento de coletes, o Sindicato tem consciência de que é mais fácil algumas empresas oferecerem o equipamento do que convencerem os repórteres a usá-los. Quando a jornalista Nádia Haddad, 24 anos, da TV Bandeirantes, foi baleada na Rua São Clemente – durante um tiroteio no morro Dona Marta, em 29 de setembro de 2005 – o Sindicato se apressou em responsabilizar a empresa. Ela teve o pulmão perfurado. O então diretor de redação da Band, Ricardo Boechat, reagiu com virulência, afirmando que a equipe tinha coletes à disposição no carro. Se Nádia tivesse chegado ao local vestida com o colete, provavelmente não teria sido atingida. O mesmo raciocínio, no entanto, vale para o carro blindado, que a Bandeirantes não tinha: com ele, a bala não teria atingido a jornalista. Além de o colete ser incômodo, o jornalista teme passar por arrogante ou preconceituoso ao entrar em uma comunidade pobre “vestido para a guerra”. A maioria dos coletes, escuros, pode também levar o bandido a confundir repórter com policial. A TV Globo tem sido pioneira na procura de coletes mais leves e disfarçados de jaquetas ou blusas. Nada que a criatividade não possa resolver.

Os jornalistas tiveram também noções de primeiros socorros, como reanimação, respiração boca a boca, cuidados ao mexer no corpo de um colega desacordado para que não complique uma lesão. Tiveram também dicas de linguagem corporal, de como se posicionar em situações de tensão, como na cobertura de manifestações arredias à mídia. Usar o tom de

voz adequado, “não ficar sorrindo como uma égua”, tirar os óculos escuros para não parecer que se esconde, olhar nos olhos do interlocutor, manter as mãos longe do rosto, mostrar-se confiável e positivo foram algumas das orientações. Na simulação de situações em que a equipe é encurralada pela multidão, ficou nítida a dificuldade dos jornalistas em atuarem unidos nos momentos mais nervosos. No caso de um tiroteio, quando a equipe precisa se deslocar de um esconderijo para outro, a atuação individualizada aumenta as possibilidades de alguém ser atendido, pois chama mais a atenção e dá mais tempo ao atirador para mirar e acertar.

Em um stand de tiros, os jornalistas puderam ver como alguns esconderijos são inúteis. É o caso dos postes feitos de cimento, estilhaçados por tiros de fuzis. Aprenderam que, de todas as opções, esconder-se atrás de automóveis é uma das piores, pois a lataria não oferece a menor resistência. Entre os melhores esconderijos estão as trincheiras naturais, como declives no solo ou árvores de tronco largo. As paredes de alvenaria são bem mais frágeis e não seguram balas de fuzis ou metralhadoras, o que pode dar uma noção do sofrimento dos moradores das favelas durante tiroteios intermináveis. Um sofrimento que desaconselha manchetes usuais como “Tiroteio na Rocinha assusta moradores de São Conrado”. Um jornalismo interessado em retratar a realidade social não pode destacar o “susto” de um morador do asfalto em vez de retratar o medo de um morador da favela.

O treinamento foi rico não só pelo aprendizado das técnicas de proteção pessoal, mas principalmente pelo mérito de jogar luz sobre práticas pouco discutidas e despertar a atenção dos jornalistas para outras nuances da cobertura da violência. A ética é a principal. Não foi este o foco do treinamento, mas ficou nítida a demanda dos jornalistas por discussões sobre o comportamento moral que profissionais e redações têm adotado ao enfocar o tema violência. O uso da câmera oculta, a polêmica iniciativa de repórteres que chegam a vestir uniformes da polícia para acompanhá-la em operações armadas, o estigma das comunidades carentes e o foco da cobertura nos anseios dos leitores consumidores – e não da sociedade como um todo – são temas que os profissionais da mídia devem discutir com urgência. O preconceito que intelectuais, acadêmicos e jornalistas passaram a nutrir desde a ditadura militar (1964-1984) pelo tema da segurança pública, outrora visto como sinônimo de repressão política, há muito perdeu o sentido. A insegurança se tornou um componente permanente da urbanidade brasileira e se incorporou ao rol das grandes questões nacionais. Na imprensa, o debate é ainda mais urgente.

6

Seqüestros e suicídios: notícias que muitos jornais preferem não publicar

Para os jornalistas, é sempre difícil decidir não divulgar uma notícia. Manter silêncio sobre fatos relevantes é uma atitude contrária à própria essência do jornalismo. No entanto, a imprensa faz esta opção cotidianamente em dois casos: suicídios e seqüestros. No caso dos primeiros, uma série de questões éticas, humanitárias e culturais justifica uma rara unanimidade entre os profissionais da imprensa: suicídios não merecem espaço nas páginas, a não ser em determinadas circunstâncias, como veremos abaixo. Já a atitude em relação aos seqüestros divide as redações. Alguns jornais defendem a publicação das informações, outros preferem aguardar o desenlace dos casos.

Seja qual for a posição adotada, é positivo constatar que nestes dois casos a imprensa optou por normas claras para lidar com temas espinhosos. Os jornais mostram capacidade de reflexão e espírito público ao incorporarem padrões éticos definidos e abrirem mão de publicar informações em respeito à privacidade ou ao bem da sociedade.

SEQÜESTROS: UMA DECISÃO DE RISCO

Noticiar seqüestros em andamento é uma decisão complexa para os jornais, já que envolve a vida de pessoas em situação de cárcere e risco. Em geral, os criminosos exigem que a família da vítima mantenha a polícia e os jornais distantes do caso. Contrariados, às vezes recorrem a atos violentos como meio de intimidação e pressão.

Raríssimos no passado, os seqüestros passaram a acontecer com frequência cada vez maior nos últimos anos – foram 651 em 2005, contra 455 em 2004.¹⁴ O aumento das ocorrências obrigou a imprensa a analisar a sua atuação nesses casos. Vários jornais criaram padrões, que se alinham em duas posições principais. Para parte da mídia, a divulgação pode atrapalhar as negociações com os seqüestradores e comprometer a integridade física das vítimas. Defensores desta posição, como a *Folha de S. Paulo*, preferem noticiar o caso apenas depois de concluído. Diz o Manual de Redação da *Folha*: “Em regra, a *Folha* publica tudo o que sabe. Mas pode decidir omitir informação cuja divulgação coloque em risco a segurança pública, de pessoa ou de empresa”. Editor do diário

14. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Agora São Paulo, do grupo Folha, César Camasão explica: “É uma decisão da empresa: em caso de seqüestro em andamento, a gente não publica, salvo com autorização da família”.

Outros veículos acreditam que a omissão favorece a ação criminosa. Os que pertencem às Organizações Globo adotam a regra de publicar todos os seqüestros, sem mencionar o valor do resgate pago ou solicitado e sem dar informações sobre o patrimônio da vítima. “Adotamos a norma de divulgar por uma série de razões: é um crime público, e a sociedade tem o direito de saber; somente com a denúncia dos seqüestros as autoridades tomam providências; não existe um só caso de retaliação contra a vítima; e não se pode (como alguns veículos fazem) dividir a sociedade entre os que têm acesso às redações (e conseguem o sigilo) e os que não têm (aí os jornais divulgam). O valor do resgate e do patrimônio são informações que podem estimular novos crimes ou dificultar a negociação dos que estão em curso. Mas a maior parte dos casos é resolvida pelo Disque-Denúncia, estimulado pelas reportagens de televisão”, explica Luis Erlanger, diretor da Central Globo de Comunicação.

A subeditora de Justiça e Polícia de *O Globo*, Liane Gonçalves, diz que o padrão de noticiar seqüestros sem dar o valor do resgate pode ser revisto em algumas situações. Um apelo da polícia pelo silêncio pode ser aceito, se o jornal for convencido de que isso irá facilitar a prisão dos seqüestradores.

Saiba mais

“A Anti-Seqüestros não seqüestra mais”

Além de interferir na forma como a imprensa passou a lidar com seqüestros, o caso do publicitário Roberto Medina, seqüestrado no Rio de Janeiro em 1990, foi também a gota d’água para que fossem implementadas reformulações mais profundas nas área de segurança pública e justiça.

Pouco tempo após o episódio, foi aprovada a lei 8.072/90, que tipificou os seqüestros como crime hediondo, que não permite relaxamento de pena nem pagamento de fiança e prevê penas que vão de oito a 30 anos de prisão.

O seqüestro de Medina levou também o então governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, a criar a Divisão Anti-Seqüestro (DAS). Segundo o estudioso Cesar Caldeira, a decisão seria uma “resposta simbólica aos reclames dos setores empresariais que ameaçavam ‘deixar o Rio’ se os seqüestros extorsivos não fossem contidos”.

Simbólica porque ainda com poucos recursos, a DAS tinha dificuldades de conter a onda de seqüestros no estado. A estruturação, de fato, da DAS só seria realizada cinco anos depois, logo em seguida ao seqüestro do filho do empresário Eduardo Eugênio Gouveia Vieira.

Nesse momento, o delegado Hélio Luz assumiu a direção da DAS com a tarefa de expurgar maus policiais, supostamente envolvidos com os crimes que deveriam investigar. Na ocasião, Luz cunhou uma frase que entraria para os anais da crônica policial carioca: “A partir de hoje, a Anti-Seqüestros não seqüestra mais”.

Veículos como *O Estado de Minas* (MG) e *O Povo* (CE) também têm como norma não noticiar seqüestros em andamento. No entanto, Plínio Bortolotti, *ombudsman* de *O Povo*, admite ter dúvidas quanto à posição. “Honestamente, ainda penso sobre o assunto, não sei se é a melhor medida. Portanto, se eu fosse responsável pela decisão, penso que optaria por atender ao pedido da família”. Mauro Neto, editor de Mercado do jornal *O Liberal*, no Pará, diz que os casos são acompanhados e divulgados “dependendo da necessidade”. Ele lembra do seqüestro de duas crianças na cidade de Castanhal em que houve uma negociação com a polícia para que a informação não fosse dada. “Na hora em que solucionarmos o caso, damos para vocês [publicarem]”, disse a polícia. *O Liberal* atendeu, mas o concorrente divulgou o seqüestro. Por conta disso, *O Liberal* foi premiado ao ser avisado com exclusividade da prisão dos criminosos.

FOLHA COTIDIANO

PÁGINA C 1 • SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2003 • CONCLUÍDO ÀS 20H30

CASO ABRAVANEL

Filha de Silvio Santos é libertada por R\$ 500 mil

Dois jovens são presos como membros da quadrilha que sequestrou Patricia Abravanel



SÍLVIA CORRÊA ALVARADO SILVA
 São Paulo

DA REPORTAGEM LOCAL
 A cativada Patricia Abravanel, 23, filha do empresário e apresentador Silvio Santos, voltou para a casa da família ontem, após ser libertada por R\$ 500 mil. Ela estava sendo detida sob acusação de participar de seqüestros. Os agentes não sabem a identidade de quem recebeu o dinheiro no Estado de São Paulo. Outros três jovens estão presos em conexão com o seqüestro da apresentadora.

As notícias sobre o seqüestro de Patricia são contraditórias. A polícia diz que o resgate — R\$ 500 mil, segundo o delegado Vagner Gonçalves da Costa (Miguel) da Delegacia de Polícia (Delpol) de Itaquera, em São Paulo — foi pago em dinheiro por um empresário conhecido por todos os envolvidos no crime de Itaquera, perto da praça da Maravilha.

Os seqüestradores não foram identificados, mas foram presos em São Paulo, mas não o pagamento. Desde então, os agentes, por sua vez, mantiveram o silêncio que Patricia exige, às vezes.

Em um quarto pequeno, empilhado e iluminado por lâmpadas, estavam sentados Carlos Vidal, preso há meses de seqüestro. Ele digitava com o teclado em seu flanel e em uma Grand Cherokee de família.

Na cama, desdentado e cansado, o hábito de não dormir por mais que cinco horas, ele não estava feliz ao conversar com a família e a polícia.

Desde o seqüestro, sempre que funcionários visitavam o cárcere de Patricia — uma na praça Paulistana e outra na rua dos Pachecos, Niterói, a estudante escrevia as mensagens que chegavam às mãos dos pais de vida.

Prisão e digital
 Na noite de ontem, a polícia anunciou a prisão de Manoel Batista dos Santos, 22, o “Pato”, e Edson da Costa Pinho, 18, o “Zé do Bê”. Os parabenos não poderiam fazer o crime ser esquecido. O preso por guarda-cérebro por volta de 200 mil de seqüestro por volta de 200 mil de seqüestro de uma rapagal por volta de R\$ 20 mil.

Reportagem de Sílvia Corrêa Alvarado Silva para a Folha de São Paulo

A reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre o seqüestro da filha de Silvio Santos revelou o valor do resgate

"Será o silêncio uma boa idéia?"

Mesmo ao adotar uma política oficial sobre seqüestros, jornais e TVs continuam sujeitos a ser alvo de polêmica. O caso do publicitário Washington Olivetto, dono da agência W/Brasil, em dezembro de 2001, em São Paulo, dividiu a imprensa nacional. Olivetto ficou 54 dias em um cativeiro na capital paulista, de onde só saiu graças à vizinha, que ouviu seus gritos e avisou à polícia.

Grande parte dos veículos resolveu atender aos pedidos dos investigadores e da família para que mantivessem sigilo sobre o crime. O silêncio foi quebrado, quase um mês depois do desaparecimento de Olivetto, pela revista *Época*. A publicação fez uma reportagem de capa sobre o aumento do número de seqüestros no país em que informava a situação do publicitário. Como resposta, os seqüestradores enviaram à família de Olivetto uma ameaçadora caixa que continha a capa da revista e pedaços de carne. A agência W/Brasil rompeu o contrato que tinha com a publicação e divulgou nota em que definia a atitude da *Época* como um "esforço rasteiro" para aumentar as vendas.

A Editora Globo respondeu com outra nota, reiterando que "seu comportamento editorial é fiel, como não poderia deixar de ser, aos princípios éticos – amplamente divulgados – que orientam as empresas das Organizações Globo. É nossa convicção que noticiar seqüestros, dentro de limites claramente definidos, atende ao interesse público, sem de forma alguma aumentar os riscos para as vítimas". O diretor de redação Paulo Moreira Leite apresentou sua justificativa em artigo no periódico: "*ÉPOCA* considera que a imprensa existe, acima de tudo, para informar os cidadãos sobre fatos relevantes da vida social. Pela frequência, os seqüestros já ameaçam tornar-se uma tragédia banal. Será o silêncio uma boa idéia? (...) Um levantamento do Disque-Denúncia, serviço de informantes anônimos do Rio de Janeiro, diz que a imprensa ajudou a resolver mais de 60% dos casos que passaram por ali". No mesmo artigo, o jornalista sugeria que a redução drástica dos casos de seqüestro no Rio de Janeiro e o aumento de 323%, em relação ao ano anterior, dos casos em São Paulo estavam ligados diretamente às posições diferentes dos veículos de ambos os estados sobre a forma de cobrir o crime. "Ao assumir uma postura vigilante e firme, os jornais e as emissoras de rádio e TV do Rio tiveram um papel de relevo na mobilização contra os seqüestros. Em São Paulo, os maiores jornais silenciam sobre esse tipo de crime".

Decisões semelhantes já levaram as Organizações Globo a tornarem-se alvo de ações legais. Em 2001, a Rede Globo foi condenada a pagar indenização à família do empresário Luiz André Matarazzo por noticiar o seqüestro de seu filho, Gonçalo Lara Campos Matarazzo, na época com 12 anos. Pai e filho haviam sido levados pelos seqüestradores. O pai foi libertado para buscar o res-

gate e orientou o filho a não revelar o sobrenome, associado a antigos barões da indústria em São Paulo. O noticiário da emissora, entretanto, divulgou o nome e ainda frisou que o seqüestrado tinha entre seus parentes um senador e um ministro. A Globo recorreu da decisão, alegando que o seqüestro teve fim pacífico e o seu valor não foi aumentado. Em editorial no *Jornal Nacional*, defendeu-se alegando que “Seria injusto dar tratamento diferenciado às famílias baseado em sua classe social e em suas relações com a imprensa”.

A notícia do seqüestro relâmpago do advogado Tadeu Cerbaro, em 2001, também foi parar na justiça. O jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul (RS), foi proibido pela juíza Zenaide Pozenato Menegat de divulgar o caso já encerrado. Matéria realizada pelo site Instituto Gutemberg explica que o “Grupo RBS, proprietário do *Pioneiro*, recorreu da decisão, insistindo em dar a notícia, ainda que velha, não só para desfazer a censura como para garantir a liberdade de imprensa atropelada por uma decisão anticonstitucional da juíza. ‘Vamos continuar lutando para divulgar a matéria’, disse à *Zero Hora* o editor-chefe do jornal, Roberto Nielsen. Na edição de 24/08, o *Pioneiro* destacou com altivez na primeira página: ‘Aquele assunto segue proibido’”.

Saiba mais

Uma cobertura desastrosa

O seqüestro de Wellington José Camargo, irmão dos cantores sertanejos Zezé di Camargo e Luciano, é exemplar como um caso em que a interferência da mídia pôde ser considerada desastrosa.

Com grande cobertura da imprensa e explorado também por programas de TV populares não-jornalísticos (como o do apresentador Carlos Massa, o Ratinho), o seqüestro de Wellington, deficiente físico, teve ingredientes dramáticos e desdobramento brutal.

Wellington foi levado de sua casa, em Goiânia, no dia 16 de dezembro de 1998. Os seqüestradores pediram R\$ 5 milhões de resgate. Poucos dias após o crime a imprensa divulgou a suspeita dos detetives de que Wellington teria planejado o próprio seqüestro e que a família não negociaria com os criminosos.

Quando o seqüestro já passava do primeiro mês, o apresentador Ratinho propôs em seu programa a criação de uma linha 0900 para levantar o dinheiro do resgate. No dia seguinte os seqüestradores enviaram uma caixa à retransmissora do SBT em Goiânia, emissora do apresentador, com um pedaço da orelha de Wellington, acompanhado de um bilhete da vítima pedindo agilidade nas negociações. Após o episódio, Ratinho se desculpou e se afastou do caso. Quatro dias depois, um novo aviso de que a divulgação do caso não era bem recebida pelos criminosos: um pacote com reportagens sobre o seqüestro e outro bilhete foi deixado em frente à sede do Grupo Anti-Seqüestro do Estado.

Apenas em 20 de março de 1999 a família pagou o resgate de R\$ 300 mil. No dia seguinte, 94 dias depois de sua captura, Wellington foi deixado entre as cidades de Goiânia e Guapó.

O padrão adotado pela *Folha* também apresenta problemas. Em 2004, o grupo paulista de comunicação acompanhou, mas não noticiou, o seqüestro de Marina Souza, mãe do jogador de futebol Robinho, na época atleta do Santos. A decisão de silenciar sobre o crime durante os 41 dias em que ela ficou em poder dos seqüestradores dificultou a cobertura de esportes. “O Robinho não jogava e a gente não podia falar a razão. O time estava todo traumatizado com aquela história e a gente tinha de noticiar como se estivesse jogando normalmente”, diz César Camasão, do *Agora São Paulo*. A história demonstra que esconder uma notícia, mesmo em nome de um bem maior, pode expor o veículo a críticas de seus leitores. Certamente os fãs de esportes consideraram incompletas as reportagens daquele período. Para minimizar o problema, a *Folha de S. Paulo* costuma publicar uma nota da redação no desenlace do crime, com um esclarecimento sobre a sua política em relação a seqüestros.

No caso do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, em janeiro de 2002, o grupo agiu diferente e acompanhou o caso. Camasão ressalta que a notoriedade da vítima contribuiu para a decisão de publicar o desaparecimento. “Tínhamos de explicar para a população porque o prefeito havia sumido. Por outro lado, nossa editora, que tinha trabalhado no Grande ABC, e conhecia a família dele, fez contato com um dos irmãos e obteve autorização”.

A imprensa como aliada

Quando Ivandel Godinho, dono de uma empresa de assessoria de imprensa, foi seqüestrado em outubro de 2003, em São Paulo, a primeira exigência feita pelos seqüestradores foi a de que a notícia não fosse publicada nos jornais. Sua esposa, Cristina Moretti, e o filho, Hugo Godinho, utilizaram os contatos acumulados no trabalho para pedir sigilo sobre o fato. Mesmo *O Globo* e a TV Globo atenderam à solicitação. A negociação do seqüestro de Ivandel se arrastou por dois meses e meio, até o pagamento do resgate. Durante todo esse tempo, a imprensa se manteve afastada, cumprindo o trato feito com a família.

Um mês após o resgate ter sido pago, sem notícias de Ivandel, a família recorreu novamente aos veículos de comunicação. Dessa vez, não para pedir sigilo, mas para solicitar a divulgação do caso. Esperavam, assim, obter alguma notícia sobre o desaparecido. Mas ainda seriam necessários dois anos para a solução do seqüestro. O impulso para a conclusão da investigação foi a realização de um *Linha Direta*, da TV Globo. “No momento em que a Globo começou a fazer o programa, a polícia voltou a se mexer e prendeu o principal negociador do grupo antes de a reportagem ir ao ar”, conta Cristina Moretti. O criminoso esclareceu o crime e indicou o local onde estava o corpo do jornalista, que havia morrido nos primeiros dias do cativeiro de um ferimento grave resultante de uma agressão ocorrida em um confronto entre Ivandel e um dos bandidos.

“Acho que a mídia deveria se preocupar mais em ajudar nesses casos do que em divulgar em nome de algum princípio maior. O que é mais importante? A vítima que está em cativeiro, ou o leitor que precisa saber logo daquela informação?”, questiona Hugo Godinho. O filho do relações públicas defende até que a imprensa auxilie a polícia na guerra de informações, divulgando versões que desorientem os criminosos. Um caso relatado por um jornalista de TV do Rio de Janeiro mostra que repórteres já assumiram conscientemente este papel. Encarregado de cobrir o seqüestro de um empresário, ele recebeu a notícia de que as contas bancárias da família haviam sido bloqueadas e não seria possível pagar o resgate. Intrigado, checkou a informação com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que a desmentiu. Mesmo assim, o repórter decidiu divulgar a informação oficial falsa, certo de que ajudaria na solução do seqüestro. “A decisão de mentir ou não mentir é complexa. A gente não deve mentir em nenhum caso. Mas e quando uma vida está em risco?”, pergunta o repórter.

Parece simples decidir pelo bem-estar do seqüestrado. No entanto, é preciso lembrar que a fé pública da imprensa se baseia no compromisso implícito de que os jornais servem ao interesse do leitor – interesse que é melhor servido por informações corretas e fidedignas. Deixar de lado este contrato, mesmo com boas intenções, pode comprometer a credibilidade dos veículos de imprensa – o seu maior patrimônio. A imprensa tem o direito de deixar de publicar notícias que considere potencialmente prejudiciais ao indivíduo ou à sociedade. Mas, ao divulgar uma notícia que sabe ser falsa, fraudada o seu contrato com o leitor.

Contribuições e sugestões

Não há uma recomendação única a fazer em relação à cobertura de seqüestros. Tanto a divulgação do caso quanto a atitude de esperar a sua conclusão oferecem vantagens e desvantagens. O certo é que nessas situações, em que a vida de uma pessoa está em jogo, a imprensa deve colocar o bem-estar da vítima acima dos interesses jornalísticos, procurando avaliar, através do contato com a polícia e a família, que atitude tomar. Como escreve o colombiano Javier Darío Restrepo na sua seção Consultório Ético, hospedada no site da Fundación para un Nuevo Periodismo (www.fnpi.org): “É claro que se uma informação sobre o seqüestro torna mais dura a situação dos seqüestrados, dificulta sua liberação, interfere com as atividades de resgate das autoridades, a sua divulgação contradiz os valores éticos”.

Em geral, os atingidos por seqüestros defendem que a imprensa silencie sobre os crimes ou siga as determinações da polícia. Sílvia Santos, que teve uma filha seqüestrada em 2001, disse à *Folha de S. Paulo* que “a imprensa deve fazer o que os americanos fazem: respeitar a orientação poli-

cial”; Fernando Moraes, delegado titular da Divisão Anti-Seqüestro (DAS) do Rio de Janeiro, acha que a divulgação atrapalha o trabalho da polícia e coloca a vítima em uma situação de risco. O publicitário Roberto Medina, seqüestrado em 1990, é outro crítico de notícias sobre seqüestros em andamento: “A partir do momento em que a imprensa entrou no caso, minha família começou a receber ameaças e passei a ser torturado pelos seqüestradores”, disse à Folha.

Já o ex-secretário Nacional de Segurança Pública, coronel José Vicente da Silva, escreveu artigo defendendo a cobertura da imprensa: “A polícia não tem bola de cristal, investigando a partir de informações que vêm de vítimas, testemunhas e colaboradores. Por este aspecto – a colaboração da população – a divulgação de seqüestros pela imprensa é mais útil do que prejudicial à vítima, além de impor a sensação de risco que tende a pressionar os criminosos a uma negociação mais rápida e segura. A mídia é prejudicial quando transforma o crime em entretenimento, constrangendo familiares da vítima, perturbando as ações policiais com repórteres travestidos de investigadores ou exibindo elaboradas reconstituições que são estimulantes aulas a jovens delinqüentes”, escreveu ele no *Jornal da Tarde*, em 2001. O coronel defendeu a criação de canais de comunicação entre as polícias e os jornais: “Esse canal de entendimento deve ser construído bem antes das crises com o ajustamento cotidiano do direito de informar da imprensa e o dever de informar das autoridades da segurança pública”.

O jornalista Alberto Dines, coordenador do site e do programa de TV *Observatório da Imprensa*, defende uma espécie de "terceira via": noticiar o essencial, sem alarde, e então aguardar a conclusão do caso.

SUICÍDIO: UM TEMA AINDA TABU PARA A MÍDIA

Poucos temas são tratados com tanto cuidado pela mídia quanto o suicídio. Dos jovens repórteres aos mais antigos editores, todos os ouvidos por este trabalho consideram uma espécie de lei não escrita que o suicídio não é assunto de interesse público. Salvo exceções, a palavra suicídio é pouco lida ou ouvida na grande imprensa. A pesquisa realizada em 2006 pelo CEsEC, com oito jornais do Rio de Janeiro, encontrou apenas uma matéria sobre suicídio entre as 593 cujo foco principal eram atos violentos.

A discricão da imprensa ao tratar do tema está ligada a antigos indícios de que a divulgação de atos suicidas incentiva novas mortes. Depois da publicação, na Alemanha, do livro *O sofrimento do jovem Werther* (1774), de Johann Wolfgang Goethe, no qual o herói se mata devido a um amor frustrado, uma onda de suicídios espalhou-se entre jovens europeus. O fato é atribuído pelos estudiosos no tema à influência do livro.

Recentemente, a pesquisadora Madelyn Gould revisou 42 estudos sobre a influência de jornais sobre suicidas e comprovou que 29 (69%) comprovaram a hipótese. Dos restantes, oito não provaram relação entre o número de mortes e o noticiário e cinco tiveram respostas misturadas ou eram equivocados na sua formulação. Por causa destes indícios, outros estudiosos, como Steven Stack e a American Foundation for Suicide Prevention, defendem que a imprensa adote cuidados especiais ao noticiar suicídios, como evitar dar ao ato um contexto heróico ou romântico (veja abaixo). Em entrevista concedida ao site da Universidade de Brasília, o psiquiatra Marcelo Tavares, coordenador do Núcleo de Intervenção em Crise e Prevenção do Suicídio da UnB, alerta: “É preciso mostrar que havia um sofrimento e sempre passar uma mensagem de esperança no sentido de onde buscar ajuda. O exemplo da Marilyn Monroe foi ruim. Sua morte teve uma comunicação sensacionalista e acabou sendo seguida de uma série de suicídios por imitação. Pessoas vulneráveis foram influenciadas pela mídia. Já na morte do Kurt Cobain, a mídia fez uma comunicação responsável e não foi observada uma seqüência de atos de suicídio por imitação”.

Padrões adotados nas redações

A maioria dos jornais considera que o suicídio diz respeito à esfera privada e só deve ser divulgado quando guardar relação com assuntos de interesse público. *O Povo*, do Ceará, tem “por diretriz não divulgar suicídios ou fazê-lo da forma o mais discreta possível, devido à influência negativa que isso pode ter sobre algumas pessoas”, explica o *ombudsman* Plínio Bortolotti. Segundo ele, “o suicídio isolado diz respeito apenas à família, cuja privacidade tem de ser respeitada. Mas se os casos começam a repetir-se, principalmente se acontecem em um local específico, ou começam a atingir com mais intensidade determinados segmentos (jovens, moradores de uma cidade, ou de um bairro, por exemplo), o assunto passa a ser de interesse público e, portanto, a imprensa deve cobri-lo, contribuindo para ajudar a buscar soluções para o problema”. O jornal *O Globo* tem posição semelhante, já que no seu Manual de Redação explica que “evita noticiar suicídios de desconhecidos, exceto quando o fato tem aspectos fora do comum”.

Assim, a morte de personalidades, das dezenas de índios Guarani-Kaiowá que se suicidaram no Mato Grosso do Sul a partir de 1987, ou suicídios coletivos em seitas religiosas seriam fatos elegíveis para a cobertura. César Camasão, do *Agora São Paulo*, lembra uma exceção para o silêncio sobre os atentados: “É quando o cidadão matou a mulher, os dois filhos e se matou. Aí damos”.

Assim, se o suicídio está vinculado a outros crimes ou a situações que puseram em risco outras pessoas ou causaram transtorno à população, também ganha espaço nos periódicos. “Meus repórteres são orientados a não fazerem matérias sobre suicídio. Mas se o cara parou o trânsito

durante três horas no Centro da cidade, e se matou, fazemos. Neste caso, o foco passa a ser o engarrafamento; o suicídio em si, não. Ele é colocado em segundo plano”, explica Jardel Torezani, editor do *Notícia Agora*, do grupo Gazeta, do Espírito Santo.

Morte ao vivo

Apesar desta política de discrição, suicídios já foram assunto de extensas – e polêmicas – reportagens de TV. Em fevereiro de 2003, o *Jornal da Alterosa* (TV Alterosa, afiliada SBT/MG) exibiu imagens de um rapaz que se matou após manter refém a ex-namorada. Em abril do mesmo ano, o programa *Cidade Alerta*, da TV Record, levou ao ar matéria sobre o suicídio de um policial militar de São Paulo, que fazia denúncias contra a corporação em frente ao Palácio do Governo. Na edição, o momento do suicídio foi cortado, mas o apresentador manteve até o final o suspense sobre se iria ou não exibir a cena da morte. Nos dois casos, as emissoras foram criticadas por outros veículos, como sites especializados em mídia.

A assessoria de imprensa da TV Record divulgou nota defendendo-se: “A edição do material que foi ao ar respeitou os limites éticos e da boa conduta jornalística. Não mostramos as imagens do suicídio. Ficamos dentro da nossa responsabilidade social. Mostramos um cidadão desesperado, fazendo denúncias. Vamos continuar cobrindo o caso no melhor estilo jornalístico”. Em outra nota, a TV Bandeirantes criticou a concorrente, afirmando que optou por não levar as cenas ao ar. “A Bandeirantes tem um código de ética e respeito ao público. Sabíamos que havia o risco de perder audiência para a concorrência, mas isso não foi o fator determinante. A decisão foi puramente editorial”. Já o jornalista Marcelo Rezende, que à época apresentava o programa *Repórter Cidadão*, da Rede TV!, apoiou a Record, dizendo que também teria exibido as imagens: “Por que não podemos mostrar se jornais estampam todos os dias fotos de pessoas mortas, amputadas e queimadas?”.

De fato, menos de um mês depois, o *Repórter Cidadão* pôs no ar uma ameaça de suicídio feita por um ladrão em fuga. A ameaça não se concretizou, já que o ladrão se rendeu. Sobre a decisão de exibir as imagens e questionado se não seriam muito fortes para o horário vespertino, José Emílio Ambrósio, diretor de jornalismo da Rede TV!, declarou a *Comunique-se*: “Nós não vimos os bombardeios em Bagdá? Infelizmente a violência é rotina no nosso dia-a-dia e a imprensa tem o dever de noticiar tudo o que acontece”.

No estudo *Morreu na contramão: o suicídio como notícia*. (Jorge Zahar Editores, 2007), Artur Dapieve argumenta que o silêncio sobre o suicídio na mídia corresponderia, antes, ao tabu sobre

a morte voluntária disseminado por toda a sociedade, e não ao peso das teorias e das pesquisas que indicariam o caráter contagioso e transmissível do suicídio: “Percebi, nesta análise, que muito mais do que ser determinante do modo como os leitores encaram o suicídio, a imprensa, sim, é determinada pela visão que os leitores têm da morte voluntária. A partir dessa perspectiva, a imprensa se colocaria não como vetor do 'contágio', mas como instância social solidária ao tabu que a suplanta”. Dapieve pondera que os mesmos argumentos sobre as notícias de suicídios (capazes de estimular imitações) poderiam ser usados para os homicídios. Em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná, o jornalista afirma: “Se noticiamos tantos homicídios sem medo de eles estimularem alguém a matar, por que tememos que, ao noticiarmos suicídios, estaremos estimulando alguém a matar a si próprio?”.

Propostas e recomendações

A imprensa tem razão em ser cuidadosa ao noticiar casos de suicídio. São muitas as evidências a demonstrar que realmente o noticiário sobre estes atos pode influenciar pessoas a atentarem contra a vida. No entanto, o silêncio sobre este ato violento é a ação errada a ser feita pelas razões certas. Kathie Njaine, pesquisadora do Claves, Centro de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, lamenta que ao banir os casos de suicídio dos jornais a imprensa também tenha deixado de lado uma discussão mais ampla sobre as razões do aumento de suicídio em determinados grupos ou regiões. “O que está por trás das tentativas e do suicídio entre os jovens, por exemplo? Às vezes, me parece, o jornalismo não se preocupa em fazer algumas perguntas”.

Segundo levantamento de Julio Jacobo Waiselfisz, da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, no estudo Mapa da Violência 2006, entre 1994 e 2004 os suicídios no Brasil aumentaram 35,1%. A taxa de suicídio de alguns estados brasileiros situa-se num nível bem superior à taxa nacional, que em 2004 era de 4,5 suicídios por 100 mil habitantes. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, a taxa foi de 9,9 suicídios por 100 mil em 2004, sendo esta uma tendência para a região Sul do Brasil. No entanto, o maior crescimento das taxas de suicídio ao longo da década estudada (1994 a 2004) ocorreu exatamente nas regiões Norte e Nordeste (86% na região Norte e 79,3% na região Nordeste). Apesar destes números, são raras as discussões nos jornais sobre o suicídio como fenômeno social e problema de saúde pública.

O pesquisador Gláucio Soares, do Iuperj, no Rio de Janeiro, defende a adoção de uma política nacional que envolva também a mídia para a contenção das taxas de suicídio. “O Brasil necessita de uma série de diretrizes, baseadas na experiência de pesquisadores em países diferentes e não em chute”. Entre as recomendações lembradas por Soares, estão “evitar informações sobre o meio e

o local; evitar tratar o suicídio como algo que ele não é – um ato misterioso em pessoas normais, comuns; um ato heróico, romântico, ou racional – e enfatizar o que ele é com muita frequência: o resultado de problemas mentais que podem ser tratados com sucesso”. Segundo o pesquisador, em países como Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia e Suíça a imprensa já dispõe de recomendações para o noticiário de suicídio.

Desde 2006, um grupo de trabalho formado por representantes do governo, entidades da sociedade civil e universidades públicas e privadas elabora as diretrizes do Plano Nacional de Prevenção ao Suicídio, que deverá incluir estratégias voltadas para a mobilização de veículos de comunicação e internet no país. Há precedentes que indicam que a adoção desses procedimentos pode ter mesmo um efeito benéfico. Um exemplo aconteceu em Viena, Áustria. Após a inauguração de uma extensa rede do metrô, em 1978, ocorreram muitos casos de pessoas que se jogaram à frente dos trens.

Prevenção do suicídio

Recomendações da Organização Mundial de Saúde para profissionais de mídia

O QUE FAZER

- Trabalhar em conjunto com as autoridades de saúde quando da apresentação dos fatos.
- Referir-se ao suicídio como consumado e não como bem-sucedido.
- Apresentar apenas os dados relevantes, nas páginas interiores.
- Realçar as alternativas ao suicídio.
- Fornecer informações sobre linhas de ajuda e recursos comunitários.
- Publicar indicadores de risco e sinais de aviso.

O QUE NÃO FAZER

- Não publicar fotografias ou notas de suicídio.
- Não noticiar detalhes específicos do método usado.
- Não apresentar razões simplistas.
- Não glorificar ou sensacionalizar o suicídio.
- Não usar estereótipos religiosos ou culturais.

A cobertura dos jornais era extensa e dramática. Uma organização local de prevenção do problema passou a liderar uma campanha pela mudança nos padrões da cobertura jornalística. Em 1987, os jornais decidiram implementar as diretrizes, que incluíam não mencionar no jornal o método usado pelo suicida. As mortes por suicídio no metrô caíram 80% nos seis meses seguintes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que a imprensa tenha um papel ativo na prevenção do suicídio, publicando listas de serviços disponíveis de saúde mental e telefones de ajuda, além de informações sobre os sinais de que um indivíduo possa desenvolver comportamento suicida (veja quadro na página ao lado).

A American Foundation for Suicide Prevention (www.afsp.org) também mantém diretrizes para a imprensa no seu site na internet, no qual analisa exemplos de reportagens problemáticas. Abaixo, alguns deles:

- “Suicídio bizarro da modelo”, publicado em julho de 2001 pelo *New York Post*, a propósito da morte da modelo Natasha Duncan. O site critica o destaque dado à notícia (uma página interna e destaque na primeira, com a chamada “Modelo encontrada morta em uma poça de sangue”). A reportagem traz detalhes sensacionalistas, como o fato de que a modelo teria “esfaqueado o próprio pescoço várias vezes” e descreve as “pegadas sangrentas no corredor do apartamento”. “Estudos sobre contágio demonstram que uma cobertura sensacionalista do tema, incluindo imagens das vítimas de suicídio, contribui para um aumento do número de suicídios”, adverte o site. Outro ponto negativo: “A matéria dá grande destaque a declarações de vizinhos e parentes em choque sobre que pessoa atraente ela era: ‘Ela era mesmo uma pessoa legal, tão bonita. Isto é mesmo estranho’, disse um vizinho. Apresentar o suicídio como o ato inexplicável de uma pessoa saudável e bem-sucedida encoraja a identificação com a vítima”.
- “Casal desesperado se joga sob trem em velocidade... Um beijo antes da morte”, reportagem do *New York Daily News* sobre dois jovens que se mataram em maio de 2002, depois de meses de desemprego, pequenos roubos e acúmulo de dívidas, inclusive para a compra de drogas. A história – escreveram os especialistas da Fundação – é apresentada “como uma tragédia romântica (...) e tenta explicar os suicídios como uma compreensível resposta a uma situação desesperada e um reflexo dos sentimentos de um pelo outro. Embora o uso de drogas seja mencionado, ele é colocado em plano secundário em uma matéria que apresenta os suicídios como um último ato romântico”. Nenhum dos entrevistados, segue a crítica, “comenta coisa alguma sobre o vício dos dois (...). O repórter não informa que o uso de drogas é um problema para metade dos jovens suicidas”. As várias

fotos do lugar da morte e a descrição detalhada dos movimentos do casal aumentam o risco de imitações.

Portanto, mais importante do que evitar publicar notícias sobre suicídio é modificar a forma como o apresentamos nas reportagens que continuamos a fazer – quando o caso envolve personalidades, por exemplo. Mostrar que o suicídio costuma ser associado ao uso de drogas, à depressão e a outras doenças psicológicas, enumerar serviços de prevenção e evitar romancear o ato são ações que podem contribuir para a redução deste problema de saúde pública.

Na gaveta: os temas que não aparecem na cobertura

Algumas categorias de atos violentos raramente aparecem na imprensa. Os casos de estupro, por exemplo, são quase invisíveis nas páginas de jornais, embora o Brasil tenha uma alta incidência deste tipo de crime. Em 2006, a pesquisa do CESeC que analisou notícias publicadas em oito jornais do Rio de Janeiro, registrou 593 notícias sobre atos violentos. Apenas uma era sobre violência sexual (0,2%). Na pesquisa que avaliou nove jornais de três estados, em 2004, foram encontrados seis textos sobre o tema (1,14% de 527 matérias, artigos ou notas).

No entanto, segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), no mesmo ano foram registrados 14.719 casos de estupro (15.268 em 2005). Os casos de violência sexual que não envolvem penetração – classificados no Código Penal como atentados violentos ao pudor – foram 9.840 (10.806 em 2005). É bom lembrar que os registros configuram apenas uma fração dos casos reais, já que este é um dos crimes menos notificados à polícia.

No Rio de Janeiro, uma pesquisa do CESeC baseada em dados da Polícia Civil¹⁵ mostrou que entre os anos de 2001 e 2003 foram registrados em delegacias 3.608 estupros e 4.947 atentados ao pudor. O mesmo levantamento demonstrou que a impunidade é a regra nos crimes de natureza sexual. No caso de agressores desconhecidos da vítima, apenas 5,4% dos autores de estupro foram indiciados e 3,5% presos; índices semelhantes se repetiram para os atentados. Mesmo quando os criminosos eram conhecidos da vítima, o número de indiciados e presos foi no máximo de 10% dos casos (veja gráfico). Uma situação que a fraca cobertura dos jornais ajuda a perpetuar. A cobertura da imprensa poderia contribuir muito para diminuir a gravíssima situação de impunidade e extrair das autoridades de segurança medidas de prevenção e repressão dos crimes sexuais. Para isso, seriam necessárias reportagens apontando as áreas que registram maior número de ocorrências, investigações sobre os fatores que favorecem as agressões e denúncias contra os criminosos à solta e inquéritos abandonados. Seria preciso, portanto, que os jornais colocassem o tema como prioridade.

Alguns jornalistas ouvidos lembraram reportagens especiais, premiadas até, para refutar a premissa de que o espaço na imprensa para esta problemática é pequeno. No entanto, é preciso obser-

15. O relatório da pesquisa *Crimes Sexuais no Rio de Janeiro – 2001 a 2003*, realizado por Aparecida Fonseca Moraes, Barbara Soares e Greice Maria S. Conceição, com a colaboração de Julieta Romeiro, foi publicado em 2005 e está disponível para *download* no site www.ucamcesec.com.br.

var que a excelência desses textos não altera o fato de que eles ocorrem raramente. Aumentar a frequência de reportagens de qualidade sobre violência sexual ainda é um desafio para a maioria dos veículos.

“É um tema importantíssimo, a mídia se interessa. Mas é um tema muito difícil de ser tratado, tem que ter critério e muito bom senso”, diz o repórter da TV Globo André Luiz Azevedo. André lembra que uma de suas matérias de maior repercussão foi sobre um médico ortopedista que abusava sexualmente de suas pacientes. “Levamos meses produzindo a reportagem, que teve uma repercussão imensa. Nesse caso, era um médico importante e precisávamos ter poder de fogo, de informação para enfrentar. O problema é que esse tipo de informação pode precisar de uma maior produção e tempo, e a mídia com essa rotina nem sempre os tem.”

Editor de *O Extra* e do *Diário de S. Paulo*, Bruno Thys também cita a dificuldade de checar as ocorrências: “Confirmar um estupro não é fácil; muitos comunicados são falsos”. Para evitar enganos, o jornal não só evita citar os nomes das vítimas, como é praxe na maior parte da imprensa, mas também mantém os acusados no anonimato. Por acreditar que muitas denúncias são falsas, o editor evita a cobertura de casos isolados. “Preferimos cobrir no atacado, quando há registros de vários casos no mesmo bairro”.

Outra razão lembrada para a cobertura rala da violência sexual é o fato de que grande parte das situações violentas ocorre na esfera privada – e, portanto, de acesso restrito. Além disso, o entendimento de que tratar o assunto publicamente seria submeter o agredido à nova violação também mantém a imprensa afastada. “Acredito que seja para não expor a vítima e seus familiares. Certamente, deve ser muito constrangedor para uma pessoa vítima de estupro aparecer publicamente, o que acaba dificultando o trabalho da imprensa”, diz o repórter Mario Hugo Monken, da *Folha de S. Paulo*.

Por fim, existe o fator “mundo cão”, citado por alguns jornalistas. Crimes que remetem a situações de violência interpessoal, geralmente entre familiares, provocadas por motivos aparentemente fúteis, costumam ser classificados nesta categoria. O termo implica uma situação de desespero e miséria, na qual a violência é vista como consequência natural – e, talvez por isso, despida de interesse jornalístico. O termo “é muito mundo cão” costuma ser usado para justificar a decisão de não noticiar crimes ou atos violentos, para proteger a sensibilidade do leitor.

“Por mais que avancem, os jornais ainda vêm a notícia quando o homem morde o cachorro, ou seja, publica-se quando algum caso foge do regular, do ordinário, do comum. Quando a questão se

banaliza, mesmo que atinja um grande número de pessoas, o assunto deixa de ser notícia na visão de muitos editores”, diz o *ombudsman* de *O Povo*, Plínio Bortolotti, lembrando que “em casos de violência sexual também é preciso levar em conta que as vítimas, com razão, evitam a publicidade”. O anonimato pode ser preservado, ensina Plínio, com outros tipos de reportagem. “Por exemplo, levantar os números e as histórias (sem identificar a vítima), mostrando como uma violência desse tipo pode destruir a vida de uma pessoa, às vezes, de uma família inteira. E se o problema atinge tantas pessoas, o que faz o Estado para enfrentá-lo?”, sugere.

Muitos destes argumentos também são lembrados quando se discute a cobertura da violência doméstica. A maioria das agressões acontece na esfera privada, como em vários casos de estupro e abuso sexual; nem sempre é fácil comprovar o delito; as relações entre vítima e agressor são complexas e fogem ao esquema mocinho-vilão; e boa parte dos casos é logo taxada de “mundo cão”. No entanto, mesmo com todos estes empecilhos, o tema se tornou pauta mais constante na última década, em grande parte devido à mobilização das vítimas e dos movimentos de mulheres. Mas ainda não encontra nos jornais e revistas o espaço que poderia merecer, se fossem levados em conta os índices verificados na sociedade brasileira – veja artigos de Barbara Soares e Jacira Melo, ao fim do capítulo.

Jacira divide com o movimento social parte da responsabilidade pela ausência destes temas ligados aos setores politicamente minoritários. A pressão da sociedade e a oferta de dados e informações aos jornalistas podem mudar a cobertura, acredita ela. Em seu artigo, ao fim do capítulo, Guilherme Canela lembra como a Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi) tem conseguido mais visibilidade para questões ligadas à educação e ao trabalho infantil.

Os jornalistas que reconhecem as limitações na cobertura costumam lembrar a grande quantidade de crimes que ocorrem diariamente na maioria das metrópoles brasileiras. Assoberbados com guerras de traficantes, assassinatos e balas perdidas, sobra pouco tempo aos profissionais para que se ocupem de outros fenômenos. É verdade que o número de ocorrências é avassalador, mas a pauta é determinada por escolhas diárias. Ao decidirem cobrir preferencialmente conflitos de traficantes, guerras de quadrilhas, assaltos e outras ocorrências, os jornais escolhem não cobrir inúmeros outros atos violentos, que também implicam em mortes ou atos de extrema crueldade, e atingem centenas de milhares de pessoas. Por quê? Humberto Trezzi, colunista do diário rio-grandense *Zero Hora*, dá a pista: “O mote do momento é o crime organizado. Pelo menos, nas redações. É por isso que assuntos como violência doméstica, contra homossexuais ou crianças são de abordagem mais rara”.

Parte da razão para a predominância do tema crime organizado sobre outros assuntos pode estar vinculada à primazia das fontes policiais sobre todas as outras (veja o capítulo 2, *Dependentes de BO*). Ao transformar as forças de segurança em origem da maioria esmagadora das matérias, a imprensa também incorpora a agenda destas instituições, pautada pelo combate ao tráfico de drogas e pela manutenção da ordem pública. Reduz, assim, a sua capacidade de produzir análises e reportagens sobre outros conflitos cotidianos da nossa sociedade.

Recomendações para a cobertura de violência doméstica

Criado em 2000, o Instituto Patrícia Galvão tem por objetivo desenvolver projetos sobre direitos da mulher e meios de comunicação de massa. Para a ONG baseada em São Paulo, a mídia é estratégica nos projetos de transformação social e política. O site da instituição (www.patriciagalvao.org.br) oferece inúmeras informações, recomendações, sugestões de pauta e dicas de fontes para o jornalista interessado em questões de gênero, inclusive a violência contra a mulher. O site também recomenda alguns cuidados a serem observados pelo jornalista encarregado de fazer reportagens com vítimas de violência doméstica, tais como:

- Cuidado dobrado nas entrevistas. Ainda que a pessoa tenha consentido previamente em conversar com o jornalista, a entrevista pode fazê-la reviver a violência, o que pode ser extremamente difícil ou até insuportável para ela. Procure demonstrar delicadeza, tato e paciência.
- Deixe claro que não pretende fazer qualquer espécie de julgamento, nem sobre o comportamento dela nem sobre o do agressor (não esqueça que, em muitos casos, a mulher mantém uma relação de intimidade com o autor da violência). Pode ser que não seja possível concluir a entrevista no mesmo dia.
- Antes de gravar imagens ou voz, é importante avaliar o grau de risco ao qual a vítima poderá ser exposta. Se ela autorizar a gravação, mas não quiser ser identificada, procure certificar-se de que o resultado realmente não permitirá a identificação.
- No caso de crianças, o cuidado deve ser ainda maior, pois se trata de indivíduo em formação e fragilizado pela violência. Deve-se proteger ao máximo a sua identidade e evitar a sua exposição a novas situações vexatórias.

O MOVIMENTO SOCIAL DE MULHERES E A IMPRENSA: UMA COBERTURA CONSTRUÍDA EM PARCERIA

Jacira Melo *

“Nós precisamos fazer uma distinção rigorosa entre a grande imprensa – jornais como O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo, que têm circulação nacional – e a imprensa local. Na grande imprensa, a violência doméstica recebe uma abordagem bastante positiva, se considerarmos a agenda feminista sobre violência contra a mulher. As reportagens sobre o assunto aparecem em espaços de destaque – o primeiro caderno e os cadernos locais –, não oferecem perspectivas sensacionalistas e são textos que poderíamos chamar de politicamente corretos. Mas a cobertura é descontínua. Se deixarmos de lado o período de aprovação no Congresso e a sanção da recente Lei Maria da Penha, dedicada à punição dos agressores, encontraremos uma presença muito reduzida do tema nos jornais.

O mesmo não acontece, por exemplo, nos jornais pernambucanos, nos quais projetos como o Observatório da Violência contra a Mulher, da ONG SOS Corpo, têm obtido sucesso em dar visibilidade ao tema. O Observatório passou a fazer uma estatística de casos e a divulgá-la regularmente. Isso fez com que em 2005 e 2006 a cobertura sobre a violência contra a mulher permanecesse constante. Ao invés de noticiar mortes isoladamente, os jornais passaram a anunciar, por exemplo: “décima-quinta mulher morta este mês em Recife”. Relacionavam as ocorrências a um contexto maior. Esta mudança é uma grande arma contra a banalização das mortes – colocadas como parte de uma questão social. O assunto passou não só a ser capa dos jornais locais, mas ganhou espaço em redes nacionais de TV.

Vejo aí um caminho para compreender o funcionamento das redações. A imprensa é sensível ao que sensibiliza a sociedade. Acusam os jornais de superficialidade. No caso da Lei Maria da Penha, por exemplo, quase todas as matérias davam destaque apenas ao enfoque de que, com a nova legislação, o agressor será preso. Mas o jornalista escolhe o ângulo que chama mais a sua atenção e o que produzirá mais repercussão na sociedade. Se há outros temas que deveriam ser abordados, o movimento social e os pesquisadores precisam dar relevo a eles.

A imprensa passa por uma crise muito profunda, que é também financeira. As redações estão enxutas. O jornalista é avaliado pelo quanto escreve diariamente. Todos os dias é colocada na agenda uma variedade de assuntos. O jornalista vai escolher o tema que “render” mais, do ponto de vista editorial. Questões complexas como a violência contra a mulher geralmente aparecem quando há um fato motivador – um crime envolvendo uma pessoa famosa, novas pesquisas, uma nova lei. Para conseguir uma cobertura mais constante, seria preciso que o movimento de mulheres e os pesquisadores da área se mobilizassem para suprir a imprensa de novos ângulos.

No Instituto Patrícia Galvão atendemos a jornalistas de todo o Brasil e percebemos que eles enfrentam duas dificuldades básicas. Em primeiro lugar, eles sempre querem números. Acontece que o Brasil sofre de uma carência

de pesquisas e não existem, por exemplo, levantamentos estado a estado. Poderíamos incentivar mais coberturas contínuas e aprofundadas se tivéssemos números e análises localizadas.

Em segundo lugar, os jornalistas sempre querem o depoimento de uma vítima. E isso é uma complicação. É preciso delicadeza para lidar com este tema. E as pessoas que atendem a vítimas de violência estão cansadas de receber este tipo de solicitação. Elas pensam duas vezes antes de expor alguém na imprensa – e querem saber que resultados aquela reportagem poderá trazer.

Por fim, creio que a cobertura da violência doméstica é prejudicada por ser vista ainda como um problema da esfera privada, que se refere a apenas duas pessoas. Isso fragiliza muito a articulação do debate público sobre o problema. Precisamos encontrar maneiras de vincular esta problemática ao contexto da violência social e urbana.

Se a cobertura de violência doméstica tem limitações, a de violência sexual é um assunto quase invisível nos jornais, apesar das graves estatísticas de estupros e atentados violentos ao pudor. Em parte, essa invisibilidade decorre da pequena quantidade de pesquisas e dados sobre violência sexual. Por outro lado, o movimento social de mulheres também não conseguiu ainda produzir uma reflexão consistente sobre este campo.

Creio que cabe a nós provocar o debate. Um exemplo: o Ministério da Saúde passou a distribuir contraceptivos de emergência destinados a vítimas de estupros. A maioria das matérias noticiou o embate entre o Ministério e a Igreja Católica, contrária ao programa de contracepção. No entanto, seria mais importante investigar se as pessoas estão tendo acesso ao medicamento – especialmente as vítimas de violência.

Um exemplo positivo relativo a este programa aconteceu recentemente em Campinas, São Paulo. Lá, a Secretaria Municipal de Saúde passou a veicular nas rádios spots de propaganda divulgando a existência do contraceptivo e orientando as vítimas de estupro a procurarem o sistema de saúde local. O efeito foi imediato. Aumentou muito a procura das mulheres violentadas por atendimento médico e o número de registros em delegacias subiu.

Iniciativas como esta mostram como a comunicação pode alterar profunda e rapidamente a realidade. Hoje, a violência sexual não está pautada na mídia porque sofre os efeitos da nossa desatenção. A sociedade e, portanto, as redações têm interesse pelo assunto e rejeitam a violência. Nós, da sociedade civil organizada, estamos devendo a proposta de uma agenda de debates sobre violência sexual.”

* Jacira Melo é fundadora do Instituto Patrícia Galvão

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: É HORA DE DAR VOZ A MULHERES E A HOMENS

Barbara Soares*

Até os anos 1990, o silêncio da sociedade brasileira sobre a violência doméstica era uma grande preocupação para pesquisadores e grupos que trabalhavam para minimizar a alta incidência do problema no Brasil. Para estimular a organização das mulheres e sensibilizar governos sobre a adoção de políticas públicas, era imperativo conquistar mais espaço na imprensa. Hoje, o número de reportagens sobre o problema já é bem maior, embora ainda não corresponda à importância do fenômeno na sociedade. Aos poucos, os esforços direcionados para diminuir a incidência da violência doméstica têm reunido mais instituições e atraído a atenção de maiores parcelas da sociedade. Uma parte significativa deste esforço de divulgação tem sido liderada pelo Instituto Patrícia Galvão, criado em 2000, em São Paulo, com o objetivo específico de investir em ações de comunicação.

Hoje, já não podemos caracterizar o silêncio da mídia como o grande problema. Mas a imprensa, assim como os especialistas, as feministas e os militantes dedicados ao tema têm diante de si um desafio igualmente importante. É preciso dar um salto na cobertura, indo além das estatísticas para inserir, no debate público, as complexidades desses conflitos.

Uma das prioridades da imprensa para qualificar e aprofundar o seu trabalho deveria ser amplificar a voz dos que são diretamente envolvidos no fenômeno. É preciso dar poder às mulheres atingidas, que até agora são apresentadas apenas como vítimas. “Vejam só como sofri, olha só pra mim, estou toda roxa” – é mais ou menos esse o teor do que dizem as mulheres ouvidas nas reportagens

* Barbara Soares é coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes

sobre violência doméstica. Quase sempre, elas são ouvidas apenas para confirmar o que dizem os especialistas – são o exemplo que comprova o saber das autoridades no assunto. Precisamos permitir que essas mulheres deixem de ser o objeto e passem a ser o sujeito de um discurso. Na mídia americana, quase sempre programas e reportagens que tratam do tema apresentam as mulheres que passaram por esses traumas como pessoas que têm conhecimentos a transmitir. Além de relatarem as suas próprias experiências, essas mulheres dão conselhos a outras na mesma situação. Elas, melhor do que ninguém, sabem como sobreviver a agressões, que atitudes tomar e como se protegerem. Não são apenas vítimas. São sobreviventes, que passaram por crises dramáticas e, a partir delas, construíram uma sabedoria.

Certamente, este lugar conquistado pelas “maria da penha” americanas se deve às próprias características da sociedade dos EUA. Lá, a organização de grupos de defesa de causas e interesses é muito mais comum do que no Brasil, onde a iniciativa costuma ficar por conta dos “especialistas” com saber reconhecido sobre o tema. Estamos começando a caminhar neste sentido – já existem organizações criadas e dirigidas por mulheres que sofreram violência e querem ajudar suas vizinhas e concidadãs. É preciso que a imprensa valorize tais iniciativas e ofereça a essas mulheres um novo papel.

A nova Lei Maria da Penha também coloca desafios importantes para os jornais. A imprensa fez uma cobertura uniformemente positiva da nova lei, aplaudindo o endurecimento das penas para os agressores. Sem dúvida, é importante contar com instrumentos para a punição nos casos necessários. Mas os jornalistas deixaram de abordar as conseqüências deste novo instrumento legal. Tenho passado dias em delegacias de mulheres para perceber como as vítimas de violência reagem à lei. Quando elas chegam à delegacia e são informadas de que não poderão mais retirar a queixa e que seus maridos possivelmente serão presos, muitas vezes desistem de fazer o registro.

Quase sempre, elas buscam uma intervenção que interrompa a violência – um mediador, “dar um susto” no marido, até vê-lo apanhar. Mas não querem quebrar os vínculos afetivos e arriscar desarticular a família. Não querem ser responsáveis por mandar o pai de seus filhos para a cadeia. É claro que algumas, se pudessem, os remeteriam alegremente para o fim do mundo. Mas não é esta a atitude da maioria.

Assim, o que percebemos é que a Lei não responde aos desejos da maioria das mulheres. Já nem falo das dúvidas que temos sobre a eficácia de encarcerar o agressor. Existe uma boa chance de que os presos saiam mais violentos da cadeia, com menor capacidade de prover o sustento dos filhos, ou seja, os problemas podem se agravar, ao invés de diminuírem.

Outro desafio para os jornais e as revistas seria incluir o homem na equação. Hoje, eles são quase sempre demonizados como os agozoes da relação. Mas os rótulos “bom” e

“mau” não ajudam a compreender um relacionamento tão complexo. Ao invés de amarrar os casais a papéis estáticos, seria importante mostrar as possibilidades de evolução e a melhoria dessas relações. Muitos dos autores da violência doméstica passam por um processo de reflexão e crescimento. São seres humanos, com uma experiência única, que merece ser contada. Na imprensa do Rio, a atuação do Instituto Noos, que mantém um Programa de Prevenção à Violência Familiar e de Gênero, inclusive com grupos de homens autores de violência, já teve algum destaque. É importante que continue a ser retratada e que veículos de outros estados busquem em suas localidades projetos semelhantes.

Rever o lugar do homem nesta cobertura implica reconhecer que eles também são vítimas de violência doméstica. No Brasil, praticamente ignoramos esta possibilidade – tanto que a Lei Maria da Penha só trata da violência contra mulheres. No entanto, em dezembro de 2006, o caso do coronel Brandino José Melo Ribeiro, do Rio de Janeiro, acusado de matar a mulher, Delma Nunes Sodré Ribeiro, trouxe para os jornais uma rara notícia sobre a violência contra o homem. Os dois já haviam registrado queixas de agressão mútua em delegacias. O coronel alegou que o crime foi cometido em legítima defesa.

Pesquisas americanas e inglesas mostram que o número de vítimas masculinas é muito maior do que se pensava até poucos anos. Entre os especialistas em violência doméstica no Brasil, existe certo receio de divulgar o assunto. Teme-se que estes novos dados ameacem padrões já estabelecidos. Mas não se trata de minimizar a vitimização das mulheres, que é certamente muito superior a dos homens. Trata-se de simplesmente conhecer de forma mais aprofundada e completa o fenômeno da violência doméstica. A toda hora, lemos nos jornais estatísticas como “a cada 18 minutos uma mulher é espancada”. O que isso nos ensina? Este número não seria apenas uma bandeira, útil para mobilizar a opinião pública e a sociedade, mas de pouca valia quando se trata de conhecer a fundo os padrões de relacionamento entre homens e mulheres? Temos de ir além do argumento da quantidade.

É urgente que o Brasil faça pesquisas de vitimização para conhecer melhor o problema – e esta é uma ação de política de governo que poderia ser cobrada pela imprensa. No Rio de Janeiro, o ISP (Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado) incluiu um bloco sobre violência interpessoal na sua pesquisa de vitimização, no qual, pela primeira vez, as questões sobre violência doméstica não ficaram restritas às mulheres. O IBGE promete realizar uma pesquisa nacional, possivelmente com perguntas semelhantes. Assim, em breve, teremos uma rica massa de informações que poderá permitir uma cobertura ainda mais qualificada por parte da imprensa brasileira.

PAUTAS AUSENTES NA COBERTURA DA IMPRENSA BRASILEIRA: O PARADOXO TOSTINES

Guilherme Canela *

As pesquisas levadas a cabo pelo CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – com foco no tratamento editorial dispensado à questão da violência e da segurança pública, constatam uma realidade que investigações conduzidas pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância – também têm apontado: há um conjunto importante de pautas fundamentais para a sociedade brasileira que têm presença rarefeita na imprensa.

Enfoques transversais como os de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência, opção sexual, dentre outros, são freqüentemente ignorados na cobertura das questões centrais para as políticas públicas sociais: violência, educação, saúde, direitos humanos, apenas para nos atermos às mais óbvias. Como consequência, temas especialmente conectados a tais recortes – como é o caso da violência doméstica – ficam em terceiro plano. Certamente um diálogo qualificado com a mídia noticiosa levará a uma indagação acerca das causas do cenário que acabamos de sublinhar. Por quê? Por que elementos tão relevantes para a compreensão do quadro social e, logo, para o equacionamento dos problemas existentes, são muitas vezes negligenciados pela cobertura?

Fatores que influenciam a pauta da imprensa

Há muitos fatores que contribuem para determinar a pauta dos meios de comunicação e a forma das notícias neles veiculadas e, portanto, para que a cobertura da imprensa ignore alguns aspectos da nossa realidade e valorize outros.

* Guilherme Canela é coordenador de Relações Acadêmicas e de Pesquisas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

a) A formação dos futuros jornalistas

Como o jornalismo ainda não é uma atividade automática, realizada por máquinas, o background dos profissionais da imprensa conta, e muito, para o resultado final veiculado. A presença majoritária, nos grandes veículos, de jornalistas brancos, de classe média e alta, formados por um número restrito de universidades, pode contribuir para a construção de visões de mundo bastante similares e limitadas.

Por que o Ensino Superior público é muitas vezes mais coberto do que a educação básica pública?¹⁶ Esta última conta com um número de alunos inúmeras vezes mais expressivo quando comparado com aquele e, logo, também congrega uma quantidade de histórias, proezas, problemas e soluções igualmente mais avantajados. Por quê?

Por que é “natural” se gastarem páginas e páginas de cobertura com o homicídio de adolescentes de classe média e isto não ocorre com crime igual quando perpetrado, na mesma semana, contra adolescentes de classes menos favorecidas¹⁷? Por quê?

Muitos fatores, conforme dissemos, concorrem para explicar situações tomadas, em geral, por triviais. Certamente a visão de mundo dos profissionais de imprensa é um deles. Ainda pouco estudado, ressalte-se.

Entretanto, não é somente o olhar desses profissionais que pode impactar o produto final de suas atividades. O currículo das escolas de jornalismo, em geral, passa a léguas de distância das temáticas que estamos aqui focalizando. Não se pode esperar, portanto, que um profissional que no seu processo educacional não foi familiarizado com a leitura de uma taxa de homicídio, com a legislação nacional e internacional de direitos humanos, com as etapas de construção de uma política pública venha a adquirir essas habilidades, miraculosamente, apenas por adentrar o portal mágico das salas de redação.

A formação importa e muito, logo contribui para explicar a cobertura que temos.

b) O interesse do leitor

Outro ponto que não pode ser desprezado, ao tentarmos explicar o que se passa com o material veiculado diariamente pelas empresas jornalísticas, é a preocupação com aquilo que, hipoteticamente, deseja o leitor, o telespectador, o internauta, o ouvinte.

16. De acordo com a pesquisa *A Educação na Imprensa Brasileira*, realizada pela ANDI e pelo MEC, com o apoio da UNESCO, 33,4% dos textos sobre educação veiculados por 57 jornais brasileiros no ano de 2004 referiam-se centralmente ao Ensino Superior; o Ensino Fundamental ficou com 8,4% da cobertura.

17. A pesquisa "A Criança e o Adolescente na Mídia em Pernambuco" (2003), conduzida pela agência Auçuba, integrante da Rede ANDI Brasil, salienta que enquanto um caso de homicídio de adolescentes de classe média alta (conhecido como "caso Serrambi") contabilizou 530 textos nos três principais jornais da capital pernambucana, o caso "Santo Aleixo", envolvendo o homicídio de adolescentes de classes menos favorecidas, ocorreu quase que simultaneamente, contou com 21 notícias.

“Somos empresas e logo temos que considerar aquilo que interessa aos nossos públicos”, costumam alegar editores e diretores de empresas jornalísticas quando questionados sobre a pequena presença de determinados assuntos na pauta. O argumento é bastante razoável, embora deva ser usado com parcimônia pelos que se enquadram na categoria de concessões públicas ou estampam em suas primeiras páginas “a serviço do Brasil”.

No entanto, o argumento também é passível de contestação. Não é sempre verdade que os jornais apenas e tão somente se guiam pelos anseios de seus públicos. As pesquisas demonstram um interesse cada vez mais escasso da população brasileira em relação à política partidária. Mesmo assim, felizmente, os jornais não fecham suas editorias de política. Ao contrário, estão aí os profissionais mais bem pagos das redações.

Segundo, não há dados confiáveis (se é que existem até mesmo os menos confiáveis) que indiquem que o público deixaria de ler uma cobertura sobre violência que fosse, por exemplo, mais contextualizada – e, assim, menos focalizada no crime individual – do que a feita atualmente. Afinal, esta cobertura mais qualificada raramente é oferecida em bases constantes. Em mais de dez anos de análise da imprensa brasileira acerca das temáticas pertinentes ao universo infanto-juvenil, conduzidas pela ANDI, constataram-se estupendos avanços no tratamento editorial dispensado a diversos temas – como educação. É importante perceber que quando a cobertura de vários temas relevantes para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes melhorou, os consumidores de notícias não saíram por aí cancelando suas assinaturas ou mudando de canal.

Por fim, a imprensa parece subestimar o público ao acreditar que ele não se interessaria por uma cobertura mais aprofundada, contextualizada e complexa dos temas acima. Esta é, aliás, uma avaliação que contradiz o trabalho feito pela própria imprensa em outras áreas. Ninguém duvida que haja público para assistir ou ler, por exemplo, longas reportagens sobre medicamentos e novas descobertas científicas. Nestas matérias, utiliza-se em geral uma linguagem técnica, entrevistam-se especialistas e contextualiza-se, ainda que minimamente, o fato. Sem medo de assustar leitores e audiência.

Assim, o “rabo preso com o leitor”, lembrado no slogan de alguns veículos, parece levantar suposições que dificilmente se confirmariam. Vejamos o tema central dessa publicação: violência e segurança pública. No frígido dos ovos, qual seria a resposta a uma pesquisa de opinião pública que indagasse: “O senhor ou a senhora gostaria de uma cobertura jornalística que focalizasse mais: a) os crimes que ocorrem cotidianamente (assassinatos, por exemplo), ou b) as políticas que deveriam ser elaboradas para preveni-los e combatê-los?”

Há aqueles que sustentam que a resposta da população reside no item a. A violência, o mórbido seriam elementos de atração dos “consumidores” de notícias. Este ponto está discutido no próximo item.

c) A falácia do valor notícia

O abuso sexual está intimamente conectado às questões de gênero que permeiam a sociedade brasileira; em uma analogia, tão conectado como a taxa de juros e os índices inflacionários para um economista. Por que lemos diariamente artigos, entrevistas e reportagens sobre o segundo assunto e raramente encontramos um texto analisando as causas do primeiro? Parte da resposta está contida em uma utilização míope de dois pesos e duas medidas para a tomada de decisões acerca da construção da cobertura.

Muitos jornalistas sustentam que uma avaliação aprofundada sobre as causas do abuso sexual não teria valor de notícia. O que importa é o fato em si (o abuso). Continua sendo “espetacular” (ou digna de nota) a descrição de mais um caso escabroso de violência sexual contra crianças, mas não a discussão sobre o que o causou – supostamente, pesada, chata, sociológica demais para o público.

A mesma lógica distorcida não é utilizada para a cobertura das reuniões do Copom. O jornalismo econômico não se ocupa apenas de relatar de quanto foi o decréscimo ou o aumento na taxa de juros. Os repórteres da área tentam apresentar as diferentes visões acerca da decisão, bem como os argumentos que a fundamentam. Comparam a nova política com a praticada em outros países e avaliam as suas implicações para a realidade brasileira. Fazem isso, é importante sublinhar, todo santo mês, religiosamente. Ninguém pensa em dizer que estão chovendo no molhado. Por que a discrepância?

Mau jornalismo e bom jornalismo é a resposta certa. Entretanto, na maioria das vezes, parte dos construtores da notícia quer delegar a responsabilidade para o público. Há, dessa forma, um ponto de confluência de todo o argumento. É o que chamo de Paradoxo Tostines:¹⁸ a mídia não cobre porque o público não tem interesse, ou o público não tem interesse porque a mídia não cobre?

O argumento clássico de que a extensiva (ou ostensiva?) cobertura de crime se explicaria por um anseio do leitor advém dessa espécie de jogo de empurra.¹⁹ Existem, no entanto, outras razões para a atração do público pelo noticiário de ocorrências policiais e o destaque que ele recebe na imprensa:

- *a cobertura de violência é o grande espaço do noticiário local. Mal ou bem (mais aquele do que este), é a única que fala diariamente do bairro, da periferia; nesse sentido, é a*

18. A antiga propaganda dos biscoitos perguntava: “Tostines vende mais porque é fresquinho ou é fresquinho porque vende mais?”.

19. Por certo, esse jogo se verifica com maior frequência quando se está abordando os chamados jornais populares ou os programas televisivos dedicados a uma cobertura quase que exclusiva da violência. Entretanto, vale frisar que ainda que os assim intitulados grandes jornais acabem por fazer uma cobertura mais asséptica da violência (menos sanguinolenta), as pesquisas demonstram que seguem se centrando na cobertura de crime e não na política de segurança.

única que traz referências muito concretas para o público. Logo, cabe a pergunta: “A cobertura interessa por conta da violência ou em virtude da proximidade com o cotidiano dos leitores e telespectadores?”. Por cotidiano não nos referimos apenas a uma realidade violenta, mas também às remissões a personagens conhecidos, lugares e cenas familiares. Uma cobertura da inauguração do salão de beleza da vizinha não lhes interessaria da mesma forma? E soluções para que essas populações melhorassem suas condições de vida também não despertariam muito interesse?

■ *os jornais populares são os mais acessíveis aos públicos: têm menor custo e linguagem adequada à sua realidade.*

■ *a cobertura de crime é mais fácil e, portanto, menos custosa do que uma cobertura mais contextualizada da violência. Como veremos, ao estabelecer uma relação de dependência com a pauta da delegacia, fazendo das matérias uma espécie de transcrição sofisticada (às vezes nem isso) do boletim de ocorrência, o tratamento editorial dispensado ao tema custa menos (em pessoal, tempo, telefonemas, apurações) do que um jornalismo que realmente queira entender as causas, as conseqüências e as potenciais soluções do fenômeno da violência.*

d) A centralidade das fontes

É inevitável que uma cobertura calcada majoritariamente em uma categoria específica de fonte de informação acabe por apresentar recortes limitados da realidade.

O tema é especialmente patente – e preocupante – na cobertura de violência.²⁰

Como as fontes ouvidas estão vinculadas, sobretudo, às forças policiais, não é de se estranhar que temas que vão além da discussão do crime em si e de suas causas imediatas (como o uso de drogas) e conseqüências igualmente instantâneas (prisão, em um outro exemplo) raramente sejam tratados. Sem ampliação das categorias de fontes escutadas, bem como do discurso por elas proferido, dificilmente se logrará uma mudança efetiva na cobertura. Vale frisar que tal modificação não depende somente das redações – está fortemente correlacionada a uma mudança de cultura das próprias fontes, as quais necessitam mais e mais aprender a dialogar com a imprensa.

20. Segundo a análise “A cobertura da violência contra crianças e adolescentes na imprensa latino-americana”, realizada pela ANDI, com o apoio da Save the Children Suécia e Nicarágua, a polícia é a fonte mais consultada quando o tema é a violência envolvendo crianças e adolescentes. Ele está presente em 25% dos textos pesquisados em cerca de 200 jornais de nove países que integram a Rede ANDI América Latina; em nações como o Brasil e Venezuela, esse índice chega a 35%.

O jornalismo como ele é (ou deveria ser)

Importantes jornais de circulação diária, inclusive no Brasil, costumam estampar todos os dias, em suas primeiras páginas, slogans como este: “Um jornal a serviço do Brasil”. Ora, não é possível afirmar algo de tamanha seriedade, estabelecer um compromisso de tal envergadura para com os leitores e a sociedade sem que um custo não decorra de tal anúncio. A contrapartida está exatamente na vigilância que os atores externos ao jornal manterão com o objetivo de verificar a observância de tal promessa. Estar a serviço do Brasil não permite desconsiderar, na análise e no relato cotidiano da sociedade brasileira, populações como os afro-descendentes, as mulheres, as pessoas com deficiência, as crianças, os homossexuais.

Atentem bem para o fato de que os representantes dessas minorias políticas não estão se fundamentando em alguma idiosincrasia ou idéia estapafúrdia para exigir uma cobertura que contemple suas realidades, mas pautam-se nos próprios princípios exortados pelos jornais.

A situação é ainda mais evidente – e amarrada legalmente – quando estamos falando da mídia noticiosa veiculada por emissoras de rádio e televisão. Concessões públicas que são, assumem constitucionalmente compromissos com o Estado brasileiro que não as autorizam a se furtarem de respeitar os direitos humanos de todas e todos. Respeito este que implica não só o deixar de fazer algo errôneo, mas também o de fazer algo positivo, o que inclui a retirada dessas populações da condição de invisibilidade que muitas vezes as caracteriza.

As funções essenciais para as democracias

Não é por um fetiche que nos ocupamos, de maneira tão intensa, dos acertos e dos equívocos da cobertura jornalística. Quando as democracias passaram a adquirir a feição que hoje possuem, especialmente nas nações onde reconhecidamente estão consolidadas, a presença da imprensa livre e independente já era considerada fundamental para a afirmação desses regimes. Vale lembrar que isso se deu porque a imprensa, historicamente, é tida como uma provedora de informação contextualizada, dotada da capacidade de agendar os debates públicos e que tem o dever de atuar como fiscal das ações dos atores públicos.

As próprias funções que lhe foram sendo designadas no seu percurso histórico de pouco mais de 200 anos colocam para a mídia noticiosa a necessidade de atender aos princípios que caracterizam um jornalismo de qualidade. Tenha-se em mente o caso da cobertura de uma política pública de segurança. Não é possível realizar um jornalismo de qualidade com foco neste tema sem, dentre outros elementos: a) investigar; b) ouvir fontes diversificadas e com opiniões divergentes; c) entender as causas do problema em foco;

d) salientar as conseqüências derivadas do status quo; e) apurar políticas em curso, aqui ou alhures, que se colocam como potenciais soluções para os problemas identificados; f) apresentar estatísticas; g) compreender o sistema jurídico (legislação e atores) e remeter-se a ele ao cobrir as temáticas; h) respeitar os direitos individuais das personagens envolvidas.

Há luz no fim do túnel?

Há, sem dúvida. A cobertura apresenta debilidades importantes, porém avançou enormemente na última década e meia. O tema da violência segue como uma espécie de calcanhar-de-aquiles do tratamento jornalístico dispensado aos diversos pontos da agenda social. Mas a cobertura de trabalho infantil doméstico, por exemplo, assunto que apresenta um forte viés étnico-racial, traz uma contextualização muitas vezes maior sobre este recorte particular do que encontramos no material sobre criminalidade. O mesmo se passa com educação ou pobreza.

Encontrar a luz no fim do túnel é, em um primeiro plano, compreender quais fatores acabaram por estimular e consolidar coberturas de qualidade em umas áreas e em outras não.

De todo modo, os problemas aqui delineados (formação, fontes, percepções equivocadas etc.) precisam ser trabalhados. Para que esta não se configure uma tarefa hercúlea e, no limite, irrealizável, é preciso que se somem esforços. São muitas, porém isoladas, as iniciativas, as reflexões e os debates que buscam compreender, dialogar e cooperar com a cobertura de violência. É fundamental trabalhar em parceria, dar mais unicidade a essas ações, sempre pautando as estratégias por análises empíricas de cenário, e não por "achismos" e considerações volitivas sobre a atuação da imprensa.

Diversas organizações da sociedade civil têm atuado neste sentido, muitas vezes em sinergia com universidades e centros acadêmicos de pesquisa. A mídia noticiosa tem sido muito sensível a todas essas reflexões, o que é ainda mais central nesse processo. É preciso seguir em frente. As coisas estão mudando. Avante!

8

Estatísticas de segurança: para que servem e como usá-las

Leonarda Musumeci*

A segurança pública é hoje um tema tão importante para a sociedade brasileira quanto a economia ou a saúde. O destaque dado pela imprensa aos crimes e às tragédias cotidianos é um dos indícios dessa valorização que ocorre, inclusive, nos jornais destinados aos leitores de elite. No entanto, a cobertura da violência e da criminalidade é orientada por pressupostos diversos dos demais temas de interesse público. As páginas dedicadas a ocorrências policiais são ocupadas por assassinatos, seqüestros e roubos que raramente são relacionados a uma situação social ou a políticas públicas. A aposentada morta dentro de sua casa numa favela, por uma bala perdida de um tiroteio entre policiais e traficantes, foi vítima do azar e não da prática que aprova o uso indiscriminado de armas letais em ações policiais, mesmo em locais densamente povoados. O professor assassinado ao voltar para casa, à noite, teve a falta de sorte de encontrar de tocaia uma dupla de ladrões de automóveis – não se questiona se os roubos não são comuns naquele lugar e se uma iluminação pública e vigilância mais eficientes poderiam diminuir ocorrências desse tipo.

O tratamento dos crimes como fatos isolados, separados de um contexto social e político, é reforçado pela ausência de dados e de estatísticas nas matérias sobre segurança. E, para fundamentar esta afirmativa, aí vão os dados. Uma pesquisa realizada pelo CESeC sobre oito jornais cariocas em 2006 mostrou que 85,7% são histórias individuais, ou seja, simples relatos de crimes e outras ocorrências. Em 2004, levantamento semelhante, sobre nove diários do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, já havia encontrado índices equivalentes: 77,6%. Ao mesmo tempo, o número de textos jornalísticos que usam estatísticas é pequeno: apenas 9,3 %. Na pesquisa de 2004, o percentual foi de 5,3%.

Pode-se dizer que números não traduzem a dor das vítimas. É certo. Mas os números sobre desemprego também não expressam a desesperança dos jovens sem ocupação ou a tristeza de quem não tem como alimentar os filhos. Mesmo assim, ninguém acha que as páginas de Economia deveriam conter apenas uma coleção de dramas pessoais. O bom jornalismo do setor conjuga a análise das tendências econômicas com a experiência dos que são afetados por elas. Ele parte do drama individual para a análise de um contexto mais amplo ou, vice-versa, parte de uma questão econômica geral e a ilustra com a narrativa de vivências individuais. Por que não fazer o mesmo, com mais freqüência, nas páginas de Cidade ou Geral?

* Leonarda Musumeci é professora do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora de área do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

Três bons motivos para usar estatísticas em matérias sobre criminalidade, violência e segurança pública:

a) Contextualizar os fatos específicos narrados na matéria, permitindo aos leitores avaliar se esses fatos se encaixam em tendências mais gerais, ou se representam algo eventual ou excepcional.

É quase inevitável que os jornais tendam a noticiar com mais frequência crimes que ocorrem nas áreas onde reside seu estrato de leitores. Dados estatísticos que mostrem, por exemplo, como se distribuem os crimes noticiados na região metropolitana ajudam a contrabalançar eventuais distorções na percepção do problema, como a impressão de que áreas “nobres” são as mais afetadas pela violência, já que os crimes violentos que nelas ocorrem aparecem mais assiduamente na mídia. Também são comuns as cartas de leitores que mencionam uma “escalada da violência” quando crimes rumorosos ocupam o noticiário por vários dias. Séries numéricas mostrando a incidência dos mesmos tipos de delitos nos últimos meses ou anos podem relativizar a impressão de aumento da criminalidade que decorre da exposição prolongada de certos casos na mídia. Assim, com o uso de dados para contextualizar o noticiário, a imprensa oferece ao público leitor informação mais exata e qualificada, e evita a acusação, tantas vezes repetida, de que contribui para gerar no público uma sensação de insegurança nem sempre justificada pelos dados estatísticos.

b) Qualificar o tratamento jornalístico dado ao tema, afastando-o cada vez mais do sensacionalismo e de um jornalismo meramente descritivo, reproduzidor do senso comum.

A cobertura de segurança pública ainda é dominada pelo senso comum e pelo enfoque policial, enquanto a saúde, a educação e a economia são áreas há muito reconhecidas pela sociedade e pela mídia como campos especializados de estudo, nos quais deve haver análises baseadas em informações, não apenas em fatos soltos, impressões e “palpites”. À medida que a segurança vem se tornando, ela também, um campo especializado, é importante que os jornais se valham da massa de informações produzida pelas instituições de pesquisa, tornando a cobertura da área mais aprofundada e qualificada.

c) Pressionar as autoridades e as instituições responsáveis para que produzam e divulguem com transparência dados de qualidade sobre segurança pública.

Os números são importantes para se saber, por exemplo, se os níveis de criminalidade estão melhorando ou piorando, se as políticas de segurança estão dando certo ou não, se a propa-

ganda oficial sobre as realizações nessa área é fidedigna ou enganosa. Eles fornecem uma referência para que os cidadãos, bem informados, possam participar, pressionar as autoridades e cobrar soluções reais para os problemas. Tradicionalmente, porém, os dados gerados pelas instituições de segurança são de baixa qualidade e/ou de difícil acesso. Prevalece ainda na área a cultura do “segredo de Estado”, herdada do regime autoritário (isto será comentado com mais detalhe adiante). Felizmente, uma mudança vem ocorrendo, ainda que de forma muito lenta. Se a mídia usa, demanda e cobra dados quantitativos – como já faz nas áreas de Economia, Saúde e Educação – há mais chance de que se acelere o aumento da oferta e da qualidade das estatísticas de segurança no Brasil.

Conceitos básicos

Na linguagem corrente, os termos *crime e violência* são utilizados com múltiplos sentidos para designar agressões e outros tipos de atos que ofendam pessoas, grupos específicos ou toda a sociedade. Dizemos, por exemplo, que o aumento de impostos é um “crime”, e que é uma “violência” alguém ter de esperar horas para receber atendimento num hospital público. Mas, na linguagem técnica, e sobretudo para efeitos de análise estatística, é necessário partir de definições mais precisas e restritivas que permitam delimitar com a máxima clareza os fenômenos focalizados. De modo geral, os estudos na área da segurança pública utilizam explícita ou implicitamente as seguintes definições:

Crime (ou delito): ato ilícito previsto na legislação penal. Não existe crime sem uma lei anterior que o defina.

A legislação também prevê outros tipos de ações ilícitas, como as *contravenções* e as *infrações* (definidas por leis específicas), além dos atos *infracionais*, que são atos semelhantes a crimes, mas cometidos por pessoas com menos de 18 anos de idade e definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Violência: uso ou ameaça de uso da força física; atitudes (mesmo não-intencionais) do indivíduo que causem ou ameacem causar danos físicos a si próprio(a) ou a terceiros.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como “uso de força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

Segundo essa definição, muitos atos podem ser consideradas “violentos”, mesmo que não envolvam força física – por exemplo: descaso, abandono, discriminação, ofensa moral ou tor-

tura psicológica. Mas, para fins de delimitação analítica, quase sempre se restringe o termo “violência” a situações em que a coação física está presente de forma real ou potencial.

Como se vê, *crime e violência* são conceitos de naturezas distintas. O primeiro parte do ordenamento jurídico existente numa dada época em certa sociedade – que explicita os atos puníveis, sejam eles violentos ou não, classifica-os segundo a modalidade e a gravidade, e determina as penas aplicáveis a cada caso. Já o conceito de violência designa um aspecto das ações humanas, sejam elas puníveis ou não, que é a capacidade de causar danos físicos ao próprio agente e/ou a terceiras pessoas.

Parece óbvio, mas é sempre bom lembrar que:

a) nem todos os atos socialmente reprovados são crimes

Um exemplo é a prostituição, que muitos gostariam de ver banida, mas que, pela lei brasileira, não constitui delito; já a exploração da prostituição, tanto adulta quanto infantil, esta sim é legalmente definida como crime.

b) nem toda violência é criminosa

Se fosse, boxeadores e sadomasoquistas encheriam os presídios. O uso da força pela polícia, dentro dos marcos legais, também não caracteriza crime.

c) nem todo crime é violento

Por exemplo: apesar da forte relação que acaba tendo com a violência urbana, a venda de drogas, em si mesma, não é uma prática violenta. Frequentemente jornalistas empregam o termo “traficante” como sinônimo de criminoso violento, mas, na realidade, há muitos jovens e adultos presos pelo delito de traficar drogas que não cometeram violência.

Uma outra confusão presente na linguagem comum e na jornalística é entre roubo (crime violento) e furto (crime não-violento) – genericamente denominados de “roubos” –, o que leva a colocar num mesmo plano vítimas de furto e vítimas de violência.

Eis alguns exemplos de delitos violentos e não-violentos:

Delitos violentos

- crimes contra a pessoa (homicídio doloso e culposo, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa e culposa, seqüestro, cárcere privado, tortura, maus-tratos, ameaça etc.)
- crimes contra a liberdade sexual (estupro, atentado violento ao pudor)
- crimes contra o patrimônio (roubo, latrocínio, extorsão, extorsão mediante seqüestro)

Delitos não-violentos

- crimes contra a pessoa (calúnia, injúria, difamação, violação de domicílio, violação de correspondência etc.)
 - crimes contra o patrimônio (furto, estelionato, dano, fraude, apropriação indébita, receptação etc.)
 - crimes contra a propriedade imaterial (violação de direito autoral, usurpação, violação de marca, concorrência desleal etc.)
 - crimes contra a economia popular e contra o consumidor (propaganda ou publicidade enganosa etc.)
 - crimes contra a administração pública (corrupção, peculato, desacato à autoridade, contrabando, tráfico de influência etc.)
 - crimes contra a fé pública (falsificação de moeda, falsificação de documentos, falsidade ideológica etc.)
 - crimes regidos por legislação especial (posse, tráfico e uso de drogas; crimes não-violentos contra a criança e o adolescente etc.)
-

Outra diferenciação conceitual importante é entre crimes *dolosos* (ou intencionais) e *culposos* (ou não-intencionais), embora a atribuição dessas categorias a um delito possa variar segundo a interpretação de policiais, promotores e juízes que tratam do caso. Veja um exemplo:

O Ministério Público de São Paulo denunciou o médico Paulo Donizeti Forte e o presidente do clube de futebol São Caetano, Nairo Ferreira de Souza, por homicídio *doloso* pela morte do jogador Serginho. O atleta morreu em consequência de um ataque cardíaco em 27 de outubro de 2004, durante partida do São Caetano contra o São Paulo, em pleno campo. Segundo o MP, os acusados sabiam da doença cardíaca do atleta e tinham o dever legal de evitar que ele continuasse jogando. No entanto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu diferente. Em dezembro de 2005, decidiu que o caso seria julgado como homicídio *culposo*, ou seja, não-intencional. A diferença: potencialmente, muitos anos de prisão.

Aplicação dos conceitos

Conhecer bem as categorias conceituais para empregá-las de forma correta é parte do trabalho do jornalista da área de segurança.

Assim, quando se fala em **violência**, deve-se lembrar que o termo, no seu sentido mais amplo, engloba todos os fenômenos abaixo:

- crimes violentos intencionais (dolosos)
- crimes violentos não-intencionais (culposos, como mortes e lesões de terceiros provocadas por acidentes de trânsito ou por outros tipos de acidentes)
- suicídios e tentativas de suicídio
- autolesões intencionais ou acidentais
- uso legal da força por agentes de segurança pública
- esportes violentos não proibidos por lei

Já ao falarmos de **criminalidade**, referimo-nos ao conjunto dos atos que, por lei, são passíveis de punição, sejam eles violentos ou não-violentos.

Apesar de haver interseções entre os dois universos, é fundamental ter sempre em mente as diferenças conceituais, para evitar distorções que possam acabar gerando um viés ideológico no tratamento jornalístico da questão. É importante observar as nuances, já que a linguagem traduz pressupostos que estão relacionados às maneiras como a sociedade brasileira decide lidar com seus problemas.

Assim, por exemplo, rotular todo criminoso violento de “traficante” faz supor que qualquer pessoa que venda drogas é violenta. Isto contribui para reproduzir o estigma de periculosidade associado a jovens pobres, que são a maioria dos detidos por tráfico e uso de drogas no Brasil. Do mesmo modo, confundir roubos e furtos, dizer que quem teve seu carro furtado foi vítima de “violência”, leva a identificar a perda patrimonial como algo tão grave quanto o dano ou a ameaça à integridade física de uma pessoa.

Violência, criminalidade e segurança pública

A amplitude do fenômeno da violência faz com que geralmente seja necessário focalizar em separado as suas diversas modalidades, para que se consiga conhecer mais detalhadamente as dinâmicas próprias a cada uma, subdividindo o tema em objetos específicos de estudo. Por exem-

plo, violência doméstica e de gênero, violência no trânsito, violência no campo, violência policial, violência nas prisões, violência contra crianças e adolescentes, violência motivada por preconceito (racismo, homofobia etc.).

Parte dos estudos quantitativos na área de segurança pública analisa especificamente a *criminalidade violenta intencional*, ou seja, o universo dos crimes realizados com uso proposital de violência. Desse conjunto, uma grande parcela se dedica a analisar o comportamento dos *homicídios intencionais* – manifestação mais grave da criminalidade violenta intencional, aquela que implica morte das vítimas. Como veremos adiante, esse fenômeno pode ser acompanhado estatisticamente em duas fontes distintas: a polícia e o sistema de saúde (Datasus).

Há certa tendência a associar a temática da *violência* a um enfoque de saúde (epidemiológico) e a temática da *criminalidade* a um enfoque de segurança (criminológico). Mas, na realidade, todos os fenômenos mencionados até agora – mesmo a violência no âmbito familiar, mesmo os acidentes e os suicídios – são pertinentes ao campo da **segurança pública**. Isto porque envolvem proteção da vida, da integridade pessoal, dos direitos individuais básicos. Portanto, devem ser preocupações das políticas de segurança em conjunto com as políticas de saúde e com outras intervenções sociais.

As mortes no trânsito fornecem um exemplo importante: geralmente são tratadas pela imprensa como “acidentes”, “tragédias”, “fatalidades”, mesmo quando causadas por motoristas imprudentes e bêbados. Não costumam ser relacionadas ao tema da violência urbana, nem à discussão mais geral sobre política de segurança pública, que ainda é pensada no Brasil predominantemente como “combate ao crime”. Em Bogotá, entretanto, a política de segurança adotada nos últimos anos enfrentou conjuntamente o problema dos homicídios dolosos e o das mortes no trânsito, conseguindo reduzir ao mesmo tempo as duas formas de violência, que eram ambas altíssimas na cidade e que vitimavam sobretudo os jovens.

Nessa temática também se incluem todos os assuntos ligados às instituições e aos serviços de segurança pública. Logo, além das estatísticas de criminalidade e violência, também são muito relevantes para o conhecimento da área, entre outras informações, os dados sobre efetivos das polícias e das guardas municipais; indicadores de atividade policial (por exemplo: número de prisões, apreensões, inquéritos abertos, concluídos, aceitos pelo Ministério Público etc.) e indicadores de comportamento de policiais (denúncias às corregedorias, ouvidorias, Disque-Denúncia e outros).

Tipos de dados

As informações numéricas da área de segurança pública podem ser apresentadas de diversas formas. É importante saber quando usar um ou outro tipo de dado para evitar distorções. Também é fundamental informar claramente aos leitores que tipo de dado quantitativo está sendo veiculado na matéria. Eis alguns desses tipos:

■ **Números absolutos:** simples somatório de casos registrados num certo período.

Por exemplo: de acordo com a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), o número de homicídios registrados no Brasil, em 2005, foi de 40.845.

■ **Taxas por 100 mil habitantes:** obtidas dividindo o número de casos registrados numa determinada área (país, estado, município etc.) pela população residente nessa mesma área e no mesmo período, depois multiplicando o resultado por 100 mil. Essas taxas são fundamentais para se comparar níveis de criminalidade entre diferentes áreas e numa mesma área ao longo do tempo, assim como graus de vitimização em diferentes segmentos da população (definidos por idade, sexo, raça, escolaridade, renda ou outros critérios).

Exemplo: Qual a cidade mais violenta – uma que tem 200 mil habitantes e 100 homicídios por ano ou outra com 2 milhões de habitantes e 1.000 homicídios por ano? Levando em conta o tamanho das populações, essas duas cidades são *igualmente violentas*, pois ambas têm uma taxa anual de 50 homicídios para cada 100 mil habitantes – o que significa que, numa ou noutra, a chance de se morrer assassinado(a) é a mesma (altíssima, por sinal).

Outro exemplo: Em 2004, segundo informações do Datasus/Ministério da Saúde, as três regiões metropolitanas brasileiras onde se registraram as maiores taxas de homicídios de jovens de 15 a 24 anos foram a de Recife, com uma taxa de 172 vítimas por 100 mil jovens, a de Vitória, com 159 por 100 mil e a de Belo Horizonte, com 130 por 100 mil.

Um terceiro exemplo: De acordo com a mesma fonte, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo caiu de 46,6 em 1994 para 39,1 em 2004, enquanto a da Região Metropolitana de Belo Horizonte aumentou de 11,5 para 58,6 no mesmo período.

Observações importantes:

- ▶ No segundo exemplo acima, as taxas foram calculadas ponderando o número de homicídios apenas pela população da faixa etária de 15 a 24 anos em cada região

metropolitana. Do mesmo modo, se estivéssemos comparando vitimização por sexo, o número de homicídios de homens e mulheres deveria ser dividido, respectivamente, pelas populações masculina e feminina. E assim para qualquer outro critério de diferenciação econômica, demográfica ou social.

▶ No terceiro exemplo, foram usadas estimativas da população para 1994 e 2004, anos em que não houve Censo Demográfico (este só é realizado a cada 10 anos). Ao calcular taxas por 100 mil habitantes em anos sem Censo, o ideal é trabalhar sempre com estimativas intercensitárias calculadas pelos próprios órgãos oficiais de estatística, como o IBGE. Mas, se elas não estiverem disponíveis, o remédio é utilizar os números do último Censo concluído. Em nosso exemplo, seriam os do Censo de 1991 para calcular a taxa de 1994, e os do Censo de 2000 para a taxa de 2004.

▶ É normal que haja uma pequena discrepância entre taxas por 100 mil habitantes calculadas por diferentes órgãos ou por diferentes pesquisas, ainda que tenham utilizado a mesma fonte de informações sobre criminalidade e violência. Isto decorre, entre outras coisas, de diferenças nos dados ou nas estimativas populacionais usados para o cálculo dessas taxas. Só se a discrepância for muito grande, aí sim se pode desconfiar de algum erro ou manipulação.

Quando NÃO se devem usar taxas por 100 mil habitantes

■ Quando a população considerada for menor que 100 mil pessoas; nesse caso, é preferível utilizar taxas por mil ou por 10 mil habitantes.

■ Quando se comparam áreas pequenas, como bairros, regiões administrativas ou circunscrições policiais dentro de uma cidade ou região metropolitana. Sobretudo se a modalidade de crime considerada tiver como vítimas típicas pessoas em trânsito, que são muito freqüentemente agredidas fora das suas áreas de residência. É o caso, por exemplo, dos roubos e dos furtos de veículos ou em veículos, dos roubos a pedestres ou a passageiros de transportes coletivos. Não faz sentido, nesse caso, usar como denominador a população residente na área onde o crime ocorreu, já que grande parte das vítimas mora em outro local. Claro que isso também pode acontecer entre diferentes áreas de um estado ou entre diferentes partes do país: uma pessoa pode morar no interior do estado e ser assaltada na capital, ou pode morar em Porto Alegre e ser assaltada em Belém. Mas, como a circulação entre áreas distantes é muito menor do que o trânsito cotidiano dentro de uma cidade ou região metropolitana, a distorção nas taxas por 100 mil habitantes também é menor.

■ Quando se mede o nível de criminalidade numa área com muita população flutuante, como zonas comerciais, turísticas ou de lazer, cidades de veraneio etc. No centro do Rio de Janeiro, por exemplo, moram apenas 56 mil pessoas, mas centenas de milhares, talvez mais de um milhão, lá transitam diariamente. Qualquer taxa que se calcule para essa área com base na população moradora (salvo algumas exceções, como a de roubos e furtos em residências) resultará absurda e artificialmente elevada.

■ Quando o crime considerado só atinge uma parcela restrita da população. Por exemplo, qualquer pessoa pode ser assaltada ou agredida na rua ou num ônibus, mas só quem possui, dirige ou anda de automóvel pode ser vítima de roubo de veículo. Como a maior parte da população não possui carro particular e só esporadicamente usa esse tipo de transporte, o ideal é trabalhar com taxas por 10 mil veículos, em vez de taxas por 100 mil habitantes. Isto se existirem informações atualizadas sobre a frota de carros que circula no local.

■ **Percentuais** (números relativos) também são freqüentemente utilizados na análise dos fenômenos ligados à segurança, sobretudo para retratar participação, distribuição ou evolução. Exemplos:

Participação: No ano 2000, as mulheres representavam apenas 4% da população carcerária brasileira. Nesse mesmo ano, o país com maior participação feminina no total da população carcerária era a Tailândia (20,3%), segundo dados da ONG inglesa *International Centre for Prison Studies*.

Distribuição: De acordo com números do Datasus, só 1,6% das pessoas assassinadas no estado do Rio de Janeiro em 2004 tinha até 14 anos de idade; 42,9% tinham de 15 a 24 anos; 17,9%, de 25 a 29 anos; 20,6%, de 30 a 39 anos e 17% tinham 40 anos ou mais.

Evolução: No Brasil, no período de 1994 a 2004, o número total de homicídios registrados pelo sistema de saúde passou de 32.603 para 48.374, representando um aumento de 48,4%, bem superior ao crescimento da população, que foi de 16,5% nesse mesmo período.

NÃO se devem usar percentagens quando os números absolutos são muito pequenos. Imagine a manchete: “Roubos no bairro X aumentaram 100%”. Se o número de casos subiu de 20 para 40, o uso da percentagem é adequado, mas se aumentou de 2 para 4 é puro sensacionalismo. Outro exemplo de emprego incorreto de percentuais: o(a) repórter entrevista 20 pessoas e escreve: “5% dos entrevistados sofreram violência no último mês” (o que significa que UMA pessoa foi vítima de violência).

■ **Indicadores compostos, ou sintéticos:** resultam do agrupamento de diversos indicadores simples, de acordo com critérios predefinidos. Assim como os índices de custo de vida, que levam em conta preços de vários produtos e serviços – ou o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que combina dados sobre renda, educação e saúde – os indicadores compostos de segurança pública também servem para retratar a situação do setor de uma forma mais abrangente que os indicadores isolados.

Em 1999, o governo do estado do Rio passou a divulgar mensalmente, no *Diário Oficial*, dados sobre alguns tipos de ocorrências policiais. Nessa ocasião, um grupo de pesquisadores da área reuniu-se com o objetivo de formular indicadores que fornecessem uma visão sintética dos problemas de segurança do estado. Foram propostas diversas categorias, três delas consideradas mais importantes para dimensionar a criminalidade violenta:

- Crimes letais intencionais: homicídios, lesões corporais seguidas de morte, latrocínios (roubos com morte)
- Crimes não-letais intencionais contra a pessoa: lesões corporais dolosas, tentativas de homicídio, estupro, atentados violentos ao pudor, ameaças, tortura
- Crimes violentos contra o patrimônio: roubos, extorsões, extorsões mediante seqüestro, "seqüestros-relâmpago"

Essas categorias são ainda hoje utilizadas por órgãos públicos como o ISP (Instituto de Segurança Pública), do estado do Rio, e a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), do governo federal.

Atenção, porém! Os indicadores compreendidos em cada índice composto podem variar de uma instituição para outra. Não se trata de categorias oficiais nem consensuais. Por isso, ao citá-los numa matéria, é muito importante especificar que tipos de indicadores cada um deles abrange – além da fonte, é claro.

Apresentação dos dados: algumas recomendações

Séries históricas:

Sempre que possível, devem-se incluir vários anos, preferencialmente um mínimo de cinco, para analisar a evolução de algum fenômeno nessa área. Os dados de segurança podem oscilar muito no curto prazo; só observando um período relativamente longo é possível diferenciar tendências de variações conjunturais.

Comparações temporais:

O ideal é comparar sempre períodos semelhantes: ano completo com ano completo; primeiro semestre do ano com primeiros semestres de anos anteriores; junho de um ano com junho de outros anos. Existe sazonalidade nos fenômenos de segurança (por exemplo, os meses de verão tendem a ser mais violentos que os de inverno), por isso é que comparações entre períodos diferentes podem gerar distorções.

Gráficos e mapas:

Geralmente, para leitores leigos, a apresentação dos dados na forma de gráficos, mapas ou tabelas simples causa impacto e ajuda a visualizar a evolução ou a distribuição retratada pelas estatísticas de segurança. Diversos jornais brasileiros já possuem sistemas de geração de infográficos de alta qualidade e de fácil compreensão. Para os que não dispõem desses recursos nem de técnicos especializados, uma dica importante é escolher o tipo de gráfico que se ajuste melhor ao tipo de informação que se quer veicular.

Exemplos:

- a) Gráfico de linha () ou de colunas () para evolução
- b) Gráfico de “pizza” () para distribuição
- c) Mapas () para distribuição geográfica
- d) Gráfico de barras () ou de colunas () para comparações não-temporais

Principais fontes estatísticas na área, sua confiabilidade e suas limitações

As pesquisas eleitorais já ensinaram às redações a importância de se conhecer a origem dos dados e como foram obtidos. A legislação exige que a imprensa divulgue apenas as pesquisas registradas nos tribunais eleitorais, informando o número de pessoas ouvidas e a margem de erro dos percentuais. Tudo isso para impedir que levantamentos distorcidos, realizados por fontes pouco confiáveis, encontrem espaço nas páginas de jornais, favorecendo um ou outro candidato.

No campo da segurança pública, não há controle semelhante, e volta e meia aparecem nos jornais pesquisas feitas de forma apressada ou equivocada e sem controle de qualidade. Em geral, isso acontece quando o(a) jornalista confia em fontes não reconhecidas, no afã de obter “dados inéditos” que irão sustentar uma bela chamada de capa.

É fundamental verificar se os dados provêm de uma instituição reconhecida por trabalhos desenvolvidos na área, ou checar com outros pesquisadores do tema se o trabalho é considerado profissional e de qualidade. Caso a fonte não apresente nenhum destes atributos, cuidado!

No Brasil, as fontes oficiais mais importantes para dados primários são o Datasus, do Ministério da Saúde, a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e os órgãos estaduais de segurança pública.

Datasus/Ministério da Saúde – Sistema de Informações de Mortalidade

Extenso banco de dados que reúne informações retiradas das declarações de óbito (DOs). Por ter uma fonte padronizada nacionalmente (o formulário da DO é o mesmo em todo o país, o que já não acontece com os registros policiais), fornece uma base importantíssima para o conhecimento das formas de morte no Brasil. Entre elas, as mortes violentas, classificadas como “óbitos por causas externas” – de interesse mais imediato para o campo da segurança pública. Sobre essas mortes pode-se conhecer: a causa (homicídio, suicídio, acidentes de vários tipos); o instrumento da violência (arma de fogo, arma branca, atropelamento, envenenamento, queda etc.); a localidade onde o óbito ocorreu; o local de residência, o sexo, a idade, o estado civil, a raça/cor, a escolaridade e a profissão da vítima; o tipo de local da morte (domicílio, hospital, via pública etc.).

Esse banco de dados teve início em 1979, logo, fornece uma série histórica bastante longa. E o que é melhor: de fácil acesso. Informações bastante detalhadas podem ser obtidas pela internet, usando-se um sistema de montagem de tabelas (Tabwin) que permite que cada usuário cruze as diferentes variáveis como quiser. Outra grande vantagem dessa fonte é possibilitar vários níveis de agregação dos dados: país todo, estados, regiões metropolitanas e municípios.

Observações:

- ▶ Apesar do seu alcance, a base de dados do SIM apresenta algumas limitações. Em certas áreas, particularmente das regiões Norte e Nordeste, a dificuldade de acesso a cartórios, a existência de cemitérios clandestinos, a falta de assistência médica em áreas rurais e as dificuldades enfrentadas pelas secretarias municipais para processar os dados resultam em lacunas nas estatísticas de mortalidade. Uma comparação dos números do Datasus com as projeções demográficas do IBGE indica que de 10% a 20% das mortes não são registradas pelo sistema de saúde no Brasil.
- ▶ Além do SIM, o Datasus engloba o Sistema de Informações de Internação Hospitalar (SIH), que cobre todos os hospitais públicos e particulares vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), mas que só passou a registrar internações por causas externas em 1998. Essa base de dados também está disponível na internet. Embora com menos detalhes que as informações sobre mortalidade, pode fornecer dados importantes sobre lesões não-fatais causadas por violência.

Secretaria Nacional e Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Em 2001, a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) iniciou a montagem de uma base nacional de estatísticas criminais com dados oriundos das polícias civis e militares estaduais. A tarefa tem sido árdua, já que enfrenta dificuldades técnicas (como a diferença entre categorias

usadas para classificar ocorrências nos vários estados), além de escassez de recursos e falta de informatização da maior parte das delegacias de polícia. Isto sem falar dos problemas políticos (alguns estados interpretam a solicitação de dados como ingerência do governo federal nos governos locais).

Por conta desses problemas, a base de dados da Senasp ainda apresenta muitas lacunas e distorções. No entanto, o esforço que vem sendo feito para montá-la e aperfeiçoá-la é da maior importância, pois como reúne informações dos registros policiais, ela permite analisar comparativamente dados sobre diversos tipos de crimes – roubos, estupros, extorsões etc. – não cobertos pelas estatísticas do sistema de saúde. Na medida em que essa base de dados continue sendo aperfeiçoada, irá tornar-se uma referência fundamental tanto para pesquisas como para políticas públicas de enfrentamento e prevenção do crime e da violência em todo o país.

Não se pode esquecer, porém, uma limitação básica das estatísticas policiais, aqui ou em qualquer lugar do mundo: elas refletem apenas a parte dos crimes que é comunicada e registrada. Dependendo do tipo de delito e do grau de confiança na polícia, isso pode representar uma proporção muito pequena do que realmente acontece no dia-a-dia. Calcula-se, por exemplo, que na América Latina como um todo só 20% do total de crimes são notificados à polícia. Em algumas capitais brasileiras, os assaltos (exceto roubo de automóvel), as agressões sexuais e os furtos têm percentagens de notificação ainda menores que essa.

É necessário, portanto, uma outra fonte de dados, capaz de contextualizar e complementar as estatísticas policiais. No caso dos homicídios, como já vimos, existem os números do sistema de saúde. Mas, no caso dos demais crimes, a fonte externa consiste em levantamentos domiciliares por amostragem, chamados *pesquisas de vitimização*. Eles permitem fazer estimativas bastante confiáveis do universo real de delitos e das taxas de subnotificação, além de fornecerem uma série de outras informações importantes, colhidas diretamente junto à população (como relação entre vítimas e agressores, grau de confiança nas instituições de segurança pública etc.).

Em alguns países, esse tipo de pesquisa é feito anualmente ou a cada seis meses, com cobertura nacional, e seus resultados fazem parte do sistema oficial de estatísticas de segurança e justiça. No Brasil, por enquanto, só há levantamentos locais e, assim mesmo, não são oficiais nem são feitos com regularidade. A primeira pesquisa de vitimização nacional, a ser realizada pelo IBGE, estava prevista para o ano de 2007.

Outro problema das estatísticas policiais brasileiras é que, apesar de se basearem numa única le-

gilação penal, as classificações das ocorrências criminais não são padronizadas nacionalmente. Também não há um formulário único para registro dessas ocorrências, equivalente à Declaração de Óbito do sistema de saúde, ou ao *Uniform Crime Report* utilizado pelas polícias dos EUA. No Brasil, cada estado tem seu próprio modelo de Boletim de Ocorrência e, para piorar, os modelos das duas polícias (militar e civil) costumam ser muito diferentes. Além disso, com frequência, os boletins são mal preenchidos e contêm numerosas lacunas. A maioria das delegacias brasileiras não é informatizada, o que aumenta o percentual de erros na geração e na transmissão dos dados quantitativos primários.

Há ainda a dificuldade de acesso às informações. Poucos estados divulgam regularmente pela internet as estatísticas oficiais de segurança pública. Até o final de 2006, eram apenas quatro: São Paulo (SSP, Ouvidoria de Polícia e Fundação Seade); Rio de Janeiro (ISP/SSP); Minas Gerais (Fundação João Pinheiro) e Rio Grande do Sul (SJS/Dataseg). Espera-se que esse número cresça nos próximos anos, mas é necessário que a imprensa e a sociedade pressionem os órgãos públicos de seus estados para que aumentem a qualidade e a transparência da informação.

Outras instâncias do sistema de segurança e justiça

Se há tantos problemas com as estatísticas policiais, que retratam a “porta de entrada” do Sistema de Justiça Criminal, sabemos menos ainda sobre o que acontece depois, ou seja, sobre o esclarecimento dos delitos e as etapas do processo que podem resultar na punição ou não dos responsáveis. O Ministério Público, a quem cabe dar início ao processo penal com base nas investigações policiais, seria uma fonte importante de dados para se avaliar o percentual de crimes esclarecidos pelas polícias, mas não divulga esses dados.

Em diversos estados, os tribunais também não possuem bancos de dados informatizados e, em quase todos, falta uma integração mínima entre as bases de informações das principais instâncias do sistema – polícias, Ministério Público, Judiciário e sistema penitenciário – que permita analisar o percurso completo que vai do registro policial ao cumprimento da pena. As poucas pesquisas quantitativas sobre fluxo de justiça no Brasil são muito demoradas e custosas, pois têm de “garimpar” dados numa enorme massa de documentos. De sua parte, os jornais raramente acompanham os desdobramentos dos crimes que noticiam, por isso sabemos muito mais sobre os atos criminosos do que sobre o julgamento e a punição (ou a impunidade) dos seus autores.

Pouco se sabe, também, sobre o perfil dos criminosos brasileiros. É notório o elitismo do nosso sistema penal, resumido popularmente na frase “cadeia é só para pobre”. Por isso, os levantamentos feitos nas prisões, além de escassos, não podem ser considerados representativos do conjunto de

pessoas que cometem crimes: em grande parte, o preso é o criminoso sem recursos, que não teve como escapar através da contratação de advogados de defesa caros, ou de outros expedientes, como suborno e fuga. Lavadores de dinheiro, grandes estelionatários e fraudadores, grandes traficantes de armas e de drogas, ou mesmo assassinos confessos de alta extração social estão, com certeza, muito mal representados na população carcerária brasileira. Portanto, o conhecimento dessa população diz menos sobre quantos são, quem são e como são os criminosos no Brasil do que sobre o funcionamento enviesado do nosso sistema de segurança e justiça.

Para levantar dados sobre tamanho e perfil da população prisional, há uma fonte oficial importante, mas que ainda está em construção e apresenta muitas lacunas. É o Infopen (Sistema de Informações Penitenciárias), do Ministério da Justiça, cujos dados mais gerais podem ser obtidos pela internet. Prevê-se a realização, pelo IBGE, de um Censo Penitenciário Nacional no ano de 2007.

A guerra dos números: equívocos, manipulações e uso político dos dados

Talvez o maior empecilho na produção de dados de qualidade sobre segurança pública seja o caráter estratégico atribuído pelos governos a essas informações. As informações mais banais são consideradas segredos de Estado e envoltas em sigilo. Em parte, esse comportamento advém da cultura que rege os próprios órgãos de segurança, ainda marcados pelo autoritarismo que durante décadas imperou no Brasil.

Por outro lado, o controle da informação também esconde males como a ineficácia e a corrupção das instituições de segurança. Não é por acaso que o registro e a divulgação de dados nessa área são ainda incompletos, morosos e irregulares, dificultando o acompanhamento pela sociedade. Não é por acaso que a informatização, hoje presente em quase todas as atividades, ainda não chegou à maioria das delegacias de polícia do país.

Como o sucesso na redução da criminalidade é considerado um dos grandes indicadores da competência dos governadores e de suas equipes, é comum que as secretarias de segurança sejam extremamente seletivas na divulgação de estatísticas. Um exemplo ocorreu no Rio de Janeiro, em 2003, quando o governo do estado anunciou os índices de criminalidade do ano, o último daquela gestão. Os números eram muito maiores que os de 1998, último ano da administração precedente. Para escapar da comparação desfavorável, os dados de 2003 foram cotejados com os de 1995 – primeiro ano do governo anterior. Uma manipulação rapidamente denunciada pela imprensa e por especialistas da área.

O mesmo governo já fora criticado em 2001, quando os roubos de celulares passaram a ser contabilizados numa rubrica à parte, fazendo cair acentuadamente (e artificialmente) o número de roubos a transeunte e em transporte coletivo. O erro técnico logo foi detectado, mas isso produziu uma quebra na série histórica dos dois tipos de assaltos que até hoje não foi consertada, pois não se divulga mais o local de ocorrência dos roubos de celular.

A imprensa tem um papel importantíssimo na fiscalização dos erros e das manipulações das estatísticas de segurança. Não existirão políticas sérias de redução da criminalidade e da violência se não houver dados confiáveis para planejá-las, monitorá-las e avaliá-las. Junto com instituições de pesquisa e com outras organizações da sociedade civil, cabe à mídia contribuir para a melhoria desses dados – de modo que o conhecimento dos problemas de segurança pública fique cada vez menos ao sabor do senso comum, do “achismo” e do uso político da informação.

Apêndices

1. Panorama brasileiro: alguns dados importantes

- ▶ Taxas de homicídios intencionais por 100 mil habitantes nas unidades da federação e no Brasil – 1995 a 2004
- ▶ Taxas de homicídios intencionais por 100 mil habitantes nas capitais brasileiras – 1995 a 2004
- ▶ Taxas de homicídios intencionais por 100 mil habitantes nas regiões metropolitanas brasileiras – 1995 a 2004
- ▶ Homicídios dolosos registrados pela polícia no Brasil, nas regiões e nas unidades da federação em 2004 e 2005 (números absolutos e taxas por 100 mil habitantes)
- ▶ Roubos registrados pela polícia no Brasil, nas regiões e nas unidades da federação em 2004 e 2005 (números absolutos e taxas por 100 mil habitantes)
- ▶ Homicídios dolosos registrados pela polícia em oito cidades norte-americanas – 1995 a 2004 (taxas por 100 mil habitantes)
- ▶ Homicídios dolosos registrados pela polícia em outras cidades do mundo – c. 2003 (taxa por 100 mil habitantes)

2. Obtenção e atualização de séries estatísticas

Eis algumas fontes de fácil acesso para o acompanhamento e a atualização de estatísticas oficiais:

- a) Mortes violentas registradas pelo sistema de saúde (Brasil, estados e municípios): Datasus <<http://www.datasus.gov.br>> ou Ipeadata <<http://www.ipeadata.gov.br>>
- b) Dados censitários e estimativas populacionais (Brasil, estados e municípios): IBGE

<<http://www.ibge.gov.br>>

c) Crimes registrados pelas polícias (estados, capitais e municípios com mais de 100 mil habitantes): Senasp <<http://www.mj.gov.br/senasp>>

d) Crimes registrados pelas polícias em unidades da federação específicas: sites das secretarias de segurança pública e/ou outros órgãos dos governos estaduais

e) População carcerária (Brasil e estados): Depen <<http://www.mj.gov.br/depen>>

f) Dados norte-americanos sobre crimes registrados pela polícia: FBI/Uniform Crime Reports <<http://www.fbi.gov/ucr/ucr.htm>>; outras estatísticas criminais norte-americanas: Department of Justice/Bureau of Justice Statistics <<http://www.ojp.usdoj.gov/bjs>>

Taxas de homicídios intencionais por cem mil habitantes nas unidades da federação e no Brasil – 1995 a 2004										
Unid.Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Rondônia	24,4	24,5	28,4	38,3	33,5	33,8	40,1	42,3	38,4	38,0
Acre	22,6	21,1	20,0	21,2	9,7	19,4	21,2	25,7	22,5	18,7
Amazonas	18,3	18,8	19,0	21,3	20,4	19,8	16,7	17,3	18,5	16,9
Roraima	33,6	43,3	35,4	51,0	57,7	39,5	31,7	34,9	29,7	22,6
Pará	12,8	12,5	13,2	13,4	10,8	13,0	15,1	18,4	21,0	22,7
Amapá	38,3	43,2	34,1	38,7	43,9	32,5	36,9	35,0	35,5	31,3
Tocantins	7,4	12,2	11,2	12,3	13,0	15,6	18,9	15,0	18,4	16,5
Maranhão	7,3	6,7	6,0	5,0	4,6	6,1	9,4	9,9	13,0	11,8
Piauí	4,4	4,7	5,7	5,2	4,8	8,2	9,7	10,9	10,8	11,8
Ceará	12,6	13,0	14,8	13,4	15,6	16,6	17,2	18,9	20,1	20,0
Rio Grande do Norte	9,6	9,3	9,1	8,5	8,5	9,0	11,2	10,6	14,2	11,7
Paraíba	13,6	19,0	14,7	13,6	12,0	15,1	14,1	17,4	17,6	18,6
Pernambuco	36,4	40,7	49,7	58,9	55,4	54,0	58,7	54,8	55,3	50,7
Alagoas	27,2	28,1	24,1	21,8	20,3	25,6	29,3	34,3	35,7	35,1
Sergipe	16,0	14,7	11,5	10,4	19,7	23,4	29,3	29,8	25,2	24,4
Bahia	12,1	15,0	15,5	9,7	6,8	9,4	11,9	13,0	16,0	16,6
Minas Gerais	7,2	7,3	7,7	8,6	8,9	11,5	12,9	16,2	20,6	22,6
Espírito Santo	41,7	42,8	50,0	58,4	52,5	46,9	46,7	51,2	50,5	49,4
Rio de Janeiro	61,9	60,1	58,8	55,4	52,6	51,1	50,6	56,8	54,7	51,5
São Paulo	34,3	36,2	36,1	39,7	44,1	42,2	42,0	38,1	36,3	28,9
Paraná	15,9	15,3	17,4	17,6	18,1	18,6	21,2	23,0	25,7	28,3
Santa Catarina	8,4	8,4	8,6	8,1	7,7	8,1	8,6	10,6	11,9	11,3
Rio Grande do Sul	14,9	15,3	16,8	15,4	15,3	16,3	17,9	18,3	18,1	18,5
Mato Grosso do Sul	32,7	37,7	37,4	33,5	28,2	31,0	29,3	32,4	32,7	29,7
Mato Grosso	25,9	29,6	33,6	36,3	34,7	39,8	38,5	37,0	35,0	32,1
Goiás	17,0	15,7	15,0	13,4	16,5	20,2	21,5	24,5	23,7	26,4
Distrito Federal	39,5	38,3	35,6	37,4	36,8	37,5	36,9	34,7	39,1	36,5
Brasil	23,8	24,8	25,4	25,9	26,2	26,8	27,9	28,5	29,1	27,3

Fonte: Datasus/Ministério da Saúde – Estatísticas vitais e estatísticas demográficas e sócio-econômicas.
Elaboração: CESeC/Ucam.

Taxas de homicídios intencionais por cem mil habitantes nas capitais brasileiras – 1995 a 2004

Capital	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Porto Velho	22,5	33,0	38,3	70,3	55,5	61,0	66,9	63,2	51,1	71,4
Rio Branco	39,2	35,8	36,6	38,4	17,0	36,4	39,0	44,8	37,9	30,9
Manaus	33,9	35,3	35,3	40,7	35,3	33,0	25,2	26,5	29,3	26,2
Boa Vista	40,2	50,1	34,6	51,5	51,4	40,4	32,1	38,2	33,0	21,5
Belém	20,2	22,7	24,5	29,1	15,1	25,9	27,0	31,8	34,7	29,6
Macapá	52,3	61,5	46,6	51,0	64,1	46,2	44,3	44,0	44,1	38,5
Palmas	20,3	9,3	7,0	12,7	19,7	21,8	26,5	20,5	22,1	21,8
São Luís	25,6	23,2	22,2	16,6	12,8	16,6	27,4	21,4	31,1	32,6
Teresina	11,8	13,3	16,9	17,6	14,0	22,2	23,2	27,8	28,5	26,0
Fortaleza	29,3	24,7	27,1	20,3	25,2	28,4	27,9	31,8	29,5	28,5
Natal	17,3	17,5	18,1	16,2	9,6	10,4	15,6	13,9	23,0	13,2
João Pessoa	33,5	36,4	33,3	38,4	36,0	37,8	41,3	42,5	44,7	42,6
Recife	71,2	78,8	105,3	114,0	99,3	97,5	97,2	90,5	91,4	91,8
Maceió	48,1	49,5	38,4	33,3	30,9	45,1	59,3	61,3	61,2	64,5
Aracaju	28,2	29,0	19,3	16,8	35,2	39,9	60,9	54,4	50,6	47,2
Salvador	29,2	38,3	41,6	15,4	7,9	12,9	21,3	23,2	28,6	28,5
Belo Horizonte	17,7	18,9	20,7	25,0	26,8	34,8	35,0	42,9	57,6	64,8
Vitória	90,5	84,3	103,5	106,6	108,3	79,0	85,1	80,2	73,0	82,7
Rio de Janeiro	61,5	67,4	65,8	62,6	53,5	56,8	55,6	63,1	60,2	57,9
São Paulo	56,4	124,2	56,7	61,1	69,1	64,9	63,8	52,7	53,4	40,8
Curitiba	21,6	22,1	26,6	22,7	25,9	26,3	28,0	32,6	36,9	40,9
Florianópolis	10,2	11,4	9,8	9,7	9,6	10,5	17,0	25,0	27,1	29,4
Porto Alegre	28,5	29,9	37,3	31,4	32,9	39,2	36,5	40,5	36,4	40,3
Campo Grande	32,8	42,5	41,9	36,4	30,8	39,3	34,0	34,5	35,3	31,1
Cuiabá	35,7	44,3	55,8	76,2	68,5	69,5	76,9	52,0	49,8	45,5
Goiânia	27,9	23,9	22,1	22,6	30,1	28,6	29,4	38,1	37,4	37,4
Brasília	39,5	38,3	35,6	37,4	36,8	37,5	36,9	34,7	39,1	36,5
Total	42,6	62,4	45,7	45,3	44,6	45,9	46,6	45,6	46,9	43,4

Fonte: Datasus/Ministério da Saúde – Estatísticas vitais e estatísticas demográficas e sócio-econômicas.
Elaboração: CESeC/Ucam.

Taxas de homicídios intencionais por cem mil habitantes nas regiões metropolitanas brasileiras – 1995 a 2004

Região Metropolitana	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Belém	21,6	20,1	22,4	24,3	12,5	18,9	21,6	26,1	29,1	29,9
São Luís	24,0	21,0	19,8	14,5	12,0	13,4	23,1	19,1	26,8	28,7
Teresina	10,8	12,0	12,8	13,7	11,3	18,2	18,0	21,5	22,1	20,6
Fortaleza	24,9	22,0	23,9	17,5	22,8	26,3	24,9	27,7	26,8	27,2
Natal	14,5	14,1	15,1	13,6	8,7	10,3	14,4	12,6	17,6	13,3
Recife	48,4	53,2	71,6	88,1	80,2	77,2	84,9	74,0	76,9	73,9
Petrolina/Juazeiro	46,8	48,2	39,8	40,0	48,6	46,7	59,9	51,8	58,3	51,3
Maceió	44,9	45,4	36,1	31,1	28,2	39,3	52,8	57,2	56,6	59,3
Salvador	27,2	35,8	38,7	15,5	7,2	11,8	19,4	22,0	29,7	30,0
Belo Horizonte	15,7	16,0	18,3	21,4	21,8	28,8	31,8	39,5	51,7	58,7
B. Horizonte - colar metropolitano	5,8	6,3	4,1	3,8	5,0	4,1	4,0	2,7	5,4	7,7
Vale do Aço	2,0	1,4	0,5	0,8	5,9	10,0	11,8	13,8	18,6	15,3
V. do Aço - colar metropolitano	4,4	2,6	1,3	1,9	5,8	6,7	4,3	8,5	9,1	6,7
Vitória	66,7	67,5	84,9	95,9	86,5	73,6	72,8	81,0	78,4	79,5
Rio de Janeiro	70,6	68,6	67,9	63,3	59,2	56,8	55,4	63,2	61,3	57,6
São Paulo	54,3	74,1	54,6	59,2	66,4	63,4	62,1	53,7	51,7	39,8
Baixada Santista	30,2	0,7	47,6	52,4	59,5	54,8	48,2	53,4	43,6	27,5
Campinas	26,1	0,6	28,1	37,6	43,5	39,8	39,5	39,2	37,4	30,6
Curitiba	19,5	19,5	23,9	21,1	24,5	25,1	27,0	29,1	35,2	38,3
Londrina	13,3	11,7	12,4	14,6	13,1	16,7	25,9	32,3	39,3	38,0
Maringá	15,3	6,3	11,3	11,5	7,6	7,8	9,3	11,3	9,7	7,2
Florianópolis	6,8	8,8	9,1	7,6	7,3	9,0	12,5	17,9	22,5	23,8
Florianópolis – expansão	7,8	7,0	5,9	2,0	5,9	2,8	3,7	5,5	3,7	4,5
Vale do Itajaí	4,9	6,8	8,0	4,6	3,2	2,8	5,9	4,8	6,8	1,9
Vale do Itajaí – expansão	2,9	6,2	6,7	1,3	4,5	2,5	1,2	3,7	1,8	4,7
Norte/Nordeste SC	8,3	10,6	11,0	10,3	9,4	10,6	9,1	11,2	8,5	11,3
Norte/Nordeste SC – expansão	9,0	8,5	7,5	6,6	7,2	7,3	6,7	8,0	8,5	9,1
Foz do Rio Itajaí	15,8	10,2	12,0	10,6	11,3	10,6	16,0	21,5	16,0	20,4
Foz do Rio Itajaí – expansão	5,8	12,1	11,7	6,8	19,8	5,3	10,1	6,5	9,4	12,1
Região Carbonífera	5,6	5,2	6,3	4,4	5,0	5,2	5,1	7,4	11,5	4,9
Reg. Carbonífera – expansão	5,9	-	3,0	3,0	-	-	2,8	-	0,0	2,8
Tubarão	3,6	4,6	2,7	3,5	2,6	5,9	4,2	5,8	4,1	5,7
Tubarão - expansão	4,6	2,6	4,6	5,1	1,5	3,4	5,3	6,6	3,7	0,9
Porto Alegre	21,9	23,7	25,4	23,0	22,9	26,9	26,6	28,2	28,2	29,0
Goiânia	24,2	20,2	17,5	17,9	23,9	25,3	27,3	35,0	32,6	33,6
Entorno de Brasília	34,1	32,9	31,2	30,5	30,1	35,2	34,6	33,5	37,0	35,9
Total	40,2	43,7	41,9	42,2	42,9	42,8	43,6	43,7	44,5	40,8

Fonte: Datasus/Ministério da Saúde – Estatísticas vitais e estatísticas demográficas e sócio-econômicas.
Elaboração: CESeC/Ucam.

**Homicídios dolosos registrados pela polícia no Brasil, nas regiões e nas unidades da federação em 2004 e 2005
(números absolutos e taxas por cem mil habitantes)**

2004			
Brasil, Regiões e Unidades da Federação	População	Total de Ocorrências de Homicídios Dolosos	Taxa por 100.000 Habitantes ⁽¹⁾
Brasil	179.108.134	40.240	22.5
Região Norte	14.064.278	3.248	23.1
Rondônia	1.479.940	498	33.7
Acre	614.205	151	24.6
Amazonas	3.100.136	411	13.3
Roraima	367.701	53	14.4
Pará	6.695.940	1.819	27,2
Amapá	553.100	133	24.0
Tocantins	1.253.256	183	14.6
Região Nordeste	49.862.741	11.358	22.8
Maranhão	5.943.807	714	12.0
Piauí	2.949.133	213	7.2
Ceará	7.862.067	1.344	17.1
Rio Grande do Norte	2.923.287	380	13.0
Paraíba	3.542.167	679	19.2
Pernambuco	8.238.849	3.658	44.4
Alagoas	2.947.717	1.039	35.2
Sergipe	1.903.065	465	24.4
Bahia	13.552.649	2.866	21.1
Região Sudeste	76.333.625	19.002	24.9
Minas Gerais	18.762.405	3.024	16.1
Espirito Santo	3.298.541	1.316	39.9
Rio de Janeiro	15.033.317	5.753	38.3
São Paulo	39.239.362	8.909	22.7
Região Sul	26.315.184	3.962	15.1
Paraná	10.015.425	2.113	21.1
Santa Catarina	5.686.503	496	8.7
Rio Grande do Sul	10.613.256	1.353	12.7
Região Centro-Oeste	12.532.306	2.670	21.3
Mato Grosso do Sul	2.198.640	520	23.7
Mato Grosso	2.697.717	561	20.8
Goiás	5.402.335	1.037	19.2
Distrito Federal	2.233.614	552	24.7

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com base em dados das policias civis estaduais.

**Homicídios dolosos registrados pela polícia no Brasil, nas regiões e nas unidades da federação em 2004 e 2005
(números absolutos e taxas por cem mil habitantes) - CONTINUAÇÃO**

2005			
Brasil, Regiões e Unidades da Federação	População	Total de Ocorrências de Homicídios Dolosos	Taxa por 100.000 Habitantes ⁽¹⁾
Brasil	184.184.074	40.845	22.2
Região Norte	14.698.834	3.641	24.8
Rondônia	1.534.584	446	29.1
Acre	669.737	116	17.3
Amazonas	3.232.319	499	15.4
Roraima	391.318	46	11.8
Pará	6.970.591	2.244	32.2
Amapá	594.577	106	17.8
Tocantins	1.305.708	184	14.1
Região Nordeste	51.018.983	11.768	23.1
Maranhão	6.103.338	823	13.5
Piauí	3.006.886	256	8.5
Ceará	8.097.290	1.491	18.4
Rio Grande do Norte	3.003.040	549	18.3
Paraíba	3.595.849	649	18.0
Pernambuco	8.413.601	3.569	42.4
Alagoas	3.015.901	1.081	35.8
Sergipe	1.967.818	447	22.7
Bahia	13.815.260	2.903	21.0
Região Sudeste	78.472.036	17.644	22.5
Minas Gerais	19.237.434	3.413	17.7
Espirito Santo	3.408.360	961	28.2
Rio de Janeiro	15.383.422	5.994	39.0
São Paulo	40.442.820	7.276	18.0
Região Sul	26.973.432	4.858	18.0
Paraná	10.261.840	3.088	30.1
Santa Catarina	5.866.590	418	7.1
Rio Grande do Sul	10.845.002	1.352	12.5
Região Centro-Oeste	13.020.789	2.934	22.5
Mato Grosso do Sul	2.264.489	489	21.6
Mato Grosso	2.803.272	806	28.8
Goiás	5.619.919	1.124	20.0
Distrito Federal	2.333.109	515	22.1

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com base em dados das polícias civis estaduais.

Roubos registrados pela polícia no Brasil, nas regiões e nas unidades da federação em 2004 e 2005			
(números absolutos e taxas por cem mil habitantes)			
2004			
Brasil, Regiões e Unidades da Federação	População	Total de Ocorrências de Roubos	Taxa por 100.000 Habitantes ⁽²⁾
Brasil	179.108.134	907.116	506,5
Região Norte	14.064.278	61.182	435,0
Rondônia	1.479.940	7959	537,8
Acre	614.205	1860	302,8
Amazonas	3.100.136	7659	247,1
Roraima	367.701	726	197,4
Pará	6.695.940	39.337	587,5
Amapá	553.100	2.380	430,3
Tocantins	1.253.256	1.261	100,6
Região Nordeste	49.862.741	181.190	363,4
Maranhão	5.943.807	11.329	190,6
Piauí	2.949.133	7.475	253,5
Ceará	7.862.067	50.599	643,6
Rio Grande do Norte	2.923.287	7.744	264,9
Paraíba	3.542.167	8.296	234,2
Pernambuco	8.238.849	36.804	446,7
Alagoas	2.947.717	5.091	172,7
Sergipe	1.903.065	4.421	232,3
Bahia	13.552.649	49.431	364,7
Região Sudeste	76.333.625	491.738	644,2
Minas Gerais	18.762.405	64.911	346,0
Espirito Santo	3.298.541	6.828	207,0
Rio de Janeiro	15.033.317	111.034	738,6
São Paulo	39.239.362	308.965	787,4
Região Sul	26.315.184	114.979	436,9
Paraná	10.015.425	33.039	329,9
Santa Catarina	5.686.503	9.613	169,0
Rio Grande do Sul	10.613.256	72.327	681,5
Região Centro-Oeste	12.532.306	58.027	463,0
Mato Grosso do Sul	2.198.640	3.296	149,9
Mato Grosso	2.697.717	4.894	181,4
Goiás	5.402.335	20.706	383,3
Distrito Federal	2.233.614	29.131	1.304,2

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com base em dados das polícias civis estaduais.

Roubos registrados pela polícia no Brasil, nas regiões e nas unidades da federação em 2004 e 2005			
(números absolutos e taxas por cem mil habitantes) - CONTINUAÇÃO			
2005			
Brasil, Regiões e Unidades da Federação	População	Total de Ocorrências de Roubos	Taxa por 100.000 Habitantes ⁽²⁾
Brasil	184.184.074	942.036	511.5
Região Norte	14.698.834	69.999	476.2
Rondônia	1.534.584	8.064	525.5
Acre	669.737	2.349	350.7
Amazonas	3.232.319	10.023	310.1
Roraima	391.318	766	195.7
Pará	6.970.591	45.102	647.0
Amapá	594.577	2.129	358.1
Tocantins	1.305.708	1.566	119.9
Região Nordeste	51.018.983	212.727	417.0
Maranhão	6.103.338	11.665	191.1
Piauí	3.006.886	6.645	221.0
Ceará	8.097.290	72.713	898.0
Rio Grande do Norte	3.003.040	10.312	343.4
Paraíba	3.595.849	8.373	232.9
Pernambuco	8.413.601	33.211	394.7
Alagoas	3.015.901	7.260	240.7
Sergipe	1.967.818	4.293	218.2
Bahia	13.815.260	58.255	421.7
Região Sudeste	78.472.036	478.150	609.3
Minas Gerais	19.237.434	55.045	286.1
Espirito Santo	3.408.360	5.744	168.5
Rio de Janeiro	15.383.422	114.076	741.6
São Paulo	40.442.820	303.285	749.9
Região Sul	26.973.432	118.101	437.8
Paraná	10.261.840	37.803	368.4
Santa Catarina	5.866.590	7.712	131.5
Rio Grande do Sul	10.845.002	72.586	669.3
Região Centro-Oeste	13.020.789	63.059	484.3
Mato Grosso do Sul	2.264.489	3.709	163.8
Mato Grosso	2.803.272	9.828	350.6
Goiás	5.619.919	22.583	401.8
Distrito Federal	2.333.109	26.939	1.154.6

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com base em dados das polícias civis estaduais.

Homicídios dolosos registrados pela polícia em oito cidades norte-americanas – 1995 a 2004										
(taxas por cem mil habitantes)										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001*	2002	2003	2004
Boston	16,5	10,1	7,4	5,8	5,3	6,6	11,0	10,1	6,6	10,5
Chicago	29,0	27,7	26,5	24,5	22,2	21,9	22,9	22,1	20,6	15,5
Dallas	25,2	19,5	18,5	21,9	16,3	19,4	19,7	15,8	18,4	20,2
Detroit	48,0	43,6	48,2	44,5	43,4	41,6	41,3	41,8	39,4	42,1
Los Angeles	23,7	19,7	15,9	11,7	11,5	14,8	15,6	17,1	13,4	13,4
Miami	30,5	34,4	28,5	23,8	17,4	18,2	17,7	17,1	19,4	17,9
New York	15,4	12,7	9,8	8,0	8,4	8,4	8,1	7,3	7,4	7,0
Washington DC	61,1	66,1	51,7	44,9	41,9	41,8	40,6	46,2	44,0	35,8

(*) Os dados de 2001 não incluem as vítimas dos atentados terroristas de 11 de setembro.

Fonte: FBI/Uniform Crime Reports e dados demográficos do National Bureau of Census dos EUA. Elaboração: CESeC/Ucam.

Homicídios dolosos registrados pela polícia em outras cidades do mundo – c. 2003		
(taxa por cem mil habitantes)		
Ano	Cidade	Taxa
2003	Caracas (Venezuela)	134,0
2003	Medellín (Colômbia)	107,0
2002-03*	Johannesburg (África do Sul)	104,7
2003	Cáli (Colômbia)	102,5
2002-03*	Durban North (África do Sul)	76,1
2003	New Orleans (EUA)	57,7
2003	Bogotá (Colômbia)	25,4
2002	Buenos Aires (Argentina)	7,5
2003-04*	Londres (Inglaterra)	2,8
2003	Toronto (Canadá)	2,5
2003	Montreal (Canadá)	2,2
2003	Sydney (Austrália)	1,4
2004	Paris (França)	1,0

(*) Ano fiscal

Fonte: CESeC/Ucam, com base em estatísticas oficiais dos diversos países.

Guia de Fontes

1. Ongs, Institutos de Pesquisas, Núcleos e Centros de Estudos especializados nas áreas de Violência, Criminalidade, Segurança Pública, Justiça Criminal e Direitos Humanos.

A) Centros de Pesquisa e Núcleos de Estudos em Universidades

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (UNIFESP)

Ministra cursos e organiza reuniões científicas sobre drogas, publica livros, realiza levantamento sobre o consumo entre estudantes, meninos de rua etc. Mantém na internet um banco de trabalhos científicos brasileiros sobre o tema (mais de 3.600) e publica um boletim trimestral. Site: www.cebrid.epm.br

CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (UCAM)

Criado em abril de 2000, realiza pesquisas aplicadas, consultorias, monitoramento de projetos de intervenção, cursos, seminários e treinamentos nas áreas de segurança pública, sistema de justiça criminal, sistema penitenciário e prevenção da violência. Site: www.ucamcesec.com.br

CLAM – Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (UERJ)

Criado em 2002, difunde conhecimentos sobre a sexualidade. Desenvolve pesquisas, cursos e palestras em sexualidade, gênero e saúde. Site: www.clam.org.br

CLAVES – Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Fiocruz)

Criado em 1989, realiza pesquisas interdisciplinares, principalmente sobre mortalidade por causas externas, saúde, violência e segurança pública. Sua página na internet possui a biblioteca virtual em violência e saúde. Acervo de publicações (cerca de 4.000) que são compostos por relatórios de pesquisas, estatísticas e textos disponíveis para arquivo e leitura. Site: www.claves.fiocruz.br

CPS – Centro de Políticas Sociais (FGV)

Viabiliza a relação entre a pesquisa aplicada e as políticas sociais. Principais pesquisas realizadas até agora foram: Mapa da Exclusão Digital, Mapa do Fim da Fome, Pobreza e Dificuldades, Redes Sociais, A Face Humana das Reformas e Retratos do Cárcere; todos os relatórios finais estão disponíveis para arquivo em seu site. Site: www.fgv.br/ibre/cps

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFMG)

Congrega pesquisadores, professores, especialistas e representantes de órgãos públicos envolvidos com o combate à crimi-

nalidade e a discussão sobre alternativas para a Segurança Pública. Em sua página da internet, é possível encontrar estatísticas, relatórios de pesquisa, publicações e textos relacionados à temática da violência urbana, da segurança pública e da justiça criminal. Site: www.crisp.ufmg.br

IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

Efetua trabalho especializado na área de ciências criminais. Publica mensalmente uma revista e boletim com artigos sobre Direito Penal e Processual, Política Criminal, Criminologia, Psiquiatria Forense, Medicina Legal, Sociologia Criminal, Direitos Humanos e outras áreas de estudos ligadas à Ciência Penal. Site: www.ibccrim.com.br

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

Criado em 1999, sua missão é fazer a ponte entre a pesquisa acadêmica e as políticas públicas implementadas pelos diferentes setores da sociedade, como governo, setor privado e organizações não-governamentais, visando à melhoria da qualidade de vida da população. Em seu site, podemos encontrar dados e estatísticas sobre desigualdade social com recortes de gênero e raça/cor, trabalho infantil e questões urbanas em geral. Site: www.iets.org.br

Ilanud – Instituto Latino-americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente

Promove e aplica as diretrizes das Nações Unidas e recomendações para a prevenção da delinqüência. Realiza pesquisas aplicadas, propondo a reforma institucional e a formação qualificada para atuar no sistema de justiça criminal. Site: www.ilanud.org.br

Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

Realiza pesquisas e promove o debate sobre questões econômicas, políticas e sobre segurança pública. Em seu site, estão disponíveis textos e publicações sobre estes temas e relatórios de pesquisas realizadas em parceria com órgãos governamentais. Site: www.braudel.org.br

ISER – Instituto de Estudos da Religião

Criado em 1970, atua como instituto de pesquisa, consultoria e planejamento nas temáticas relativas à violência urbana, à segurança pública e aos direitos humanos. Em seu site há um banco de dados com estatísticas, textos e relatórios de pesquisa. Site: www.iser.org.br

LAESER – Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (UFRJ)

Desenvolve estudos acadêmicos e atividades de formação de pesquisadores, além do acesso a indicadores sociais da população brasileira desagregada pelos grupos de raça/cor. Site: www.laeser.ie.ufrj.br

LAV – Laboratório de Análise de Violência (UERJ)

Formado por especialistas e professores da universidade, realiza análises e estudos sobre políticas públicas, justiça criminal,

vitimização de policiais, emprego de arma de fogo em operações e outros temas ligados à área de segurança pública. E-mail: icano@openlink.com.br

NECVU – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Promove pesquisas e a difusão do conhecimento sobre violência urbana e cidadania, contribuindo para a definição de políticas públicas mais eficazes. Em seu site, há um banco de dados sobre estatísticas de criminalidade violenta, organizações policiais e uma biblioteca virtual com diversos títulos sobre o tema. Site: www.necvu.ifcs.ufrj.br

NEVIS – Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (UNB)

Antigo NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher) congrega especialistas, professores e pesquisadores de origem multidisciplinar que desenvolvem linhas de pesquisa nas áreas de violência, cidadania e segurança; gênero, alteridade e políticas sociais. Site: www.unb.br/ceam/nepem

NEV – Núcleo de Estudos da Violência (USP)

Com cerca de 50 pesquisadores, busca analisar e solucionar problemas ligados à questão da violência no país. Entre os temas pesquisados estão a impunidade penal, as políticas de segurança pública, a participação da comunidade na solução da violência e a visão da população em relação aos direitos humanos. Possui em seu site uma biblioteca virtual com diversos textos e publicações, nacionais e internacionais, relatórios de pesquisas aplicadas e bases de dados com alguns resultados. Site: www.nevusp.org

NIC – Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas (UFPE)

Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. É o primeiro núcleo de estudos sobre instituições coercitivas (Forças Armadas, Polícias, Ministério Público, Judiciário e Sistema Prisional) do país. E-mail: jorgezaverucha@uol.com.br

Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Violência Segurança Pública e Direitos Humanos (UFES)

Congrega profissionais e docentes das mais diversas áreas de conhecimento, promovendo a realização de cursos e pesquisas; cooperação técnica e assessoria no campo da violência, segurança pública e direitos humanos. Site: www.proex.ufes.br/nevi

NUPEVI – Núcleo de Pesquisas das Violências (UERJ)

Ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realiza pesquisas e publicações em temas como: redes de tráfico, violência, pobreza e identidade masculina. Site: www.ims.uerj.br/nupevi

NUSUR - Núcleo de Referência em Segurança Urbana

Entidade de articulação dedicada à promoção de parcerias e à disseminação de conhecimento para o fortalecimento e a qualificação da gestão local da segurança pública e da prevenção do crime e da violência no Brasil. Site: www.nusur.org.br

Observatório de Políticas Públicas e Gestão Municipal (UFRJ)

Ligado ao Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Realiza análises, pesquisas, organização e difusão de dados sobre desigualdades e padrões de exclusão social na cidade do Rio de Janeiro. Site: www.ippur.ufrj.br/observatorio

B) Redes Sociais, Organizações da Sociedade Civil e Entidades sem Fins Lucrativos

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros

Promove o fortalecimento de uma consciência livre e igualitária. Desenvolve projetos de capacitação em prevenção de HIV/Aids, e defende os direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Site: www.abglt.org.br

ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

Fundada em 1986 pelo sociólogo Herbert de Souza, divulga informações sobre epidemia de HIV/Aids. Realiza oficinas, grupos de discussão e seminários abertos ao público. Contribui com os esforços governamentais e da sociedade civil nas áreas de educação, prevenção e tratamento. Site: www.abiaids.org.br

Abong – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

Promove e difunde o intercâmbio entre as mais diversas organizações não-governamentais existentes no país. Publica os Cadernos da Abong, cujo conteúdo aborda temas como igualdade racial, direitos humanos e cidadania, entre outros. Em seu site, estão disponíveis informações sobre os projetos sociais existentes, bancos de dados de pesquisas realizadas e publicações de diversas organizações não-governamentais. Site: www.abong.org.br

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

Realiza campanhas, pesquisas e eventos que discutem a exploração sexual e o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Site: www.abrapia.org.br

ABEAD - Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras drogas

Congrega psicólogos, advogados e professores, entre outros profissionais. Incentiva o debate sobre políticas e novas tendências no uso de drogas ilícitas e lícitas. Oferece ainda assistência aos profissionais ligados à área e auxilia no desenvolvimento de estratégias que possam reduzir danos associados ao consumo de drogas. Site: www.abead.com.br

ADVOCACI – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos

Criada em 2001, utiliza o direito como instrumento de intervenção para gerar políticas públicas e a defesa dos direitos humanos e gênero. Presta assessoria jurídica a outras organizações não-governamentais. Site: www.advocaci.org.br

Altus Aliança Global

Criada em 2004, realiza projetos multiculturais visando à melhoria da segurança pública e à humanização no trabalho das

forças policiais em cinco continentes. Seu foco prioritário é o monitoramento e o controle da atividade policial. Site: www.altus.org

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Criada em 1992, desenvolve eventos, seminários, pesquisas e consultorias sobre o tratamento que a mídia vem fornecendo a questões ligadas à infância e à adolescência no Brasil. Seu principal objetivo é a formação de uma cultura jornalística que investigue e priorize as questões relativas a este universo, sempre através da ótica do respeito aos direitos humanos. Site: www.andi.org.br

ARP – Associação para Reforma Prisional

Criada em 2003, congrega profissionais de diversas áreas, convencidos de que é necessário mobilizar o Poder Judiciário e a sociedade civil em prol da defesa dos direitos da pessoa presa e seus familiares, beneficiando toda a sociedade. Site: www.arp.org.br

CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Criança e Adolescente.

Realiza pesquisas, capacitação e formação em questões relacionadas à violação, à promoção e à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Possui banco de dados sobre exploração sexual e abuso sexual de crianças e adolescentes que está disponível em seu site. Site: www.cecria.org.br

CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

Fundada em 1990, desenvolve e divulga pesquisas, organiza seminários, cursos e conferências no âmbito de políticas públicas voltadas para ações de gênero, violência doméstica e intrafamiliar, sobre DST/AIDS e segurança pública. Site: www.cepia.org.br

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Fundada em 1989, luta pela igualdade de gênero, raça e etnia. Atua no combate a discriminações e fortalece a afirmação de identidades, diversidades e liberdades. Site: www.cfemea.org.br

CLADEM/Brasil – Centro Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

Fundada em 1987, viabiliza a articulação de pessoas e grupos de apoios, em busca da promoção dos direitos humanos das mulheres no Brasil e em vários países da América Latina. Site: www.cladem.org

CONNECTAS Direitos Humanos

Fundada em 2002, atua em todo o Brasil visando fortalecer o movimento de defesa e o respeito aos direitos humanos no Hemisfério Sul (América Latina, Ásia e África). Site: www.conectas.org

CUFA – Central única das Favelas

Criada em 1998, funciona como um pólo de produção cultural que utiliza o hip-hop como principal ferramenta de expressão. Oferece uma perspectiva de inclusão social, promovendo atividades nas áreas da educação, lazer, esportes, cultura e cidadania. Site: www.cufa.com.br

Dínamo – Informação Responsável sobre Drogas e Afins

Apresenta uma abordagem diferenciada sobre o uso e o comércio das drogas, voltada para uma perspectiva de enxergá-los como “fenômeno social” abrangente. Em seu site estão disponíveis publicações, recortes de matérias jornalísticas, entrevistas e legislação sobre o tema. Site: www.dinamo.org.br

Diálogos Contra o Racismo

Rede de instituições da sociedade civil que coordena e promove a campanha “Onde você guarda o seu racismo?”. Campanha de combate e conscientização sobre o racismo que está sendo veiculada na mídia desde maio de 2006. Pretende estimular o diálogo, a troca de idéias, incentivar mudanças nas práticas e nos pensamentos da sociedade brasileira em relação ao racismo. Site: www.dialogoscontraoracismo.org.br

Dhnet Rede de Direitos Humanos e Cultura

Formado por um grupo de ativistas em direitos humanos de diversas instituições do Brasil, preocupa-se com a divulgação de estudos, pesquisas, publicações e iniciativas ligadas à temática dos direitos humanos, tais como; cibercidadania; memória histórica; educação e direitos humanos, arte e cultura. Em seu portal na internet é possível encontrar um banco de dados bastante extenso com pesquisas, legislações e publicações sobre o tema. Site: www.dhnet.org.br

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Criado em março de 2006, é composta por policiais, pesquisadores e gestores. Pretende ser um espaço de diálogo, cooperação técnica e institucional, além de uma fonte de conhecimento e difusão de boas práticas na área de segurança pública. Site: www.forumseguranca.org.br

GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

Fundado em 1981, visa à efetivação do direito à Segurança e à Justiça como requisito fundamental para a democracia. Possui um Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência (PROVITA). Em sua página na internet é possível encontrar um banco de dados sobre homicídios no estado de Pernambuco e exemplares da revista Direitos Humanos disponíveis para arquivo. Site: www.gajop.org.br

Grupo Cultural AfroReggae

Criado em janeiro de 1993 após a chacina de 21 moradores na favela de Vigário Geral (Rio de Janeiro), possui diversos projetos sociais, subgrupos e parcerias institucionais. O Grupo AfroReggae promove a inclusão social e cultural, realiza apre-

sentações em vários continentes, sendo considerado hoje uma das principais referências em termos de ações culturais voltadas para os jovens no Brasil. Site: www.afroreggae.org.br

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Criado pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho) nos anos 80, realiza levantamento de dados, ações diretas, campanhas e monitoramento de políticas públicas. Em seu portal na internet, estão disponíveis para leitura e arquivo as sínteses de muitos projetos realizados pela instituição, relatórios, pesquisas e inúmeras publicações de grande expressão. Entre estas publicações estão a revista Democracia Viva e o relatório anual Observatório da Cidadania. Desde 2000 faz parte do Comitê organizador do Fórum Social Mundial. Site: www.ibase.br

IAJ – Instituto de Acesso à Justiça

Com suporte institucional da ADJURIS (Associação de Juízes do Rio Grande do Sul), possui diversos projetos de inclusão e defesa de direitos da população carcerária. Site: www.iaj.org.br

Instituto Patrícia Galvão – Comunicação e Mídia

Fundado em 2002, promove ações e atividades de conscientização em defesa de um equilíbrio ético nos meios de comunicação em relação à imagem da mulher e às relações de gênero no Brasil. Em sua página na internet, encontram-se disponíveis relatórios de pesquisas, textos, publicações sobre a temática da violência contra a mulher, além do portal Violência Contra a Mulher (www.violenciamulher.org.br) que contém *clipping* de notícias, recomendações de pautas e fontes de consulta para imprensa. Site: www.patriciagalvao.org.br

Instituto Noos – Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais

Fundado em 1994, realiza um importante trabalho de conscientização com homens autores de violência doméstica. Site: www.noos.org.br

Instituto São Paulo Contra a Violência

Formado por empresas, instituições acadêmicas, associações comunitárias e órgãos da mídia que lutam pelo desenvolvimento de políticas públicas na área de Segurança Pública, busca ações inovadoras e eficazes contra a criminalidade. Site: www.spcv.org.br

Instituto Sou da Paz

Fundado em 1999, realiza projetos e estabelece parcerias com o objetivo de contribuir para a efetivação de políticas públicas eficazes na área de segurança pública e prevenção da violência. Mobiliza a sociedade, fiscaliza e aciona o Estado. Visa à implementação e à difusão de práticas inovadoras nessa área. Site: www.soudapaz.org

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

Criado em 1982, atua diretamente no combate à impunidade, à tortura e a outras formas de violência. Entre suas principais

ações estão a capacitação de agentes multiplicadores, oficinas de DHESCs, Pesquisas e Estudos na área e a Redação do Relatório dos Direitos Humanos no Brasil em 2002. Site: www.mndh.org.br

Movimento Estado de Paz

Fundado em 2001, é composto por jornalistas, radialistas, professores, empresários, artistas e estudantes. Um dos seus objetivos é melhorar o desempenho de comunicadores em relação à cobertura de eventos violentos. Em sua página na internet estão disponíveis estatísticas sobre violência, legislações, dicas de segurança, textos e reportagens. Site: www.estadodepaz.com.br

Observatório de Favelas

Atua como uma rede de formação de lideranças; possui trabalhos e pesquisas sobre os espaços populares, sobretudo o das favelas, além de prestar assessoria a instituições que possuem projetos e ações inovadores. Site: www.observatoriodefavelas.org.br

Plataforma DHESC Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais

Rede de ações e articulações que está ligada a inúmeras instituições não-governamentais, constituindo a seção nacional da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos. Site: www.dhescbrasil.org.br

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Atua principalmente como articuladora de ações e denúncias de violações de Direitos Humanos no Brasil. Site: www.social.org.br

THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

Criada em 1993, atua na promoção e na defesa dos direitos humanos das mulheres. Possui uma importante publicação com textos e artigos que colocam em pauta o acesso à justiça e as redes de representações coletivas. Site: www.themis.org.br

Viva Rio

Criado em 1993, desenvolve pesquisas, ações diretas e de comunicação em educação, prevenção da violência e segurança pública. Coordena projetos sociais em cerca de 350 favelas e comunidades de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Site: www.vivario.org.br

Viva Favela

Criado pela ONG Viva Rio em julho de 2001, é um projeto inovador que consiste em um site de notícias sobre favelas e comunidades carentes no Rio de Janeiro. Conta com uma equipe de “correspondentes comunitários”, jovens moradores de favelas que são treinados como repórteres e fotógrafos para atuarem como ponte de diálogo. Site: www.vivafavela.com.br

2. Órgãos Oficiais – Brasil

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos
www.sedh.gov.br

Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal
www.camara.gov.br

SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas
www.senad.gov.br

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
www.mj.gov.br/senasp

Infoseg – Informações de Segurança
www.infoseg.gov.br

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
www.mj.gov.br/depen

Infopen – Informações Penitenciárias
www.mj.gov.br/infopen

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
www.planalto.gov.br/seppir

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
www.mj.gov.br/sedh/conanda

SEPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
www.presidencia.gov.br/spmulheres

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
www.ibge.gov.br

DATASUS – Departamento de Informática do SUS – Sistema Único de Saúde
www.datasus.gov.br

3. Centros de Estudos e Organismos Internacionais

Anistia Internacional
www.news.amnesty.org

Comitê Internacional da Cruz Vermelha
www.cicr.org/por

FBI – Federal Bureau of Investigation (USA)
www.fbi.gov

Federal Bureau of Prisons (USA)
www.bop.gov

Home Office – (Reino Unido)
www.homeoffice.gov.uk

Human Rights Watch (Observatório de Direitos Humanos)
www.hrd.org

Organização dos Estados Ibero-Americanos
www.oei.org.br

OMS – Organização Mundial da Saúde
www.who.int

OPAS – Organização Pan-americana de Saúde
www.opas.org.br

Pnud – Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento
www.undp.org

UNICRI – United Nations Interregional Crime
and Justice Research Institute
www.unicri.it

Unifem – Fundo de Desenvolvimento das
Nações Unidas para a Mulher
www.unifem.org.br

UNODOC – Escritório das Nações Unidas
contra Droga e Crimes
www.Unodoc.org/brazil/pt/index.html

Vera Institute of Justice
www.vera.org

4. Jornalismo e Entidades de Classe

Nacionais

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
www.abi.org.br

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
www.abraji.org.br

ANJ - Associação Nacional de Jornais
www.anj.org.br

Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira
no Brasil
www.acie.org.br

Comunique-se
www.comunique-se.com.br

Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas
www.fenaj.org.br

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
www.fndc.org.br

Instituto Gutemberg
www.igutemberg.org

Manual do Repórter de Polícia
http://www.comunique-se.com.br/parceiros_frame.asp?pagP
[arceiro=http://www.comunique-se.com.br/reporterdepolicia](http://www.comunique-se.com.br/reporterdepolicia)

Noções de Direito para Jornalistas
www.trf3.gov.br/usu/manual/manual.htm

Observatório da Imprensa
www.observatoriodaimprensa.com.br

Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
www.sbpjor.org.br

Sociedade Interamericana de Imprensa –
Violência contra Jornalistas
www.impunidad.com

Internacionais

Asociación para la Defensa del Periodismo Independiente
www.netizen.com.ar/periodistas

INSI – International News Safety Institut
www.newssafety.com

Circulo de Periodistas de Bogotá
www.circulodeperiodistasdebogotá.org

IPS – Inter Press Service
www.ips.org

CPJ – Committee to Protect Journalists
www.cpj.org

Jornais e Revistas na Internet (jornais de 29 países)
www.indekx.com

Comitê de Repórteres pela Liberdade de Imprensa
www.rcfp.org

Knight Center for Journalism in the Americas
(University of Texas)
www.knightcenter.utexas.edu

European Journalism Centre
(Centro Europeu de Jornalismo)
www.ejc.nl

Newseum – Capas de jornais de 36 países
www.newseum.org/todaysfrontpages

Federação Internacional de Jornalistas
www.ifj.org

Periodismo Social (Argentina)
www.periodismosocial.org.ar

FNPI – Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano
www.fnpi.org

Poynter Institute – Visual Journalism
www.poynter.org

Fundación Pais Libre
www.paislibre.org

Repórter de Crime
<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/>

International Freedom of Expression Exchange (IFEX)
www.ifex.org

Sala de Prensa – Profesionales de la Comunicación
Iberoamericanos
www.saladeprensa.org

Outros

Revista Brasileira de Criminologia
www.fjp.mg.gov.br/revista

Jus Navigandi
www.jus.uol.com.br

Revista Eletrônica do Centro de Estudos da Metrópole
(Ippur – UFRJ) www.centrodametropole.org.br

Lista de profissionais entrevistados ou consultados*

Jornalistas

1. Adriana Cruz O Dia (RJ)
2. Alberto Jacob Associação dos Repórteres Fotográficos RJ
3. Alexandre Arruda O Dia
4. Alexandre Carauta Jornal do Brasil (RJ)
5. Aluizio Freire O Dia
6. Ana Paula Mill Notícia Agora (ES)
7. André Luiz Azevedo TV Globo (RJ)
8. Arnaldo Viana Estado de Minas (MG)
9. Aziz Filho Sindicato dos Jornalistas RJ
10. Bruno Thys Extra (RJ)
11. Caco Barcellos TV Globo
12. Carlos Henrique Schroder (por e-mail) TV Globo
13. Cesar Camasão Agora S Paulo
14. Cíntia Bento Alves Gazeta (ES)
15. Cristiane de Cássia O Globo (RJ)
16. Cristiane Ramalho (por e-mail) Viva Favela
17. Demitre Túlio O Povo (CE)
18. Dílson Pimentel O Liberal (PA)
19. Domingos Peixoto O Globo (RJ)
20. Eduardo Auler Extra
21. Eduardo Tchao TV Globo
22. Elenilce Bottari O Globo
23. Fábio Gusmão Extra
24. Fernando Molicia Abraji
25. Gustavo de Almeida Jornal do Brasil
26. Henrique Freitas O Dia
27. Humberto Trezzi Zero Hora (RS)
28. Inês Garçonni Jornal do Brasil
29. Jardel Torezani Notícia Agora
30. Javier Dario Restrepo (por e-mail) Fundación para El Nuevo Periodismo

31. Jorge Antonio Barros	Abraji / O Globo
32. José Augusto Camargo	Sindicato dos Jornalistas SP
33. José Luiz Alcântara	O Estado de S. Paulo
34. Josmar Jozino	Jornal da Tarde (SP)
35. Liane Gonçalves	O Globo
36. Luarlindo Silva	O Dia
37. Luis Erlanger (por e-mail)	TV Globo
38. Luiz Antônio Novaes (Mineiro)	O Globo
39. Marcelle Secchin	Notícia Agora
40. Marcelo Ahmed	TV Globo
41. Marcelo Beraba	Folha de S. Paulo/Abraji
42. Marcelo Moreira	TV Globo
43. Marcelo Portela	Estado de Minas
44. Maria Clara Prates	Estado de Minas
45. Maria Mazzei	O Dia
46. Mário Hugo Monken	Folha de S. Paulo
47. Mauro Malim	Observatório da Imprensa
48. Mauro Neto	O Liberal
49. Mônica Puga	SBT Rio
50. Nadja Haddad	TV Bandeirantes (RJ)
51. Nilton Claudino	O Dia
52. Nuno Moraes	Notícia Agora
53. Olavo Dutra	O Liberal
54. Paula Autran	O Globo
55. Paulo Nogueira	Diário da Tarde (MG)
56. Plínio Bortolotti	O Povo (CE)
57. Plínio Fraga	Folha de S. Paulo
58. Raphael Gomide	Folha de S. Paulo
59. Roberta Pennafort	O Estado de S. Paulo
60. Rogério Sant'anna	O Povo do Rio
61. Rosental Camon Alves (por e-mail)	Knight Center for Journalism in the Americas
62. Sandresa Carvalho	Gazeta
63. Sergio Ramalho	O Globo
64. Zuenir Ventura (por e-mail)	O Globo

Especialistas

65. Ana Paula Caldeira Souto Maior	Secretaria Especial de Direitos Humanos
66. Barbara Soares	CESeC (RJ)
67. Carlos Heli do Souto Abreu	ANDI
68. Cláudio Beato	Crisp (UFMG)
69. Cristina Moretti	In Press Porter Novelli (RJ)
70. Denis Mizne	Instituto Sou da Paz (SP)
71. Fernanda Mendes Lages Ribeiro	Claves/FIOCRUZ (RJ)
72. Hugo Moretti	In Press Porter Novelli
73. Jacira Melo	Instituto Patrícia Galvão (SP)
74. Jailson de Souza e Silva	Observatório de Favelas (RJ)
75. João Paulo Charleaux	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
76. Julita Lemgruber	CESeC
77. Kathie Njaine	Claves/FIOCRUZ
78. Leonarda Musumeci	CESeC
79. Leonece Barros	Jornalista e Policial Civil (ES)
80. Luisa Rangel	Internacional News Safety Institute
81. Luiz Eduardo Soares	Ex-Secretário Nacional Segurança Pública
82. Marçal Aquino (por e-mail)	Escritor (SP)
83. Marcelo Freixo	Justiça Global (RJ)
84. Marina Maggessi	Inspetora da Polícia Civil (RJ)
85. Oderlei Santos	Major da Polícia Militar (RJ)
86. Paula Lacerda	IMS/UERJ (RJ)
87. Paulo Vannuchi	Secretaria Especial de Direitos Humanos
88. Queiti Batista	Claves/FIOCRUZ
89. Severo Augusto da Silva Neto	Coronel da Polícia Militar (MG)
90. Suzana Varjão	Movimento Estado de Paz (BA)

* Os entrevistados foram relacionados a veículos e a instituições aos quais pertenciam na época das entrevistas.

